

PEDRO ESTEVAM DA ROCHA POMAR

**DUTRA, ADHEMAR E
A REPRESSÃO AO PCB:
O INCIDENTE DE RIBEIRÃO PRETO
(1949)**

PEDRO ESTEVAM DA ROCHA POMAR

**DUTRA, ADHEMAR E
A REPRESSÃO AO PCB:
O INCIDENTE DE RIBEIRÃO PRETO
(1949)**

Dissertação apresentada à Faculdade de História,
Direito e Serviço Social da Universidade Estadual
Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de
Franca, para obtenção do título de Mestre em História
(Área de Concentração: História e Cultura).

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Teresa Maria Malatian

Franca
2000

DADOS CURRICULARES
PEDRO ESTEVAM DA ROCHA POMAR

Nascimento 02.7.1957- Rio de Janeiro-RJ

Filiação Wladimir Ventura Torres Pomar
Rachel da Rocha Pomar

1979/1982 Curso de Graduação em Comunicação Social
Universidade Federal do Pará

Agradecimentos

À professora Laima Mesgravis, que incentivou o autor da pesquisa a levar adiante, em 1997, o que era então pouco mais do que uma idéia tosca, e à professora Teresa Maria Malatian, que aceitou orientar um projeto ainda rudimentar e esquemático quando lhe foi apresentado;

aos professores Daniel Aarão Reis, no seminário de projeto, e Marisa Saenz Leme e Héctor Luis Saint-Pierre, na banca de qualificação, cujas sugestões contribuíram para corrigir as falhas mais gritantes deste trabalho;

ao professor Sebastião Geraldo, a quem a pesquisa muito deve, pois franqueou o acesso a seu valioso arquivo pessoal, que inclui entrevistas que realizou com diversos militantes do PCB e diversos documentos e cadernos de anotações;

à professora Célia Pezzolo, que presenteou o autor da pesquisa com a coleção completa da revista *Problemas*, de valor inestimável; a Augusto César Buonicore, que enviou com presteza sua dissertação; a dona Yolanda Fonseca Moreto, Paulo Roberto Ferreira e Valter da Rocha Pomar, os quais conseguiram livros importantes; a Lara Lorena e Marcy Picanço, que emprestaram obras das bibliotecas da USP;

aos funcionários Alfredo Leitão, Emerson de Belson, Rodrigo Leandro e Dalbio Damasceno, do Arquivo do Estado; aos do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, em especial a arquivista-chefe Tânia Registro; aos do Arquivo Geral do Fórum de Ribeirão Preto; aos da Biblioteca Municipal Mário de Andrade, da Biblioteca Municipal de Santo Amaro (ambas em São Paulo) e da Biblioteca da Unesp de Franca. A Ulisses Alexandre de Moraes, pelos dados que levantou na Câmara Municipal de Ribeirão Preto;

aos colegas Wagner Teixeira, Fábio Chagas, Sérgio Motoki, Tito Bellini, Cléber Vieira, Marcelo Botosso, Edvanir Maia e Braz Batista, pela troca de idéias e pelo ambiente de camaradagem; especialmente aos dois últimos e à professora Ida Lewkowicz, coordenadora da Pós-Graduação, pela solidariedade e apoio prestados durante os acontecimentos da Qualificação;

aos militantes comunistas que prestaram depoimentos fundamentais para este trabalho: José Engracia Garcia (que faleceu em fevereiro deste ano), Luciano Lepera, Antonio Giroto, José Antonio Neves, os quais não somente concederam entrevistas, mas forneceram subsídios importantes para a pesquisa;

ao ex-vereador Rubem Cione por sua entrevista;

a Luciana Balieiro e Franco Leandro de Souza pelo auxílio na elaboração do *Abstract*; a Luis Ricardo Câmara, por várias dicas;

a Ana Paula Hermanson, companheira e amiga de todas as horas: a sua cumplicidade foi essencial à realização deste projeto.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
I. DUTRA OU A DEMOCRACIA INTOLERANTE	17
I.1. Redemocratização, conceito a questionar	17
I.2. O Brasil do Pós-Guerra: mais urbano, mais industrial	33
I.3. Os anos difíceis: 1948-1950	41
II. POPULISMO E REPRESSÃO EM SÃO PAULO	44
II.1. A vitória de Adhemar de Barros em aliança com o PCB	44
II.2. O governador persegue seus aliados da véspera	50
II.3. O DOPS em ação	64
III. O PCB E A POLÍTICA DE UNIÃO NACIONAL EM SÃO PAULO	84
III.1. Revolução burguesa e nacionalismo	84
III.2. O Partido legal e o apoio a Linhares e Dutra	96
III.3. O Partido na ilegalidade	108
IV. O PCB EM RIBEIRÃO PRETO E REGIÃO (1945-1950)	142
IV.1. “Trabalho legal em conexão com trabalho ilegal”	142
IV.2. Luta de classes, colaboração de classes	157
IV.3. Estruturas do PCB em Ribeirão Preto	165
V. O II “CONGRESSO DAS MUNICIPALIDADES”	178
V.1. Encontro de vereadores em Ribeirão Preto, 1949	178
V.2. Planejamento, ação e discurso das equipes do DOPS	183
V.3. Os debates no I e no II Congressos das Municipalidades	196
V.4. Solidariedade, censura, julgamento, absolvição	205
V.5. Olhar enviesado sobre os vereadores comunistas	218
CONCLUSÃO	223
Obras consultadas	226
Anexos	232
Resumo	246
<i>Abstract</i>	247

Introdução

A investigação de um episódio singular, de natureza policial e judicial, que pudesse iluminar diferentes aspectos de uma dada situação histórica, por meio do encadeamento de sucessivos nexos. Esta idéia norteou a pesquisa sobre a operação desfechada pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS-SP) contra um grupo de vereadores comunistas em 1949, em Ribeirão Preto, durante o II Congresso das Câmaras Municipais do Estado de São Paulo, também conhecido como Congresso das Municipalidades.

O projeto exprimiu curiosidade profissional jornalística, afinidades políticas com o movimento socialista e interesse pelo período Dutra, a que o pesquisador foi levado, em grande medida, por descender de dirigentes do antigo Partido Comunista do Brasil e do agrupamento do mesmo nome que o sucedeu após a cisão de 1962 — ou seja, do PCB e, depois, do PCdoB¹.

A pesquisa teve como principais objetivos demonstrar que o episódio das Municipalidades resultou da lógica liberal-conservadora, anticomunista e antinacionalista vigente no governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1950), à qual aderiu o governador Adhemar de Barros; descrever as atividades dos órgãos de repressão política, destacadamente o DOPS-SP; analisar a ação do PCB, em particular em Ribeirão Preto, nas suas características organizativas, ideológicas e políticas..

¹ Em 1961, o PCB passou a chamar-se Partido Comunista Brasileiro, mantendo a mesma sigla. Em 1962, surgiu sua principal dissidência, que reivindicou a antiga denominação de Partido Comunista do Brasil e adotou a sigla PCdoB.

A questão que se colocou preliminarmente é se ocorreu de fato, no período dado, uma redemocratização do País. A hipótese formulada é a de que no governo Dutra não teria ocorrido uma democratização plena da vida social e política brasileira, mas um rearranjo das classes dominantes, do qual resultou um regime de caráter profundamente conservador.

O novo regime, embora inscrito nos marcos da denominada democracia liberal, estaria caracterizado pelo sistemático recurso ao terrorismo de Estado, negação das garantias individuais, banalização da eliminação física de opositores, supressão da liberdade de organização dos setores populares — notadamente os sindicatos e o PCB.

A outra questão refere-se diretamente ao episódio das Municipalidades: que lógica explicaria a operação repressiva desencadeada naquele momento em Ribeirão Preto? O caso revela-se interessante pelas conexões encontradas, pois a ação da Polícia abateu-se simultaneamente sobre vereadores comunistas de diversas cidades paulistas e eleitos por diferentes legendas.

Foram trabalhadas as hipóteses de que, em primeiro lugar, os comunistas ter-se-iam articulado de maneira expressiva nas cidades do interior paulista — e com eles a repressão política; e de que em 1949 o DOPS estava particularmente empenhado em neutralizar a atividade dos vereadores comunistas.

Foi preciso situar o caso das Municipalidades no contexto nacional e estadual, para compreendê-lo. Houve um quê de epopéia na eleição de duzentos e cinquenta vereadores comunistas no final de 1947. O regime tirara de circulação o PCB e se encontrava a ponto de cassar os

mandatos dos parlamentares comunistas federais e estaduais quando o partido, em verdadeiro *canto do cisne* de sua participação eleitoral na história do Brasil, conseguiu eleger vereadores em diversos pontos do país, principalmente em São Paulo, onde conquistou as maiores bancadas na Capital, em Santos, Sorocaba e Santo André.

Privado do direito de disputar em seu próprio nome, o PCB elegeu seus candidatos por meio de praticamente todas as legendas registradas na justiça eleitoral, fazendo todo tipo de acordos eleitorais pragmáticos. Só aos poucos a pesquisa apreendeu o quadro complexo e contraditório criado por esta significativa vitória política dos comunistas, quadro esse que os acontecimentos de Ribeirão Preto ilustram em grande medida.

Um dos paradoxos suscitados por aquelas eleições é que os vereadores comunistas elegeram-se ainda na vigência da política de colaboração de classes do PCB (união nacional, política de alianças municipais “realista e objetiva”), mas tomaram posse e cumpriram seus mandatos já sob a orientação do Manifesto de Janeiro de 1948, que propugnava a derrubada do governo Dutra.

☆☆☆

A opção metodológica da pesquisa que informa esta dissertação conjuga 1) revisão da historiografia, 2) levantamento de dados de registros policiais, em especial os do DOPS-SP, e judiciais², 3) a produção de depoimentos de protagonistas e 4) a consulta a jornais da época e a publicações do PCB, principalmente, neste segundo caso, a revista *Problemas*.

² Destacadamente os autos do processo judicial 28.622-49 da 1ª Vara Criminal de Ribeirão Preto, contra “Natal Gracchia e outros”.

Quanto à historiografia, adota-se o entendimento de Maria de Lourdes Janotti:

“Consideramos objeto de estudo historiográfico tanto obras que foram escritas visando o conhecimento da História, como aquelas que, sem empreender investigações originais, utilizaram-se desse conhecimento para explicar a evolução de uma determinada formação social. Não excluimos igualmente escritos circunstanciais — normalmente empenhados numa situação política — e que recorrem à reconstrução da História em busca de legitimação”.

Portanto, segundo Janotti, também os textos “de natureza jornalística, memorialística, biográfica e didática podem ser suscetíveis de uma análise historiográfica”³.

A literatura utilizada neste trabalho privilegia o PCB e a ação dos comunistas no movimento social na década de 40, incluindo principalmente títulos de natureza científica, mas também os de cunho memorialístico, biográfico e jornalístico. Além de estudos hoje clássicos sobre o PCB, como os de Ronald Chilcote e Leôncio Martins Rodrigues, recorreu-se à produção mais recente, de autores como Dulce Pandolfi, John French, Gildo Marçal Brandão e outros.

A revisão historiográfica compreendeu ainda obras de fôlego sobre as transformações da época, como as de Octávio Ianni relativas ao populismo e à reorientação da economia e do aparato estatal, Luiz Werneck Vianna sobre o sindicalismo e a Constituição de 1946, Angela de Castro Gomes sobre a gênese do trabalhismo e Leslie Bethell a

³ JANOTTI, M. de L., “Historiografia, uma Questão Regional? São Paulo no Período Republicano, um Exemplo”, em SILVA, M. A. [org], *República em Migalhas*, p. 81.

respeito da Guerra Fria e do governo Dutra. Foram consultadas as poucas obras disponíveis sobre Adhemar de Barros, em especial a de Regina Sampaio.

Sobre o uso de registros policiais, diga-se desde logo que é sempre controverso. No entanto, por sua própria natureza de órgão de informações, o DOPS precisava “acertar” minimamente. Por isso, parte expressiva da massa de informações depositada em seus arquivos é consistente, sobretudo quando produzidas para consumo interno, do próprio órgão ou de autoridades de governo. De toda forma, cabe ao pesquisador redobrar sua atenção na crítica a essas fontes.

As inverdades ou omissões existentes em tais registros — em geral passíveis de identificação mediante o cruzamento de dados, a leitura da historiografia especializada e, certamente, a experiência e a sensibilidade do historiador — sugerem pistas a serem pesquisadas. Em sentido mais amplo, essas inverdades representam elas próprias um fato a ser examinado e destacado.

Por outro lado, um veio muito importante da pesquisa nos arquivos do DOPS são os materiais apreendidos aos opositores do regime, os quais exigem procedimentos complementares de precaução. De fato, tratando-se, por exemplo, de material supostamente clandestino (como as circulares encontradas no Prontuário do PCB), é quase impossível ter-se certeza absoluta de sua autenticidade. Daí a necessidade de se atentar para os elementos de coerência interna desses textos, referências conjunturais, sua conformidade ou não com os padrões existentes para os documentos da mesma espécie etc.

A incursão pelos arquivos da Polícia política, com as cautelas e ressalvas mencionadas, permitiu traçar um quadro mais completo da época e dos atores políticos e sociais envolvidos nas lutas de classes que tentamos descrever neste trabalho. Permitiu também desvendar, em certa medida, os mecanismos de atuação do próprio DOPS no combate aos comunistas e particularmente no caso das Municipalidades de 1949.

Em relação às “fontes orais”, foram trabalhados três conjuntos distintos. O primeiro deles são as longas entrevistas realizadas pelo autor da pesquisa com três importantes protagonistas do episódio das Municipalidades: José Engracia Garcia, Luciano Lepera e José Antonio Neves. O segundo conjunto é o acervo de entrevistas realizadas no final dos anos oitenta por Sebastião Geraldo com quase uma dezena de ex-militantes comunistas de Ribeirão Preto, entre os quais o destacado ativista e dirigente local Irineu de Moraes e o mesmo Lepera. O terceiro conjunto é na verdade uma única entrevista, com Rubem Cione, que foi vereador do Partido Trabalhista Brasileiro na legislatura iniciada em 1948⁴.

Obviamente, o testemunho dos atores políticos contribui em larga medida com a elucidação da história de práticas partidárias clandestinas. Em razão da clandestinidade, de direito e de fato, vivida à época pelo PCB, as “fontes orais” assumem relevância muito particular. De que outro modo poderíamos saber que o ex-deputado federal gaúcho Abílio Fernandes, um dos dirigentes nacionais do partido, refugiara-se em Ribeirão Preto, onde atuava com falsa identidade — fato que escapou ao próprio DOPS?

⁴ A inclusão de Cione deve-se ao fato de ter sido personagem influente na vida política da cidade, sempre como membro do PTB, que viria a ser o principal rival do PCB no campo da política operária.

Ao realizar a crítica desses depoimentos, porém, foi possível comprovar o acerto das advertências feitas pelos estudiosos que se debruçaram sobre os problemas postos pela História Oral. Surgiram, por vezes, mediações e representações que perpassam a memória dos antigos militantes políticos, alterando assim a matéria histórica.

Se o objeto de estudo é “recuperado e recriado por intermédio da memória dos informantes”, notam Ferreira & Amado a propósito das fontes orais, então “a instância da memória passa, necessariamente, a nortear as reflexões históricas, acarretando desdobramentos teóricos e metodológicos importantes”⁵. Portelli, por seu turno, assinala que as representações e os fatos “não existem em esferas isoladas”, ao contrário, interagem:

“As representações se utilizam dos fatos e alegam que *são* fatos; os fatos são reconhecidos e organizados de acordo com as representações; tanto fatos como representações convergem na subjetividade dos seres humanos e são envoltos em sua linguagem. Talvez essa interação seja o campo específico da história oral, que é contabilizada como história com fatos reconstruídos, mas também aprende, em sua prática de trabalho de campo dialógico e na confrontação crítica com a alteridade dos narradores, a entender representações”⁶.

Há depoimentos, neste trabalho, em que transparece a discriminação de nomes e fatos. O ex-vereador Engracia Garcia, por exemplo, numa evidente demonstração de seletividade da memória, minimiza a passagem do militante operário Natal Gracchia pela Cadeia Pública,

⁵ FERREIRA, M. de M. & AMADO, J. (org.), *Usos & Abusos da História Oral*, Apresentação, p. XV.

⁶ PORTELLI, A., “O Massacre de Civitella Val di Chiana”, in FERREIRA, M. de M. & AMADO, J. (org.), *Usos & Abusos da História Oral*, p. 111.

embora este tenha ficado preso por mais tempo do que aquele. De forma análoga, o ex-vereador Cione, petebista católico e anticomunista, deixa de mencionar quaisquer episódios que fujam à sua representação de uma Câmara Municipal vocacionada para a harmonia de classes.

Alguns dos militantes ou ex-militantes comunistas, em que pese a idade avançada, continuam a fazer política. Inevitável que suas convicções político-ideológicas atuais incidam sobre a memória, sobre os juízos. Frequentemente predomina uma tendência a substituir a reconstituição histórica pelo discurso ideológico.

Não obstante esses inevitáveis senões, a variedade e a qualidade dos depoimentos utilizados, e a comparação com farta quantidade de fontes escritas confiáveis, tornaram possível alcançar a densidade empírica necessária à reconstituição que se pretendia fazer.

Procurou-se aplicar, na pesquisa, o método de investigação proposto por Marx: “captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima”, antes de passar à exposição⁷. Apoderar-se da matéria em todos os detalhes, portanto, é um imperativo marxista e não positivista. É tanto mais importante recriar a trama empírica que constitui o objeto de estudo quando se sabe que hipóteses e teorias podem estar assentadas em terreno movediço, por representarem o real de modo superficial ou mesmo equivocado.

Ao criticar “a ascensão das modas intelectuais ‘pós-modernas’ nas universidades ocidentais”, as quais “implicam que todos os ‘fatos’ com existência pretensamente objetiva não passam de construções intelectuais”, Hobsbawm reafirma a existência de diferenças claras entre

⁷ MARX, K., *O Capital*, v. I, liv. prim., t. 1, São Paulo, Abril Cultural, 1983, Posfácio à 2ª Edição, p. 20.

fato e ficção: “para nós, historiadores, *inclusive para os antipositivistas mais intransigentes*, a capacidade de distinguir entre ambos é absolutamente fundamental. Não podemos inventar nossos fatos”⁸.

É preciso tecer, ainda, algumas considerações sobre a questão da História Regional. A orientação geral deste trabalho sem dúvida repele qualquer paroquialismo, procurando sempre referenciar-se na totalidade. Trata-se, contudo, de um estudo que incorpora a dimensão da História Regional, entendendo-se o conceito de região tal como definido pela Geografia Crítica: “a categoria espacial que expressa uma especificidade, uma singularidade, dentro de uma totalidade”, configurando “um espaço particular dentro de uma determinada organização social mais ampla, com a qual se articula”, na formulação de Janaína Amado⁹?

Poder-se-á responder afirmativamente, pois trabalhou-se com unidades espaciais que expressam singularidades sociais, econômicas e históricas quando relacionadas ao país, à totalidade: São Paulo, Ribeirão Preto e sua região etc.

Ainda que tais singularidades correspondam ao recorte político-administrativo (Estado, municípios), usando-se portanto “um *dado*, já aceito e acabado”¹⁰, e que o emprego da noção de “região” para o entorno de Ribeirão Preto seja um tanto impreciso neste trabalho, as especificidades locais e regionais restam evidenciadas no corpo do texto,

⁸ HOBBSAWM, E., “Dentro e Fora da História”, em *Sobre História*, p. 18. O grifo é nosso.

⁹ AMADO, J., “História e Região: reconhecendo e construindo espaços”. Em SILVA, M. A. [org], *República em Migalhas*, p. 8-9. Embora reconhecendo aspectos “extremamente positivos” no conceito tal como formulado pela Geografia Crítica, a autora chama atenção para seus “pontos obscuros” e questiona a noção de totalidade.

¹⁰ SILVEIRA, R. M., “Região e História: Questão de Método”, em Silva, Marcos A. [org], *República em Migalhas*, p. 17.

bastando citar, à guisa de exemplo, a atenção concedida ao adhemarismo.

Por outro lado, a permanente referência ao quadro nacional evita o engano de tomar a história de São Paulo como sendo “a própria história do Brasil”, como alerta Janotti¹¹.

☆☆☆

No capítulo I, a dissertação delinea o contexto nacional no qual se insere o incidente das Municipalidades, não sem antes recuperar os precedentes da constitucionalização de 1945-46, dita “redemocratização”. Indica o caráter policial do regime, marcadamente anticomunista e antinacionalista, e suas determinantes internas — retorno ao liberalismo econômico e imposição de altas taxas de acumulação de capital — e externas, como a Guerra Fria.

O capítulo II aborda o período de ascensão do populismo adhemarista na sua fase liberal-democrática (um tanto diferente da fase anterior, quando foi interventor do Estado Novo, nomeado por Vargas), intimamente vinculado, de início, à estratégia eleitoral dos comunistas, da qual dependeu a vitória de Adhemar nas eleições de janeiro de 1947. Ele trata das relações entre Adhemar e o governo federal e entre o governador e os comunistas.

Nele são apontadas as muitas evidências de que a política de Dutra, de repressão sistemática ao PCB e opositores em geral, encontrou na máquina policial paulista, controlada por Adhemar, um “braço” bem articulado, como evidencia o episódio de Ribeirão Preto, entre tantos. O capítulo em questão historia resumidamente a atuação do DOPS-SP, os

esforços de seus chefes para fazer dele efetivamente um órgão de inteligência e os métodos de ação dessa polícia política.

O capítulo III é dedicado à consigna pecebista de *união nacional*, em torno da qual gravitaram as linhas de ação dos comunistas, e à organização do partido no Estado de São Paulo. Detalha e aprofunda a análise das diferentes políticas adotadas pelo partido desde sua II Conferência Nacional, realizada em 1943, até fins do governo Dutra, dando-se ênfase à opção nacionalista dos comunistas e à sua política de alianças eleitorais.

No capítulo IV é examinada a atuação do PCB em Ribeirão Preto e região, com destaque para o papel desempenhado pelos vereadores comunistas eleitos em novembro de 1947, como parcela expressiva da vanguarda do movimento social, as estruturas locais do partido e o relacionamento dos comunistas com as demais forças políticas, no ambiente gerado pelo nascente “populismo com voto” na economicamente próspera Ribeirão Preto.

O incidente das Municipalidades é o tema central do capítulo V, e que se procura examinar por diversos ângulos: a ação do DOPS, os dramas pessoais, a solidariedade política recebida pelos réus. Tenta-se demonstrar que a operação de Ribeirão Preto esteve bastante ligada à preocupação genérica do DOPS com o comportamento político dos vereadores comunistas, que estiveram à frente de diversos protestos e iniciativas populares em 1949, de acordo portanto com a recente orientação tática do PCB, determinada pelo Manifesto de Janeiro de 1948, que fez o partido guinar à esquerda.

¹¹ JANOTTI, M. de L., “Historiografia, uma Questão Regional? São Paulo no Período Republicano, um Exemplo”, em Silva, Marcos A. [org], *República em Migalhas*, p. 86.

I. DUTRA OU A DEMOCRACIA INTOLERANTE

I.1. Redemocratização, conceito a questionar

No Brasil, o final da Segunda Guerra Mundial, a derrocada do Estado Novo e a destituição de Getúlio Vargas em outubro de 1945 abrem um período histórico impropriamente denominado “redemocratização”. A impropriedade da expressão reside na referência ao regime político vigente antes do Estado Novo: a rigor, havia quase nenhuma liberdade democrática na República Velha e mesmo nos primeiros anos trinta, não havendo sentido, pois, em falar em retorno à democracia ou redemocratização.

As reservas que a expressão exige relacionam-se também ao teor das reformas políticas implantadas no período. Ao examinar os primeiros anos da chamada redemocratização, durante o governo Dutra, o observador encontrará fortes restrições às liberdades e garantias individuais vistas como atributo da democracia liberal: direito de livre expressão do pensamento, livre associação para fins políticos e econômicos (partidos, sindicatos), direito de ir e vir, *habeas-corpus* etc.

Entre janeiro de 1946 e janeiro de 1951, o direito, quase único, assegurado indistintamente da condição de classe (ainda assim excetuando-se os analfabetos) foi o direito ao voto. Além das eleições para a Presidência da República e o Congresso Nacional em dezembro de 1945, foram realizadas, em âmbito nacional, eleições para os governos e assembleias estaduais em janeiro de 1947, eleições municipais em novembro do mesmo ano e eleições presidenciais em dezembro de 1950, além de inúmeros pleitos municipais isolados.

Mas mesmo esse direito tornou-se objeto de grave restrição, quer pela decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), fortemente tutelada pelo governo, de tornar ilegal o Partido Comunista do Brasil (PCB) em maio de 1947, quer pelo esbulho eleitoral puro e simples que foi a cassação, em janeiro do ano seguinte, de inúmeros mandatos e de centenas de milhares de votos em todo o país, originários de três eleições: as de dezembro de 1945 e as de janeiro e novembro de 1947.

O ataque sistemático aos setores organizados da classe trabalhadora, e a tentativa de negar ou abolir os direitos por ela conquistados sob o Estado Novo ou formalmente inscritos na Constituição Federal de 1946, fizeram lembrar o modo como a República Velha tratava a questão social¹. Por isso, na campanha eleitoral de 1950, Vargas disputaria a Presidência falando em restituir aos trabalhadores “pelo menos a cidadania”².

O terrorismo de Estado praticado nos anos 1946-50 — caracterizado especialmente pela repressão policial-militar em grande escala das manifestações de insatisfação ou contestação política e por um ambiente de intolerância anticomunista típico da Guerra Fria — atingiu os comunistas em geral, a maior parte do sindicalismo independente e também os setores socialistas não-comunistas, os nacionalistas e outros, engajados nas campanhas pelo monopólio estatal do petróleo e pela “paz mundial”, na luta pela terra ou em variadas reivindicações populares. A eliminação física de opositores tornou-se relativamente banal, contando-se às dezenas os mortos pela forças de repressão.

Saint-Pierre define o terrorismo como uma forma de luta “cujo âmbito de realização se dá ao nível psicológico do indivíduo”, e cujo

¹ FRENCH, J., *O ABC dos Operários* (1900-1950), p.

efeito, procurado ou não, “é uma disposição psicológica, e, portanto, íntima: o terror, isto é, um pavor incontrolável”. O terrorismo de Estado seria o “mais notório” dos casos de organização complexa do terrorismo³.

O advento de uma nova Constituição Federal e o funcionamento normal do poder legislativo não afetaram esse quadro, antes o avalizaram, na medida em que emprestaram legitimidade ao poder executivo para que este implantasse suas políticas repressivas. O Congresso autorizou, por exemplo, a demissão de funcionários públicos tidos como comunistas, e por fim a cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas.

O conteúdo profundamente antipopular e os estreitos limites da democracia liberal, na economia e na política, mostraram-se de corpo inteiro no período Dutra. Nele o instituto democrático do voto coexistiu com um poder coercitivo desenfreado dos aparelhos repressivos do Estado, só “regulado” pela legislação outorgada pelo próprio governo, como o decreto-lei 9.070, que Dutra editou em março de 1946 a pedido da burguesia industrial, com a finalidade de proibir as greves e punir os trabalhadores desobedientes.

Como Werneck Vianna assinalou, nos nove meses em que a Constituinte conduziu seus trabalhos legislativos, “no terreno concreto da ação, o executivo, investido de poderes excepcionais, orientava, sem fiscalização de nenhum outro poder, o sentido geral do processo de institucionalização”⁴.

² MARANHÃO, R., *Sindicatos e Democratização*, p. 114.

³ SAINT-PIERRE, H. L., *A Política Armada*, p. 213-215. Entre vários exemplos de terrorismo de Estado, esse autor cita o macartismo, que guarda semelhanças com o ambiente vivido no Brasil à época de Dutra.

⁴ VIANNA, L.W., *Liberalismo e Sindicato no Brasil*, p. 254.

Vale lembrar que o conceito de “democracia liberal” é carregado de ambigüidade, como nota Aarão Reis⁴: afinal, se o pensamento democrático moderno vincula-se à liberdade e à revolução (Revolução Francesa, Guerra da Independência Americana), o pensamento liberal nada tem de democrático. Por outro lado, sustenta ele, as liberdades democráticas podem conviver com a ditadura sobre as classes subalternas, como ocorreu nos Estados Unidos e em diversos países capitalistas avançados: nesse sentido, a “democracia liberal” não seria contraditória com a supressão de direitos e repressão à organização autônoma dos trabalhadores.

Almeida Jr. enxergou no pós-1947, ano que marca o endurecimento do regime, a mera estruturação da democracia liberal “tal como sempre a viram os donos do poder”, ou seja, ao lado das garantias individuais afiançadas pela Constituição a asfixia, pelo aparelho estatal, de todo e qualquer movimento de massas: “Liberal na forma, herdeiro do autoritarismo característico dos anos trinta no conteúdo, eis possivelmente uma descrição sumária do período Dutra”⁵.

A definição de Bethell é bem próxima: a democratização “foi um fato concreto”, no entanto, dado que as forças que a controlaram haviam sido os sustentáculos do Estado Novo, “a recém-implantada democracia brasileira revelou-se limitada na perspectiva e antipopular no caráter”⁶.

A truculência praticada contra a oposição nacionalista levou autores ligados ao PCB, como Werneck Sodré, a relativizar o caráter democrático do regime, qualificando-o como “novo Estado Novo, com

⁴ AARÃO REIS, D. Seminário de Projeto. Unesp, Franca, 1998.

⁵ ALMEIDA JR. A. M., “Do Declínio do Estado Novo ao Suicídio de Getúlio Vargas”, em FAUSTO, Boris (dir.): *O Brasil Republicano*, p. 244.

⁶ BETHELL, L., “Brasil”, in BETHELL, L. e ROXBOROUGH, I. (org.): *América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria*, p. 102.

disfarce constitucional”⁷. A partir de fins de 1947, os comunistas passaram a usar a expressão “ditadura terrorista” para classificar o governo Dutra, ao qual inicialmente emprestaram seu apoio.

A rigor, no entanto, este governo não se enquadra na forma *ditadura*. Do ponto de vista teórico, parece não haver como situá-lo na tipologia dos chamados regimes de exceção: bonapartismo, ditadura militar, fascismo — que são, tais como definidas por Poulantzas, as formas específicas da “forma de Estado de exceção”⁸. Basta mencionar que o legislativo e o judiciário mantiveram-se atuantes e relativamente autônomos, ainda que freqüentemente subordinados ao executivo na perseguição aos opositores.

Contudo, é certo que o exacerbado caráter policial-terrorista do regime, que se mostrou capaz mesmo de aprisionar por meses ou anos aqueles que eram flagrados cometendo os mais prosaicos atos singulares de protesto, como recolher assinaturas, distribuir panfletos ou exibir faixas, indica uma democracia atrofiada e intolerante, quando não simplesmente “policial”.

Opositores eram vistos e tratados como delinqüentes. “O problema da ordem interna é o primeiro na vida do Estado. Todos os países se encontram a braços com a delinqüência contra a ordem política e social”, declarou Dutra na mensagem anual de 1947. Referindo-se aos dispositivos existentes na Constituição garantidores do regime democrático, ele anunciou esperar, como legislação complementar, a decretação de “providências conexas”, tais como:

⁷ SODRÉ, N.W., *Do Tenentismo ao Estado Novo*, p. 291.

⁸ POULANTZAS, N., *Fascismo e Ditadura*, p. 65.

“a expulsão de estrangeiros nocivos à ordem pública, a definição do que é atividade perniciosa ao interesse nacional para os efeitos de naturalização, a seleção de imigrantes em face das nossas conveniências e a condição de lealdade ao Brasil para o exercício de funções públicas”⁹.

O combate às forças de oposição não obedecia meramente a determinações de ordem ideológica ou política, como a Guerra Fria, que se torna a principal determinante internacional no período. Havia uma determinação econômica: o ritmo de acumulação do capital industrial, a exigir taxas crescentes, que por sua vez requeriam compressão de salários, portanto, repressão às demandas dos trabalhadores ou “confisco salarial”, na expressão de Ianni¹⁰. Este direcionamento combinava-se com a reconversão do aparelho de Estado ao liberalismo econômico: desativação ou reorientação dos controles estatais da economia, em favor do grande capital nacional e estrangeiro¹¹.

A supressão legal do PCB foi acalentada desde 1946¹². Na nova Constituição Federal criou-se dispositivo, o artigo 141, § 13, que permitia em tese a cassação do registro de partidos que pudessem ameaçar o “regime democrático”. O impressionante desempenho eleitoral do PCB em duas eleições nacionais sucessivas — que lhe deram a quarta maior bancada no parlamento federal, graças aos mais de 500.000 votos recebidos em todo o país, e a terceira em São Paulo — foi determinante para a decisão do regime de “cortar as asas” do partido, tanto quanto o eclodir da Guerra Fria.

⁹ OLIVEIRA, J. T. (sel.), *O Governo Dutra*, p. 281.

¹⁰ IANNI, O., *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*, p.100-105; MARANHÃO, R., *Sindicatos e Democratização*, p. 115-119.

¹¹ IANNI, O., *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*, p. 80 e ss.

¹² BETHELL, L., “Brasil”, in BETHELL, L. e ROXBOROUGH, I. (org.): *América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria*, p. 98.

Porém, destaque-se que a repressão governamental ao movimento operário propriamente dito começou já em 1946, com a edição do decreto-lei antigreve 9.070 e a prisão de líderes grevistas, sem esquecer da deportação de ativistas operários de origem estrangeira¹³. Foi a resposta de Dutra a uma maciça onda de greves vitoriosas que teve início antes mesmo de sua posse na presidência da República, em 1º de fevereiro.

A cassação do PCB daria início a um novo e devastador surto repressivo, com base no decreto-lei 23.046, de 8 de maio de 1947, que fechou a Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB) e interveio em cerca de duas centenas de sindicatos. Muitos passaram a ser diretamente controlados pela Polícia. O torniquete aplicado no movimento operário e sindical completava-se com a exigência de apresentação do atestado de ideologia para os eventuais candidatos à direção das entidades, cabendo à Polícia política a emissão deste documento.

Posto fora de circulação o PCB, ganhou força o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) como canal legal de expressão dos interesses operários. Gestado nos gabinetes do Ministério do Trabalho ainda ao tempo do Estado Novo, aglutinador dos sindicalistas oficiais, o PTB era um projeto caro a Vargas, por garantir-lhe, e a seus próximos, sobrevivência política na transição para os novos tempos. Ao contrário do que se costuma afirmar sobre essa organização, ela não surge como contrapeso de última hora ao PCB: “era uma cunha entre a classe trabalhadora e o

¹³ COSTA, H. da, *Em Busca da Memória — Comissão de Fábrica, Partido e Sindicato no Pós-Guerra*, p. 117-118.

comunismo, mas não um partido cujo móvel e sentido fosse o anticomunismo”¹⁴.

Em janeiro de 1948 os parlamentares comunistas perderiam seus mandatos, o senador Luis Carlos Prestes sairia de cena para cair na clandestinidade, e Vargas ressurgiria como líder popular, seu populismo trabalhista transformando-se “no principal elemento da ideologia e atividade do PTB”¹⁵.

Entre os partidos que exprimiam interesses das classes dominantes no período Dutra, os mais importantes eram o Partido Social-Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN). O primeiro articulava ex-interventores e demais burocratas do Estado Novo e os representantes das oligarquias regionais. O segundo, que nascera como projeto de uma parcela da esquerda que não se sentia representada no PCB, rapidamente tornou-se instrumento de setores da alta burguesia e das classes médias conservadoras. No parlamento federal, PSD, UDN e o Partido Republicano (PR), menor, aliaram-se para garantir folgada maioria ao governo de Dutra.

O Partido Social-Progressista (PSP) foi uma criação do ex-interventor do Estado Novo em São Paulo, Adhemar de Barros, que candidatou-se a governador nas eleições de janeiro de 1947 e ganhou por pequena margem sobre seus dois concorrentes diretos, graças ao apoio recebido dos comunistas, os quais, nas eleições de dezembro de 1945, haviam obtido em São Paulo cerca de um terço de sua votação nacional. O PSP mostrou-se capaz de arregimentar bases sociais e o “pessepismo” consolidou-se como expressão paulista do populismo (v. cap. II).

¹⁴ GOMES, A. de C., *A Invenção do Trabalhismo*, p. 307. Sobre as primeiras articulações, ver p. 288 e ss.

¹⁵ IANNI, O., *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*, p. 103.

Adhemar foi convencido ou pressionado pelo governo federal a reprimir e perseguir seus aliados da véspera e para isso recorreu principalmente ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), mas também às delegacias regionais de Polícia e à Polícia Marítima, esta última criada em seu governo, voltada especificamente para a repressão ao movimento dos portuários¹⁶.

Declarado ilegal, o PCB decidiu continuar disputando espaços no parlamento. Depois de ver fracassar a tentativa de constituir o Partido Popular Progressista (PPP), abortada pela justiça eleitoral, a direção comunista ordenou ou permitiu a seus militantes que se inscrevessem candidatos por todo e qualquer partido político legalmente constituído. Assim, nas eleições municipais de novembro de 1947 o clandestino PCB conseguiu eleger cerca de duzentos e cinquenta vereadores em todo o país — e até dois prefeitos¹⁷.

Paradoxalmente, embora eleitos pelos “partidos da ordem”, os vereadores comunistas participaram ativamente dos conflitos de classe tomando posição contra os governos Dutra e Adhemar, contra os interesses do latifúndio e, embora menos freqüentemente, contra a burguesia industrial ou financeira.

Finalmente expulso do Congresso Nacional e das assembleias legislativas, o PCB literalmente “declarou guerra” a Dutra, pregando a derrubada do governo, e adotou gradualmente posições radicais também no movimento sindical. Tratava-se de uma guinada à esquerda, porque a

¹⁶ GONÇALVES, A., *Lutas e Sonhos. Cultura política e hegemonia progressista em Santos*, p. 104.

¹⁷ No Estado de São Paulo, todos os vereadores eleitos pela legenda do PST foram cassados, num total de cinquenta e seis, e também o prefeito eleito de Santo André, Armando Mazzo. Ver cap. II e IV.

orientação anterior era de unidade nacional e “ordem e tranqüilidade”, mesmo na iminência da cassação do registro do partido¹⁸.

A orientação política geral do PCB vigente em 1949 é um dos fatores a explicar a multiplicidade de conflitos de que participaram os comunistas naquele ano, em diferentes pontos do território nacional e particularmente em São Paulo. Os “vereadores de Prestes” estiveram na vanguarda de muitas dessas lutas.

O processo criminal resultante, em 1949, da ação do DOPS no II Congresso das Municipalidades, em Ribeirão Preto, é revelador das condições políticas então existentes no Brasil, denunciando contradições entre o “formato” democrático-eleitoral do regime e a perseguição a parlamentares regularmente eleitos; entre a vigência formal do Direito e as restrições práticas ao exercício da liberdade; entre a existência de uma Constituição supostamente democrática, a de 1946, e violações freqüentes de direitos constitucionais.

1.1.1. A mitificação de Dutra. Em torno da figura do general Dutra construiu-se o mito do estadista afeito à Constituição Federal, ao “livrinho”, o homem responsável pela redemocratização do país ao final do Estado Novo. Essa construção é corriqueiramente encontrada na imprensa, e tem apoio nas obras produzidas por apologistas.

Curiosamente, em duas das mais importantes biografias laudatórias do general não se faz referência a seus atos de governo. Os autores dão toda a ênfase ao processo eleitoral vivido em 1945, à destituição de Vargas e à vitória de Dutra, apresentada como o próprio corolário da democratização.

¹⁸ Comitê Estadual, Circular, 22.2.1947. Prontuário DOPS 2431, v. 14.

Trigueiro do Vale, ao falar da famosa mensagem em que Vargas declara seu apoio a Dutra, lida no comício final da campanha, omite a frase em que o ex-ditador adverte que poderá fazer oposição a Dutra, caso este traia os trabalhadores¹⁹. Leite e Novelli Jr., porém, publicam o texto na íntegra: após afirmar que a “abstenção é um erro” e que Dutra merece “os nossos sufrágios”, Vargas acrescenta que em seguida à vitória “estarei ainda ao lado do povo, contra o Presidente, se não forem cumpridas as promessas do candidato”²⁰.

Ambas as obras revelam a faceta eleitoral do general, como os compromissos assumidos por ele em abril de 1945, quando Dutra “exaltou a necessidade de reconstitucionalização do país”, defendeu a anistia e “não se furtou a falar sobre a oportunidade de reatamento de relações diplomáticas com a Rússia”²¹. Ou quando, em troca de cartas com o oficial da Marinha Átila Soares, amigo de Prestes, reconhece ao comunismo o “pleno direito da existência legal”, com uma ressalva nem sempre lembrada pelos que mencionam o episódio: “enquanto os comunistas mantiverem entre nós a linha de conduta que hoje assumem, de renúncia aos processos violentos e de acatamento às autoridades constituídas”²².

A trajetória golpista de Dutra (1937, 1945) e sua condição de “condestável” do Estado Novo, condecorado por Hitler e Hiroito, é assim dissimulada habilmente e substituída pela imagem do governante zeloso da lei e da Constituição. É verdade que, apesar da derrota de seu candidato, Cristiano Machado (PSD), nas eleições presidenciais de 1950, o general aparentemente nada fez para impedir a posse de Vargas.

¹⁹ VALE, O. T., *O general Dutra e a redemocratização de 45*, p. 182.

²⁰ LEITE, M. R. & NOVELLI JR., L., *Marechal Eurico Gaspar Dutra: o Dever da Verdade*, p. 751.

²¹ VALE, O. T., *op. cit.*, p. 67.

²² LEITE, M. R. & NOVELLI JR., L., *op. cit.*, p. 693-694.

Contudo, não é menos verdadeiro que ele acenou com a possibilidade de um golpe no ano anterior, quando Adhemar e Vargas movimentavam-se em diferentes direções, arregimentando forças para a campanha presidencial. Em discurso para um grupo de generais no Rio de Janeiro, Dutra evocou os fantasmas do Estado Novo e fez alusão à Guerra Fria, dizendo ser dever das Forças Armadas “estar atentas em momento de tanta gravidade no campo internacional e de tanta incompreensão dentro das fronteiras a respeito de problemas fundamentais para a nacionalidade”²³.

O discurso provocou protestos como os dos deputados Euzébio Rocha, para quem “o próprio presidente da República está conspirando contra a legalidade”²⁴, e Café Filho, que denunciou os “propósitos golpistas” ajudados pela conjuntura internacional e por “condições internas, políticas e econômicas, que se agravam dia a dia, por causa, sobretudo, da desorientação do governo”²⁵.

As preocupações aumentaram depois que Francisco Campos — autor do texto constitucional outorgado em 1937, a “Polaca” — visitou o Palácio do Catete: dada a trajetória desse ex-ministro, sua presença ali poderia indicar maquinações antidemocráticas²⁶. Todavia, se havia alguma articulação nessa direção, ela não foi adiante.

Em 1949-50, tornaram-se evidentes os fracassos administrativos e políticos de Dutra, como o Plano Salte (Saúde, Alimentação e Transporte), considerado por Nelson Mello e Souza como “talvez o mais

²³ O MOMENTO POLÍTICO. Meras Coincidências... Rafael Corrêa de Oliveira. **O Estado de S. Paulo**, 3.7.49, p. 4.

²⁴ Continuam Agitados os Meios Políticos em Virtude do Último Discurso do General Dutra. **Jornal de Notícias**, 6.7.49, p. 3.

²⁵ Propósitos Golpistas Incentivados pela Situação Política Internacional e Pelas Condições Internas. **Jornal de Notícias**, 5.7.49, p. 3.

²⁶ O MOMENTO POLÍTICO. Como Repercutiu na Câmara dos Deputados o Discurso do Presidente da República aos Generais. **O Estado de S. Paulo**, 5.7.49, p. 3.

espetacular desastre das tentativas de planificação no Brasil”²⁷. Compreende-se, portanto, que os autores interessados em louvar a figura do general encontrem dificuldades em tratar das suas ações concretas de governo.

1.1.2. A dissolução do Estado Novo. Desde 1943 o Estado Novo enfrentava crescente oposição de setores liberais (entrevista do general Manoel Rabelo à revista *Seiva*²⁸, Manifesto dos Mineiros, entrevista de José Américo). O PCB, que se reorganizava na clandestinidade, optou pela linha de “união nacional com Vargas na luta contra o nazi-fascismo”. O processo de dissolução do regime acelerou-se com a entrada do Brasil na guerra e, depois da derrota da Alemanha, com a volta dos combatentes da Força Expedicionária.

Foram libertados os prisioneiros políticos, entre os quais Prestes, de grande prestígio. Vargas foi obrigado a convocar eleições, para aliviar o regime de pressões vindas de todo lado, incluídos os EUA. Aliado da URSS na frente comum contra os países do Eixo, o Brasil reatou relações diplomáticas com esse país, por decisão de Vargas. O PCB foi legalizado.

Ao longo de 1945, até outubro, Vargas manobrou para encontrar uma saída indolor para o regime, fazendo concessões de caráter democrático e preparando-se para a inevitável transição. Apesar de suas declarações em contrário, o ditador aparentemente buscava sua permanência no comando do Estado, em aliança não mais com os setores “de cima”, mas com os subalternos: os trabalhadores.

²⁷ IANNI, O., *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*, p. 84 e ss.

²⁸ Ler, a respeito: DULLES, J. F., *O Comunismo no Brasil*, p. 249; AZEVEDO, R. & MAUÉS, F., *Rememórias — Entrevistas Sobre o Brasil do Século XX*, p. 178-179.

A explosão do *queremismo*, vigorosa campanha de massas que exigia a manutenção de Vargas à frente do governo, tem sido imputada à sua iniciativa, o que é incerto. De todo modo, o PCB aderiu ao *queremismo*, num gesto político surpreendente para um partido que sofrera feroz perseguição do aparelho repressivo de Vargas²⁹. Já em 1943, o PCB optara pela “união nacional com Vargas”, ou, em resumo, abdicara de hostilizar o Estado Novo em nome da unidade nacional na luta contra o nazismo.

Em outubro de 1945, o ditador é derrubado por um golpe comandado pelos generais Dutra, o ministro da Guerra, e Góes Monteiro, os mais influentes do Estado Novo. O embaixador dos EUA, Adolf Berle, fizera uma declaração pública interpretada como o “sinal verde” para a deposição de Vargas. José Linhares, presidente do Superior Tribunal Federal e ligado à UDN, assume a Presidência interinamente.

1.1.3. Eleições livres e democráticas. Nas eleições de 2 de dezembro de 1945, “as primeiras relativamente livres e democráticas (embora sem o sufrágio universal) da história brasileira”³⁰, Dutra derrotou o brigadeiro Eduardo Gomes (UDN), seu principal adversário, e elegeu-se presidente da República pelo PSD com 55% dos votos, graças à vasta influência da máquina administrativa herdada do Estado Novo, apoio das oligarquias regionais e voto dos trabalhadores urbanos, cabalado por Vargas às vésperas da votação, como visto acima. Os comunistas, por sua vez, elegeram à Assembléia Nacional Constituinte quatorze deputados e um senador: Prestes, com enorme votação.

²⁹ BETHELL, L., “Brasil”, in BETHELL, L. e ROXBOROUGH, I. (org.): *América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria*, p. 85-86.

³⁰ BETHELL, L., *op. cit.*, p. 91.

Vargas, que concorreu como candidato à Constituinte, recebeu a mais consagrada votação já conquistada por um político da República. Elegeu-se senador por dois estados e dois partidos: PSD, no Rio Grande do Sul, e PTB, em São Paulo. Também elegeu-se deputado federal por sete estados. Na condição duplamente confortável de grande eleitor de Dutra e de campeão de votos próprios, Vargas retirou-se para São Borja e passou a preparar o retorno à Presidência. Mais tarde, faria oposição ao governo.

Após o fracasso de experiências como a realização do I Congresso Sindical dos Trabalhadores, que foi organizado, a contragosto, pelo Ministério do Trabalho, mas terminou sob controle de um ativo grupo de sindicalistas do PCB, o governo Dutra resolveu, no carregado contexto da Guerra Fria, impor a dominação de classe por meio do recurso sistemático à violência de Estado, legal e extra-legal.

O grau de intervenção arbitrária do governo nos sindicatos superou tudo que se viu no Estado Novo, como atesta o depoimento insuspeito do adido trabalhista britânico no Brasil, Clifford German³¹. A compressão salarial era fundamental à política econômica de Dutra, para manter altas as taxas de acumulação de capital, portanto “a repressão ao movimento operário era necessária”³².

A redemocratização do Pós-Guerra aprofundou o *sentido* determinado pelo golpe de outubro de 1945: 1) “matar no ninho” a democratização planejada pelo próprio Vargas, a qual, pensava-se, traria embutida uma política econômica estatizante e nacionalizante; 2) reorientar a economia no rumo oposto, e, em nome da democracia representativa, abandonar “as diretrizes e as práticas ligadas à política econômica de orientação

³¹ BETHELL, L., *op. cit.*, p. 100-101.

nacionalista”, bem como eliminar os órgãos estatais que exerciam a intervenção na economia; 3) dismantelar “tudo que estivesse identificado com a ditadura do Estado Novo e a figura de Vargas”³³.

No campo internacional, efetuou-se completo alinhamento do Brasil aos interesses políticos, militares e diplomáticos norte-americanos, dentro dos padrões da Guerra Fria. Há evidências de que o governo Dutra cumpriu um papel importante na ampliação e consolidação dos laços existentes entre as classes dominantes brasileiras e os EUA. São provas contundentes disso a atuação de Oswaldo Aranha como secretário-geral da ONU (na condição aparente de patrono da criação de Israel, em 1948), o rompimento de relações diplomáticas com a URSS em outubro de 1947 e as facilidades criadas para a remessa de lucros ao exterior.

Esses laços surgiram ou se tornaram mais firmes durante a Segunda Guerra Mundial. Foi nos campos de batalha da Itália que o então tenente-coronel Humberto Castelo Branco começaria a destacar-se, ao lado de oficiais norte-americanos. Mais tarde, Castelo Branco seria, ao lado de vários generais, uma das testemunhas-chave no processo em que o TSE decidiu, por 3 votos a 2, cassar o registro do PCB³⁴. É possível que isso seja mais do que um mero acidente na formação da elite militar que será o núcleo dirigente do golpe de 1964.

A Guerra Fria influenciou as políticas externa e interna do regime, a começar pelo rompimento com a URSS e o alinhamento incondicional à agenda diplomática e militar dos EUA. Dutra apoiou a intervenção

³² MARANHÃO, R., *op. cit.*, p. 118.

³³ IANNI, O., *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*, p. 75-82.

³⁴ BICALHO, L. de C. (org), *PCB-Processo de Cassação do Registro (1947)*, p. 15 e 128.

inglesa no Egito e a intervenção norte-americana na Grécia, e preferiu ignorar a criação da República Popular da China (1949).

Acordos militares como o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), a compra de equipamento bélico, a criação da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da Escola Superior de Guerra (ESG, centro gerador da futura Ideologia da Segurança Nacional), ambas surgidas em 1948, foram produtos da decisiva influência dos EUA.

No entanto, os EUA perderiam a batalha estratégica em torno do petróleo, em que pesem os bons ofícios que lhes foram prestados por Dutra: este como aqueles tiveram de amargar a sobrevivência da campanha pelo monopólio nacional do petróleo. Os EUA não conseguiriam também, nas eleições presidenciais de 1950, ver consagrado um nome de sua predileção. A revista *Time* informou que o candidato preferido do governo Truman era o general Canrobert Pereira, um dos expoentes do Estado Novo. Mas Canrobert nem chegou a disputar. Quem se elegeu foi Getúlio Vargas, nada confiável aos olhos de Truman.

1.2. O Brasil do Pós-Guerra: mais urbano, mais industrial

No plano social, o país via crescer sua classe média e tomar corpo a sua classe trabalhadora urbana. Ao sair do Estado Novo, ainda era um país predominantemente rural, mas em acentuado processo de urbanização. A população total passou de 41,1 milhões de habitantes, em 1940, para 51,9 milhões de habitantes em 1950. E a população urbana cresceu de 31,24% em 1940 para 36,16% em 1950, segundo o IBGE.

Depois dos anos de refluxo sob a ditadura, a classe trabalhadora urbana havia entrado em cena no final de 1945, lutando para recompor os salários que já não acompanhavam a inflação. O número de trabalhadores sindicalizados passou de 474.000 em 1945 para 797.000 em 1946. Nos seis primeiros meses de 1946 registraram-se mais de setenta greves de grande porte, envolvendo 100.000 trabalhadores.

O empresariado industrial paulista pediu a Dutra, antes mesmo de sua posse, que banisse os comunistas (que já em 1945 haviam criado o Movimento Unificador dos Trabalhadores-MUT), sufocasse o movimento operário e criasse um clima favorável ao investimento estrangeiro direto na indústria³⁵.

Dutra rapidamente disse a que veio: “declarou guerra aos setores mais independentes da força de trabalho organizada e aos comunistas”³⁶. Em maio de 1946, ocorre a Chacina do Largo da Carioca, no Rio de Janeiro: manifestação pública organizada pelos comunistas é dissolvida a tiros e cargas de cavalaria pela polícia, resultando mais de cem feridos.

Era uma senha, a sugerir que para a massa popular os resultados materiais e políticos da conversão à democracia representativa foram negativos: “Durante todo o período governamental (1946-50) não houve qualquer elevação do salário mínimo, a despeito da crescente inflação de preços”³⁷. O arrocho salarial era condição *sine qua non* da prosperidade industrial no período.

1.2.1. O primado do liberalismo econômico. Nos dois primeiros anos do governo, o liberalismo econômico reinou absoluto, o que se traduziu na retirada dos controles estatais do mercado, na supressão das normas

³⁵ BETHELL, L., *op. cit.*, p. 94. Ver também COSTA, H. da, *Em Busca da Memória*, p. 118-119.

³⁶ BETHELL, L., *op. cit.*, p. 94.

reguladoras da entrada e saída de capitais, no câmbio valorizado e na atitude de inação diante da “queima” das reservas em dólares obtidas durante a Segunda Guerra Mundial.

Na segunda metade do mandato, os fatos econômicos marcantes foram a desvalorização da moeda e a inflação em alta, que infligiram perdas elevadas ao poder aquisitivo dos salários. O país passou a enfrentar dificuldades em razão da inexistência de reservas:

“O Brasil deve nos Estados Unidos cerca de duzentos e quatorze milhões de dólares, de mercadorias compradas e os quais não pode pagar por falta de câmbio. O fato acima é revelado pelo Departamento de Comércio dos Estados Unidos em um documento oficial publicado para uso dos homens de negócios”³⁸.

De acordo com Ianni, é inegável “que o poder público voltava à condição de guardião das ‘regras do jogo’ econômico, segundo a doutrina liberal e as conveniências das empresas privadas mais poderosas”. Um surto industrializante ocorreu nos anos 1947-50, a despeito das ações e omissões do poder público³⁹. A concentração de renda no setor privado avançava célere. Os bancos privados, por exemplo, obtiveram taxa média de lucro de 15% em 1946, 16,2% em 1947 e 14% apenas no primeiro semestre de 1948⁴⁰.

O governo Dutra manteve a estrutura sindical herdada do Estado Novo, e sua correspondente legislação, exceto pelo direito de greve, admitido pela Constituição de 1946 mas tornado nulo, na prática, pela

³⁷ IANNI, O., *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*, p. 100.

³⁸ O Brasil Não Pode Salvar as Dívidas Por Falta de Câmbio. **Correio Paulistano**, 1.5.49, p. 1.

³⁹ Ver IANNI, O., *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*, p. 84.

⁴⁰ Discurso do deputado Pedro Pomar, **Diário do Congresso Nacional**, 1949.

vigência do decreto-lei 9.070 e pela efetiva disposição de tratar as reivindicações dos trabalhadores com mão de ferro.

O *sindicalismo corporativo* erigido pelo Estado Novo, traduzido na existência de centenas de sindicatos por ramo de produção em todo o país e baseado numa lógica de trocas simbólicas, a qual pressupunha a adesão da classe trabalhadora ao sistema mediante o reconhecimento de direitos sociais, ou direitos “trabalhistas”⁴¹, permaneceu como importante fator de disciplinamento e controle do trabalho.

O ímpeto classista de muitos setores da massa operária manteve-se, apesar de tudo: eles recorreram à greve e a outras formas de protesto sempre que necessário e possível, e inúmeras vezes disputaram e tomaram o poder nos sindicatos, o que pode explicar a “operação limpeza” realizada por Dutra em 1947.

1.2.2. Os comunistas sob ataque. Fundado em 1922, o PCB era ainda uma organização relativamente nova quando se aproximou do líder tenentista Luis Carlos Prestes, no início dos anos 30. A entrada de Prestes, em fins de 1934, viria a ter um profundo impacto sobre a trajetória posterior do PCB.

Por um lado, tratava-se de um nome que viria a adquirir imenso prestígio popular, tornando-se um chamariz para o partido, tanto do ponto de vista do crescimento numérico da organização e da expansão de sua presença junto a diferentes setores da sociedade⁴², quanto do ponto de vista eleitoral, no curto período em que foi permitido aos comunistas disputar eleições.

⁴¹ GOMES, A. de C., *A Invenção do Trabalhismo*, p. 246 e ss.

⁴² RODRIGUES, L. M., “O PCB: os Dirigentes e a Organização”, em FAUSTO, Boris (dir.): *O Brasil Republicano*, p. 411-412.

Por outro lado, Prestes e seus companheiros militares trariam para o PCB suas concepções nacionalistas e positivistas, que viriam a empobrecer o debate interno necessário ao complexo processo de elaboração teórica e estratégica de um partido que se pretendia revolucionário.

A “jovem oficialidade” que aderiu ao PCB em meados da década dos trinta não tivera “qualquer vinculação com as lutas operárias e sindicais da época e tampouco estava familiarizada com a literatura marxista e socialista”, observa Rodrigues. O nacionalismo significou a ênfase nas questões relacionadas à soberania nacional, ao desenvolvimento econômico, às alternativas nacionalizantes e estatizantes, em prejuízo das reivindicações vinculadas ao trabalho e à autonomia da classe operária⁴³. Quartim de Moraes aponta a existência de um sincretismo positivista-marxista como resultado da aproximação entre a “esquerda comunista” e a “esquerda militar”⁴⁴.

Fenômenos como o culto à personalidade e o mandonismo, genericamente atribuídos ao “stalinismo”, tornaram-se patentes desde então. Dulce Pandolfi observa que durante os anos quarenta o PCB estimulou junto à população a associação entre o nome de Prestes e o partido, chegando a *reconstruir* a história partidária e emprestando ao líder da Coluna um perfil militante, “orgânico”, que ele efetivamente não chegou a ter antes de 1945, quando foi libertado após nove anos de prisão. Na realidade, até então Prestes só atuou em liberdade, na condição de militante do PCB, em um curto período entre 1934 e 1936⁴⁵.

⁴³ RODRIGUES, L. M., “O PCB: os Dirigentes e a Organização”, em FAUSTO, Boris (dir.): *O Brasil Republicano*, p. 437. Esse autor, contudo, não faz referência ao positivismo.

⁴⁴ MORAES, J. Q. de, *A Esquerda Militar no Brasil*, p. 81. A questão do positivismo voltará a ser examinada no cap. III.

⁴⁵ PANDOLFI, D., *Camaradas e Companheiros*, p. 128.

De todo modo, o PCB obteve êxito com a constituição da Aliança Nacional Libertadora (ANL), uma frente democrática de massas, de programa anti-fascista, nacionalista e antilatifundiário radical, que foi por ele patrocinada e empolgou o país no início de 1935, exigindo reformas. A ANL parecia corresponder à tática de “frente única anti-fascista” adotada pela Internacional Comunista após a vitória eleitoral de Hitler na Alemanha, em 1933.

Em julho de 1935, o regime de Vargas proibiu as atividades da ANL e decretou o seu fechamento. O PCB decidiu então organizar um levante armado contra o governo, e que, levado a cabo em novembro, resumiu-se a uma “quartelada”. Esse movimento desastroso foi cabalmente derrotado, desencadeou uma onda repressiva que engolfou setores da esquerda que não tiveram qualquer participação nele, e abriu caminho à implantação do Estado Novo.

O PCB pagaria um alto preço pela aventura militar de 1935, que deu a senha para o desmantelamento do partido pela Polícia e Exército. Nos dez anos que se seguiram ao frustrado levante, os comunistas enfrentaram a árdua tarefa de manter vivo o partido, a partir de núcleos regionais e militantes dispersos. Somente em 1942-43 é que teria início a *reorganização*, criando as bases para uma reestruturação nacional.

Declarada a guerra ao Eixo, os comunistas estimularam o engajamento nas tropas da FEB, e muitos apresentaram-se como voluntários, angariando prestígio por sua atitude conseqüente. Jacob Gorender afirma que chegou a existir um núcleo organizado do PCB nas tropas brasileiras que lutaram na Itália⁴⁶.

⁴⁶ AZEVEDO, R. & MAUÉS, F., *Rememórias — Entrevistas Sobre o Brasil do Século XX*, p. 181.

A decisão de fazer da luta contra o fascismo o centro da tática partidária remonta à Conferência da Mantiqueira, realizada em 1943 pela Comissão Nacional de Reorganização Provisória (CNOP), um dos grupos que pretendiam reorganizar o partido, quando Prestes ainda se encontrava encarcerado. Os principais membros da CNOP, que acabaria por impor-se aos demais grupos, eram Diógenes de Arruda Câmara, João Amazonas, Pedro Pomar e Maurício Grabois.

A linha política adotada pela CNOP, e que tinha naqueles dirigentes seus principais formuladores, preconizava a união patriótica com Vargas, contra o nazismo, o que implicava uma trégua na luta contra o Estado Novo. A política de *união nacional* sobreviveu à Guerra. Seu pressuposto era a existência de uma burguesia progressista, nacionalista, antiimperialista, que precisaria ser apoiada pela classe operária, para realizar as tarefas da revolução burguesa e liquidar o “feudalismo”, abrindo caminho para (só então), numa etapa posterior, implantar-se o socialismo.

Tal formulação teórica tornou-se a base da série de ziguezagues táticos dos comunistas nos anos seguintes, quando adotaram a bandeira “Constituinte com Getúlio” como contraponto ao *slogan* udenista “Todo poder ao Judiciário”, e quando, no início do governo Dutra, desestimularam a realização de greves para não criar obstáculos ao desenvolvimento da indústria nacional. A mesma linha explica o pragmatismo das alianças eleitorais realizadas pelo PCB, embora não sem mediações, reviravoltas e tensões internas.

Uma guinada à esquerda ocorreu a partir de fins de 1947, às vésperas da cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas. O governo Dutra passou a ser qualificado pelo partido como “de traição nacional”.

No entanto, persistia na direção do PCB um otimismo irrealista na análise da correlação de forças entre o bloco conservador dominante e a oposição democrática e popular.

Entre 1945 e maio de 1947, o PCB viveu uma rica experiência de atuação legal. Seu vertiginoso crescimento mostrou suas potencialidades, tanto quanto suas debilidades. Seu candidato a Presidente da República nas eleições de dezembro de 1945, Yedo Fiúza, obteve 569.000 votos ou quase 10% da votação total, percentual muito expressivo. Muitos líderes operários elegeram-se para o parlamento, fato inédito na história brasileira⁴⁷. Dezenas de milhares de pessoas filiaram-se ao partido em todo o Brasil. Um governador, o de São Paulo, foi eleito com a participação decisiva dos comunistas.

Essa potência eleitoral apavorou as classes dominantes, fazendo-as acelerar as manobras anticomunistas. Mas a direção do PCB minimizou a ameaça de fechamento do partido, embora a medida fosse cogitada pelo governo Dutra desde 1946. Quando finalmente veio a cassação, o partido não reagiu, pois estava despreparado e enredado nas esperanças que cultivara em relação a Dutra.

No dia 7 de maio de 1947, o TSE cassou o registro eleitoral do PCB. O partido que obtivera, em duas eleições consecutivas, mais de meio milhão de votos, foi tornado ilegal, sem apresentar resistência ou protesto expressivo. Daí para a frente, as sedes do partido foram lacradas, seus bens e documentos apreendidos, e entidades ligadas de alguma forma aos comunistas foram banidas ou perseguidas.

⁴⁷ Em raras ocasiões anteriores, operários foram eleitos, sempre de modo isolado.

Na maior parte do tempo, o governo paulista agiu em consonância com o governo federal. Embora o governador Adhemar de Barros devesse sua eleição à coligação eleitoral com o PCB, isso não impediu que ele, sob ameaça de intervenção federal, se voltasse duramente contra os comunistas, os quais tinham nesse Estado importante base social e eleitoral.

I.3. Os anos difíceis: 1948-50

De 1948 a 1950, como resultado das políticas de concentração e transferência de renda praticadas pelo governo Dutra, os trabalhadores urbanos viveram uma situação de crescente empobrecimento, agravado pelo racionamento de produtos alimentícios. No ambiente saturado de tensões, sindicatos ocupados por policiais e interventores e inexistência de canais institucionais que dessem vazão a suas reivindicações e anseios, como reagia a classe trabalhadora urbana?

Parte dela recorria a protestos e greves para resistir ao arrocho salarial, à inflação e à desordem administrativa, mesmo sob as duríssimas condições de repressão, que, para além das armas usadas com prodigalidade pela Polícia e Exército, estendia-se aos rigores judiciais. Inúmeros trabalhadores grevistas foram processados, condenados e presos, com base na legislação antigreve de Dutra⁴⁸.

Em Cruzeiro, no Vale do Paraíba, as esposas dos ferroviários da Rede Mineira de Viação, “em elevado número”, foram à estação e impediram a partida do trem da manhã, no que foi chamado de “greve originalíssima” pelo jornal do Partido Republicano. “As mulheres se colocaram à frente da locomotiva impedindo que o trem partisse como

⁴⁸ Citado, p. ex., nas Alegações Finais do promotor Marcelo R. dos Santos no caso das Municipalidades. Autos do processo 28.622-49, 1ª Vara.

protesto contra o atraso do pagamento, que não é recebido desde junho último”⁴⁹.

O Brasil não contava, à época, com índices nacionais de preços. Todavia, todos os índices existentes denunciavam inflação desde os anos finais do Estado Novo. A decomposição do poder de compra dos salários tornou-se vertiginosa e catastrófica nos anos de 1948 a 1950. Se, entre finais de 1945 e inícios de 1947, os setores mais combativos da classe trabalhadora haviam conseguido repor parte das suas perdas salariais por meio de greves, isso se tornara quase impossível no período subsequente.

De acordo com a Divisão de Estatística do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, o Índice do Custo de Vida da Classe Operária nessa cidade (criado por Mário de Andrade quando chefiou aquele órgão público), tomando-se o ano de 1939 = 100, chegou a 333% em agosto de 1947⁵⁰.

Na Guanabara, como assinala Maranhão, o salário mínimo encontrava-se, em 1950, reduzido a menos de metade de seu valor original, para uma base 1943 = 100: o índice caiu para 78,6 em 1945; 69,2 em 1946; 56,7 em 1947; 54,2 em 1948; 51,7 em 1949; e 47,5 em 1950. Note-se que, no triênio 1948-1950, o Produto Industrial cresceu, em termos reais, a índices superiores a 10%: 11,3% em 1948, 10,3% em 1949 e 11,3% em 1950⁵¹.

⁴⁹ **Correio Paulistano**, 23.9.1949. Anexado aos autos do processo 28.622-49, 1ª Vara.

⁵⁰ Citado pelo deputado Pedro Pomar em debate na Câmara Federal, **Diário do Congresso Nacional**, 12.8.47, 4569.

⁵¹ MARANHÃO, R., *op. cit.*, p. 116. O autor baseia-se em SILVEIRA, C. E., “A Experiência Brasileira de Inflação”, 1974; MELO E SOUZA, A., “Efeitos Econômicos do Salário Mínimo”, 1971; e *Conjuntura Econômica*, maio de 1974, v. 28, n.5.

Essa política de confisco salarial conheceu poucas exceções, entre as quais é possível citar os estivadores de Santos, que receberam aumento de 40% e outras vantagens econômicas no período⁵². Não há dúvida de que, ao elevar a taxa de exploração dos assalariados a níveis intoleráveis, Dutra “matou a galinha dos ovos de ouro”, facilitando o retorno vitorioso de Vargas nas eleições presidenciais de dezembro de 1950.

⁵² SARTI, I., *Porto Vermelho*, p. 54-56.

II. POPULISMO E REPRESSÃO EM SÃO PAULO

II.1. A vitória de Adhemar de Barros em aliança com o PCB

Nas eleições de janeiro de 1947 em São Paulo aliaram-se o industrial Adhemar de Barros, ex-interventor do Estado Novo, com seu recém-criado Partido Social-Progressista (PSP), e os comunistas do PCB. Adhemar ambicionava ser governador, mas os tradicionais partidos paulistas eram-lhe hostis, e não se adequavam ao *modus operandi* que ele pretendia adotar. Fundado o PSP, ele passou a ter o instrumento apropriado às suas ambições e planos.

A aliança com o PCB proporcionou-lhe o trânsito necessário junto ao vasto eleitorado operário urbano e o apoio de um partido que em 1945 elegera, quase que da noite para o dia, a quarta maior bancada da Assembléia Nacional Constituinte, graças à organização e militância aguerrida. Dada a aversão da burguesia ao PCB e a tudo que lhe dizia respeito, uma transação política desse tipo poderia trazer para Adhemar não apenas dividendos, mas também problemas. Porém, naquele momento, era o que estava ao seu alcance para eleger-se governador.

Quanto aos comunistas, tratava-se de uma aliança complicada e polêmica, para não dizer politicamente condenável, com um interventor da ditadura instaurada em 1937. Essa aliança implicava a existência de um acordo cujos termos até hoje não estão perfeitamente esclarecidos.

É certo que Adhemar comprometeu-se a defender a existência legal do PCB e a tomar providências contra a alta do custo de vida, além de ceder importantes vagas nas chapas próprias do PSP ao Senado e à

Câmara Federal¹. Sem fundamentar ou mencionar qualquer fonte, Basbaum afirma que o apoio dos comunistas a Adhemar teve como contrapartida a promessa “secreta” de oferecer-lhes “alguns cargos em seu secretariado, inclusive a... chefia da Polícia”².

Adhemar também beneficiou-se da adesão de parte do PTB paulista, que, por determinação de Getúlio Vargas e da direção nacional do partido, descartou seu próprio candidato, o herói *queremista* de 1945, Hugo Borghi, para apoiar o candidato do PSP. Borghi teve sua candidatura cassada e foi obrigado a procurar outra legenda³.

Encerrada a eleição, verificou-se sensacional vitória de Adhemar, mas o equilíbrio entre as três principais candidaturas demonstrou que o fator decisivo foi a participação do PCB⁴. Adhemar recebeu 393.637 votos (35%); Borghi, do PTN, 340.502 votos (30%); Mário Tavares, candidato do PSD de Dutra, 289.575 votos (26%); Antonio Prado, da UDN e eminente representante da oligarquia, apenas 93.169 votos (8%).

A excelente votação dos candidatos comunistas comprova o peso real do PCB na consagração de Adhemar. O PCB elegeu onze deputados estaduais por sua própria legenda, entre os quais o historiador Caio Prado Jr. e líderes sindicais como Armando Mazzo, Roque Trevisan e outros; e dois deputados federais, Pedro Pomar e Diógenes de Arruda Câmara, na chapa do PSP⁵. Pomar recebeu 135.031 votos e Arruda 62.889, números impressionantes, mesmo levando-se em conta que se tratava de eleições complementares para cinco vagas na Câmara Federal.

¹ BENJAMIN, C. & MAYER, J. M., *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro 1930-1983*, p. 318.

² BASBAUM, L., *História Sincera da República*, p. 173.

³ BENEVIDES, M. V., *O PTB e o Trabalhismo: Partido e Sindicato em São Paulo: 1945-1964*, p. 44.

⁴ BETHELL, L., “Brasil”, in BETHELL, L. & ROXBOROUGH, I. (org.): *A América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria*, p. 99.

⁵ SAMPAIO, R., em *Adhemar de Barros e o PSP*, p. 55, afirma que Franklin de Almeida, também eleito na chapa do PSP, foi indicado pelo PCB. É um engano. Almeida era um autêntico membro do PSP.

Na disputa de duas vagas no Senado, o pintor Cândido Portinari, candidato comunista lançado na chapa do PSP, foi o terceiro mais votado, entre os oito candidatos. Euclides Vieira (PSP) e Roberto Simonsen (PSD) foram eleitos com 301.393 e 291.555 votos respectivamente, contra os 287.897 votos dados a Portinari. Na capital paulista, Portinari obteve 171.988 votos, sendo o segundo mais votado, Vieira recebeu 174.814, e Simonsen somente 48.082 votos⁶.

Tornado governador do Estado mais rico do país tendo como parceiros de campanha os comunistas e os petebistas, Adhemar trouxe insegurança a um *establishment* poderoso e desabitado a fazer concessões às camadas populares. Mais do que isso, para Dutra “a vitória de Adhemar de Barros e seus aliados do PCB representou o maior revés político das eleições de janeiro de 1947”, pois “o Estado mais populoso e industrializado havia eleito um governador que não só era apoiado pelos comunistas, mas também vencera sem o apoio de qualquer um dos partidos da elite”⁷.

A sucessão presidencial começava então a delinear-se e a eleição de governadores seria um dado crucial na disputa. Adhemar deveria retribuir ao apoio de Vargas, apoiando o ex-ditador nas eleições presidenciais de 1950⁸. Isso fazia de Adhemar um alvo por excelência dos antigetulistas:

“O novo governador paulista era o único dos cento e tanto interventores que a graça de Deus reconduziu ao poder, agora

⁶ Dados colhidos no Arquivo do TRE-SP.

⁷ FRENCH, J., *O ABC dos Operários (1900-1950)*, p. 205.

⁸ BENEVIDES, M. V., *op. cit.*, p. 45.

sacramentado por todos os imperativos da justiça: candidato, eleito, empossado”⁹.

Entre 1947 e 1949, o mandato de Adhemar foi consumido por crises de governo e ameaças de intervenção federal (facultada pela Constituição de 1946), a começar pela tentativa dos setores capitaneados por PSD e UDN de impedir a posse do governador eleito, alegando, em medida judicial, suas notórias ligações com os comunistas.

No governo, Adhemar tratou de organizar seu partido e pôr em prática sua política clientelista. Nas eleições municipais de novembro de 1947, sai fortalecido: o PSP elege 27% dos prefeitos, o que não impediu, e talvez tenha incentivado, o recrudescimento da oposição.

Deputados estaduais e federais paulistas apresentaram a Dutra, em abril de 1948, um pedido formal de intervenção no Estado, com base no artigo 7º da Constituição Federal: acusado de gestão financeira temerária, Adhemar estaria ameaçando a integridade nacional. O caso é encaminhado por Dutra ao Ministro da Justiça, Adroaldo Mesquita, que dá parecer contrário à intervenção¹⁰.

Em junho do mesmo ano, contudo, o ministro da Fazenda, Corrêa e Castro, conclui pela procedência das denúncias, centrando seu parecer na “desordem financeira e econômica” e na questão dos bônus rotativos, títulos lançados pelo governo do Estado. Seu relatório é enviado por Dutra ao Senado, mas o caso morre por decisão das comissões de Justiça e Finanças¹¹.

⁹ RODRIGUES, L., *Adhemar de Barros Perante a Nação*, p. 30.

¹⁰ SAMPAIO, R., *Adhemar de Barros e o PSP*, p. 63-65.

¹¹ SAMPAIO, R., *op. cit.*, p. 65.

II.1.1. O PSP, ou a vertente paulista do populismo. O governo Adhemar seguiu os passos de sua gestão anterior como interventor (1938-1941). Caracterizou-se pela realização de grandes obras públicas e expansão dos serviços oferecidos pelo Estado, “dentro de uma perspectiva de bem-estar social que implicava na extensão da máquina governamental”¹². Encontrou, porém, obstáculos a essa política: o orçamento do Estado, restringido por comprometimentos anteriores e por encargos decorrentes da Constituição Federal e da Lei Orgânica dos Municípios, e a forte oposição, inclusive na Assembléia Legislativa, dos setores da elite ansiosos por reaver o comando da política estadual.

Adhemar foi, certamente, um dos pioneiros do populismo brasileiro. Se Vargas e seus assessores “inventaram” e praticaram o populismo “sem voto” concernente às condições da ditadura estadonovista, lançando depois as bases para sua sobrevivência na transição democratizante (das quais a criação do PTB é o melhor exemplo), Adhemar foi talvez o primeiro político brasileiro a galgar um posto no Executivo, pela via eleitoral, utilizando-se de uma estratégia pensada em termos das novas condições criadas no país pelo crescimento industrial e das populações urbanas.

Ele percebeu a rejeição popular ao mandonismo das elites paulistas, mandonismo esse expresso exemplarmente na arrogância do PSD, e tratou de criar condições para atrair o operariado e os setores médios. Uma vez no governo, recompôs-se, sempre que pôde, com os agrupamentos partidários tradicionais aos quais dizia ser uma alternativa. No trato com as massas operárias e o sindicalismo combativo, fez concessões, no mais das vezes, puramente simbólicas.

¹² SAMPAIO, R., *Adhemar de Barros e o PSP*, p. 62.

Ianni define o populismo como “estratégia política de desenvolvimento econômico”, “elemento crucial no progresso da industrialização” iniciado em 1945. A política de massas, em contraponto à política de partidos, seria o fundamento da *democracia populista*, organizada aos poucos desde o fim do Estado Novo. “A combinação dos interesses econômicos e políticos do proletariado, classe média e burguesia industrial é um elemento importante do getulismo”, destinando-se a “favorecer a criação e expansão do setor industrial, tanto quanto do setor de serviços”¹³.

No populismo, criam-se “instituições democráticas, destinadas a garantir o acesso dos assalariados a uma parcela do poder”, e “as condições de luta para uma participação maior no produto”. No entanto, essa política teve “conotação essencialmente desenvolvimentista”, pois o “propalado ‘distributivismo’ do getulismo era irreal, dado que o custo de vida sempre absorveu amplamente o salário real”. Assim, o confisco salarial e “o progresso da reprodução do capital” demonstram que “graças em parte à política de massas foi possível efetivar determinadas etapas do desenvolvimento industrial”¹⁴.

Essa advertência sobre os efeitos concretos do populismo parece bem apropriada às “tarefas” desempenhadas por Adhemar e sua corrente política, o adhemarismo ou pessepismo, no Estado tido como o coração do capitalismo brasileiro. Também nesse caso, a política de massas “funcionou como uma técnica de organização, controle e utilização da força política das classes assalariadas, particularmente o proletariado”¹⁵.

¹³ IANNI, O., *O Colapso do Populismo no Brasil*, p. 1, 5, 55, 56.

¹⁴ IANNI, O., *O Colapso do Populismo no Brasil*, p. 55-56 e 61.

¹⁵ IANNI, O., *op. cit.*, p. 63.

Para os fins do presente estudo, basta assinalar que o PCB concorreu, provavelmente sem dar-se conta disso de imediato, para a ascensão e consolidação do adhemarismo ou pessepismo como forma particular que o populismo assumiu em São Paulo. Inversamente, devemos nos perguntar em que medida o comportamento de Adhemar à frente do governo estadual pode ter afetado o futuro do PCB.

II.2. O governador persegue seus aliados da véspera

Dois dias depois da cassação do registro legal do PCB, o ministro da Justiça, Benedito Costa Neto, enviou ao governador Adhemar de Barros mensagem por rádio, expedindo detalhadas instruções à Polícia sobre como cumprir a decisão do TSE: “fechar e interditar as sedes do partido”, arrolar os “bens, papéis e documentos encontrados”, fechar e interditar “outros quaisquer locais em que o partido porventura passe a exercer atividades”, apreender “papéis, documentos e objetos atinentes às atividades do partido” etc¹⁶.

Se, no decorrer do processo de cassação, Adhemar já se havia mantido “neutro”, desrespeitando o compromisso assumido com os comunistas de defender a “existência legal de todos os partidos”, a mensagem do ministro fez com que se voltasse contra os ex-aliados, aparentemente ordenando à Polícia cumprir ao pé da letra as determinações federais (embora tais determinações excedessem de muito o teor da sentença do TSE). Mais do que isso, o Departamento Estadual do Trabalho “depôs dirigentes de centro-esquerda em trinta e seis sindicatos paulistas”¹⁷.

¹⁶ Radiograma 642, de 9.5.1947. Prontuário DOPS 2431, v. 15.

¹⁷ FRENCH, J., *O ABC dos Operários (1900-1950)*, p. 213.

O deputado pessepista Mário Beni, biógrafo e apologista do governador, incluiu o PCB entre as forças que faziam uma “oposição permanente e até impiedosa” a Adhemar na Assembléia Legislativa, e explicou, de maneira propositalmente concisa e pragmática, que inicialmente verificou-se

“a mudança de posição do Partido Comunista, pois, eleito, por circunstâncias estratégicas de sobrevivência, [Adhemar] logo o alijara dos contactos com o Governo”¹⁸.

A verdade é que o governador fez muito mais do que simplesmente alijar os comunistas do governo. Para garantir a “sobrevivência”, em 31 de março de 1948, ao receber em São Paulo o ministro da Guerra, general Canrobert da Costa, Adhemar concordou em endurecer a repressão contra o PCB, que acabara de lançar uma duro manifesto contra a aventada intervenção federal (portanto, indiretamente, em defesa de Adhemar).

Canrobert foi a São Paulo como emissário do governo federal, “para exigir do governador medidas punitivas aos responsáveis pelo documento”. Ele teria sido “portador de um ultimato: caso as atividades comunistas não fossem contidas, a intervenção seria consumada”¹⁹. O mais provável, contudo, é que o lançamento do manifesto comunista tenha servido de pretexto ao governo Dutra para chantagear Adhemar, pois a possibilidade de intervenção era repudiada por um leque de forças que extrapolava o PSP e a esquerda, incluindo até mesmo bases da UDN²⁰.

¹⁸ BENI, M., *Adhemar*, p. 195.

¹⁹ SAMPAIO, R., *op. cit.*, p. 65.

²⁰ SAMPAIO, R., *op. cit.*, p. 66.

II.2. 1. Outras concessões do governador à oposição conservadora.

Desde seu primeiro ano de governo, Adhemar fez diversas concessões com a finalidade de evitar a intervenção, sendo a principal delas a decisão de apoiar seu ex-secretário da Educação, Luis Novelli Jr. (PSD), genro do presidente, na eleição realizada em novembro de 1947 para preencher o cargo de vice-governador, simultaneamente às eleições municipais. Novelli Jr. ficara poucos meses no secretariado, renunciando quando Adhemar substituiu os antigos prefeitos nomeados, indicados pelo PSD, por gente do PSP.

A campanha para a eleição do vice-governador deu ocasião a um novo reagrupamento das forças políticas em São Paulo. Tanto o PCB, então já em aberta oposição a Adhemar, quanto Vargas, já em oposição a Dutra, alinharam-se em torno da candidatura de Carlos Cirillo Jr., também do PSD. O terceiro candidato era Plínio Barreto, da UDN.

Vitorioso, Novelli Jr. logo entraria em choque com Adhemar, reavivando a oposição pessedista e as manobras intervencionistas. O alvo imediato do recém-empossado vice-governador foi o petebista dissidente Hugo Borghi, que Adhemar, interessado em ampliar a base de apoio, havia nomeado secretário da Agricultura. O conflito entre Novelli Jr. e Borghi diz muito não apenas sobre o caráter profundamente reacionário do pessedismo paulista, mas também sobre os claros limites do populismo adhemarista.

A razão é que Borghi pretendia, com o aval do governador, realizar um congresso de trabalhadores rurais, em período de aguda pobreza e de agitação no campo, acentuada pelas tentativas da esquerda de criar sindicatos rurais de trabalhadores e estender a estes os direitos

elementares garantidos ao proletariado urbano²¹. Borghi e Adhemar procuravam, assim, “ocupar um espaço político disponível, na medida em que os compromissos entre o PTB e o PSD em termos nacionais impediam a penetração trabalhista nessa área”²².

O Congresso Rural seria constituído “por representantes eleitos em cada município do interior, num total de 1.500 lavradores”, e teria entre seus temas desde o crédito agrícola “até a questão da sindicalização do trabalhador rural”. Houve grande pressão contra a realização do Congresso, encabeçada por entidades de proprietários rurais, como a Federação das Associações Rurais. Novelli Jr. encampou esses interesses e rompeu com Adhemar²³.

“Cedendo às pressões, Adhemar recua e, no final de fevereiro de 1948, anuncia o adiamento *sine die* do Congresso”, pretextando infiltração de comunistas nos trabalhos preparatórios do evento. “No princípio de março, a idéia é definitivamente liquidada, com o afastamento de Borghi da pasta da Agricultura”²⁴.

No sempre complexo jogo da política paulista, a “oposição impiedosa” a Adhemar na Assembléia Legislativa, reportada por Mário Beni, tem de ser creditada muito mais aos partidos tradicionais (PSD, UDN, PR) do que aos comunistas, mesmo porque a bancada destes foi extinta em janeiro de 1948: “A oposição na Assembléia era implacável para com Adhemar nos anos de 1948, 1949 e 1950”²⁵.

²¹ Panfleto comunista apreendido em Ribeirão Preto em junho de 1949 faz menção à lei federal que garantia o pagamento de férias e descanso semanal remunerado para os rurais, prega a união de “colonos, arrendatários e camaradas” e refere-se à ocorrência de greves no campo no ano anterior. Autos do processo 28.622-49, 1ª Vara, f. 155. V. Cap. IV, 3.

²² SAMPAIO, R., *op. cit.*, p. 60-61.

²³ SAMPAIO, R., *op. cit.*, p. 60-61.

²⁴ SAMPAIO, R., *op. cit.*, p. 61.

²⁵ BENI, M., *Adhemar*, p. 197.

Logo após a posse, Adhemar conseguiu, graças a uma ampla coalizão no interior da Assembléia, derrotar a proposta de uma Constituição provisória, a “Polaquinha” (por analogia ao texto de Francisco Campos, imposto por Vargas em 1937), cuja idéia central era facilitar a aprovação de um *impeachment* do governador²⁶.

Adhemar, porém, não tinha maioria estável entre os deputados. Seu PSP contava com apenas nove deputados (em um total de setenta e cinco), enquanto o PSD tinha vinte e seis, o PTB quatorze, o PCB onze, a UDN nove e os partidos menores somavam seis: três do PR, dois do Partido Democrata-Cristão (PDC) e um do Partido da Representação Popular (PRP).

Mesmo o recurso extremo do veto aos projetos aprovados sucumbiria diante do poder numérico dos adversários. Em setembro de 1948, por exemplo, a oposição rejeita, por 38 votos a 16, veto do governador a projeto do deputado pessedista Lincoln Feliciano (um dos mais ferozes críticos de Adhemar) que considerava “de relevante valor humanitário” a Associação Paulista de Assistência aos Doentes de Lepra²⁷. Em maio de 1949, foi derrubado, por 40 votos a zero, veto a projeto de lei que concedia auxílio a um sanatório²⁸.

Os jornais, por sua vez, fustigam Adhemar. É Beni quem escreve que “já a partir de 6 de janeiro de 1948”, véspera da cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas pelo Congresso Nacional, “o noticiário da imprensa começara sua crítica à polícia do governador, que atentara contra a liberdade de imprensa, invadindo a redação do jornal comunista

²⁶ SAMPAIO, R., *op. cit.*, p. 59.

²⁷ Veto governamental rejeitado por expressiva maioria. **O Estado de S. Paulo**, 3.9.48, p. 4.

²⁸ Por 40 votos a zero, rejeita o plenário da Assembléia um veto governamental. **Correio Paulistano**, 18.5.49, p. 16.

*Hoje*²⁹. Este é um dos raros momentos em que Adhemar é repreendido por sua truculência anticomunista.

Profissional, ágil e diversificada, a imprensa diária paulista é a caixa de ressonância dos ataques a Adhemar, freqüentemente demonizado seja por sua ligação com os comunistas (apesar de oportunista), seja em razão das denúncias de corrupção, seja pelo aparente aventureirismo no que diz respeito às finanças do Estado. *O Estado de S. Paulo*, identificado com a UDN, e o *Correio Paulistano*, jornal oficial do Partido Republicano (PR), notabilizam-se pela crítica sistemática e cortante ao governador. A seu lado, Adhemar terá o *Jornal de Notícias*, cujo redator-chefe é o petebista Wladimir de Toledo Piza.

A campanha moralista encetada contra o jogo do bicho era um dos motes de ataque ao governador³⁰. Outro mote era a arriscada emissão de papéis com que Adhemar captava dinheiro para financiar suas obras. Em junho de 1949, por exemplo, *O Estado de S. Paulo* publica a informação de que o governo federal, por intermédio do Banco do Brasil, precisou resgatar um título do Tesouro de São Paulo protestado em Nova York (EUA). O governo estadual desmente a notícia. O jornal, então, declara em editorial a “bancarrota” do Estado:

“Não eram decorridas 24 horas e a Carteira de Câmbio do Banco do Brasil à sua vez prestava à imprensa elucidações que comprovam integralmente a nossa notícia e que pulverizaram o desmentido do governo do Estado. Verificou-se que a verdade era que o sr. A. de Barros, devendo pagar US\$ 798.474,52,

²⁹ BENI, M., *op. cit.*, p. 197.

³⁰ P. ex., Enquanto o ‘jogo do bicho’ campeia em São Paulo o dinheiro é carreado para outros centros. *Correio Paulistano*, 17.5.49. A reportagem repercute discurso pronunciado pelo deputado estadual Ernesto Monte, do PSD.

fizera a remessa de apenas US\$ 250.000,00 fiado em promessas de intermediários seus absolutamente ilusórias”³¹.

“São Paulo”, prossegue o editorial, fazendo irônica menção à aliança que deu a vitória a Adhemar em 1947,

“cumpre assim o fadario que lhe impôs, por perversidade, o Partido Comunista, que tinha por lema ‘quanto pior, melhor’ e acertou em cheio na escolha que fez para nossa irremediável desgraça”.

II.2.2. Ambiguidades táticas de Adhemar. Após os rigores das “batidas” e fechamento de sedes do PCB em maio de 1947, determinados pelas ordens draconianas do ministro Costa Netto, a Polícia paulista, por orientação de Adhemar, teria atenuado a repressão aos comunistas por vários meses, até as eleições municipais de novembro. Nesse interregno, o comportamento ambíguo do governador teria sido ditado por seus objetivos eleitorais, uma vez que pretendia fortalecer o jovem PSP e sabia perfeitamente “da desaprovação generalizada da classe operária à cassação do PCB e às intervenções nos sindicatos”³².

French sustenta não haver evidências de que “o governador paulista ter-se-ia voltado contra seus aliados esquerdistas de maneira tão decidida em maio de 1947, não fosse a ameaça de intervenção federal” e que ele teria preferido “evitar a controvérsia a mais que seria criada por uma ampla e violenta repressão anticomunista nas áreas urbanas do Estado”.

³¹ A bancarrota de São Paulo. **O Estado de S. Paulo**, 10.6.49, p. 3 (Notas e Informações). Ver também: Ilegal e perigosa a projetada emissão de bônus rotativos pelo Tesouro do Estado. **O Estado de S. Paulo**, 1.6.49, p.4.

³² FRENCH, J., *O ABC dos Operários (1900-1950)*, p. 213-214.

Esse autor garante, ainda, que a repressão ao PCB “foi menor entre maio e novembro de 1947, período em que o partido estava fora da lei, do que fôra em 1946, quando era legal”. Tal *legalidade de facto* teria facilitado “em muito, em centros industriais como Santo André, as vitórias dos comunistas que concorreram como candidatos de outros partidos às eleições municipais de novembro de 1947”³³.

No início de 1948, Adhemar também teria feito algumas concessões aos ex-aliados, orientando a bancada federal do PSP a votar contrariamente à cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas, libertando presos etc³⁴. Neste momento, no entanto, a sua preocupação central seria, uma vez mais, a sobrevivência política.

Adhemar cuidava de obter apoio contra novas ameaças de intervenção federal no Estado, e para derrotá-las ele buscou outros padrinhos fortes, como o governador Milton Campos, de Minas Gerais. Também sabia que uma eventual cassação dos mandatos dos deputados estaduais comunistas (como veio a ocorrer) poderia vir acompanhada de uma medida casuística contra seu próprio mandato: os parlamentares pessepistas “colocam-se em oposição à extinção dos mandatos comunistas, evidentemente devido ao temor de que a medida pudesse atingir Adhemar”³⁵.

De todo modo, o DOPS e as demais forças policiais de Adhemar, com o concurso do Exército, impuseram um estado de sítio não declarado em Santo André, em 1º de janeiro de 1948, para atender às ordens do TSE, agindo com violência para impedir a posse do prefeito eleito Armando Mazzo e de treze vereadores, todos eleitos pela legenda do Partido

³³ FRENCH, J., *op. cit.*, p. 214.

³⁴ BENJAMIN, C. & MAYER, J. M., *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro 1930-1983*, p. 319; SAMPAIO, R., *op. cit.*, p. 64.

Social Trabalhista e já diplomados pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE)³⁶.

O acordo com Canrobert, em março de 1948, certamente dará novo fôlego a Adhemar contra as investidas pessedistas e udenistas. Contudo, deve levar-se em conta, também, o gesto de um apoiador importante do governador paulista junto ao governo federal, o influente banqueiro Gastão Vidigal. Credenciado por haver sido, nas eleições presidenciais de 1945, apoiador de primeira hora da candidatura Dutra em São Paulo³⁷, Vidigal escreveu carta ao presidente da República, em 12 de agosto de 1948, intercedendo em favor de Adhemar³⁸.

II.2.3. Troca de comando na Secretaria da Segurança Pública. Em julho de 1949, quando procurava lançar-se candidato à sucessão de Dutra, Adhemar será acusado, ao voltar de viagem aos Estados do norte³⁹, de haver ordenado à Secretaria de Segurança Pública o afrouxamento da repressão aos comunistas, levando o titular da pasta a deixar o cargo. A brutalidade da Polícia ao longo do segundo semestre, fazendo mortos e feridos entre os militantes de esquerda, trabalha contra essa hipótese.

É bem possível, no entanto, que o governador paulista tenha pensado em um acordo com os comunistas nesse momento, em razão de suas ambições presidenciais, pois há indícios de que ocorreu uma forte crise na Segurança Pública. Mas, se de fato Adhemar planejou um arrefecimento da repressão, as circunstâncias, e eventualmente também

³⁵ SAMPAIO, R., *op. cit.*, p. 64.

³⁶ COSTA, H. da, *Em Busca da Memória*, p. 126; MEDICI, A., *9 de Novembro de 1947: A Vitória dos Candidatos de Prestes*, p. 93 e ss.

³⁷ LEITE, M. R. & NOVELLI JR., L., *Marechal Eurico Gaspar Dutra: o Dever da Verdade*, p. 673.

³⁸ RODRIGUES, L., *Adhemar de Barros Perante a Nação*, p. 83-89.

³⁹ Provoca Inquietação nos Meios Udeno-Pessedistas do Extremo Norte a Visita do Sr. Adhemar de Barros. **Jornal de Notícias**, 5.7.49, p. 3.

os homens do aparato policial, atuaram contra ele. Foi o jornal sensacionalista *A Noite* que fez a pesada denúncia contra o governador:

“Ninguém ignora que o sr. Adhemar de Barros foi eleito governador do Estado graças ao apoio eleitoral dos comunistas, que firmaram aliança com o PSP. Tratava-se então de um partido ainda registrado no Tribunal Superior Eleitoral, coisa inteiramente diversa do que ocorre hoje, quando se anuncia que o governador do Estado, desiludido de obter o apoio dos líderes políticos dos Estados na sua campanha presidencial, voltou-se novamente para os vermelhos e com eles teria negociado bases de ação comum para a próxima campanha. (...) Ao negociar com os comunistas, e para obter seu apoio, o sr. Adhemar de Barros teve que fazer concessões, e a principal delas era a permissão para que o PCB pudesse se rearticular em S. Paulo, sob as vistas complacentes das autoridades. Ordens nesse sentido foram transmitidas ao coronel Nelson de Aquino, secretário da Segurança Pública, a fim de serem enviadas ao DOPS, cuja vigilância e ação preventiva deviam ser paralisadas. Com sua responsabilidade de oficial do Estado-Maior do Exército, o coronel Aquino recusou-se a acatar semelhantes instruções e enviou seu pedido de demissão ao sr. Adhemar de Barros”⁴⁰.

Aquino deixou o cargo em fins de junho⁴¹, portanto pouco depois do II Congresso das Municipalidades, em que a ação do DOPS contra os vereadores “de Prestes” foi fartamente noticiada. Para substituí-lo, Adhemar foi buscar no Rio de Janeiro um antigo perseguidor dos

⁴⁰ Desencadeia-se em S. Paulo Agitação Subversiva. Onda de Greves Comunistas. Santos Seria o Próximo Foco. *A Noite*, São Paulo, 19.7.49, p.1.

comunistas: o general reformado Scarcela Portela, que ocupara a Secretaria ao tempo em que se chamava Superintendência, no início dos anos quarenta.

Num diário simpático a Adhemar, o *Jornal de Notícias*, a vinda de Scarcela e sua posse são divulgadas de modo ambíguo e contraditório. Na primeira menção ao general, na coluna “Fatos & Boatos”, diz-se que ele estaria “de malas prontas para vir assumir a Secretaria da Segurança Pública, posto para o qual foi convidado pelo governador”⁴². Dias depois, a mesma coluna noticia declaração do militar à imprensa, após sua chegada a São Paulo, de que ele seria “fundamentalmente contrário ao ‘emprego da força’ ”⁴³. No dia seguinte, uma reviravolta:

“Segundo as últimas notícias, o gal. Scarcela Portela não assumirá, como estava anunciado, a Secretaria da Segurança Pública, mas emprestará sua colaboração ao governo. Depois da audiência com o governador Adhemar de Barros, o gal. Scarcela Portela recusou fazer declarações à imprensa, acrescentando preferir que o próprio governador as faça”⁴⁴.

Nesse mesmo dia 7 de julho, porém, Scarcela tomaria posse, sem a presença do governador. Synésio Rocha empossou o general no cargo de secretário da Segurança Pública, na presença do coronel Blum Ferlich, comandante da Força Pública, de secretários de Estado, deputados e do presidente do Diretório Estadual do PSP, José Barone Mercadante. O

⁴¹ Exoneração do Secretário da Segurança. *O Estado de S. Paulo*, 29.6.49.

⁴² Aceitou. *Jornal de Notícias*, 2.7.49, p. 3. Vem a São Paulo o General Scarcela Portela — Seria o Novo Titular da Segurança. *Ibidem*.

⁴³ Contra a Força. *Jornal de Notícias*, 6.7.49, p. 3.

⁴⁴ Não será Secretário. *Jornal de Notícias*, 7.7.49, p. 3.

Jornal de Notícias publicou uma fotografia do evento e um pequeno texto-legenda⁴⁵.

O general ocupava a Secretaria de Segurança Pública havia menos de duas semanas, quando ocorreu o ataque desfechado por *A Noite*. Ele saiu a campo para defender Adhemar e negar a suposta “inércia” da Polícia política no tocante aos comunistas. Convocou uma coletiva de imprensa e, fazendo-se acompanhar pelo diretor do DOPS, Elpídio Reali, leu um texto previamente redigido. Nesse mesmo dia, o DOPS divulgou a proibição da realização de comícios, conferências e demais atividades relacionadas com as campanhas pela Paz. Segundo o *Jornal de Notícias*, Scarcela

“reportou-se à atuação das autoridades policiais relativamente à ingerência de elementos comunistas no ‘Congresso das Municipalidades’ de Ribeirão Preto, lembrando ter a polícia efetuado a prisão de inúmeros vermelhos, processando-os criminalmente. Depois, referiu-se às campanhas rotuladas de ‘Congresso Pró-Paz’ e ‘Conferência Sobre a Cultura e Paz’, todas nitidamente de fundo comunista, e que têm sido objeto de especial atenção das autoridades. Acrescentou que em diversas cidades do interior a polícia tem impedido movimentos dessa natureza, em luta permanente e tenaz contra os adeptos da extinta agremiação política partidária”⁴⁶.

Vale a pena reproduzir as declarações do general, pois elas dão um quadro geral da repressão em São Paulo no período e, ademais, revelam a mentalidade dos homens que estiveram à frente dos aparelhos de repressão do Estado:

⁴⁵ Posse do Novo Titular da Segurança Pública. *Jornal de Notícias*, 8.7.49, p. 4.

“Só mesmo quem ignora a ação ininterrupta da polícia e sua posição de vigilância contra todas as espécies de atividades dos comunistas, altamente prejudiciais e nocivas ao país, é que poderia fazer tal afirmativa, tão precipitada quanto mentirosa. (...) A notícia se referia, em primeiro lugar, ao Congresso de Vereadores de Ribeirão Preto. Esta ocorrência se deu muito antes de minha gestão. Agora, o que estamos fazendo, com relação ao caso, é a prisão dos vereadores comunistas, conforme decisão do juiz competente. (...) O comício de Tupã sofreu repressão imediata e as prisões efetuadas comprovam a eficiente atuação da polícia. (...) Não tem havido reunião popular de espécie alguma com a participação de comunistas, porque o Departamento de Ordem Política e Social está vigilante e vem agindo prontamente todas as vezes que se torna necessária qualquer repressão. As greves de Sorocaba se originaram de causas ligadas a questões de salários. As autoridades federais e estaduais estão inteiramente a par do ocorrido e elas sabem que a Polícia de São Paulo não está inativa. Houve tentativa de exploração dessas greves por parte dos comunistas que chegaram a um ensaio de perturbação da ordem, mas foram repelidos energicamente e inteiramente dominados, com a prisão dos cabeças que foram a ex-vereadora de Prestes, Salvadora Peres, Domingos Rabano Gomes, Francisco Rabano Gomes, Luiz Gimenez e Marcos Ribeiro. (...) Há três dias, em São Caetano, junto às portas de uma fábrica, era preso em flagrante o vereador comunista Moreno e mais dois companheiros, por distribuírem panfletos extremistas. Este vereador e seu

⁴⁶ Toda a Polícia Civil Mantém-se Vigilante Contra os Comunistas. **Jornal de Notícias**, 21.7.49, p. 4.

companheiro encontram-se presentemente na Casa de Detenção”⁴⁷.

Scarcela negou qualquer ligação com os comunistas, sua ou de Adhemar: “Não tenho aproximação com chefes comunistas, nem pessoal, nem politicamente. E se alguém sabe do contrário que apresente prova”. Também procurou refutar as acusações de que havia intranqüilidade entre o empresariado paulista, declarando-se amigo do poderoso industrial e à época ministro do Trabalho, Morvan Figueiredo:

“As classes produtoras de São Paulo não estão em alarme de espécie alguma. (...) Tive a satisfação de falar com o meu ilustre amigo sr. Morvan Figueiredo, na presença do sr. José Fajardo, diretor do Departamento Estadual do Trabalho e do delegado da Ordem Social, dr. Eduardo Louzada Rocha, o qual poderá dizer se viu ou sentiu da minha parte vacilação em agir contra os perturbadores da ordem, principalmente, dos destituídos de sentimentos cívicos e patrióticos. Desafio a quem quer que seja provar que existe complacência a favor dos comunistas dentro do governo e da polícia de São Paulo”⁴⁸.

Os acontecimentos posteriores dariam razão ao general: nos meses seguintes, seria impossível provar complacência da Polícia de Adhemar para com os comunistas, nacionalistas e quaisquer opositores da ordem. O jornal responsável pela denúncia publicou as declarações de Scarcela⁴⁹, censurando as frases mais fortes do general, como a acusação de “deslavada e torpe covardia” a quem estivesse “atrás da notícia

⁴⁷ Toda a Polícia Civil Mantém-se Vigilante Contra os Comunistas. **Jornal de Notícias**, 21.7.49, p. 4.

⁴⁸ Toda a Polícia Civil Mantém-se Vigilante Contra os Comunistas. **Jornal de Notícias**, 21.7.49, p. 4.

⁴⁹ Vigilante a Polícia Política de São Paulo no Combate aos Comunistas. **A Noite**, 21.7.49, p. 1 e 2.

publicada”⁵⁰. Publicou também um editorial em que faz elogios a Scarcela⁵¹.

II.3. O DOPS em ação

No Estado de São Paulo, a criação de um órgão da Polícia especializado na repressão ao movimento operário remonta a 1924, no governo de Carlos de Campos, quando foi criada pela lei 2.034 a Delegacia de Ordem Política e Social, subordinada ao então Gabinete de Investigações e Capturas. Em 1928, o decreto 4.405-A normatizou os procedimentos sobre “ajuntamentos ilícitos e sociedades secretas”, admitindo ser lícita “a reunião, pacífica e sem armas, do povo, nas praças públicas, teatros e quaisquer outros edifícios e lugares convenientes para exercer o direito de discutir e representar sobre os negócios públicos”, desde que previamente comunicada à autoridade policial⁵².

Nos primeiros anos 30, figuravam entre as atribuições da Ordem Política e Social o processo de entrada de estrangeiros no país, “a organização de estatística operária pelos métodos mais adequados”, “a fiscalização e observação do trabalho e da movimentação operária” e “a prevenção e repressão ao anarquismo e demais doutrinas da subversão social”⁵³. Implantado o Estado Novo, o decreto 9.893-B, de 1938, assim definiu a competência dessa repartição policial:

“proceder a prevenção e repressão dos delitos contra a ordem política, assim entendidos os praticados contra a estrutura e a

⁵⁰ Toda a Polícia Civil Mantém-se Vigilante Contra os Comunistas. **Jornal de Notícias**, 21.7.49, p. 4. Ver também: Declara o Gen. Scarcela Portela: Incrementada a Repressão ao Comunismo em São Paulo. **Folha da Manhã**, 21.7.49.

⁵¹ A Entrevista do Secretário da Segurança. **A Noite**, 21.7.49, p. 2.

⁵² SÃO PAULO, *Resumo Histórico do DOPS* (RDH), p. 7-8.

⁵³ RDH, p. 8.

segurança do Estado, e a ordem social como tal considerada a estabelecida pela Constituição e pelas leis relativamente aos direitos e garantias individuais e sua proteção civil e penal, no regime judiciário da propriedade, da família e do trabalho” etc⁵⁴.

No final dos anos trinta e primeira metade dos quarenta, após mudar de nome diversas vezes (ora Superintendência, ora Delegacia), a Ordem Política e Social terá importância redobrada, cabendo-lhe, além de exercer vigilância contra greves e fiscalizar o cumprimento das leis de economia popular, realizar tarefas de contra-informação, relacionadas à 2ª Guerra Mundial. Cidadãos nacionais e estrangeiros suspeitos de ligações com o nazismo foram, provavelmente, o segundo maior contingente entre os alvos da sua atenção, logo após os comunistas.

Em 1945, por meio do decreto-lei 14.854, é criado o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), vinculado à Quinta Divisão Policial e constituído por cinco delegacias: de Ordem Política, de Ordem Social, de Ordem Econômica, de Estrangeiros e de Explosivos, Armas e Munições. A chamada redemocratização não afetou o DOPS, no sentido de impor-lhe restrições. A polícia política entrou nessa nova fase da vida nacional com os seus poderes reforçados e mais organizada.

II. 3.1. A estrutura do DOPS. No período em estudo neste trabalho, o órgão já adquirira, portanto, características estruturais bem definidas. Suas delegacias principais eram as “especializadas” de Ordem Política e de Ordem Social, cujas atribuições se confundiam. O decreto-lei 14.854, que desmembrou a antiga Delegacia de Ordem Política e Social, “não versou sobre a competência de cada uma das novas delegacias especializadas”, de modo que, para fins práticos, “esta matéria continua

⁵⁴ RDH, p. 11.

a ser a prevista no Decreto 11.782”, de 1940, “separando-se, assim, as atribuições de acordo com a natureza dos serviços”⁵⁵.

À Delegacia de Ordem Política caberia prevenir e reprimir os delitos contra a ordem política; “examinar, para remessa à Justiça, os inquéritos referentes à ordem política, processados no território do Estado, procedendo-se neles as revisões necessárias”; “organizar escalas especiais para policiamento de reuniões, comícios, manifestações públicas de natureza política e comemorativas das datas nacionais”; informar os pedidos de autorização para realização de tais eventos; “proceder investigações sobre pessoas e lugares suspeitos, onde se presuma qualquer alteração ou atentado contra a ordem política”. Caberia também à Ordem Política o acompanhamento dos partidos políticos⁵⁶.

A Delegacia de Ordem Social teria entre seus encargos o de “despachar os pedidos de autorização para a realização de assembléias em sindicatos e sociedades, determinando medidas compatíveis nesses casos”; “organizar escalas especiais para o policiamento de reuniões, manifestações públicas de natureza de ordem social e sobretudo as comemorativas de datas que costumam ser festejadas por organizações ou partidos de orientação subversiva da ordem social, no sentido de impedi-las”⁵⁷.

Outra atribuição da Ordem Social: “organizar cadastro dos elementos que se orientam por credos ou ideologias contrárias ao regime democrático, ou contrárias à ordem social vigente, inclusive um índice para as buscas de urgência”. Competia-lhe, ainda, reprimir os crimes

⁵⁵ RDH, p. 36.

⁵⁶ RDH, p. 37.

⁵⁷ RDH, p. 38.

previstos na legislação antigreve de Dutra: o decreto-lei 9.070, de 1946, e a lei 1.207, de 1950, que dispôs sobre o direito de reunião. Caberia, ainda, à Ordem Social enviar diariamente ao Serviço Secreto

“um relatório das investigações feitas e dos fatos principais que possam interessar ao conhecimento do Exmo. Sr. Governador do Estado, relativamente à Ordem Social, tais como de greves eclodidas, comícios relâmpagos, prisões em flagrantes etc.”⁵⁸.

O Serviço Secreto do DOPS surgiu antes mesmo do Estado Novo, em 1934, na forma de Serviço Especial, “em caráter interno”⁵⁹. Em 1938, foi oficializado como Serviço Reservado (decreto 9.893-B, já citado); em 1940, passou a chamar-se Serviço Secreto (SS), chefiado por um delegado e não mais por investigadores (decretos 10.910, 11.782, 11.128), e compreendendo “dezesesseis setores, sem prejuízo da criação de outros que porventura se tornassem necessários”⁶⁰.

O SS tinha seu funcionamento regulamentado “por instruções internas, baixadas pelo diretor do DOPS”, a quem competia também escolher o corpo reservado de investigadores. A partir de 1945, compreendia quatro setores de atuação externa: Observações Gerais, Observações da Esquerda, Observações Trabalhistas e Vigilância do Interior. O *Resumo Histórico do DOPS* explica que o SS

“infiltra-se nos meios revolucionários e conspirativos do Partido Comunista, a fim de colher as informações tão necessárias para rechaçar as investidas do inimigo oculto; desfazer seus planos; evitar a progressão do trabalho de propaganda; não fazer alarde

⁵⁸ RDH, p. 38-39.

⁵⁹ Serviço Secreto - Histórico. Dossiê 50-Z-30-470.

⁶⁰ RDH, p. 15.

de seus misteres; descobrir os planos revolucionários, para resguardar a tranqüilidade e a ordem pública”⁶¹.

Cita-se ainda, como outra tarefa do SS, “evitar as injustiças, como meio de evitar o progresso do comunismo”. Essa dimensão da atividade secreta da polícia política pode ser aquilatada pela leitura do relatório, dirigido ao chefe do SS, de um reservado que atuava em Ribeirão Preto:

“A propaganda comunista aqui em Ribeirão Preto está sendo feita de acordo com a situação do momento. Desta situação, os comunistas estão tirando muito proveito, porque há queixas do povo contra o alto custo de vida, que não pode ser suportado por muito tempo”⁶².

O relatório transcreve longos trechos de um diálogo entre dois populares, um dos quais seria anticomunista, pertencente a uma irmandade católica. De acordo com seu autor, o diálogo evidenciava a capacidade de agitação e persuasão dos comunistas:

“Como se vê, os comunistas trabalham muito melhor na ilegalidade, porque são destacados em todos os pontos: uns para doutrinar o povo nas ruas, cafés, hotéis sociedade etc. e por essa propaganda o povo está concluindo que de fato eram os comunistas que agitavam as assembléias ao lado do povo e os que lá se encontram estão asfixiando esse mesmo povo com o alto custo de vida. É comum ouvir-se: ‘os comunistas tinham razão’. Portanto, a revolta está sendo preparada em todos os setores com a propaganda verbal da ilegalidade dos comunistas e vai surtir o efeito dentro em breve, porque o povo está

⁶¹ RDH, p. 43.

⁶² Relatório do reservado E., de 26.1.48. Prontuário DOPS 548 (Ribeirão Preto), v. 2.

descontente e apóia os comunistas em qualquer movimento que venha melhorar sua situação de vida”.

Em obra sobre os dissidentes comunistas dos anos vinte e trinta, Alzira Lobo Campos descreveu os efeitos devastadores da atuação dos “reservados” nos agrupamentos de esquerda e meios sindicais, atribuindo parte dos êxitos da repressão no período, consubstanciada em uma onda de prisões de ativistas, ao “sistema de agentes duplos largamente utilizado pela polícia”: “Não se tratava de policiais, pagos para isso, mas de pessoas comuns que viviam no círculo de sociabilidade dos ‘subversivos’, que eles entregavam à polícia, anotando minuciosamente suas ações”⁶³.

Esses informantes “traíam companheiros de trabalho e de partido, vizinhos, parentes, por conta de benefícios reais ou imaginários”, tais como “dinheiro, liberdade, convicções ideológicas, volúpia de trair”. Alguns deles teriam trabalhado gratuitamente para a repressão⁶⁴. A autora apresenta diversos exemplos, fartamente documentados, de arregimentação desses “reservados”.

Na década de quarenta e nos anos seguintes, o DOPS certamente manteve a prática de recrutar informantes do SS nas próprias fileiras da esquerda. Porém, dadas as suas características, o DOPS precisava contar com equipes de agentes profissionais, preparadas para constantes, e repentinos, deslocamentos para cidades do interior, longas “campanas”, plantões, repressão a greves etc. É bem provável, portanto, que os quadros do SS combinassem policiais de carreira e informantes — e que alguns, entre estes últimos, tenham se profissionalizado como policiais.

⁶³ CAMPOS, A. L. de A., “Tempos de Viver: Dissidentes Comunistas em São Paulo”, p. 315.

⁶⁴ CAMPOS, A. L. de A., *op. cit.*, p. 316.

Parecia não haver impedimentos legais para que os “reservados” extra-oficiais se tornassem funcionários *de facto* do DOPS, uma vez que cabia ao diretor do órgão a “escolha” dos agentes secretos. Já em 1938, o decreto 9.197 estabelecia que o corpo de investigadores da Ordem Política e Social seria formado por chefes e funcionários “comissionados ou contratados em caráter reservado”⁶⁵, o que abria ampla margem para o assalariamento regular de informantes.

O controle exercido sobre estrangeiros sofreu modificações no governo Adhemar. Em dezembro de 1947, o diretor do DOPS, Walter Autran, cria, por meio de simples portaria, a Seção de Expulsandos, “com plena anuência do sr. Secretário da Segurança Pública”. Em 1949, outra portaria do então diretor do DOPS, Manuel Ribeiro da Cruz, dá novo nome à Seção de Expulsandos, que passa a chamar-se Serviço Especial de Vigilância (SEV).

Ao SEV cabia “investigar todos os casos relacionados com a ordem interna e a defesa das instituições, bem como agir contra os agentes considerados perniciosos”⁶⁶. O SEV tinha, assim, a incumbência de instaurar processos de expulsão de estrangeiros acusados de militância política, tomando para si uma tarefa expressa da Delegacia Especializada de Estrangeiros. Em junho de 1949, porém, o interrogatório de Jorge Herlein F^o, russo que fôra dirigente nacional do PCB, foi conduzido não pela “Seção”, mas pela Delegacia de Expulsandos do DOPS⁶⁷.

O DOPS mantinha agentes nas delegacias regionais de Polícia, ou seja, no interior do Estado. Ao que parece, eles exerciam as suas funções

⁶⁵ RDH, p. 10.

⁶⁶ RDH, p. 43.

⁶⁷ Declarações de J. Herlein F^o, 11.6.49. Prontuário DOPS 2431, v. 16, f. 228 e ss.

ostensivamente, sendo bem conhecidos dos ativistas operários e militantes de esquerda. Em Ribeirão Preto, por exemplo, quem agia em nome do DOPS era o investigador português Álvaro Marques, odiado pelos comunistas. Álvaro era conhecido pelo sugestivo apelido de “Coice de Mula”⁶⁸.

II.3.2. As atividades da polícia política. No governo Adhemar, na maior parte do tempo o DOPS agiu em sintonia com os objetivos e diretivas do governo federal, no tocante à repressão ao movimento popular, ao sindicalismo independente e ao PCB em particular.

O DOPS operava em duas frentes: uma delas, a repressão policial direta aos eventos e ações contestatórios, como greves, protestos, campanhas de caráter nacionalista; a outra, o levantamento e a compilação de dados sobre os opositores do regime, que serviam de subsídios a operações preventivas. Pode-se afirmar, assim, que o DOPS procurou constituir-se como um órgão de inteligência.

No decorrer do período em que Adhemar governou, o DOPS solicitou aos delegados de polícia do interior dados estratégicos de suas cidades, além de informações detalhadas sobre os vereadores ligados ao PCB; a órgãos congêneres de outros Estados, propôs o intercâmbio de informações sobre os comunistas; e manteve em intensa atividade seu Serviço Secreto.

Após as eleições de novembro de 1947, as primeiras após a cassação do registro eleitoral do PCB, o DOPS enviou aos delegados de polícia do interior do Estado minucioso questionário sobre “os candidatos comunistas inscritos para as eleições municipais”. Nessas eleições, como

⁶⁸ Conforme depoimentos de Luciano Lepera (1998), Engracia Garcia (1998) e José Antonio Neves (1999) ao autor. As referências ao apelido estão nos depoimentos de Luciano Lepera (1988) e Almiro Dias (1988) a

veremos detidamente no capítulo IV, o proscrito PCB conseguiu eleger, por diferentes legendas partidárias, cerca de cento e cinquenta vereadores comunistas no Estado de São Paulo⁶⁹.

O questionário endereçado aos delegados indaga “quem dirigiu ou orientou os acordos” celebrados nos municípios entre o PCB clandestino e os outros partidos, se havia candidatos comunistas avulsos, e qual a votação obtida “por cada um desses candidatos, quais os eleitos e qual a votação total obtida por comunistas nesse município”. A pergunta seguinte diz respeito aos eleitores: “Essa votação representa efetivamente o eleitorado comunista local? Em quanto se poderiam calcular militantes e simpatizantes?”

Dos comunistas que se candidataram a vereador, eleitos ou não, o DOPS quer saber “nomes, profissões, residências, filiação, idade e naturalidade”, devendo-se acrescentar, “quando possível, breve relatório sobre seus antecedentes”.

No mesmo documento, o DOPS pede informações sobre a “infiltração comunista em grandes indústrias locais, repartições públicas, escolas de qualquer grau e estabelecimentos agrícolas”, em “associações de classe, clubes” e entre os “elementos armados locais” (a saber, “exército, forças policiais, guarda civil, aeronáutica etc.”). Indaga da possível existência de “estabelecimentos locais de valor estratégico”, tais como “usinas de força, grandes reservatórios de água, grande parque industrial, estabelecimentos ferroviários de vulto, linhas de alta tensão, fábricas de material explosivo, material bélico etc.”⁷⁰.

Sebastião Geraldo.

⁶⁹ MEDICI, A., *op. cit.*, p. 113.

⁷⁰ Questionário anexo à Circular Reservada de 16.11.47. Prontuário DOPS 548 (Ribeirão Preto), v. 2.

Em fins de abril de 1948, já no contexto de uma escalada anticomunista em São Paulo, o DOPS tomou a iniciativa de entrar em contato com órgãos similares nos outros Estados para trocar informações sobre o PCB, atitude que sugere a inexistência de um órgão nacional de inteligência. (Em fevereiro de 1949, porém, um registro do DOPS reproduz uma conversação telefônica entre o jornalista Aydano do Couto Ferraz e o deputado federal Pedro Pomar e dá a entender que a escuta foi realizada pela Polícia Federal, a qual, “ao que tudo indica, passou a voltar novamente suas vistas para nosso Estado”⁷¹.)

Para dar início ao intercâmbio proposto, o chefe de gabinete do DOPS envia às autoridades policiais de outros Estados documento de 21 folhas, que é uma gigantesca “relação nominal de indivíduos comunistas” e os seus respectivos endereços: “Em reciprocidade, se assim entender Vossa Senhoria, gostaríamos de receber os nomes e endereços dos elementos de maior destaque daquele partido nesse Estado”⁷².

Essa nominata revelava o grau de conhecimento que a polícia política tinha do seu maior inimigo, e, ao mesmo tempo, se a tomarmos como digna de crédito, apontava um PCB ainda com forte lastro entre o proletariado urbano, pois incluía:

- a) cento e oito membros das “células principais”;
- b) sessenta e três membros dos comitês distritais;
- c) trinta e sete membros do Comitê Municipal de São Paulo, entre eles Frederico Bonimani, que veremos atuando em Ribeirão Preto em 1949;

⁷¹ Anotação de 2.2.49, dossiê 30-C-1-3261, DOPS.

⁷² Do delegado A. Ribeiro de Andrade, 30.4.1948. Prontuário DOPS 2431, v. 15, f. 67-88.

d) trinta dirigentes estaduais, entre os quais José Maria Crispim, João Sanches Segura, Armando Mazzo, Caio Prado Jr., Milton Caires de Brito, Roque Trevisan, Zuleika Alembert, Joaquim Câmara Ferreira, Osvaldo Pacheco, Nestor Vera, Mário Schenberg;

e) “intelectuais comunistas”, como segue: dezenove *advogados*, como Abel Chermont, Elias Chaves Neto e outros; trinta *médicos*, como David Rosenberg, Hirsch Scher e outros; vinte e seis *jornalistas, escritores, radiodifusão*: Hermínio Sachetta, Heitor Ferreira Lima, Cláudio Abramo, Afonso Schmidt, Cândido Portinari, Monteiro Lobato, Oduvaldo Viana etc.

f) “operários e trabalhadores comunistas”, relacionados por local de trabalho ou ramo da indústria, sendo dezesseis da Ford, setenta e dois da Goodyear, sete tecelões, cinquenta e dois “da célula da Johnson & Cia”, vinte e oito da indústria de chocolates e doces, seis da indústria da borracha, onze da indústria do vidro, trinta e oito das indústrias metalúrgicas, dezesseis motoristas e quarenta e cinco motoneiros e condutores da CMTC;

g) “responsáveis pela imprensa comunista”: José Tavares de Miranda, Noé Gertel, Clóvis Graciano e outros.

Mesmo no breve período em que desfrutou da legalidade, o PCB teve suas atividades acompanhadas de perto pelo DOPS. A chegada ao Brasil, em abril de 1947, de Geronimo Arnedo Alvarez, secretário-geral do Partido Comunista Argentino, foi objeto da atenção de um reservado. De acordo com ele, “a vinda de Geronimo ao Brasil prende-se ao fato de que está desviando a ‘linha justa’ ” e que “em vista de seu fracasso no desempenho de suas tarefas, Geronimo será chamado a esclarecer certos

pontos que não estão satisfazendo a direção dos demais Partidos Comunistas” na América do Sul, “razão por que terá de se avistar com Luis Carlos Prestes”⁷³.

O autor do relatório acreditava que Geronimo caíra em desgraça por ter adotado linha de atuação política diferente da supostamente preconizada por Moscou, e que, no jargão da militância, era chamada de “linha justa”⁷⁴. A informação fôra “obtida entre elementos comunistas, que convivem na direção nacional para o Brasil”. O documento foi produzido para consumo interno do DOPS, o que não garante a veracidade ou exatidão da informação, apenas empresta-lhe alguma confiabilidade.

Cumprir notar que, embora o PCB ainda fosse legal na ocasião, corria célere o processo de cassação. Por isso, não deixa de surpreender que uma informação razoavelmente qualificada sobre linhas políticas divergentes, envolvendo o PC da Argentina, vazasse tão facilmente. Pode-se supor que os comunistas minimizavam a possibilidade de uma nova clandestinidade e, por isso, descuidavam do sigilo necessário.

A farta produção de relatórios por “reservados”, nos anos críticos de 1947 a 1950, evidencia alto grau de infiltração policial nas células e até organismos dirigentes do PCB. A composição completa de instâncias do partido, o local das reuniões e o teor das discussões constavam de muitos desses relatórios. É típico o informe sobre reunião clandestina ocorrida no dia 1º de abril de 1948, em São Paulo:

⁷³ Relatório do reservado J.B.A., 16.4.47. Aparentemente enviado ao M. da Guerra. Dossiê Pedro Pomar.

⁷⁴ PCs como o do Brasil, por intermédio de Prestes, recriminavam “o PC argentino por sua atitude em relação a Perón, a quem não consideravam fascista”. RAPOPORT, M.: “Argentina”, in BETHELL, L. & ROXBOROUGH, I.: *A América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria*, p. 174.

“O C. M. do P. C. determinou que todos os Distritais se reunissem no dia de ontem, 1º/4/948, a fim de planificarem as tarefas imediatas que devem ser baixadas para as Células e que foram estudadas durante o dia no C. M. O Comitê Distrital da Moóca reuniu-se na residência do comunista Eugenio Moschini, à rua Silveira da Motta 402. Estiveram presentes à reunião 32 elementos dos mais ativos, entre os quais Afonso Liguori, José Joaquim Sant’Ana e Mário Gatai”⁷⁵.

O militante comunista José Antonio Neves, um dos protagonistas do caso das Municipalidades, referiu-se à ocorrência de dupla infiltração na pequena célula estudantil de Ribeirão Preto, que ele liderava em 1949: “Quer dizer, ‘tava minado! Além de nós termos poucos elementos, esses poucos elementos, o nada era dividido em nada, e parte do nada era da polícia”⁷⁶.

Em julho de 1948, havia indícios de que o PCB tomara algumas medidas de segurança, sem dúvida como reação à retomada da repressão em São Paulo — a moeda de troca que teria garantido a permanência de Adhemar no cargo. Relatório do DOPS informa que o Comitê Municipal da Capital passara a reunir-se todas as segundas-feiras em locais diferentes:

“A essas reuniões tem comparecido um número reduzido de elementos, no máximo 6, sendo um de cada Distrital. Isso quer dizer que a cidade está dividida em três Grupos”⁷⁷.

A prática de reunir as instâncias dirigentes em “partes” é um recurso de autoproteção. Mesmo assim, o documento consegue reproduzir o

⁷⁵ Relatório do reservado Júlio Costa. Dossiê Pedro Pomar. A sigla “C.M.” diz respeito ao Comitê Municipal.

⁷⁶ Depoimento de José Antonio Neves (1999).

conteúdo dos debates travados na reunião, além dos dados sobre a nova sistemática dos encontros, o que mostra que persistia algum nível de infiltração.

Na década de 40 como nas duas anteriores, o DOPS tinha como uma de suas tarefas a monitoração da movimentação operária e sindical, isto é, o disciplinamento direto do trabalho. Informe de um investigador, depois de mencionar diversas atividades de propaganda ilegal, avalia a adesão a uma greve de têxteis na capital:

“Apenas 3 ou 4 operários deixaram de comparecer ao serviço na manhã de hoje na Fiação e Tecelagem Nice Ltda (Rua Manifesto 1196). Essa turma, portanto, compareceu quase toda ao serviço, esperando-se que a da tarde também retorne ao trabalho, normalizando-se, assim, a situação nessa indústria”⁷⁸.

Toda e qualquer atividade pública de finalidade política, suspeita de manipulação por comunistas, merecia a presença dos reservados do DOPS, quando não dos agentes encarregados da repressão direta, como ocorreu em Santos em 1949, em incidente que será examinado no capítulo V.

Graças à peculiar estrutura do DOPS, dividido em delegacias de “Ordem Política” e “Ordem Social”, palestras, debates, festivais e demais eventos relacionados às campanhas promovidas pelo PCB, como as da Paz e a do Petróleo, que pudessem aglutinar populares, eram acompanhados em geral por dois reservados, ou até mesmo dois grupos de agentes, um de cada “especializada”, como se dizia no jargão da

⁷⁷ Relatório do reservado José Silva, de 14.7.48. Prontuário DOPS 2431, v. 15.

⁷⁸ Relatório da “turma de ronda na perua”, chefiada pelo investigador Paulo Mazzini, da Ordem Social, 2.4.48. Dossiê Pedro Pomar.

polícia política. Nesse caso, produziam-se dois relatórios sobre o mesmo acontecimento.

Uma mesa-redonda convocada para debater o projeto da Lei de Segurança Nacional no Centro do Professorado Paulista foi objeto de três diferentes relatórios de agentes do DOPS. Entre os presentes, o então vereador Jânio Quadros, os deputados estaduais Porfírio da Paz e Castro Neves, o deputado federal Pedro Pomar, os ex-deputados Caio Prado Jr., João Taibo Cadórniga e Rio Branco Paranhos, a presidenta da Federação das Mulheres, Ana de Andrade, o vice-presidente da União Estadual dos Estudantes (UEE), Edmundo Amaral e o poeta Rossini Camargo Guarnieri.

Dois desses relatórios poupam Jânio Quadros, o conferencista da noite. Ele ter-se-ia limitado a “analisar e criticar os artigos da ‘Lei de Segurança’, não fazendo ataques às autoridades constituídas”, “não tendo porém visado ofender este ou aquele elemento, mostrando apenas o perigo que essa Lei poderá oferecer a todos”⁷⁹.

O terceiro relatório, da Ordem Social, produzido por P. A., é o mais sucinto e não faz qualquer referência específica à exposição de Jânio Quadros. Seu autor baseia-se no relato do reservado que acompanhou o debate: “Nosso elemento, enviado ao local” etc. Na sua ótica, tratou-se de mera reunião comunista, “a pretexto de mesa redonda para discutir a Lei de Imprensa” (sic). Ele destaca, porém, a declaração do deputado Castro Neves de que “cerraria fileiras com o Partido Comunista no

⁷⁹ Respectivamente Relatório da Investigação 317 da Ordem Política, e Relatório da Investigação 206 do Setor “N.O.”, ambos de 28.10.49. Dossiê Pedro Pomar.

combate à Lei de Segurança”. E assinala a fundação, pelos presentes, da Liga de Defesa da Constituição⁸⁰.

Bastante detalhado é o relatório da Ordem Política, assinado por Amador Braga Filho, Álvaro Medina e Paulo Gonçalves. Estes policiais estiveram no local da reunião e foram protagonistas de uma desastrada, e afinal fracassada, perseguição ao automóvel que conduzia o deputado Pomar, narrada por eles em minúcias.

De fato, embora o assunto declarado da investigação, no relatório, tenha sido a conferência, parecia ser outra a preocupação central dos reservados, pois quando o parlamentar comunista iniciou seu discurso “fomos obrigados a nos retirar do recinto a fim de providenciar um carro de praça para fazer o serviço de campana quando ele deixasse aquele local”, de modo que “não nos foi possível acompanhar todos os discursos”⁸¹.

Um dos relatórios teve origem em um certo Setor “N.O.” (sic), referente a “assuntos gerais sobre serviços” e “ambientes não especificados”. O autor cita as críticas feitas à Lei de Segurança por Omar Catunda (que leu manifesto lançado no Rio de Janeiro pelo Centro de Estudos e Defesa do Petróleo), pelo acadêmico Cyro Viana, por Enio Sandoval, Castro Neves, Porfírio da Paz, Hilio Lacerda, que concitou o povo “a formar a Liga de Defesa da Constituição”, Rio Branco Paranhos, para quem “o povo não comparece a essas gloriosas reuniões, porque a polícia do sr. Adhemar de Barros o espanca e o amedronta”, e Pomar⁸².

⁸⁰ Relatório da Investigação 743 da Ordem Social, 28.10.49. Dossiê Pedro Pomar.

⁸¹ Relatório da Investigação 317 da Ordem Política, de 28.10.49. Dossiê Pedro Pomar.

⁸² Relatório da Investigação 206 do Setor “N.O.”, de 28.10.49. Dossiê Pedro Pomar.

A leitura desses diferentes informes sugere a possibilidade de os agentes do DOPS, regulares ou não, envolvidos nessa operação de informações, não se conhecerem uns aos outros. Evidencia, ainda, a ocorrência de uma ação descoordenada dos diferentes setores da repressão política. Sugere, por outro lado, a existência de variados graus de conhecimento da matéria política entre os agentes: exemplo disso é o relatório da Ordem Política, que menciona poucos nomes entre os presentes ao local dos debates.

A vigilância sistemática estendia-se a eventos patrióticos organizados pela esquerda, como o Festival da Independência realizado a 7 de setembro de 1950 na Associação Atlética Ramenzoni, no bairro do Cambuci, em São Paulo, com a participação aproximada de quatrocentas pessoas, “inclusive inúmeras crianças”, e “cerca de 40 comunistas fichados”, entre os quais Oduvaldo Viana e o ator e compositor Mário Lago. Este convidou os presentes a comparecerem no dia seguinte, no Largo São Bento, a uma “passeata dos estudantes pró-barateamento das matrículas para o curso secundário”⁸³.

O funcionalismo público certamente não era poupado, mesmo quando integrava os quadros da Polícia ou da Força Pública. Em 1948, o Serviço Secreto do DOPS informava que Josefina Scaramuzza, funcionária da Secretaria da Segurança Pública lotada na Seção Jurídica, militava no PCB desde 1945 e que, depois de um período de afastamento, surgiu “novamente” como tesoureira do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e participante de passeata⁸⁴.

O relatório dos agentes da Delegacia de Ordem Social sobre o caso das Municipalidades, de Ribeirão Preto, faz referência ao segundo-

⁸³ Relatório de reservado, Investigação 638 da Ordem Social, 8.9.50. Dossiê Pedro Pomar.

sargento rádio-telegrafista Afonso de Oliveira, do 3º Batalhão de Caçadores: embora nenhuma relação direta tivesse com o episódio, ele foi citado como “militante do PCB, levando ao conhecimento dos comunistas tudo quanto se passa no Batalhão e lhes dando conhecimento de toda correspondência recebida pelo rádio”, tratando-se de “elemento perigoso, que precisa ser controlado e afastado das funções que ocupa”⁸⁵.

As ameaças de intervenção federal no Estado, mesmo após o acordo com o ministro da Guerra, devem ter parecido a Adhemar suficientemente reais, de tal modo que ele veio a usar o DOPS para fins diversos dos habituais. Assim, em julho de 1948 o Serviço Secreto do DOPS tratou de espionar os movimentos do Exército em São Paulo:

“Um reservado comunica que, sindicando sobre os motivos da permanência de tropas federais nesta Capital, foi informado que não há razão para temores, pois a concentração que ora se verifica faz parte das grandes manobras do Exército, que são realizadas de 4 em 4 anos, por serem muito dispendiosas. Entretanto, apurou o referido reservado que aquelas tropas estão de sobreaviso e as praças não podem se afastar dos seus quartéis sem uma licença especial e por um prazo não superior a duas horas. No QG da 2ª RM, conseguiu apurar que as altas autoridades militares estão convictas de que será decretada a Intervenção federal neste Estado e que, por isso, temem uma aliança entre a Força Pública e o extinto PCB para resistir ao governo federal”.

⁸⁴ I- Resultado de investigações, 1.7.1948. Prontuário DOPS 2431, v. 15.

⁸⁵ Relatório 448 da Ordem Social, 20.6.1949. Autos do processo 28.622-49, 1ª Vara, f. 169.

Informa ainda o SS que “têm chegado mais tropas a esta Capital, o que mandamos investigar”⁸⁶.

O raciocínio atribuído aos militares sobre uma eventual aliança entre a Força Pública, supostamente fiel a Adhemar, e os comunistas parece, à primeira vista, fundamentado nos fatos precedentes, como possibilidade em aberto. O PCB havia decidido opor-se fortemente à intervenção federal, como vimos antes; além disso, Adhemar dificilmente teria conseguido eleger-se governador sem os comunistas.

Não há evidências suficientes, porém, de que o PCB tenha cogitado seriamente de desencadear ou participar de eventual movimento de resistência armada, em tais circunstâncias. Dispomos apenas do relatório de um reservado sobre a reunião de um comitê distrital do partido na Capital, realizada no início de abril, em que dois ativistas locais teriam defendido a luta armada como forma de resistência a uma eventual intervenção federal no Estado. Em defesa da autonomia de São Paulo, “nós lutaremos até nas ruas se preciso for”, teria declarado o dirigente distrital comunista Joaquim Sant’Ana, segundo aquele relato do DOPS.

Outro dirigente, Afonso Liguori, teria dito que a “chegada do Ministro da Guerra a São Paulo e a prisão dos nossos camaradas é sem dúvida alguma o início da intervenção”, o que demonstraria a força do Manifesto lançado pelo PCB. Por outro lado, naquele momento um recuo seria “uma desgraça” para o partido, fazendo aumentar a necessidade de esclarecer a população sobre a luta pela autonomia estadual:

⁸⁶ Do Serviço Secreto, 17.7.1948. Prontuário DOPS 2431, v. 15, f. 97.

“Esta tem o objetivo de atirar Adhemar contra Dutra, isto é, ele deverá aliar-se ao povo para também defender a autonomia. Sabemos perfeitamente que Adhemar é um covarde. Nestas últimas 48 horas mandou prender os comunistas signatários do Manifesto, mudando assim o seu modo de pensar, mas nós iremos à luta com ou sem ele, porém, se Adhemar levantar armas para defender o seu Governo, nós estaremos a seu lado e com ele marcharemos de armas nas mãos, pois num caso destes o próprio Adhemar nos fornecerá armas”⁸⁷.

Ainda que essa transcrição corresponda substancialmente ao que se falou na reunião, requer cautela, porque o relatório pouco indica de concreto além da retórica, ou seja, quanto à efetiva organização da resistência armada pelos comunistas. Certamente, uma decisão de tal gravidade dependeria de aval do Comitê Estadual e da direção nacional.

Em outra reunião, desta vez do Comitê Municipal de São Paulo do PCB, realizada em julho e já citada mais acima, dois dos principais temas em debate foram a Campanha do Petróleo e a possível intervenção federal. Um espião do DOPS relatou que alguns dos presentes teriam pensado em comparecer armados ao comício da campanha, que viria a ser realizado no Anhangabaú no dia 17 de julho⁸⁸. Mas tal atitude, além de pontual, estaria relacionada com a necessidade de autodefesa, diante da repressão às atividades da campanha, e não com a eventual defesa do mandato de Adhemar.

⁸⁷ Relatório do reservado Júlio Costa sobre reunião do Comitê Distrital da Mooca, 2.4.48. Dossiê Pedro Pomar.

⁸⁸ Relatório do reservado José Silva, de 14.7.1948. Prontuário DOPS 2431, v. 15.

III. O PCB E A POLÍTICA DE UNIÃO NACIONAL

III.1. Revolução burguesa e nacionalismo

Desde a Conferência da Mantiqueira, em 1943, marco da reorganização do partido, o PCB procurou implementar uma política de *união nacional*, cujo pressuposto essencial era a existência de um “setor progressista da burguesia nacional”, interessado em combater o latifúndio e as “oligarquias semi-feudais” e romper as relações de subordinação do país aos interesses imperialistas, em especial os dos EUA. O PCB trabalhava, portanto, por uma revolução democrático-burguesa¹.

A conquista da legalidade, os excelentes resultados eleitorais obtidos pelo PCB nas eleições de dezembro de 1945, bem como a vigorosa adesão popular expressa no maciço número de filiações e na multiplicação de células nos locais de trabalho, levaram os comunistas a supervalorizar as promessas da legalidade e as possibilidades de atuação no quadro institucional.

Sem dúvida, todas as vitórias parciais apontadas correspondiam aos anseios e expectativas das massas trabalhadoras quanto a um canal de representação política e uma referência organizativa com elas identificados, e na conjuntura de 1945-46 o PCB cumpriu grandemente esse papel.

Se, no contexto da luta contra o nazismo e o fascismo, a política de *união nacional* era compreensível, ela passou a tornar-se crescentemente

¹ CHILCOTE, R., *Partido Comunista Brasileiro: Conflito e Integração*, p. 307.

contraditória após o final da Segunda Guerra Mundial e, sobretudo, nos primeiros meses do governo Dutra, quando este evidenciou seu caráter antioperário por meio do decreto-lei 9.070 e outras medidas, que vieram para reprimir a onda de greves contra o prolongado arrocho salarial.

A linha de *ordem e tranqüilidade*, que era uma decorrência da consigna de *união nacional*, tornou-se incompatível tanto com as lutas que a classe operária vinha travando para defender seu poder aquisitivo e derrubar os draconianos controles impostos ao trabalho, quanto com os propósitos de Dutra de garrotear a força de trabalho e sufocar a oposição ao regime. Incompatível, ainda, com a Constituição Federal que vinha sendo gestada por constituintes ligados, em sua esmagadora maioria, à burguesia e ao latifúndio.

A recomendação de Prestes aos trabalhadores, *apertar a barriga*, foi ignorada na prática pelas massas proletárias, ansiosas por recompor seus salários e sua dignidade, e pelos próprios militantes comunistas nos locais de trabalho. O PCB viu-se obrigado a retificar essa palavra de ordem. Seria um erro confundir *ordem e tranqüilidade* com passividade, esclareceu Prestes em reunião do Comitê Nacional, em janeiro de 1946², e os comunistas passaram a engajar-se de modo mais decidido nas greves, que desde então seriam classificadas em duas categorias: “justas” e “de agitação”³.

“De início, o partido parece ter condenado muitas das greves como ‘temerárias’; depois, tolerou-as; finalmente, após alguma

² PANDOLFI, D., *Camaradas e Companheiros: Memória e História do PCB*, p. 159-161.

³ COSTA, H. da, *Em Busca da Memória — Comissão de Fábrica, Partido e Sindicato no Pós-Guerra*, p. 71.

hesitação, decidiu que o MUT não poderia permitir-se deixar de liderá-las”⁴.

A luta nas fábricas e nas ruas empurrara o PCB para uma posição mais conseqüente no confronto entre movimento operário independente e Estado, mas sua formulação teórica central não mudara. O eixo central das concepções e da prática do partido continuaria a ser o nacionalismo, não o comunismo ou o socialismo, e a unidade nacional a quimera a ser perseguida.

“Com efeito, o PCB tornou-se um grupo de pressão comprometido com a tarefa de radicalizar a burguesia contra o imperialismo norte-americano. O comprometimento tradicional do partido com a luta de classes era substituído pelo comprometimento com o nacionalismo”⁵.

A que ponto chegara o predomínio do nacionalismo na política do PCB, a colocar em plano secundário o antagonismo de classes de que o partido deveria ser o melhor intérprete e portador, pode ser constatado em uma declaração cristalina do deputado federal e destacado dirigente nacional comunista Carlos Marighella, diretor da revista *Problemas*. Em dezembro de 1947, sete meses após a proscrição legal do partido, Marighella cita a aliança realizada com parte do PSD em São Paulo (em apoio a Cirilo Jr., candidato a vice-governador) como “decisivo passo em frente no caminho da união nacional contra a reação” e explica em que residem as chances de resistir à iminente cassação dos mandatos comunistas:

⁴ BETHELL, L., “Brasil”, in BETHELL, L. & ROXBOROUGH, I. (org.): *América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria*, p. 93.

⁵ CHILCOTE, R., *Partido Comunista Brasileiro: Conflito e Integração*, p. 307.

“Somos os mais conseqüentes lutadores pela indústria nacional, pelas reivindicações das massas, *pelos interesses da burguesia nacional*. À medida que crescem as dificuldades, que nos aproximamos da crise americana, subsistem condições para a aliança com a burguesia nacional. *Marchamos, assim, para a unidade com a burguesia (...)*”⁶.

Ao longo do período estudado, a política do PCB guardou identidade com as formulações estratégicas do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Pode-se dizer, de certa forma, que a política de união nacional é uma tradução da política de frente única contra o fascismo adotada pelo PCUS concomitantemente com a dissolução do Comintern⁷. A “viragem à esquerda” iniciada em 1948, por sua vez, não deixa de ser uma resposta tardia à reorientação das políticas do PCUS, decorrente da Guerra Fria.

Evidentemente, esse alinhamento freqüentemente automático às posições soviéticas não pode explicar, por si só, o percurso do PCB. Talvez deva ser visto, antes, como um *reflexo* das debilidades orgânicas do partido, das características de sua formação e da formação social-econômica brasileira na qual surgiu, especialmente da classe trabalhadora. Da mesma forma, fenômenos como o stalinismo,

⁶ MARIGHELLA, C.: *Nossa Política. Problemas* n. 5, dezembro de 1947, p. 5-6. Pouco antes, Marighella evidenciava, ao falar do contexto internacional, que os comunistas tinham conhecimento de que essa opção sofria crítica severa de outros setores do movimento socialista: “Os que pensam que a contradição principal é entre capitalismo e socialismo laboram em erro. A contradição dominante no momento situa-se entre o imperialismo ianque de um lado, e de outro os povos coloniais, o povo americano e as próprias nações capitalistas que passaram, no pós-guerra, a depender da América do Norte, a exemplo da Inglaterra, França e Itália”. *Nossa Política. Problemas* n. 3, outubro de 1947, p. 4.

⁷ A maior parte dos PC's acompanha o PCUS. Em 1947, o Partido Comunista Francês, p. ex., “surge como defensor dos interesses gerais da nação, pedindo a formação de um ministério de união nacional e republicana, capaz de associar todas as energias francesas às tarefas cruciais do soerguimento do país”. *A Luta pela Democracia na França*. Joanny Berlioz, *Problemas* n. 1, agosto de 1947, p. 45.

relacionados ao que Jacob Gorender chama de “marxismo bastardo”⁸, só se expandiram no PCB porque encontraram terreno fértil para tanto.

III.1.1. O PCB em São Paulo. Ao longo da década dos quarenta, os comunistas detiveram fortes bases sociais no mais industrializado dos Estados brasileiros, como se depreende dos resultados eleitorais colhidos pelo partido nas três eleições consecutivas realizadas após a deposição de Vargas. A força do PCB residia, em especial, nas concentrações operárias da Capital e dos centros mais desenvolvidos, onde possuía indiscutível enraizamento, que resistiu à decretação de sua ilegalidade em maio de 1947 e, depois, à cassação de mandatos em janeiro de 1948.

A nominata citada no capítulo II, elaborada pelo DOPS, é reveladora acerca das bases sociais do PCB em São Paulo, ao demonstrar em que medida a classe operária está presente na composição do próprio partido. Entre os membros das células de base são relacionados operários dos ramos metalúrgico, químico, das indústrias têxtil, da borracha e do vidro, além de motoristas e motorneiros da CMTC, totalizando quase três centenas de trabalhadores “orgânicos” somente na Capital do Estado.

Evidentemente, pode-se supor que em centros industriais como Santo André e Sorocaba, por exemplo, os comunistas tivessem semelhante presença junto à classe operária, dado o retrospecto do desempenho eleitoral e sindical do PCB nessas cidades. Inversamente, em cidades do interior menos industrializadas, como em Ribeirão Preto, ou menores, o partido tendia a incorporar outros estratos sociais.

⁸ AZEVEDO, R. & MAUÉS, F., *Rememórias — Entrevistas Sobre o Brasil do Século XX*, p. 188.

De qualquer forma, não há dúvida quanto à maciça participação dos trabalhadores manuais nas organizações de base do partido no Estado. Outra nominata, listando os “comunistas residentes” na cidade portuária de Santos, presumivelmente elaborada em 1942 ou 1943, demonstra a ocorrência do ingresso proletário nas fileiras do PCB muito antes dos sucessos eleitorais do pós-guerra.

Os cinquenta e dois nomes são acompanhados das respectivas profissões. Há entre eles barbeiros, pedreiros, garçons, estivadores, cozinheiros, empregados da Prefeitura, condutores de bonde. Também há um cocheiro, um empregado das docas, um servente de pedreiro, um relojoeiro, um telegrafista, um conferente, uma doméstica, um jornaleiro, um tintureiro, um ajudante de feitor, um guarda-livros, um ferroviário. Em suma, um vasto painel do trabalho assalariado urbano⁹.

São poucas as exceções: dois “comerciantes”, um “bacharel” e até um “capitalista”. Embora esse tipo de dado recomende cautela, por sua inexatidão e por ser temerário estabelecer nexos automáticos entre profissão e classe social, ele sugere um quadro proletário, em que predominam as ocupações manuais, mas que incorpora também outros setores, inclusive empresários.

O partido contou, por outro lado, com participação expressiva da intelectualidade em São Paulo, ilustrada por uma ativa inserção nas disputas eleitorais. Caio Prado Jr. elegeu-se deputado estadual, o físico Schenberg e o médico Davi Rosenberg suplentes, e Portinari disputou mais de uma eleição, além de patrocinar reuniões para discutir a reforma agrária. Monteiro Lobato foi simpatizante declarado dos comunistas,

⁹ Relação dos Comunistas Residentes nesta Cidade. Prontuário DOPS 561 (Santos), v. 13, f. 219-224.

talvez em razão da luta comum em defesa do monopólio estatal do petróleo.

Contudo, parte dos intelectuais ligados ao PCB, como Paulo Emílio Salles Gomes, acabaria rompendo com o partido e fundando a Esquerda Democrática, depois PSB. O PSB atrairia intelectuais de prestígio, como Sérgio Buarque de Holanda, Antonio Candido, Paulo Duarte, Sérgio Milliet e outros¹⁰.

No período 1945-1950, há grande afinidade política e, até, influência recíproca entre o Comitê Estadual do partido em São Paulo e sua direção nacional. As diretrizes organizativas e a linha eleitoral adotadas em diferentes ocasiões são as mesmas, e não raramente a direção estadual antecipa formulações que virão a ser encaminhadas mais tarde pela direção nacional.

É bem verdade que a direção nacional censurará rispidamente o Comitê Estadual em janeiro de 1948, por seu comportamento supostamente omissivo (“silêncio criminoso”) em relação à política adotada pelo governador Adhemar de Barros, depois que este passou a perseguir o partido. Mas não há notícias de que a própria direção nacional tenha orientado a direção estadual, na época, no sentido de que esta modificasse sua política.

De todo modo, após os protestos populares (o chamado “quebra-bonde”) realizados em 1º de agosto contra a majoração, autorizada por Adhemar, das tarifas dos bondes e ônibus da Companhia Municipal de Transportes Coletivos (CMTC, controlada pelo Estado), os deputados

¹⁰ Sobre a participação dos intelectuais no PCB e as tensões no respectivo relacionamento ver, p. ex.: RODRIGUES, L. M., “O PCB: os Dirigentes e a Organização”, in FAUSTO, Boris (dir.): *O Brasil Republicano*, p. 411-412 e 434/n; CAVALCANTE, B., *Certezas e Ilusões: os Comunistas e a Redemocratização da Sociedade Brasileira*, cap. II.

federais paulistas do PCB, como José Maria Crispim, foram à tribuna para denunciar Adhemar, acusado de trair o compromisso de adotar medidas que protegessem o poder aquisitivo dos trabalhadores, assumido quando candidato¹¹.

O PCB fora desmantelado em São Paulo durante os primeiros anos do Estado Novo. Uma tentativa de soerguimento e reorganização do partido, liderada por Davino dos Santos, Frederico Bonimani e Crispim, foi abortada em março de 1941 pela Polícia e Exército após dez meses de investigação, em operação que resultou na captura de trinta e uma pessoas, comandada pessoalmente pelo coronel Scarcela Portela, superintendente da Segurança Política e Social¹².

Em abril desse mesmo ano, um grupo de dirigentes comunistas baianos desloca-se para São Paulo, com a idéia de reorganizar nacionalmente o partido. São eles Milton Caires de Brito, Armênio Guedes e Diógenes de Arruda Câmara, que criam a Comissão Executiva Provisória do PCB.

Em 1942, no Rio de Janeiro, por intermédio de Leoncio Basbaum, esse núcleo entrará em contato com Pedro Pomar, João Amazonas, Maurício Grabois e Amarílio Vasconcelos, o que dá origem ao movimento de criação da CNOP, ou Comissão Nacional de Organização Provisória, grupo que se tornará hegemônico no esforço de reconstrução do partido após a realização, em Barra do Piraí (RJ), da II Conferência Nacional, ou Conferência da Mantiqueira¹³.

¹¹ Discurso de José Maria Crispim na Câmara dos Deputados. **Diário do Congresso Nacional**, 12.8.47, 4569-4573.

¹² DULLES, J. F., *O Comunismo no Brasil*, p. 215 e ss.

¹³ DULLES, J. F., *op. cit.*, p. 234 e ss.

Após a II Conferência, Pomar “muda-se para São Paulo, com o objetivo expresso de ali reorganizar o Partido”¹⁴. De 1945 em diante, os dirigentes nacionais ligados à antiga CNOP continuarão atuantes em São Paulo: Milton Caires, Arruda, Pomar etc., a eles juntando-se antigos militantes anistiados, como Crispim, e as lideranças emergentes do movimento sindical consagradas nas eleições, tais como Mário Scott, João Sanches Segura, João Taibo Cadórniga, Osvaldo Pacheco, Roque Trevisan e outros.

Em 1948, após a cassação dos mandatos, Carlos Marighella “recebeu a tarefa de vir para São Paulo”, segundo afirma Clara Charf¹⁵. Nos anos seguintes, Marighella torna-se o principal dirigente paulista. Gorender, um de seus mais próximos colaboradores a partir de 1950, relata que a direção estadual empenhava-se, naquele momento, “na reestruturação do partido, sobretudo mediante a drástica redução do seu quadro de quase 500 funcionários profissionais”, a maioria dos quais recebia remuneração irrisória¹⁶.

III.1.2. A vitoriosa Campanha pelo Petróleo. A campanha “O petróleo é nosso!” representou um importante êxito do PCB no terreno prático da luta institucional, reforçando o viés nacionalista do partido. Toda a pesada repressão governamental à campanha não conseguiu de modo algum desarticulá-la: ela sobreviveu a Dutra e, por fim, tornou-se vitoriosa durante o segundo governo de Getúlio Vargas, em 1953, com a criação da Petrobrás.

Porém, teria sido o PSB, e não o PCB, o criador da campanha. Os comunistas conquistaram sua hegemonia e tornaram-se, no entender do

¹⁴ MAKLOUF, L., *Pedro Pomar*, p. 53.

¹⁵ AZEVEDO, R. & MAUÉS, F., *Rememórias — Entrevistas Sobre o Brasil do Século XX*, p. 137.

¹⁶ AZEVEDO, R. & MAUÉS, F., *op. cit.*, p. 185.

insuspeito dirigente socialista Antonio Candido, os principais responsáveis pelo impulso que ela ganhou nas ruas:

“Fomos nós que lançamos a campanha do petróleo. Os comunistas no começo eram contrários, porque a Rússia era aliada dos Estados Unidos e eles não queriam mexer com as multinacionais. Nós fazíamos uma política socialista consequente. (...) No caso do petróleo eles só apoiaram quando começou a Guerra Fria e houve interesse russo em hostilizar os Estados Unidos. Mas aí, honra seja feita, tomaram o pião na unha e realizaram uma campanha monumental, como nós seríamos incapazes de fazer”¹⁷.

O sucesso da campanha deveu-se, certamente, à sua amplitude: aí, como na guerra, a política de *união nacional* fazia sentido. Os comunistas souberam trabalhar em aliança com outros setores na luta pelo petróleo, em especial os militares liderados pelo general Horta Barbosa, ex-presidente do Conselho Nacional do Petróleo (CNP).

A primeira vitória do movimento foi a desistência de Dutra em levar adiante seu Estatuto de Petróleo, que submeteu ao Congresso no início de 1948, encontrando fortes resistências. O Estatuto previa a participação de capitais privados nacionais e estrangeiros na pesquisa e na exploração das jazidas de petróleo.

Um ponto de vista talvez minoritário sustenta que, embora a atuação do PCB nos debates parlamentares e na campanha em defesa do monopólio tenha efetivamente contribuído para a rejeição do Estatuto do Petróleo, “os comunistas, porém, vieram a reboque do movimento

¹⁷ AZEVEDO, R. & MAUÉS, F., *op. cit.*, p. 40.

nacionalista, liderado incontestavelmente por Horta Barbosa, Artur Bernardes e o Centro do Petróleo”¹⁸.

A aliança entre comunistas e militares de alta patente em torno do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional, e da campanha “mais ampla e a mais vibrante a que o país já assistiu”¹⁹, pode ter desnordeado o governo. A Polícia passou a deparar-se com um quadro insólito, como se pode constatar em relatório reservado do DOPS sobre comício com “cerca de 2.000 espectadores”, realizado no dia 15 de novembro de 1948:

“Pela boa ética e decoro de que se deve guardar, em todas as suas atitudes civis, as altas patentes do Exército Nacional, mesmo quando, pelos mais justificados motivos patrióticos, venham a atuar junto às populações civis, foi bastante notada a violência, falta de devida compostura e elegância, com que se houve ontem em praça pública, em desabridas arremetidas contra tudo e contra todos, ao tratar do complexo e técnico problema do petróleo, junto a tão impatriótico e numeroso bloco de comunistas, em plena praça pública, o bravo militar General Raimundo Sampaio”²⁰.

Que outra campanha faria uma caravana deslocar-se até o túmulo de Monteiro Lobato, no primeiro aniversário da sua morte, para prestar homenagens ao grande escritor? As faixas portadas pelos manifestantes em pleno Cemitério da Consolação dizem tudo: “Continuamos Tua

¹⁸ CARVALHO, G., *Petrobrás: do Monopólio aos Contratos de Risco*, p. 39-40. Segundo esse autor, a liderança comunista seria questionável, uma vez que um projeto do PCB na Câmara Federal, apresentado por Marighella, proporia a criação de sociedades mistas para a exploração do petróleo, sem excluir o capital estrangeiro. Sobre os projetos de Marighella e Abílio Fernandes relativos ao petróleo, ler *A Batalha do Petróleo*, de Artur Cabral, em **Problemas** n. 7, janeiro de 1948, p. 25.

¹⁹ SODRÉ, N.W., *Do Tenentismo ao Estado Novo*, p. 293.

²⁰ Relatório de reservado. Comício provavelmente realizado em Ribeirão Preto.

Luta”, ou “Pela Defesa do Petróleo”. É uma impressionante cerimônia noturna, da qual participam “mulheres, crianças, intelectuais e operários”, organizados pelo Centro Paulista de Estudos e Defesa do Petróleo, presidido por Omar Catunda²¹. Esse verdadeiro ato de valentia é um bom retrato do que foi a Campanha do Petróleo.

III.1.3. As campanhas da Paz. Os analistas dedicaram pouca atenção, até o momento, às campanhas “pela paz” organizadas pelo PCB. Estas campanhas receberam do aparato repressivo a mesma atenção dispensada às demais iniciativas da oposição democrática e popular: montar simples mesas na rua, para recolher assinaturas em prol da paz mundial, implicava o risco de espancamento e prisão. Em comum com a campanha pelo Petróleo, as da Paz têm a aliança entre os comunistas e “militares antibelicistas”, isto é, a *esquerda militar*²².

As campanhas pela paz podem ser agrupadas, esquematicamente, em dois períodos. O primeiro diz respeito à movimentação contra uma possível nova guerra mundial, em razão das tensões provocadas pela Guerra Fria. O segundo, a partir de 1950, caracteriza-se pela existência de um objetivo bem definido e concreto: evitar a participação de soldados brasileiros na Guerra da Coreia, iniciada em junho desse ano. Havia pressões para que o Brasil enviasse contingentes para lutar ao lado das tropas norte-americanas e sul-coreanas, contra a Coreia do Norte.

Percebendo nas campanhas da Paz um interessante veio de trabalho do PCB, a partir de julho de 1949 o DOPS paulista proibiu terminantemente quaisquer atividades a elas relacionadas²³. Há indícios de que em algumas regiões do interior as campanhas da Paz

²¹ 1º Aniversário da Morte de Monteiro Lobato. **Jornal de Notícias**, 5.7.49, p. 4.

²² MORAES, J. Q. de, *A Esquerda Militar no Brasil*, p. 9.

conseguiram arregimentar apoio expressivo em setores outros que não os diretamente representados na sua organização.

Na Segunda Guerra Mundial, muitos contingentes da FEB saíram da lavoura para os campos de batalha: pequenos agricultores e lideranças políticas do interior tinham noção dos prejuízos econômicos e sociais causados por essa evasão de jovens. Em Barretos, por exemplo, na região de Ribeirão Preto, a convocatória de um “Congresso da Paz” recebeu a assinatura de diversos prefeitos e lideranças políticas, a maioria dos quais certamente não vinculada ao PCB²⁴.

III.2. O Partido legal e o apoio a Linhares e Dutra

A situação criada pelo declínio do Estado Novo leva os comunistas a apoiar Vargas no processo de transição, incorporar-se ao quererismo, e a partir de setembro passar a defender a “Constituinte com Getúlio”, movimentos táticos para os quais a historiografia apresenta diferentes interpretações.

Carone afirma que os comunistas rejeitavam uma eleição presidencial que representasse “puramente a passagem dos resquícios eleitorais do Estado Novo a um regime de legalidade constitucional” e pretendiam, antes, a eleição de uma Constituinte capaz de dar ao país uma nova base legal. Daí a palavra de ordem “Constituinte com Getúlio”²⁵.

Basbaum, por sua vez, entende que o PCB via na substituição de Vargas “simples manobra para lançar o Partido outra vez na ilegalidade”, porque Prestes “acreditava que todas as conquistas obtidas, a anistia, a legalidade, o reconhecimento da URSS etc. eram obra

²³ Proibidos pela Polícia em Todo o Interior do Estado os Congressos da Paz e Cultura. **Correio Paulistano**, 21.7.49, p. 12.

²⁴ Convocação do Congresso da Paz em Barretos. **Diário de São Paulo**, 8.8.49.

pessoal de Getúlio. Sua retirada antes das eleições seria a anulação completa de todas essas conquistas”. Ou seja: “Constituinte com Getúlio” significava que dever-se-ia eleger a Constituinte em primeiro lugar, e que a eleição do novo presidente deveria ser precedida pela votação e aprovação da Constituição²⁶.

Werneck Vianna, abrindo polêmica com Weffort, procura refutar a tese deste de que os comunistas, ao defenderem a bandeira da “Constituinte com Getúlio”, traíram os interesses da classe trabalhadora, tese que se basearia no suposto de que “a aliança da esquerda operária com os queremistas teria dado base, após a constitucionalização do país em 1946, à persistência da legislação corporativa”. O suposto não tem apoio empírico, diz Vianna²⁷.

Vianna considera que não foram as alianças realizadas ao final do Estado Novo que garantiram a sobrevivência dos princípios da CLT. “*Essa foi uma opção da Constituinte sob Dutra, e que contou com a oposição dos petebistas egressos do queremismo e da esquerda operária*”²⁸. No entanto, Weffort “situa com propriedade a natureza sobredeterminante da contradição entre o fascismo e a democracia, ao findar o regime de 37”, fenômeno que explicaria o apoio operário a Vargas na transição, uma vez que este “participava do esforço de guerra”²⁹.

Qualquer que seja a avaliação, o golpe de 29 de outubro depôs Vargas, José Linhares assumiu a presidência e foram confirmadas as eleições presidenciais pelo voto direto convocadas para dezembro

²⁵ CARONE, E., *A República Liberal*, p. 334-335.

²⁶ BASBAUM, L., *História Sincera da República*, p. 139.

²⁷ VIANNA, L.W., *Liberalismo e Sindicato no Brasil*, p. 250.

²⁸ VIANNA, L.W., *op. cit.*, p. 251.

²⁹ VIANNA, L.W., *op. cit.*, p. 247-248.

seguinte, concomitantemente com as eleições para o Congresso — transformado em Constituinte pela Lei Constitucional nº 13, assinada por Linhares em novembro.

O PCB, que percebera o sentido antipopular do golpe e o condenara com veemência, rapidamente passa a adotar uma posição bastante duvidosa: considera “indispensável agora o apoio decidido ao novo governo para que se livre dos fascistas e reacionários que ainda o comprometem”³⁰.

A simpatia em relação ao breve governo Linhares pode ser vista também em texto do jornalista Pedro Mota Lima publicado na *Tribuna Popular*, jornal do PCB dirigido por Pedro Pomar. Depois de aplaudir os “atos positivos” de Linhares, entre os quais inclui a revogação de dispositivos legais criados no Estado Novo e o aumento de salários do funcionalismo, Mota Lima critica “perigosas contradições”, como “o restabelecimento da verba secreta para a polícia política” e a reinstalação “de um aparelho tão odioso como a famigerada delegacia de ‘ordem social’ ”. Mas ele conclui de tal modo que seu artigo poderia facilmente ser assinado por alguém da UDN:

“A experiência destes dez primeiros dias, apesar de todos os percalços e das falhas a reparar, não é desanimadora. Os acertos ligam as autoridades à Nação. Prestigiados por seus concidadãos, os homens do governo hão de sentir-se mais à vontade nos postos, verificarão que podem mandar porque serão obedecidos, e a cada medida justa com que afirmem a

³⁰ CARONE, E., *O PCB*, p. 62.

independência e a vontade de acertar mais seguros estarão para levar a cabo a tarefa histórica de democratização do Brasil”³¹.

Ao mesmo tempo, o PCB realiza nova inflexão tática. Resolve lançar seu maior nome, Prestes, como candidato ao Senado e não à Presidência da República. Embora opte por disputar com candidatura própria a Presidência da República, o partido busca para esse fim um nome estranho aos seus quadros e sem maior conotação política: o do obscuro engenheiro Yedo Fiúza, ex-prefeito de Petrópolis, tido como amigo de Vargas. A escolha, atribuída a Prestes, é condizente com a política do PCB no período. Procurava demonstrar, na prática, a disposição dos comunistas de sacrificar-se no altar da união nacional, oferecendo como candidato um não-comunista — e abrindo mão das chances, mesmo que pequenas, de uma disputa efetiva, que teria caso Prestes fosse o candidato.

III.2.1. Ilusões com a legalidade em São Paulo. Em São Paulo, centro da fermentação operária, algumas das contradições enfrentadas pelo PCB em princípios de 1946 aparecem de modo claro nos documentos da direção partidária — resoluções e circulares aos comitês municipais.

O partido que deposita todas as esperanças de democracia no poder da Assembléia Constituinte é também aquele que adverte contra o reformismo. As recomendações contra o sectarismo existente nas fileiras partidárias não impedem (ao contrário, provocam) o rebaixamento de dirigentes estaduais que teriam falhado em suas tarefas. E apesar das nuvens carregadas em formação no horizonte, anuncia-se sinceramente a existência de um novo partido, legal e de massas.

³¹ CARONE, E., *O PCB*, p. 64-65.

A maior preocupação dos textos da direção estadual é político-organizativa. Fazer das células “o centro de gravidade do partido” e combater as debilidades no trabalho de massa são problemas sempre referidos. Nos dias 26 e 27 de janeiro de 1946, o Comitê Estadual do PCB-SP realizou uma reunião ampliada que discutiu uma série de questões da vida partidária. Uma das principais resoluções de caráter político demonstra o grau das ilusões depositadas na Constituinte (cujos trabalhos se iniciariam em fevereiro), recomendando

“uma grande e tenaz campanha de mobilização e esclarecimento de todas as camadas do povo e fundamentalmente da classe operária, para que todo o poder passe para a Assembléia Constituinte, como único poder que emana do povo e só assim haverá democracia em nossa terra”³².

Ao mesmo tempo, porém, outra resolução manda levar a efeito

“uma grande campanha de esclarecimento e de combate a uma certa *tendência reformista de que se acha possuída a classe operária de São Paulo*, refletindo-se também em organismos e membros do Partido. *Lembramos que as reformas para nós são apenas um meio e não um fim*”³³.

Chamava-se a atenção de todos os comitês municipais, distritais e células do partido para “uma melhor e mais eficiente vigilância contra o sectarismo, que ainda não foi superado por muitos camaradas e que está impedindo o desenvolvimento do nosso partido, mesmo em grandes centros proletários”.

³² Resoluções da Reunião Ampliada do Comitê Estadual, 26 e 27 de janeiro de 1946. Prontuário DOPS 2431, v. 15, f. 164.

³³ *Ibidem*. Os grifos são nossos.

Na ocasião, o Comitê Estadual efetuou mudanças na composição do núcleo dirigente em São Paulo, ampliando de dezessete para vinte e dois o número de membros, em razão do crescimento do partido, e destituindo quatro dirigentes (um dos quais é apenas suplente), aos quais é transferida, na prática, toda a responsabilidade pelas “sérias debilidades no terreno orgânico do partido propriamente dito e de modo bastante acentuado no trabalho de massa e sindical”. O documento comunica essa decisão de modo um tanto cruel:

“Depois de examinar a pouca eficiência demonstrada no trabalho de nosso partido, [decide] rebaixar da direção os companheiros Lúcio Carneiro, Benedito Dias Baptista, Pedro Tito, membros efetivos, Manoel Augusto, suplente”³⁴.

José Maria Crispim, Euclides Saviato, Moise Waisencher, Clóvis de Oliveira Neto, Gervásio Gomes de Azevedo e Estocel de Moraes são então “promovidos” (foi este o verbo empregado) a membros efetivos, e Alonso Gomes, José Felix da Silva, Armando Mazzo, Ramiro Luchesi e Waldemar Sita a suplentes.

Algumas prioridades organizativas são apontadas: “necessidade de mais ampla divulgação aos informes políticos e de massa”; “conferências e palestras nas fazendas, procurar organizar os assalariados agrícolas, meeiros, arrendatários e pequenos proprietários — os primeiros em sindicatos, os demais em ligas e associações camponesas”; “ampla discussão das teses aprovadas no I Congresso Sindical dos Trabalhadores do Estado de S. Paulo”; “amplo recrutamento na base do trabalho de massa”³⁵.

³⁴ Resoluções da Reunião Ampliada do Comitê Estadual, 26 e 27 de janeiro de 1946.

³⁵ *Ibidem*.

No mês seguinte, o Comitê Estadual pede aos comitês municipais que se empenhem na luta contra o sectarismo (“na prática, na execução das tarefas”) e que procurem ligar-se efetivamente às massas populares, dirigir a luta por melhores condições de vida, influir nos sindicatos, organizar comitês democráticos, ligas camponesas. Será preciso, diz o comunicado, uma “virada”: impossível continuar adotando “os métodos e conceitos da ilegalidade”³⁶.

Nesse texto são feitas referências a meios, não a fins: não se menciona comunismo, socialismo ou a revolução, apenas dá-se ênfase às possibilidades da vida legal: “Somos um partido novo, um partido legal, com os seus representantes no Parlamento e já bastante ligado às massas”, portanto, diferentemente da organização baseada em pequenos grupos existente nos tempos da ilegalidade, “somos hoje um partido com suas células legais, participando ativamente da vida política do país”³⁷.

É como se o PCB celebrasse sua integração ao sistema político corrente, superando o seu passado clandestino, de seita operária. O comunicado censura os “muitos militantes do tempo da ilegalidade [que] não compreenderam ainda, em toda sua profundidade, as modificações operadas”, isto é, a constituição de “um grande Partido legal, que deve estar intimamente ligado às massas”, sendo além disso ele mesmo “um Partido de massas”³⁸.

As concepções legalistas, a crença em que a democracia viera ficar e a idéia, baseada no senso comum e no positivismo, de que o bom comportamento do partido (*ordem e tranqüilidade*) seria um passaporte para uma integração duradoura ao sistema político legal,

³⁶ Carta Circular de Organização nº 29, de 7.2.1946. Prontuário DOPS 2431, v. 15.

³⁷ *Ibidem*.

³⁸ Carta Circular de Organização nº 29, de 7.2.1946. Prontuário DOPS 2431, v. 15.

desempenharam um papel, sem dúvida, na desmobilização vivida relativamente às ameaças de fechamento, que iriam tomar forma já nos meses seguintes.

III.2.2. A III Conferência em julho de 1946 e o estímulo às greves.

A III Conferência Nacional do PCB, realizada em julho durante oito dias, adota nova resolução retificadora sobre as greves, que representa um refinamento da formulação política e uma autocrítica discreta das posições antes assumidas. As greves deixam de ser associadas às “provocações” e passam a ser vistas como um fator garantidor da democracia, na medida em que evitam que a insatisfação popular desemboque no “caos”:

“A III Conferência Nacional acentua a possibilidade de esclarecermos as massas trabalhadoras de que a luta por melhores salários é, na prática, das mais importantes na defesa da democracia. No momento, é a forma mais eficiente de exigir do governo medidas práticas contra a carestia e a inflação e para a solução do problema da fome e da miséria do nosso povo. O nosso Partido aconselha os trabalhadores a lutarem por melhores salários porque, na medida em que o fizerem, estarão de fato *buscando uma saída pacífica para o descontentamento popular* e desarmando os reacionários e os fascistas que querem o caos e a guerra civil, com o objetivo de liquidar o movimento operário e impedir a consolidação da democracia”³⁹.

No afã, porém, de enquadrar a luta de classes nos parâmetros postos pela ordem burguesa, a Conferência orienta de forma um tanto dúbia a militância comunista a realizar a defesa do partido:

³⁹ CARONE, E., *O PCB*, p. 67.

“O essencial, enfim, está na verdadeira mobilização de massas contra as arbitrariedades policiais e na nítida compreensão que deve ter todo o Partido de que acatar as decisões das autoridades e lutar pela solução pacífica dos problemas nacionais, não significa ficar de braços cruzados nem conformar-se oportunisticamente, sem protesto, com as arbitrariedades e violências policiais”⁴⁰.

A solução dos problemas do país, afirma a Conferência, “exige cada vez mais o reforçamento da luta pela União Nacional”, política essa que visa “conquistar as mais amplas massas sociais, desde o proletariado até as camadas da burguesia progressista, que sentem a pressão do imperialismo e desejam o desenvolvimento do país”⁴¹.

Na resolução de número 6, a Conferência define claramente os motivos do apoio ao governo Dutra, assumindo ser esta posição uma decorrência da política geral de *união nacional*. Os ataques ao movimento operário e ao partido, verificados nos primeiros meses do governo, são atribuídos aos fascistas que, embora minoritários, detêm posições no aparelho de Estado, por isso devendo ser desmascarados e derrotados. O governo, “no seu todo”, precisa ser preservado. Reafirma-se, portanto,

“a posição assumida pelo PCB em face ao governo de apoio franco e decidido aos seus atos democráticos e de luta intransigente, se bem que pacífica, ordeira e dentro dos recursos legais, contra qualquer retrocesso. Para isso o mais importante é saber desmascarar a camarilha fascista enquistada no governo, mobilizando grandes massas no sentido de exigir sua retirada

⁴⁰ CARONE, E., *op. cit.*, p. 66-67.

dos cargos que ainda ocupam. Sabemos que o governo no seu todo não é composto de reacionários. Mas a reação explora as posições que detém no aparelho estatal, visando cada vez mais separar o governo do povo. Não se justificam, assim, ataques em bloco ao governo, porque tal não poderia ser a posição de quem, como nós, luta, de fato, pela união nacional”⁴².

A ambigüidade persiste, na assertiva de que mesmo a luta contra os retrocessos tem de ser “pacífica, ordeira”. Além disso, a leitura dos acontecimentos internacionais mantém-se otimista. A Conferência aprova resolução afirmando que, apesar das “provocações guerreiras” dos países imperialistas e dos chamados restos do fascismo, “continua favorável à democracia a correlação de forças no mundo inteiro”⁴³.

Há indícios de que as resoluções da Conferência resultaram de um compromisso entre diferentes correntes no interior do partido, pois, no seu surpreendente parágrafo final, explica-se que a *união nacional* que se pretende terá de ser “sob a hegemonia do proletariado e não a falsa união dos oportunistas e liquidacionistas que desejam *colocar o proletariado a reboque da burguesia* e a serviço dos demagogos ‘salvadores’ e dos generais golpistas”⁴⁴.

Em setembro de 1946 encerram-se os trabalhos da Constituinte, e o Congresso passa a desenvolver os trabalhos legislativos normais. A nova Constituição, embora democrática em certos aspectos, incorporou grande parte da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em seus aspectos restritivos ao sindicalismo independente e ao direito de greve, proibiu o voto aos analfabetos (mais da metade da população) e

⁴¹ CARONE, E., *op. cit.*, p. 67.

⁴² CARONE, E., *O PCB*, p. 68.

⁴³ CARONE, E., *op. cit.*, p. 65.

distribuiu as cadeiras do parlamento de modo a tornar subrepresentados os Estados mais populosos.

Impôs, ainda, indenização prévia, em dinheiro e por justo valor, para propriedades que viessem a ser desapropriadas, constituindo-se em forte obstáculo à realização da reforma agrária. Revelou-se, fundamentalmente, uma Constituição conservadora, frustrando as esperanças dos comunistas paulistas na Constituinte como “único poder que emana do povo”.

III.2.3. Política “caso a caso” para as eleições de janeiro de 1947.

Ao preparar-se, em meados de 1946, para participar das eleições para governador e assembleias legislativas a serem realizadas em 19 de janeiro de 1947, os comunistas decidem realizar seu primeiro ensaio de política eleitoral “caso a caso”, pragmática por excelência.

A III Conferência Nacional do PCB considerou essas eleições “decisivas na luta pela União Nacional”. Preconizou a “união formal com outros partidos”, dando ênfase às chances de alianças nos Estados, “onde homens, correntes e partidos poderão se unir”, e recomendou aos comitês estaduais “flexibilidade e a maior iniciativa sendo preciso desde já entrar em entendimentos que facilitem esse trabalho”⁴⁵.

Em São Paulo, antes de selar acordo com Adhemar e PSP duas semanas antes da eleição, o PCB teria procurado diversos partidos, inclusive a UDN⁴⁶. No Pará, os comunistas apoiarão “oficiosamente”

⁴⁴ Referência às dissidências enfrentadas desde 1945. O grifo é nosso. CARONE, E., *O PCB*, p. 71.

⁴⁵ CARONE, E., *op. cit.*, p. 68.

⁴⁶ SAMPAIO, R., *Adhemar de Barros e o PSP*, p. 54; FRENCH, J., *O ABC dos Operários*, p. 194-196.

Moura Carvalho, do PSD⁴⁷. Em Goiás, eles terão como candidato José Ludovico de Almeida, também do PSD.

Panfleto de campanha lançado em São Paulo, presumivelmente pelo PCB, em favor de Adhemar e dos “candidatos das chapas populares”, elogia a atitude do PSD de Goiás, comparando-a com a posição tomada pela seção paulista desse partido: “Enquanto em São Paulo o PSD alia-se aos integralistas, o PSD de Goiás faz aliança com o Partido Comunista e promete não permitir que os integralistas tomem pé naquele Estado”⁴⁸.

A política “caso a caso” terminará por reforçar o esquema de poder liderado por Dutra e vertebrado pelo PSD, mesmo que, no caso de São Paulo, assuma uma série de outros contornos.

Ainda assim, os comunistas elegem fortes bancadas em legenda própria em São Paulo (onze deputados estaduais), Pernambuco (nove) e Rio de Janeiro (seis). Eles também conquistam representação nas assembleias de Alagoas e do Rio Grande do Sul, com três deputados em cada uma; Bahia, Goiás e Mato Grosso, com dois deputados; Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná e Sergipe, com um deputado⁴⁹.

Na cidade do Rio de Janeiro, o então Distrito Federal, onde não havia Assembleia Legislativa, mas Câmara Municipal com cinquenta cadeiras, elegeu-se na mesma data uma formidável bancada de dezoito vereadores, da qual faziam parte nomes lendários como Agildo Barata,

⁴⁷ VEIGA, H. M., *A Redemocratização em Belém, 1945-1947: os Comitês Democráticos e a Campanha Contra a Fome*, 61/n.

⁴⁸ *O PSD em Goiás Entrou em Acordo com o Partido Comunista*, panfleto sem autoria identificada. Reproduz carta de Ludovico publicada no **Diário de São Paulo** em 14.1.47, defendendo o PCB e atacando os integralistas. Prontuário DOPS 2431, v. 15.

⁴⁹ CHILCOTE, R., *Partido Comunista Brasileiro: Conflito e Integração*, p. 316-322.

Otávio Brandão e Aparício Torelly, o “Barão de Itararé”. Entre os eleitos, também, duas mulheres: Arcelina Mochel e Odila Schmidt⁵⁰.

III.3. O Partido na ilegalidade

Em maio de 1947, a decisão do TSE de cassar o registro eleitoral do PCB, e a conseqüente devassa e fechamento, pelo governo, de sedes do partido e de organizações que lhe são próximas, não alteram, de imediato, as premissas sobre as quais os comunistas fundavam suas linhas de atuação política.

Quase às vésperas do golpe judicial, o Comitê Estadual do PCB-SP emite circular aos comitês municipais, chamando a atenção de “todo o Partido” para o parecer do procurador do TSE, Alceu Barbedo, na ação proposta pelo deputado Barreto Pinto (PTB), que pede o fechamento do partido. A circular é reveladora de quanto a análise conjuntural do PCB permanecia atada ao antigo esquema. O progressivo endurecimento do regime continuava a ser atribuído não a uma estratégia da burguesia empreendedora, nem mesmo ao próprio Dutra, mas sempre aos “restos do fascismo”⁵¹.

O parecer do procurador Barbedo, favorável à cassação do registro do partido, suscitou do Comitê Estadual o comentário de que a vitória dos comunistas em janeiro “levou ao desespero os restos do fascismo em nosso país” e que “são fortes ainda os remanescentes fascistas no governo que, amparados pelos seus amos imperialistas, não vacilarão em cometer os maiores crimes contra o nosso povo”. Mas, ao mesmo tempo, é “evidente que as condições no Brasil e no mundo não são favoráveis a

⁵⁰ CHILCOTE, R., *op. cit.*, p. 316-322.

⁵¹ Circular a Todos os Comitês Municipais, 22.2.1947. Prontuário DOPS 2431, v. 14.

golpes dessa natureza e que, portanto, toda tentativa nesse sentido será condenada ao fracasso”⁵².

Infelizmente para o PCB e a classe trabalhadora brasileira, ao contrário do que dizia o documento as condições no Brasil e no mundo, naquele momento, eram exatamente favoráveis a golpes dessa natureza, e havia fartos sinais de que se gestava uma transição com tais características. A Guerra Fria era já uma realidade (em 1946, Churchill fizera seu famoso discurso em Fulton, por exemplo). Em março, Truman divulgaria sua doutrina, dividindo o mundo em dois campos antagônicos.

O Comitê Estadual, é verdade, advertiu para a necessidade de assegurar a democracia “através da luta organizada de todo o povo”, bem como de esclarecer “a todo o povo, organizações populares, correntes políticas e aos democratas em geral” que um golpe contra o PCB seria um golpe contra a democracia.

Mas esse chamamento à resistência padecia de uma contradição intrínseca, que comprometia profundamente sua eficácia: era a recomendação aos comitês municipais do partido de que fossem adotadas medidas práticas “dentro de nossa orientação política de ORDEM E TRANQÜILIDADE”, grafado assim, em maiúsculas⁵³.

Diante do histórico de atos repressivos ostentado, já naquele momento, pelo governo Dutra (e em face da biografia golpista e ostensivamente anticomunista do presidente), as medidas sugeridas em nome da resistência ao arbítrio parecem tímidas: entendimentos com as forças políticas locais, para que expressassem opinião contrária ao

⁵² *Ibidem*.

⁵³ Circular a Todos os Comitês Municipais, 22.2.1947. Prontuário DOPS 2431, v. 14.

parecer Barbedo; campanha de telegramas de protesto ao TSE e a Dutra; visitas a jornais e autoridades locais; e a realização de “comícios monstros em defesa da democracia”⁵⁴.

Os comícios não chegaram a ser realizados, e o que chama mais atenção é que a direção estadual do partido parecia simplesmente não cogitar da possibilidade de um retorno à clandestinidade, da necessidade de evitar prisões etc. Essa orientação contraditória e desinformada não condizia nem mesmo com a decisão que o partido tomara nas eleições complementares de janeiro para a Câmara Federal, quando Arruda Câmara e Pomar lançaram-se candidatos pelo PSP, no que parecia uma clara tentativa de resguardá-los de uma futura perseguição⁵⁵. Contudo, essencialmente a atitude do Comitê Estadual paulista não diferia da atitude da direção nacional do PCB.

Desde março de 1946 sabia-se que os homens do regime pensavam em jogar novamente o PCB na ilegalidade, e em meados desse ano houve movimentação com esse fim⁵⁶. Baseando-se em reportagem publicada no *Correio da Manhã* de 9 de julho de 1946, a revista *Divulgação Marxista* denunciou consulta feita por Dutra ao ministro da Justiça, José Linhares, sobre o fechamento do PCB⁵⁷.

Quando, por fim, o TSE decide cassar o PCB a 7 de maio, abrindo caminho a toda sorte de arbitrariedades do governo (a começar pelo fato de não esperar o julgamento de recurso pelo Supremo Tribunal Federal), a reação de Prestes, além de desinformada, mostra-se claramente aquém da gravidade da situação:

⁵⁴ *Ibidem*.

⁵⁵ GONÇALVES, A., *Lutas e Sonhos. Cultura política e hegemonia progressista em Santos*, p. 103n.

⁵⁶ BETHELL, L., “Brasil”, in BETHELL, L. & ROXBOROUGH, I. (org.): *América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria*, p. 98.

⁵⁷ *Perguntas e Respostas. Divulgação Marxista* n. 3, Rio de Janeiro, agosto de 1946, p. 101.

“Informamos que por 3 votos contra 2, TSE decidiu cassar o registro eleitoral de nosso Partido. Recorreremos ao STF contra tão injusta decisão e informamos aos companheiros que isso não significa o fechamento do Partido como sociedade civil legalmente registrada que é, mas somente a impossibilidade de participar das eleições. A Comissão Executiva aguarda a publicação da sentença para enviar a todas as seções do Partido novas instruções. Aconselhamos a maior calma e sereno acatamento à decisão da Justiça, mas a firme defesa da legalidade do nosso partido. Resolvemos também transferir a realização do Congresso e das conferências estaduais não realizadas”⁵⁸.

Enquanto a Executiva aguardava “a publicação da sentença”, alguns governadores não esperaram para agir. No Pará, o deputado comunista Henrique Santiago denunciou que a polícia do governador Moura Carvalho (eleito, como Adhemar, com apoio dos comunistas) violou domicílios de militantes do PCB já na noite de 7 para 8 de maio:

“não permitiremos que sob o pretexto de nos coibir as atividades, prossiga a Polícia Civil desse Estado a desrespeitar os nossos direitos e garantias individuais, consagrados em tão boa hora pela Constituição, e a nós assegurados quando da campanha eleitoral, em documento público pelo Excelentíssimo Governador do Estado”⁵⁹.

⁵⁸ Telegrama aos organismos do PCB publicado pelo jornal **O Estado do Pará** (9.5.47). Citado por VEIGA, H. M., *A Redemocratização em Belém, 1945-1947: os Comitês Democráticos e a Campanha Contra a Fome*, p. 63n.

⁵⁹ VEIGA, H. M., *A Redemocratização em Belém, 1945-1947: os Comitês Democráticos e a Campanha Contra a Fome*, p. 49-50. Nos dias 9 e 12 de maio, Santiago voltará à tribuna da Assembléia Legislativa para denunciar novas arbitrariedades da polícia e o desrespeito às suas próprias imunidades parlamentares, inclusive interceptação de correspondência.

Aparentemente, os comunistas estavam anestesiados, eufóricos com os resultados eleitorais alcançados em janeiro de 1947, em particular com a vitória da coligação PSP-PCB para o governo paulista, e negligenciaram as chances concretas de um golpe institucional contra o partido — e que se estendeu, não por simples coincidência, à Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB) e a outras organizações influenciadas ou controladas por ele.

Seria despropositado imaginar-se, em termos estritamente psicológicos, que os comunistas tinham dificuldade em admitir a possibilidade de um duro revés, após tamanhas conquistas?

III.3.1. Ainda 1947: da “renúncia de Dutra” à “unidade com Dutra”. Após o impacto inicial da cassação pelo TSE e da nova onda repressiva, surgirá uma definição mais clara dos comunistas brasileiros com relação ao governo Dutra. O PCB passa a exigir a *renúncia de Dutra*. No final de junho, porém, o mesmo tribunal recusa-se a atender o pedido do PSD para cassar os mandatos dos parlamentares comunistas, o que dá ao PCB um novo (e fugaz) alento, fazendo reviver as suas esperanças de uma “ordem legal justa”.

No início de agosto, em discurso no Senado, um Prestes novamente tomado de ilusões declara-se disposto a colaborar *até com Dutra*, caso este queira livrar-se de seus colaboradores “fascistas”, e retira a bandeira da *renúncia*⁶⁰.

A perplexidade vivida pela direção comunista, neste curto mas intenso período que antecede as eleições de novembro, pode ser percebida por meio da leitura da primeira edição da revista *Problemas*,

⁶⁰ PANDOLFI, D., *Camaradas e Companheiros: Memória e História do PCB*, p. 169.

que o partido lança em agosto. Apesar do “fogo de barragem” enfrentado pelo PCB e do brusco abalo em suas esperanças na democracia burguesa, a revista não traz mais do que algumas linhas sobre a crise, na seção de notas⁶¹.

Somente um dos sete artigos dessa edição inaugural tem relação com a situação vivida então pelo partido: é *A Exclusão Arbitrária dos Comunistas do Parlamento Francês*, de autoria de Arthur Ramette⁶², que analisa fatos de 1940. Ao final do artigo, a revista publica em letras miúdas, sob o título *Porque (sic) Querem Cassar os Mandatos*, excerto de discurso pronunciado por Maurício Grabois na Câmara dos Deputados:

“Se nos combatem, se pretendem cassar-nos os mandatos, é porque nos temem, porque temem nosso programa e nossas idéias, em cujo terreno os senhores da reação são incapazes de nos combater, porque realizam uma política contrária aos interesses do povo, uma política anti-patriótica e de puro arbítrio. Mas não se pode decapitar idéias, nem fuzilar programas. Podem amanhã, inclusive, não só cassar nossos mandatos, mas liquida fisicamente muitos de nós outros: sempre estaremos, todavia, lutando em defesa da democracia, pela paz e pelo bem de nossa terra”⁶³.

Na edição seguinte de *Problemas*, é novamente o Prestes aturdido com os acontecimentos de maio e junho quem fará uma análise pouco realista e inconvincente da conjuntura — e, mais do que isso, reafirmará,

⁶¹ Na nota *O 1º Aniversário da III Conferência Nacional do PCB*, a revista comenta: “Um ano após a III Conferência, o PCB encontra-se novamente atirado à ilegalidade, em virtude da pressão do imperialismo americano” (p. 82). Na mesma edição, há um único artigo de autor brasileiro, sobre a reforma agrária, escrito por Prestes. *Problemas* n. 1, agosto de 1947, Rio de Janeiro, 88 pp.

⁶² *Problemas* n. 1, agosto de 1947, p. 31. Texto transcrito de *Cahiers du Communisme*, janeiro de 1947.

em meio a tortuosa retórica, a vontade de estender a mão a Dutra. Diz Prestes que a luta dos comunistas pela renúncia de Dutra “mobilizou *tão amplas massas* que obrigou a que se definissem contra a reação muitos dos líderes vacilantes dos diversos partidos da classe dominante”. Para ele,

“Foi sob o fogo cerrado de nosso ataque que, *depois de alguns passos no caminho da reação*, volta o governo do sr. Dutra a vacilar e cede, sob a pressão da opinião pública, na questão dos mandatos, levada pelos dirigentes e ‘sábios’ do PSD ao TSE (...) e vacila quanto à monstruosa ‘Lei de Segurança’ que pretendia arrancar do Congresso Nacional sem maiores delongas”⁶⁴.

As “vacilações” do presidente teriam estimulado o grupo militar-fascista a buscar a “provocação golpista contra os comunistas, na tentativa de arrancar do sr. Dutra novas medidas reacionárias a pretexto de evitar supostas conspirações” etc. Com o fim de “alarmar a nação”, esse mesmo grupo também procurou aproveitar “as tendências esquerdistas, pequeno-burguesas e golpistas que repontavam por vezes, aqui ou acolá, na luta contra Dutra e pela sua renúncia”.

Assim, explica Prestes, foi essa “modificação evidente da situação política que *nos levou a fazer passar para segundo plano a luta pela renúncia de Dutra*, a fim de melhor utilizar das novas possibilidades de união nacional contra o pequeno grupo militar-fascista”⁶⁵.

Finalmente, as eleições municipais “hão de servir para acelerar em todo (o) país o grande processo de união nacional”.

⁶³ **Problemas** n. 1, agosto de 1947, p. 44.

⁶⁴ *Participemos Ativamente das Eleições Municipais*. **Problemas** n. 2, setembro de 1947, p. 4. Grifos nossos.

⁶⁵ *Op. cit.*, p. 4-5. O grifo é nosso.

“Nossos esforços pela *unificação das forças políticas, inclusive com Dutra*, chocam-se, no entanto, em sua realização prática e imediata, com a divisão cada vez maior dos partidos da classe dominante em conseqüência, em boa parte, da própria proximidade das eleições municipais”⁶⁶.

III.3.1.1. “Política municipal realista e objetiva” em novembro de 1947. A política de alianças do PCB nas eleições municipais realizadas em novembro de 1947 foi de absoluto pragmatismo, cujo símbolo e síntese é a expressão concebida por Prestes para defini-la: “política municipal realista e objetiva”.

Já em fevereiro, porém, portanto *ainda durante a legalidade* e muito antes de Prestes falar em “política municipal realista e objetiva”, o Comitê Estadual de São Paulo (CE), atendendo à orientação da III Conferência Nacional, fixara critérios para a escolha, pelos comitês municipais, dos candidatos a prefeito que viriam a apoiar:

“Esses entendimentos deverão ser feitos à base de 2 pontos: a) qualidades do candidato, tendo em vista seu passado e sua posição atual, b) medidas concretas para melhorar a situação do município, para o que os companheiros devem tratar de redigir o Programa Mínimo Municipal”⁶⁷.

Não há menção a candidaturas próprias (das quais, na época, ainda se podia cogitar), nem a partidos aos quais os comunistas deveriam, ou não, apoiar, deixando implícita a possibilidade de adesão a qualquer candidato, de qualquer partido: a aliança dependeria unicamente das características pessoais do candidato, suas “qualidades”, “passado”,

⁶⁶ *Participemos Ativamente das Eleições Municipais. Problemas* n. 2, setembro de 1947, p. 5.

⁶⁷ Circular do Secretariado do Comitê Estadual de São Paulo, 22.2.47. Prontuário DOPS 2431, v. 14.

“posição atual”. Quanto às “medidas concretas”, não se exigia delas *conteúdo classista*, pois destinavam-se a “melhorar o município”.

Essas medidas deveriam constar do Programa Mínimo Municipal, a ser redigido e enviado “com urgência para o CE, antes de ser apresentado às forças políticas municipais”. Além desta exigência, só mais uma: não aceitar ou rejeitar qualquer acordo, antes que algum membro do comitê municipal o discutisse “pessoalmente com o secretariado do CE”⁶⁸.

Que era a “política municipal realista e objetiva”? Em setembro de 1947, no já citado artigo *Participemos Ativamente das Eleições Municipais*, Prestes procura dar consistência a essa política, prenunciada em documentos como o da direção do partido em São Paulo.

Como vimos, Prestes principia o artigo fazendo uma análise otimista da conjuntura, considerando “cada vez mais isolado o pequeno grupo militar-fascista” que dizia estar articulado em torno de Dutra, e apostando no crescimento “das contradições entre os diversos grupos das classes dominantes”, em razão do choque de interesses econômicos e políticos regionais e locais provocado pelas eleições que ocorreriam em novembro⁶⁹.

O secretário-geral do PCB pontua as questões-chave relativas à atuação dos comunistas nas campanhas eleitorais que se avizinham: a importância do pleito, a necessidade de ligação com as massas populares, a questão da “popularização” dos candidatos e os critérios a adotar na consecução de acordos com os partidos, isto é, a “política

⁶⁸ Circular do Secretariado do Comitê Estadual de São Paulo, 22.2.47. Prontuário DOPS 2431, v. 14.

⁶⁹ *Participemos Ativamente das Eleições Municipais*. **Problemas** n. 2, setembro de 1947, p. 5.

municipal realista e objetiva”. Ele parte da constatação de que o PCB está diante de um dilema:

“Que devemos fazer nós, comunistas, diante das proximidade das eleições municipais por todo o país, estando, como estamos, *privados do direito de registrar candidatos sob legenda própria e de fazer campanha eleitoral sob a bandeira gloriosa de nosso partido*, ainda perseguido com o seu registro eleitoral cassado pelo TSE? É claro que em nossa luta pela democracia têm as próximas eleições municipais importância decisiva e que é dever dos comunistas delas participar sem poupar esforços e sem esquecer que *está no município realmente autônomo e com um governo livremente eleito a base da democracia no país*”⁷⁰.

Prestes destaca a importância das eleições municipais no combate às “velhas oligarquias semi-feudais, que tudo farão para conservar seu poder nos municípios” e com isso garantir o “sucesso da reação nas próximas eleições estaduais e nacional”.

Do sucesso das eleições, dependerão a consolidação da democracia e a “destruição necessária da base política das velhas oligarquias locais e regionais que sustentam a reação e sua política a favor do capital estrangeiro e dos grandes proprietários e banqueiros nacionais”, sendo também “a melhor maneira de lutar pela legalidade do PCB” e pelo respeito aos mandatos parlamentares comunistas⁷¹.

Um aspecto prático, porém com sérias implicações políticas, da proposta de Prestes é a necessidade de iniciar rapidamente a “campanha pela popularização” do nome das pessoas “mais indicadas para os cargos

⁷⁰ *Participemos Ativamente das Eleições Municipais. Problemas* n. 2, setembro de 1947, p. 5. Grifos nossos.

eletivos em cada município”, sabendo distingui-las, independentemente das convicções políticas de cada uma, “pelo prestígio de que realmente gozarem, em consequência de atitudes anteriores em defesa do povo e dos interesses municipais, ou por serem as mais capazes, honradas e dignas, e merecedoras de confiança”.

A orientação básica para realização de alianças e a escolha de candidatos a serem apoiados está, portanto, alicerçada no senso comum e destituída de qualquer consideração de caráter classista, como se vê também na longa citação seguinte, que julgamos necessária por conter o núcleo da concepção de Prestes a respeito. A indicação de candidatos comunistas a vereador, embora considerada relevante, aparece como subproduto da política geral.

“Buscar entendimentos políticos com os demais partidos, não só quanto à eleição do prefeito, como também, sempre que possível, na eleição para vereadores. Tais acordos devem ser alcançados na base do programa mínimo ou de algumas de suas reivindicações principais, e suas condições variarão de município a município na proporção de nossa influência e da força eleitoral de nosso Partido. Naqueles em que formos mais fortes poderemos indicar o candidato a prefeito e registrar seu nome e o de nossos candidatos a vereador naquela legenda que melhores condições nos oferecer. Noutros, em que nossas forças forem menores, *devemos sempre que possível apoiar o candidato a prefeito que contar com maior apoio popular e*

⁷¹ *Op. cit.*, p. 8.

negociar esse apoio para conseguir o registro de nossos candidatos a vereador”⁷².

O programa mínimo, portanto, é exigência pouco mais do que formal: se necessário, bastará que o acordo contemple “algumas reivindicações principais”, ou seja, *menos que o mínimo*. Neste e em outros textos, nota-se que na escolha do candidato a prefeito ou do partido que emprestará a legenda importam mais as “melhores condições” oferecidas e as chances eleitorais do que a identidade programática.

Ao longo da argumentação de Prestes encontraremos influências do positivismo: afirmações que fazem lembrar ora a defesa da harmonia de classes, ora o objetivismo e a crítica ao “preconceito ideológico” presentes nas formulações de Augusto Comte e Emile Durkheim⁷³:

“As condições variarão de município a município, mas devemos estar prontos para entrar em entendimento com todos, *sem nenhum sectarismo ou qualquer idéia preconcebida*, buscando sempre e acima de tudo ver de que lado estão os interesses da democracia e da classe operária”⁷⁴.

Para que não restem dúvidas sobre a linha adotada, Prestes adverte:

“É claro que *nesses entendimentos devemos ser tão realistas quanto os políticos da classe dominante* e não esquecer jamais que entre aqueles partidos não há diferenças fundamentais, sendo todos organizações heterogêneas cuja composição varia

⁷² *Participemos Ativamente das Eleições Municipais. Problemas* n. 2, setembro de 1947, p. 7. Grifos nossos.

⁷³ Ver LÖWY, M., *As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*, p. 30. Tanto em Durkheim como em Comte o termo “preconceito” designa quase sempre os pontos de vista críticos ou revolucionários. Nas *Regras do Método*, p. ex., Durkheim preconiza que o sociólogo deve “ignorar” os conflitos ideológicos, “fazer calar as paixões e os preconceitos” e “afastar sistematicamente todas as prenoções”.

⁷⁴ *Participemos Ativamente das Eleições Municipais. Problemas* n. 2, setembro de 1947, p. 7. Grifos nossos.

de município a município e que devem por isso ser por nós apreciados objetivamente em cada município pelo que realmente valham e não pelo título mais ou menos democrático que usem ou pela atitude de seus dirigentes na política nacional ou estadual. Só teremos sucesso na medida em que soubermos fazer em cada município uma política municipal realista e objetiva”⁷⁵.

Tal política, acredita ele, permitirá ao partido alcançar “vitórias ainda maiores que as já obtidas nos pleitos anteriores”, desde que se saiba utilizar “a experiência que adquirimos adaptando-a às novas condições em que nos encontramos e à natureza especificamente municipal dessa nova batalha eleitoral”⁷⁶.

Os argumentos de Prestes foram retomados ainda mais claramente por Miguel Alves, na edição de outubro de *Problemas*:

“Isso quer dizer que, em um determinado município, podemos nos aliar com o Partido Social Democrático, noutro com a União Democrática Nacional, noutro com o Partido Trabalhista e assim por diante, desde que aqui ou ali cada um desses partidos ofereça melhores condições para a vitória popular e tenha um caráter menos reacionário. Fazer uma política municipal realista e objetiva significa que não devemos confundir, por exemplo, um diretório municipal do PSD com alguns reacionários do diretório nacional do PSD; não devemos olhar para qualquer candidato da UDN a Prefeito como olhamos para o reacionário Juraci Magalhães; não devemos considerar os partidos ditos democráticos como um bloco, mas como são na realidade, ou

⁷⁵ *Ibidem*. Grifos nossos.

⁷⁶ *Ibidem*.

seja, um aglomerado de grupos, chefes e interesses diferentes, contraditórios e muitas vezes opostos”⁷⁷.

A política eleitoral do PCB era deduzida, portanto, da política geral de união nacional, o que justificava acordos de difícil compreensão, fazendo “do vício, virtude”. Chama atenção o contraste entre esse pragmatismo, de um lado, e de outro o giro progressivo da posição do partido em relação ao governo federal. Em novembro, em artigos de Carlos Marighella e Pedro Pomar, aparecerá pela primeira vez em *Problemas* a expressão *ditadura terrorista* para qualificar o governo Dutra⁷⁸.

Ao mesmo tempo, Marighella justifica o apoio concedido — na eleição para vice-governador em São Paulo, também realizada em novembro — a uma das alas do PSD paulista, dividido entre as candidaturas de Novelli Jr. e Cirilo Jr. Tal acordo, “que congregou comunistas, trabalhistas e pessedistas” em torno do nome de Cirilo Jr., teria sido uma demonstração de que “contra Dutra e a ditadura terrorista é possível levar a efeito a união nacional desde as classes dominantes até o proletariado”. Seria, também, indício claro da desmoralização do presidente, que não contaria sequer com o apoio de seu próprio partido⁷⁹.

Em dezembro, voltando ao tema da aliança PCB-PSD em São Paulo, Marighella insiste na sua tese, afirmando que o processo de cassação dos mandatos no Congresso, cujo desfecho era então iminente, “poderia parecer à primeira vista a mais completa negação do acordo feito em São Paulo”. Essa “aparente contradição” na atitude do PSD “não indica, entretanto, que o nosso caminho seja o do isolamento”.

⁷⁷ *Importância das Eleições Municipais. Problemas* n. 3, outubro de 1947, p. 15.

Explica, então, que tais “alianças e acordos dificultam os objetivos dos elementos reacionários, que há em todos os partidos das classes dominantes, como os há também democratas e progressistas”⁸⁰. Em resumo, invertem-se os termos da equação: nessa ótica, trata-se de uma relação com indivíduos e não com os instrumentos da vontade organizada da classe dominante, que são os partidos.

A tais concepções e orientações gerais subordinou-se, portanto, a escolha das legendas pelas quais sairiam os candidatos a vereador do clandestino PCB. A exceção notável foi o PST: nesse caso, houve a clara tentativa dos comunistas, mais ou menos coordenada, de “ocupação” dessa legenda em algumas cidades, após o fracasso da tentativa de constituir o Partido Popular Progressista (PPP) como alternativa legal ao PCB.

Assim é que, em 1947, o proscrito PCB consegue eleger duzentos e cinquenta vereadores em todo o Brasil, dos quais, como vimos, cerca de cento e cinquenta no Estado de São Paulo⁸¹. Esse resultado não é desprezível, ao contrário: em nenhuma outra ocasião foram eleitos tantos vereadores comunistas. O TSE cassou as grandes bancadas eleitas pelo PST em quatro cidades, de modo que foram empossados cerca de cem vereadores paulistas militantes do PCB.

Embora distante da expectativa de Prestes de “vitórias ainda maiores que as já obtidas nos pleitos anteriores”, o resultado, que inclui a eleição dos prefeitos comunistas Armando Mazzo em Santo André e Manoel

⁷⁸ *Nossa Política*, p. 6; *No 30º Aniversário da Revolução de Outubro*, p. 21. **Problemas**, n. 4., nov. de 1947.

⁷⁹ *Nossa Política*, p. 6. **Problemas**, n. 4, novembro de 1947.

⁸⁰ *Nossa Política*, p. 5. **Problemas**, n. 5, dezembro de 1947.

⁸¹ BRANDÃO, G. M., *A Esquerda Positiva: As Duas Almas do Partido Comunista, 1920-1964*, p. 186. A fonte do número de vereadores no país é DANILEVITCH, M., em *A Classe Operária da América Latina na Luta pela Democracia e a Independência Nacional*, **Problemas** n. 27, julho de 1950, p. 18. Quanto a São Paulo,

Calheiros em Jaboatão (PE), indica que o prestígio e a força do partido mantiveram-se apesar da ilegalidade, pois — é importante notar — os candidatos não esconderam, durante a campanha eleitoral, a condição de comunistas, ou de “candidatos de Prestes”. Pelo contrário, afirmaram-na taxativamente.

Recurso impetrado por três partidos contra a diplomação dos vereadores comunistas eleitos em Ribeirão Preto assinala, enfaticamente, o caráter ostensivo e “acintoso” da propaganda realizada:

“Aliás, como se tem registrado em todo o país, esses candidatos a vereadores à nossa Câmara Municipal, durante toda a campanha eleitoral, não procuraram por um só instante ocultar as suas qualidades de militantes comunistas. Pelo contrário, pública e acintosamente, ostentaram-na, através de seus comícios e de toda a sua propaganda”⁸².

De fato, Décio Fernandes, um desses candidatos, não poderia ser mais explícito: seu material trazia, em letras grandes, os dizeres “Trabalhadores comunistas! Eleitorado de Ribeirão Preto!”, e o texto avisava: na Câmara, ele lutaria “pela reabertura do Glorioso Partido da Classe Operária e do Povo, o partido de Prestes — o Partido Comunista do Brasil”⁸³.

Da aplicação dessa política resultou um formidável mosaico, como prova o elenco de partidos pelos quais se elegeram os vereadores processados em Ribeirão Preto por ocasião do II Congresso das Municipalidades: PSB, PTB, PSP, PTN, PSD e UDN. O único com clara

o jornal *A Classe Operária* mencionou a eleição de 190 vereadores: MEDICI, A., *9 de Novembro de 1947: A Vitória dos Candidatos de Prestes*, p. 113.

⁸² Recurso contra a diplomação de vereadores comunistas. Processo 6.377/209 do TRE.

⁸³ Processo 6.377/209 do TRE, documento n. 15.

orientação programática socialista era o PSB. Vistas em conjunto, tais opções parecem obedecer apenas ao critério da viabilidade e eficácia eleitoral das candidaturas. Em Ituverava, o PCB chegou a lançar três candidatos na chapa do Partido Republicano (PR)⁸⁴.

III.3.2. A ruptura com Dutra. Em apenas uma semana, entre 1º e 7 de janeiro de 1948, sucederam-se eventos que levaram o PCB, finalmente, a dar uma guinada à esquerda na sua tática e a fazer uma inédita autocrítica dos erros cometidos — inédita, pelo menos, ao levar-se em conta a sua amplitude. O partido declara-se em aberta oposição a Dutra; proclama como objetivo estratégico e fundamental “a instauração no país de um governo popular, democrático e progressista”; e apresenta um programa “positivo” com o qual pretende mobilizar as massas na luta “pela derrubada do atual governo de traição nacional”.

A repressão em Santo André, o esbulho dos votos recebidos sob a legenda do PST nesta e em três outras importantes cidades paulistas, a começar pela Capital, e sobretudo a cassação dos mandatos parlamentares federais e estaduais pertencentes aos comunistas, levaram-nos a entender que, na democracia intolerante encabeçada por Dutra, não havia lugar para o PCB.

Já em outubro, fôra promulgada a Lei 121, retirando a autonomia de São Paulo, Santos, Guarulhos e mais 15 cidades brasileiras declaradas como de excepcional importância para a defesa externa do país⁸⁵. Tratava-se de medida obviamente destinada a bloquear a forte possibilidade de eleição de prefeitos comunistas em algumas cidades estratégicas, como Recife. Em Santos, por exemplo, o trabalhador

⁸⁴ A informação sobre Ituverava consta do Ofício 1291/47, de 24.11.47, enviado por José Aristheu de Castro. Prontuário DOPS 548 (Ribeirão Preto), v. 2.

⁸⁵ GONÇALVES, A., *Lutas e Sonhos. Cultura política e hegemonia progressista em Santos*, p. 93-94.

portuário comunista Leonardo Roitman certamente seria eleito prefeito da cidade na legenda do PST⁸⁶.

Ao destituir, em 31 de dezembro, os candidatos eleitos pelo PST, o TSE desrespeitou a vontade majoritária do eleitorado em São Paulo, Santos, Sorocaba e Santo André e atropelou o TRE paulista, que havia diplomado os eleitos e rejeitara os recursos contrários, apresentados pelo PSP de Adhemar, o PDC e o próprio Diretório Nacional do PST, do senador Vitorino Freire. O TSE anulou o voto de quase 73.000 eleitores, mais de 20% dos cerca de 346.000 que compareceram às urnas⁸⁷.

Nessas cidades, os comunistas haviam sido beneficiados pela legislação eleitoral: graças à alta votação, arrebanharam as vagas não preenchidas pelos quocientes partidários, e conquistaram um número de cadeiras proporcionalmente maior do que o percentual de votos. Em Santos, onde receberam 28% da votação, os vereadores comunistas tiveram direito a quatorze das trinta e uma cadeiras, ou 45% da Câmara Municipal. Em São Paulo, com 22% da votação, ficaram com quinze das quarenta e cinco cadeiras, ou 33%⁸⁸. Nos centros operários de Santo André e Sorocaba, o PCB elegeu 13 e 14 vereadores respectivamente.

No dia 7 de janeiro de 1948, amplia-se o esbulho: o Congresso aprova o projeto do senador Ivo d'Aquino, que cassa os mandatos de todos os eleitos pela legenda do PCB nas eleições realizadas em 1945 e 1947. Além do senador Prestes, de seu suplente Abel Chermont e de quatorze deputados federais, perdem o mandato dezenas de deputados estaduais e os vereadores comunistas da cidade do Rio de Janeiro.

⁸⁶ GONÇALVES, A., *op. cit.*, p. 94n.

⁸⁷ MEDICI, A., *9 de Novembro de 1947: A Vitória dos Candidatos de Prestes*, p. 83-91.

⁸⁸ GONÇALVES, A., *Lutas e Sonhos. Cultura política e hegemonia progressista em Santos*, p. 96-97.

O projeto D'Aquino tornou-se lei com os votos do PSD e de parte da UDN. Votaram contra a cassação PTB, PSB, PSP e uma ala da UDN. A contabilidade eleitoral desse novo “golpe branco” ainda está por ser feita. Em São Paulo, contudo, levando-se em conta somente a eleição de 1945, foram suprimidos 180.000 sufrágios.

No dia da cassação, Maurício Grabois, líder do PCB na Câmara Federal, ocupou a tribuna “certo de que já não falo para um Parlamento soberano, capaz de defender a democracia, capaz de defender sua dignidade”. Grabois rendeu homenagem

“àqueles homens do povo, homens anônimos, que deram seus votos aos representantes, para que, no Parlamento, defendessem o regime democrático e que, hoje, nas ruas, clamam contra esse crime monstruoso que é o Projeto 900-A, o qual virá golpear a democracia em nossa pátria, mas só temporariamente porque a democracia é invencível; quero reverenciar aqueles que vertem hoje seu sangue para que a democracia não pereça; curvo-me ante o operário Anísio Dória, morto pela Polícia de Aracaju, que perdeu a vida clamando contra o crime que se pretende perpetrar com a cassação dos mandatos de representantes legitimamente eleitos”⁸⁹.

Mais adiante, Grabois nomeou um a um os membros da bancada que liderava, dizendo serem “a expressão legítima do povo brasileiro”:

“Lá estão homens como Gregório Bezerra, com sua vida dedicada ao povo pernambucano; Abílio Fernandes, operário metalúrgico; Jorge Amado, uma das glórias da literatura

⁸⁹ *A Cassação dos Mandatos. Problemas* n. 7, fevereiro de 1948, p. 11.

nacional; Alcedo Coutinho, médico de renomado valor; João Amazonas, Pedro Pomar, Diógenes de Arruda e Carlos Marighella, dirigentes comunistas e provados lutadores da causa democrática; Henrique Oest e Gervásio Azevedo, heróis da FEB; Claudino Silva, Francisco Gomes, Agostinho de Oliveira e José Maria Crispim, filhos da classe operária”⁹⁰.

O líder da bancada comunista encerrou seu discurso com vaticínios: “O governo do Sr. Dutra cairá sob a pressão das massas e será execrado por todos os brasileiros”, ao passo que “os latifundiários e agentes do imperialismo serão derrotados e uma era de verdadeira democracia popular surgirá para emancipar o país e assegurar a independência de nossa Pátria”⁹¹. Com essas palavras, ainda impregnadas de ilusões e esperanças, caía o pano sobre a curta experiência legal do PCB no Parlamento brasileiro.

III.3.2.1. Manifesto de janeiro de 1948 e guinada à esquerda.

Marighella, que ainda em dezembro manifestara, com honestidade quase ingênua, sua crença em uma aliança com a burguesia nacional, constatava agora, pela primeira vez, que “em vez de avançar a democracia, avança a reação”, e que a “correlação de forças no Brasil é, pois, brutalmente a favor da reação, do latifúndio e do imperialismo”. Tal situação, concluía ele, “nos chama a um sério balanço em nossas atividades”⁹². Esse balanço será concretizado no chamado “Manifesto de Janeiro de 1948”, assinado por Prestes, mas quase certamente redigido a muitas mãos pela direção partidária.

⁹⁰ *Op. cit.*, p. 23-24. Henrique Oest substituíra Alcides Sabença. Francisco Gomes substituíra Joaquim Batista Neto. Gervásio de Azevedo provavelmente ocupava a vaga de Osvaldo Pacheco.

⁹¹ *A Cassação dos Mandatos. Problemas* n. 7, fevereiro de 1948, p. 24.

⁹² *Nossa Política. Problemas*, n. 6, janeiro de 1948, p.3.

Apesar das fartas referências ao Manifesto na literatura, não se dá a devida importância às novidades que ele introduz no debate partidário e à reviravolta, mesmo que passageira, por ele causada *também na estratégia imediata* dos comunistas.

A grande ausente nesse Manifesto é a *união nacional*. Depois de marcar presença em praticamente todos os documentos importantes do partido nos anos anteriores, e quase sempre como o eixo central da argumentação, essa consigna desaparece deste e de outros textos redigidos após a cassação dos mandatos. Significativamente, a palavra-de ordem abandonada não é objeto de autocritica explícita. O conceito de união nacional estará *implícito* nos novos objetivos estratégicos e táticos do PCB, porque sua leitura da realidade estrutural brasileira não se alterou (daí, inclusive, as abundantes referências à questão do *progresso*).

O problema central da sociedade brasileira, na visão dos comunistas, continua sendo o latifúndio, associado ao imperialismo norte-americano. A economia do país é “atrasada, semifeudal e semicolonial”. É sintomático que o Manifesto tenha recebido o título *Como Enfrentar os Problemas da Revolução Agrária e Antiimperialista*. As causas fundamentais da miséria e da ignorância em que vive a população, diz o Manifesto, residem no atraso da economia, na ação dos monopólios estrangeiros e “nos restos feudais que ainda impedem a penetração do capitalismo na agricultura”.

Os principais pontos do programa proposto consistem no ataque ao latifúndio, com a distribuição da terra entre as massas camponesas (fala-se agora em *revolução agrária* e não em *reforma agrária*); e aos monopólios estrangeiros, com a “nacionalização dos serviços públicos e

anulação de concessões e privilégios dos grandes capitalistas nacionais e estrangeiros”⁹³.

Embora não tenha saído incólume do documento, a burguesia nacional continuou sendo tratada quase como se não existisse: um parceiro oculto do qual não é conveniente falar-se. São esparsas as referências a ela. Apesar disso, o Manifesto menciona a ocorrência de “uma nova forma de penetração” do capital financeiro norte-americano, a associação por meio de empresas mistas ou *joint-ventures*:

“Visa com isto o imperialismo, além da vantagem inegável de absorver o capital financeiro de outros países e manobrar com toda a sua vida econômica, encobrir o caráter estrangeiro da exploração, nela *envolver a própria burguesia local e conseguir sua proteção, como já vem acontecendo em nossa pátria*, com diversas empresas norte-americanas de que são sócios os principais homens de governo, parlamentares, ministros, como o próprio sr. Correia e Castro, e os Morvan, Daniel de Carvalho etc.”⁹⁴.

III.3.2.2. Autocrítica e críticas ao Comitê Estadual. É ao fazer a “apreciação autocrítica”, porém, que o Manifesto mais se aproxima de um ponto de vista classista proletário sobre a burguesia, ou seja, do reconhecimento do antagonismo de classes. Por não ter estudado a fundo a realidade, diz o texto, o partido deixou de detectar as mudanças nacionais e mundiais ocorridas desde o início de 1946, silenciou “cada vez mais a respeito de nossos objetivos revolucionários” e caiu “nos limites de um quadro estritamente legal e de pequenas manobras”:

⁹³ *Como Enfrentar os Problemas da Revolução Agrária e Antiimperialista. Problemas*, n. 9, abril 1948, p. 38.

⁹⁴ *Op. cit.*, p. 22.

“Estas tendências foram particularmente sensíveis em São Paulo, onde nosso apoio à candidatura vitoriosa de Adhemar de Barros criou nas massas ilusões perigosas que nosso Partido não soube em tempo liquidar, tendo ao contrário alimentado através do ‘Plano de Realizações’ que chegou a formular e do *silêncio criminoso que durante meses manteve diante de todas as arbitrariedades do governo paulista* e da descarada traição de Adhemar ao povo de São Paulo. Essa tendência direitista se caracteriza ainda pela *sistemática contenção da luta das massas proletárias em nome da colaboração operário-patronal e da aliança com a ‘burguesia progressista’*, assim como pela pouca atenção dada às lutas dos trabalhadores rurais contra o latifúndio, o que significa a subestimação na prática da massa camponesa como principal aliado do proletariado”⁹⁵.

Com dureza e amarga ironia ao referir-se às formas de luta “pacíficas”, “platônicas”, o Manifesto condena a linha de ordem e tranqüilidade, por haver desarmado o PCB diante da ofensiva anticomunista de Dutra, além de nada trazer “de prático, de útil ou proveitoso” às massas trabalhadoras no terreno econômico:

“É claro que essa preocupação de ordem e tranqüilidade, as grandes ilusões reformistas em conquistas parlamentares ou dentro dos estreitos limites da democracia burguesa (...), levaram nosso Partido a se ver privado na prática do uso das grandes armas de luta do proletariado, particularmente da greve, e só utilizar os métodos de luta quase idílicos de conferências, sabatinas, comícios, memoriais, festas etc., quando o governo

⁹⁵ *Como Enfrentar os Problemas da Revolução Agrária e Antiimperialista*. **Problemas**, n. 9, abril 1948, p. 33. Os grifos são nossos.

usava com insistência cada vez maior as armas do arbítrio e da violência policial. Uma tal atitude não podia deixar de nos separar cada vez mais das grandes massas. (...) Insistíamos, já sem nenhuma razão de ser, em formas de luta ‘rigorosamente dentro da lei’, da mesma lei que as classes dominantes há muito haviam deixado de respeitar e reconhecer. Caímos no exagero de ver em qualquer greve ou movimento de massas espontâneo uma provocação perigosa e sempre contrária aos interesses do proletariado”⁹⁶.

A seção paulista do partido, já criticada por haver supostamente contemporizado com Adhemar, recebe uma nova censura pela prática de “desvio reformista”, tornando-se assim, de certo modo, o bode expiatório a pagar pelos erros cometidos pela direção partidária, Prestes à frente:

Falávamos por vezes em resistir, em lutar contra a reação (...), mas, como no caso do ‘quebra-bonde’ em São Paulo ou do comício de 18 de setembro de 1947, também em São Paulo, quando as massas espontaneamente se lançavam à luta, eram os comunistas que delas fugiam ou se afastavam da luta em nome da ordem, para evitar ‘provocações’, ou, como nos casos paulistas, em consequência de forte desvio reformista, *para evitar o suposto ‘mal maior’ de uma intervenção federal no Estado*”⁹⁷.

O documento, como já destacamos, poupa a opção de fundo do partido, que é o nacionalismo. Além disso, com base na interpretação de que acirravam-se as contradições tanto no âmbito das classes dominantes

⁹⁶ *Op. cit.*, p. 34.

quanto entre os interesses ingleses e os norte-americanos, e enxergando “fraqueza e desespero” no governo Dutra, chega à conclusão de que estão dadas condições favoráveis para que se instale no país um governo “de que participem todas as forças populares e democráticas”⁹⁸.

Embora considere “desmascarados” os partidos burgueses e os critique acerbamente (concentrando, porém, os ataques sobre a UDN e não sobre o PSD), não inclui entre os erros cometidos as alianças realizadas com esses partidos. Pelo contrário, o Manifesto entende que “as últimas eleições municipais, especialmente em São Paulo, Pernambuco, Ceará e Bahia”, trouxeram aos comunistas “incontestáveis vitórias”⁹⁹.

III. 3.2.3. A nova linha sindical. As mudanças adotadas pelo PCB em janeiro de 1948 implicaram uma nova atitude dos sindicalistas comunistas, compatível com a orientação geral de “orientar e desencadear a agitação” e de “realizar lutas efetivas que impressionem e abalem a todo o país” e “joguem a maioria da população contra o governo”¹⁰⁰.

O Manifesto aponta como “principal terreno” da ação do partido no movimento de massas as lutas sindicais dos trabalhadores fabris. Essas lutas deveriam ser conduzidas “dentro das organizações já existentes ou, no caso de ser isso impossível, por meio de novas organizações profissionais nos próprios locais de trabalho”¹⁰¹.

Vaga e insuficiente, essa orientação teria evoluído, aos poucos, para a rejeição completa aos sindicatos oficiais, bem como para uma

⁹⁷ *Op. cit.*, p. 34. Os grifos são nossos.

⁹⁸ *Op. cit.*, p. 38.

⁹⁹ *Op. cit.*, p. 36.

¹⁰⁰ *Op. cit.*, p. 39.

radicalização irreal de muitas ações do movimento¹⁰². A constatação de que a nova linha produziu, a exemplo do que ocorreu no período de *ordem e tranqüilidade*, tensões entre a direção partidária e “os comunistas do chão da fábrica”, a primeira propugnando o abandono dos sindicatos oficiais em favor das entidades paralelas, os outros negando-se a desistir daqueles como espaço de militância, leva Costa a falar em “dois PC’s”¹⁰³.

Buoncore contesta a interpretação de Costa: para ele, “a política de construção de organizações de trabalhadores à margem do sindicalismo oficial não teve como objetivo a construção de uma outra estrutura sindical paralela de caráter permanente”: embora pudessem se constituir, na prática, como “sindicatos paralelos”, sempre tiveram caráter transitório, com a finalidade de travar a luta econômica e acumular forças para a reconquista dos sindicatos oficiais. Além disso, “em nenhum momento houve qualquer diretiva” do PCB para o abandono dos sindicatos¹⁰⁴.

De fato, embora inúmeros os testemunhos de militantes do PCB que, ativos naquele período, criticam asperamente a política adotada¹⁰⁵, não há sinal de documento escrito que recomende cabalmente a saída dos sindicatos. Aparentemente, tratava-se de uma dedução *prática* da tática global levada a cabo pelo partido durante o período:

¹⁰¹ *Op. cit.*:39.

¹⁰² COSTA, H. da, *Em Busca da Memória — Comissão de Fábrica, Partido e Sindicato no Pós-Guerra*, p. 142.

¹⁰³ COSTA, H. da, *Em Busca da Memória — Comissão de Fábrica, Partido e Sindicato no Pós-Guerra*, p. 147-148.

¹⁰⁴ BUONICORE, A. C., “Os Comunistas e a Estrutura Sindical Corporativa (1948-1952): entre a Reforma e a Ruptura”, p. 51.

¹⁰⁵ P.ex., em MARTINS, E., *Um Depoimento Político (55 Anos de PCB)*, p. 97-100; COSTA, H. da, *Em Busca da Memória — Comissão de Fábrica, Partido e Sindicato no Pós-Guerra*, p. 138, 143.

“Dada a intimidade entre as lideranças operárias e o PCB, o estímulo à radicalização por sua vez multiplicou a combatividade de certos setores do movimento, mesmo quando essa combatividade se manifestasse em total ausência de condições, que isolava as lideranças das bases. É a época das ‘greves no gancho’, ‘greves no apito’, enfrentamentos diretos com a polícia”¹⁰⁶.

Gorender, que se juntou a Marighella no Comitê Estadual de São Paulo em fins de 1950, chama a política do Manifesto de Janeiro de “virada sectária”, e afirma que a direção nacional recomendou aos militantes que saíssem dos sindicatos.

“O PC criou, então, os chamados Centros Operários. O maior número surgiu em São Paulo. Havia os centros do Ipiranga, Brás, Tatuapé, Mooca etc. Mas o que acabava acontecendo é que quase somente comunistas compareciam às reuniões. Eles não tinham força efetiva dentro das empresas. Diante do fracasso da experiência, a Comissão Executiva adotou uma resolução, depois referendada pelo Comitê Central, em 1951, de dissolução desses centros e volta dos comunistas aos sindicatos oficiais, para atuar lá dentro, fossem quais fossem as dificuldades”¹⁰⁷.

Nessa fase, em que os sindicatos estiveram sob controle quase total do Estado, por meio do Ministério do Trabalho ou do DOPS, as comissões de base, ou seja, as organizações elementares no local de trabalho, teriam assumido grande importância “como uma forma de

¹⁰⁶ MARANHÃO, R., *Sindicatos e Democratização*, p. 95.

¹⁰⁷ AZEVEDO, R. & MAUÉS, F., *Rememórias — Entrevistas Sobre o Brasil do Século XX*, p. 186.

sobrevivência do próprio PCB no operariado”. As outras táticas de atuação do partido, como as entidades paralelas e as “greves de fora para dentro”, teriam realmente fracassado. De acordo com Maranhão, a maioria dos membros das comissões pertencia ao PCB¹⁰⁸.

A radicalização crescente do partido atingiria seu ápice com o Manifesto de Agosto de 1950, que propõe a criação de uma Frente Democrática de Libertação Nacional (em “substituição da atual ditadura feudal-burguesa”), organizados em comitês, e acena com a tomada do poder, transformação das forças armadas em “exército popular de libertação nacional”, “armamento geral do povo” e “luta concreta e imediata”¹⁰⁹. Essa linha, no entanto, sofre mudanças a partir de 1952, e em 1954 o PCB realiza nova inflexão para posições bastante moderadas.

III.3.3. O problema da (I)legalidade. Brandão, ao analisar as razões da derrocada do PCB consumada nas décadas de 80 e 90, examina longamente a questão da ilegalidade vivida pelo partido na maior parte de sua existência. Ele acredita que a historiografia não atribui à longa duração da ilegalidade do PCB o papel central que ela deveria ter na avaliação das vicissitudes e do fracasso do partido.

São citados normalmente, diz ele, apenas as mudanças na composição social da classe operária provocadas por surtos migratórios, o descenso das lutas operárias no pós-20, medidas estatais de controle e desmobilização e, no caso de Carlos E. Martins e Maria Hermínia de

¹⁰⁸ MARANHÃO, R., *op. cit.*, p. 107.

¹⁰⁹ CARONE, E., *O PCB*, p. 108-111.

Almeida¹¹⁰, “a incorporação difusa das massas mediatizada pela relação paternalista que se estabeleceu desde cedo com Vargas”¹¹¹.

Brandão, no entanto, apoiando-se em A. Przeworski, considera que “a ausência de uma organização política legal é um impedimento estratégico, prévio, à formação de uma classe operária autônoma”¹¹². Assim,

“nenhum movimento social chega a construir alguma identidade na clandestinidade — a não ser que se esteja imerso em guerra ou revolução, quando a legalidade precedente deixa de existir, ou sob uma ditadura, quanto então a clandestinidade é compulsória. Tanto no plano do partido como no da classe (...) a limitação da discussão pública, a impossibilidade de apresentar em seus próprios nomes propostas, candidaturas, programas etc. tornam complicada a identificação e a seleção de amigos e inimigos, de objetivos e de interesses”¹¹³.

Na sua opinião, o “veto à participação política legal das classes subalternas”, isto é, o veto à legalidade do PCB, longe de ser um fenômeno periférico, é “uma das matrizes da subalternidade operária”. Tal veto é uma medida “tornada essencial e não simplesmente acessória ao sistema político-institucional — ao tipo de Estado — montado a partir de 1930”¹¹⁴.

No seu entender, “a adoção de uma estratégia legalista não estava condenada ao sucesso, mas a que acabou por prevalecer estava de

¹¹⁰ *Modus In Rebus — Partidos e Classes na Queda do Estado Novo*. São Paulo, 1973, mimeografado.

¹¹¹ BRANDÃO, G. M., *A Esquerda Positiva: As Duas Almas do Partido Comunista, 1920-1964*, p. 170.

¹¹² BRANDÃO, G. M., *op. cit.*, p. 171.

¹¹³ BRANDÃO, G. M., *op. cit.*, p. 170.

¹¹⁴ BRANDÃO, G. M., *op. cit.*, p. 172.

antemão condenada ao fracasso”; “a situação factual de ilegalidade foi transfigurada em clandestinidade escolhida”; e “mesmo nos períodos mais moderados da ação partidária, a capacidade de formulação e articulação de sua alma politicista acabou sempre por se dobrar ao poder de veto revolucionarista”¹¹⁵.

Essas interessantes reflexões esbarram em alguns óbices, a seguir pontuados. Em primeiro lugar, não é verdade — pelo menos para todos os períodos e a maior parte dos militantes — que a ilegalidade tenha se “transfigurado em clandestinidade escolhida”. No período estudado neste trabalho, o partido procura combinar ações ilegais e ações legais; os militantes expõem-se continuamente em inúmeras greves e manifestações públicas; e mesmo na propaganda eleitoral os candidatos comunistas assumiam a condição de membros do PCB. Obviamente, se não persistisse algum nível de clandestinidade, do ponto de vista das estruturas orgânicas do partido, a Polícia poderia dismantelar suas instâncias de direção, como ocorreu no início do Estado Novo.

No regime comandado por Dutra — caracterizado pelos dispositivos coercitivos editados pelo executivo à revelia da Constituinte, com base na legislação excepcional do Estado Novo, pela ingerência nos poderes legislativo e judiciário e por sua *ação prática* contra a oposição nacionalista e popular — não houve “clandestinidade escolhida”, mas clandestinidade imposta. O partido continuou a reivindicar seu direito à existência legal, e insistiu em participar do parlamento mesmo após sua “extinção” formal, ainda que, como veremos, a atuação de seus vereadores tenha sido fortemente extra-parlamentar.

¹¹⁵ BRANDÃO, G. M., *op. cit.*, p. 175.

Seria preciso fundamentar, em vista das experiências de outros partidos comunistas ou de esquerda radical de países periféricos, a afirmação de Brandão de que “nenhum movimento social chega a construir alguma identidade na clandestinidade”, exceto em condições de guerra, revolução ou ditadura. Sem contar que, para todos os fins práticos, a democracia liberal-conservadora de Dutra comportou-se como uma ditadura perante as forças que lhe faziam oposição, especialmente no período 1947-1950.

Muito mais decisivas do que a clandestinidade, na determinação das dificuldades existentes para a “identificação e seleção de amigos e inimigos”, foram as concepções que o PCB importou do positivismo e do nacionalismo, sua leitura estreita e dogmática do marxismo (reforçada pela influência de Stálin e de seus epígonos), e, decorrentes destas, sua visão da totalidade brasileira e proposta de revolução para o Brasil. Brandão reconhece que os “efeitos catastróficos” da prolongada clandestinidade foram “potencializados pelo tipo de marxismo, leitura do desenvolvimento capitalista e concepção de fazer política então predominante”¹¹⁶.

Isso é válido tanto na relação entre o partido e os demais atores políticos e sociais — seus “amigos e inimigos” — como na relação entre o partido e a classe trabalhadora, na medida em que o PCB, por suas ações e proclamações, indica a ela quem são uns e outros.

Note-se, por exemplo, que embora o PSB e parte da UDN tenham votado contra a cassação do mandato dos parlamentares comunistas, mantiveram-se na condição de alvos prioritários dos ataques do PCB,

¹¹⁶ BRANDÃO, G. M., *op. cit.*, p. 175.

mais até do que o PSD, o partido por excelência do latifúndio e das classes dominantes brasileiras. Essa “seleção equivocada” feita pelos comunistas (notoriamente equivocada quanto ao PSB) tem a ver com a incapacidade teórica de compreender as diferenças existentes entre os partidos burgueses e, no caso do PSB, de admitir a legitimidade dos outros setores de esquerda, como os socialistas e os trotsquistas.

Contudo, o principal equívoco histórico do PCB na seleção de “amigos e inimigos” deriva da adesão antimarxista ao nacionalismo. Jogando-se na luta contra o latifúndio e o imperialismo norte-americano mais em nome da defesa da “indústria nacional” do que da luta anticapitalista, e tratando como “amiga” a burguesia brasileira, o partido relegou a segundo plano a propaganda socialista e deixou de apontar alternativas para a classe trabalhadora. O clímax da apropriação do partido pela burguesia é a ideologia do nacional-desenvolvimentismo, fomentada pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) no final dos anos 50 e início dos 60, sob o patrocínio de Juscelino Kubitschek.

Rodrigues chama atenção para o fato de o PCB não ter conseguido desenvolver uma formulação marxista: “O marxismo desenvolveu-se tardiamente no Brasil e esteve mais ligado às estruturas universitárias do que à estrutura partidária”. Os obstáculos à “emergência de um pensamento marxista próprio” no PCB teriam sido o dogmatismo e o praticismo stalinista e a subordinação teórica e ideológica ao PCUS¹¹⁷.

Quanto ao positivismo, ingressará no partido com os militares prestistas. Quartim de Moraes considera que nos anos 20 forjaram-se “as matrizes teórico-doutrinárias do PCB a partir de uma dupla e

¹¹⁷ RODRIGUES, L. M., “O PCB: os Dirigentes e a Organização”, in FAUSTO, Boris (dir.): *O Brasil Republicano*, p. 434 (n).

convergente evolução ideológica: a do movimento operário do anarquismo ao bolchevismo e a da pequena burguesia radical do positivismo para o marxismo”. A aproximação da *esquerda militar* e do PCB teria constituído, no plano intelectual, uma aproximação entre Comte e Marx. Quartim de Moraes caracteriza o pensamento comunista brasileiro como “sincretismo positivista-marxista”, ou seja, uma “peculiar síntese do positivismo e do marxismo”. Mas também vê em Prestes uma “transição do positivismo ao marxismo”¹¹⁸.

A transição, porém, não se completou. No vocabulário político de Prestes e de muitos membros importantes do PCB, conviverão expressões típicas do marxismo com outras saídas dos compêndios positivistas, e o exame atento do discurso pecebista constatará que não se trata de acidente de percurso, mas de manifestação ideológica coerente. A infeliz consigna dos anos 40, *ordem e tranqüilidade*, guarda ostensivo parentesco com a inscrição da bandeira nacional, *ordem e progresso*.

A noção de *progresso* é para os comunistas a chave da compreensão dos fenômenos sociais, como bem percebeu Cavalcante¹¹⁹, e portanto ela é o eixo em torno do qual articulam-se as propostas pecebistas para a resolução dos problemas nacionais, inclusive sua prática de alianças.

As análises da realidade nacional e a história do PCB produzidas por membros do partido trazem marcas da visão positivista, seja no suposto da “intervenção no processo social a partir do domínio de princípios e conceitos científicos”, seja na “reprodução dos processos sociais

¹¹⁸ MORAES, J. Q. de, *A Esquerda Militar no Brasil*, p. 81.

¹¹⁹ CAVALCANTE, B., *Certezas e Ilusões: os Comunistas e a Redemocratização da Sociedade Brasileira*, p. 62-65.

periodizados em torno dos grandes acontecimentos e dos grandes vultos da história, e também no destaque concedido aos fatos de natureza político-administrativa”¹²⁰.

¹²⁰ CAVALCANTE, B., *op. cit.*, p. 62.

IV. O PCB EM RIBEIRÃO PRETO E REGIÃO (1945-1950)

IV.1. “Trabalho legal em conexão com trabalho ilegal”

Cassadas as fortes bancadas comunistas da Capital, de Santo André, Santos e Sorocaba (isto é, todas as eleitas em chapas do PST), num total de cinquenta e seis vereadores, ainda assim tomariam posse e permaneceriam em atividade, espalhados por diferentes pontos do Estado, cerca de cem vereadores pertencentes ao PCB, embora eleitos por outros partidos.

Um terço desse contingente, aproximadamente, pertencia às regiões de Campinas e Ribeirão Preto, relativamente próximas e ligadas, ademais, pela ferrovia Mogiana. Por exemplo, o saque da Casa Robin, em Ribeirão Preto, em 12 de junho de 1945, e as conquistas salariais desse movimento dos trabalhadores, alcançaram repercussão imediata em Campinas. O delegado regional de Polícia relatou que diversos comerciantes de cereais da cidade passaram a receber por telefone “ameaças anônimas de serem atacados seus estabelecimentos” e que “nos meios operários há entusiasmo com a atitude dos grevistas de Ribeirão Preto”¹.

Os registros disponíveis indicam que os comunistas chegaram a eleger, em novembro de 1947, pequenas bancadas de vereadores. Em Ribeirão Preto: Aparecido Araújo, Décio Fernandes e Henrique Crosio, todos pelo PSD. Em Campinas: Américo Brancaglione, Armando F. dos Santos, Armando de G. Gomes, Djalma Moscoso, todos pelo PTB. Em

¹ Radiotelegrama 154-80 do delegado regional de polícia de Campinas, Edmundo P. da Fonseca, para o diretor do DOPS, em 14.6.45. Prontuário DOPS 549 (Campinas).

Jundiaí: Adamastor Fernandes, Edson S. Swain, Francisco Pessolano, todos pelo PSB².

Também elegeram-se vereadores comunistas em várias cidades próximas a Ribeirão Preto: Antonio Vieira e Atílio Derruci em Franca, pelo PSB; Jovino Assef e Mendelson Oliva em Morro Agudo, e João Verniano em Pontal, pelo PSD; João Carvalho e José Gomes de Souza em Guará, pela coligação PSP-UDN; Odilon Teixeira em Pedregulho³, pela coligação PSP-PSD; Inácio Pereira dos Santos em Miguelópolis, pela coligação PSD-PR; João Marçal Vieira em Igarapava, pela coligação PSD-PSP-PR-PRP-PTN; Waldemar Fonseca em Jaboticabal e Sebastião Moura em Altinópolis, ambos pelo PSP; Manoel Assumpção Ribeiro em São João da Boa Vista, pelo PTN. (Em Americana, Romeu Sturari elegeu-se pelo PST, perdendo o mandato.)⁴

A direção partidária esperava dos vereadores uma contribuição relevante, como se pode ler no Manifesto de Janeiro:

“Nesta tarefa de estabelecer ligações com as massas *podem e devem ser particularmente aproveitados os vereadores comunistas* que precisam conhecer praticamente os problemas principais do município e *bem ligar sua atividade dentro da Câmara Municipal com a organização do povo para a luta por suas reivindicações mais sentidas*”⁵.

² Os nomes referentes a Campinas e Jundiaí constam dos registros do DOPS, em relatórios enviados pelos delegados de polícia: ofícios 1.291 (Prontuário 548, v.2) e 3.765 (Prontuário 549), ambos de 24.11.47. Eventualmente, algum desses vereadores pode não ter pertencido ao PCB.

³ Há discrepância nos dados do DOPS sobre Pedregulho. O nome de Teixeira consta do citado ofício 1.291, enviado pelo delegado regional de polícia de Ribeirão Preto, José Aristheu de Castro. Em ofício posterior, 340/47, de 3.12, o delegado de Pedregulho, Isaac R. Lima, informa que o PCB só inscreveu o fazendeiro Francisco Ferreira Ramos, que não se elegeu.

⁴ Os nomes constam dos registros do DOPS, exceto os de Franca, Jaboticabal e São João da Boa Vista.

⁵ **Problemas** n. 9, abril de 1948, p. 41. Os grifos são nossos.

Os organismos estaduais e municipais do partido deveriam dar “especial atenção” a esse trabalho, sem esquecer “do importante papel de agitadores políticos a ser exercido pelos vereadores da tribuna de que dispõem”⁶. Tais diretivas talvez tenham levado o DOPS a incluir, no interrogatório a que submeteu Jorge Herlein F^o, um ex-dirigente nacional do PCB, várias perguntas sobre os vereadores comunistas, entre elas se faziam “trabalho legal em conexão com um trabalho ilegal”⁷.

Apesar da dura repressão aos protestos populares (e às iniciativas dos comunistas em particular), algumas circunstâncias deveriam, em tese, favorecer a atuação legal dos vereadores. A Constituição Federal de 1946 e a Lei Orgânica dos Municípios (LOM) do Estado de São Paulo, promulgada em 1947, criaram condições para o fortalecimento fiscal e tributário dos municípios. São Paulo era um dos poucos estados que cumpriam com a obrigação de partilha das rendas públicas com seus municípios⁸.

A LOM permitia aos municípios fixar 14 diferentes impostos e taxas⁹, cabendo às câmaras municipais papel decisivo nisso, tanto quanto às prefeituras. Ao que parece, as câmaras municipais também interferiam junto às comissões municipais de preços de alimentos. Dotados, portanto, de algum poder efetivo, os parlamentos locais poderiam oferecer um novo e interessante campo de ação aos comunistas.

Por outro lado, a LOM concedia aos vereadores imunidade legal, instituto de evidente valor para a esquerda, em particular os comunistas. Não foi por outro motivo que o delegado regional de Ribeirão Preto não

⁶ *Ibidem*.

⁷ Declarações de Jorge Herlein F^o na Delegacia de Expulsandos do DOPS, prestadas em diferentes datas de 11 a 20 de junho de 1949. Prontuário 2431, v. 16, f. 228 e ss. O episódio será retomado no capítulo V, 5.1.

⁸ WALKER, T. W., “O Surgimento do Populismo no Brasil: um Estudo do Município de Ribeirão Preto”, p. 93-94.

viu prosperar o processo que montou, em dezembro de 1947, contra o recém eleito vereador Aparecido Araújo, por “desacato à autoridade” e “insuflar greve”.

O operário Aparecido, primeiro vereador negro de Ribeirão Preto, foi agredido e preso pelo delegado Bolívar Barbanti e pelo investigador do DOPS na cidade, Álvaro Marques, no dia 25 de dezembro, nas imediações das indústrias Matarazzo, quando conversava com operários após um “princípio de greve” motivado pelo fato de não ter havido pagamento do abono de Natal¹⁰.

No início de 1948, Promotoria e Justiça concordaram em que o processo não poderia prosseguir sem licença da Câmara Municipal, em razão da imunidade parlamentar prevista no artigo 28, parágrafo único, da LOM¹¹. Reunidos em sessão secreta em 3 de março, os vereadores rejeitaram a licença por 20 votos a 1¹².

Posteriormente, o Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucional a imunidade parlamentar que a LOM assegurava aos vereadores. No caso do II Congresso das Municipalidades, em 1949, a decisão do STF foi invocada desde o início pelo juiz Francis Davis, ao decretar prisão preventiva dos acusados¹³. Veremos, mais adiante, como o DOPS tratou de criminalizar a atuação dos vereadores comunistas em São Paulo.

A eleição de vereadores comunistas resultou, evidentemente, de um determinado contexto em que o PCB tinha já seu lugar e sua presença. Mas não poderia deixar de criar novos problemas, específicos, mesmo

⁹ PINTO, L. S. G., “Crise e Ajustamento da Economia de Ribeirão Preto: 1930-1956”, p. 46n.

¹⁰ Parecer da Comissão de Justiça, Câmara Municipal de Ribeirão Preto, 3.3.48.

¹¹ *Ibidem*.

¹² Ata manuscrita da sessão secreta de 3.3.1948, Câmara Municipal de Ribeirão Preto.

porque, embora calejados na luta sindical e nos protestos de massa, até o início de 1948 os comunistas não tinham vivido a experiência dos parlamentos locais (exceto no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, onde foram eleitos em janeiro de 1947). Essa atuação, assim, configurou-se como um aprendizado, com o complicador de que esses vereadores representavam formalmente legendas programaticamente antagônicas ao PCB, como o PSD e a UDN.

Diferentemente de *todos* os parlamentares estaduais e federais comunistas, que tiveram seus mandatos cassados já em 1948 (com a única exceção dos dois deputados federais paulistas eleitos pelo PSP), a maioria dos vereadores pôde concluir seus mandatos, exercendo o cargo até o ano de 1951. Assim, desde a posse, o mandato desses vereadores coincidiu com o período em que o PCB esteve mais à esquerda em sua tática e estratégia (manifestos de janeiro de 1948 e agosto de 1950); e, concomitantemente, o período dos governos Dutra e Adhemar em que a repressão policial e militar mais ceifou vidas entre os comunistas.

A política de combinar “trabalho legal e trabalho ilegal” não poderia ser mais apropriada ao ambiente político de então. Dizendo de outra forma, uma tal linha de atuação seria expressão e produto desse ambiente. Como vimos, qualquer iniciativa de reivindicação ou de protesto originada na classe trabalhadora tornava-se rapidamente alvo da repressão e passível de prisões, processo etc. *A margem de luta legal era muito estreita*, não por opção da esquerda ou dos comunistas, mas por imposição do regime. Portanto, fazer oposição a Dutra (e a Adhemar) implicava necessariamente fazer “trabalho ilegal”.

¹³ Autos do processo 28.622-49, 1ª Vara Criminal de Ribeirão Preto.

Os vereadores comunistas detinham posição privilegiada, neste sentido, relativamente aos demais militantes: melhor do que quaisquer outros, eles poderiam buscar uma “legalidade do fato consumado”, usando seus cargos e sua legitimidade conquistada nas urnas para validar ações arriscadas. Muitos efetivamente o tentaram, como Nestor Vera e seus companheiros em Santo Anastácio, empenhados na recriação da liga camponesa regional.

A intervenção comunista no II Congresso das Municipalidades, realizado em Ribeirão Preto em junho de 1949, que por certo não se restringiu aos debates em plenário (“trabalho legal”), mas materializou-se também no *agitprop*¹⁴ junto às bases sociais do partido (“trabalho ilegal”), exemplifica as possibilidades de ação existentes no período Dutra. A Polícia buscou criminalizar também o “trabalho legal”, obtendo, nesse caso, êxito apenas parcial e temporário.

Na conexão legal-ilegal, toda oportunidade de luta legal deveria ser explorada ao máximo. Supõe-se, portanto, que a atividade parlamentar *stricto sensu* seria o meio por excelência da realização de tal objetivo (dadas, ademais, as circunstâncias referidas acima, que conferiam algum poder às câmaras municipais). No entanto, se tomarmos como referência a atividade dos vereadores comunistas de Ribeirão Preto, veremos que seu desempenho *propriamente parlamentar* foi modestíssimo, por muitos motivos.

Nas palavras do vereador Engracia Garcia, suplente que assumiu a vaga de Décio Fernandes:

¹⁴ Jargão partidário para “agitação e propaganda”.

“Nós estávamos lá praticamente para levantar a parte política do partido. Entendeu? E negócio de leis, a gente pegava as leis assim que... que discutia lá entre a gente, aí a gente ia na segunda e defendia ou reprimia, né”¹⁵.

O partido “nunca exigiu” dos seus vereadores apresentação de projetos de lei. O único projeto apresentado pela bancada foi de autoria do próprio Engracia Garcia, em 1948, obrigando empresas com mais de 100 operários a instalarem escolas primárias, e foi rejeitado. Ao longo da legislatura, a bancada comunista como um todo — à qual, além de Décio Fernandes, Aparecido Araújo e Engracia Garcia, pertenceu Antonio Pontim — não apresentou mais do que 17 requerimentos e seis indicações, que mesclavam assuntos de maior alcance político (protestos contra a Polícia da capital, campanha do petróleo, taxa de água) com reivindicações e demandas da comunidade bastante localizadas¹⁶.

Evidentemente, pode ser incorreto generalizar esse desempenho para o conjunto dos vereadores comunistas do Estado; é preciso levar-se em consideração as diferentes trajetórias locais ou regionais, bem como a própria qualificação dos quadros guindados à condição de vereadores.

O ex-militante José Antonio Neves, um dos envolvidos no caso das Municipalidades, destaca, nas suas críticas à bancada de Ribeirão Preto, as limitações de ordem pessoal e política dos vereadores comunistas como o principal obstáculo à atuação desses vereadores, embora ele ressalve ter sido Aparecido Araújo um legítimo lutador das causas

¹⁵ Depoimento de Engracia Garcia ao autor, 1999.

¹⁶ Arquivos da Câmara Municipal de Ribeirão Preto.

populares¹⁷. Contudo, ainda que a crítica seja fundada, não há indícios de que o partido tenha se preocupado com esse tipo de debilidade.

Em favor dos vereadores conta também o fato de que a função, à época, não era remunerada. Aparecido, demitido da Tecelagem Matarazzo antes de candidatar-se, sobrevivia como pedreiro e pintor de paredes, e chorava de fome. É o militante comunista Luciano Lepera quem explica: “A sessão era de dia, em vez de ser à noite. Então duas vezes por semana ele vinha, os patrões descontavam, não pagavam. Por isso ele estava morrendo de fome”¹⁸.

IV.1.1. Ribeirão Preto: a cidade, a economia e o parlamento local.

Em relação à dinâmica parlamentar, o que ressalta é uma acomodação dos vereadores comunistas às regras do jogo. Não há notícia, por exemplo, de que algum deles tenha se colocado em oposição à realização de várias sessões secretas da Câmara Municipal entre 1948 e 1950. Por outro lado, eles se defrontaram no legislativo com quadros experientes da burguesia local, como Oscar de Moura Lacerda, empresário da educação, Orestes Lopes de Camargo, dono do jornal *A Cidade*, ou Rubem Aloisio Moreira, que exercera durante alguns meses o cargo de prefeito, nomeado por Adhemar de Barros.

O ambiente de envolvimento político que se formou na época, conformado pela ideologia do progresso e do reordenamento institucional após os longos anos de puro arbítrio do Estado Novo, terá contribuído para que esses “inexperientes recém-chegados à política” (para usar por analogia uma expressão cunhada por French para os comunistas do ABC) se vissem enredados pela camaradagem parlamentar.

¹⁷ Conforme depoimento de José Antonio Neves ao autor, 1999.

Rubem Cione, vereador do PTB, fervoroso anticomunista, sugere este quadro em seu depoimento sobre a época: “Foi uma Câmara que todos lá trabalhavam, realmente eu me lembro, a gente trabalhava noite e dia. Houve muito espírito público, muito espírito cívico naquela Câmara”¹⁹. Ele nunca soube de algum projeto do prefeito José de Magalhães, também do PTB, que tenha sido “guerreado por motivos políticos, por adversidade política”:

“Entrava-se no mérito, e aprovavam quase sempre, porque vinha com muito critério, né. (...) E foi uma época em que estava tudo por organizar, nós não tínhamos telefone automático, a água havia um contrato absurdo, que a cada tópico dizia assim: ‘salvo motivo de força maior’ ”...²⁰

Durante a gestão de Magalhães, Ribeirão Preto efetivamente passou por significativas mudanças na gestão dos negócios públicos, na arrecadação de receitas e nos investimentos públicos, em virtude de condições econômicas e políticas favoráveis. Os repasses federais e estaduais e maiores ingressos decorrentes de tributos municipais, assegurados pela nova legislação, fizeram sentir seus efeitos. Em 1949, precisamente o ano em que se realiza na cidade o II Congresso das Municipalidades, a receita de Ribeirão Preto atinge seu maior crescimento percentual desde 1936: 107% sobre o ano anterior, em valores reais²¹.

As despesas do município cresceram, em valores arredondados, 44% em 1948 (ano da posse de Magalhães), 107% em 1949, 6% em 1950 e 11% em 1951. Os maiores investimentos deram-se nas rubricas

¹⁸ Depoimento de Luciano Lepera ao autor, 1998.

¹⁹ Depoimento de Rubem Cione ao autor, 2000.

²⁰ *Ibidem*.

“serviços públicos de interesse comum com o Estado” (saneamento básico, escolas, segurança pública), que cresceu 46% em 1948, 110% em 1949 e 30% em 1950; e “obras e investimentos públicos” (conservação de ruas, reparos, construção de logradouros e prédios públicos), que cresceu 86% em 1948 e 240% em 1949²². O contrato com a empresa fornecedora de água foi rompido, criando-se um serviço público com essa finalidade.

As modificações ocorridas, ao tempo de Magalhães, na atuação das instituições de governo da cidade, nos equipamentos públicos, na economia e na base da sociedade foram, em grande medida, o corolário das mudanças havidas no decorrer do Estado Novo: nos anos da Depressão, os conflitos entre os fazendeiros de café e seus credores urbanos e o conseqüente enfraquecimento da aristocracia cafeeira; e em 1945, o ressurgimento da mobilização operária. As novas condições tornaram possível na cidade, como no país, “uma breve e hesitante tentativa de cooperação política entre as classes”²³.

Já nos anos 30, “grande parte dos lucros do café estava sendo investida no comércio, na indústria e na infra-estrutura de serviços médicos e educacionais”, de tal sorte que em meados do século “o município tinha uma poderosa economia baseada no comércio, na indústria, na agricultura diversificada e nos serviços médicos e educacionais”²⁴. A inversão na correlação população urbana *versus* população rural prosseguia em ritmo acelerado.

²¹ PINTO, L. S. G., “Crise e Ajustamento da Economia de Ribeirão Preto: 1930-1956”, p. 49.

²² PINTO, L. S. G., *op. cit.*, p. 58.

²³ WALKER, T. W., “O Surgimento do Populismo no Brasil: um Estudo do Município de Ribeirão Preto”, p. 80.

²⁴ WALKER, T. W., *op. cit.*, p. 77.

A população rural declinou de 39,8% em 1940 para 31,3% em 1950, enquanto a população total cresceu para 92.160 habitantes em 1950²⁵, tornando a cidade uma das mais populosas do Estado. O operariado também aumentou, passando de 4.500 em 1947 para 5.400 em 1948 e chegando a 7.000 em 1951 (mais que o triplo dos 2.066 existentes em 1938)²⁶.

A esplêndida situação financeira do município fôra obtida, em parte, pela decisão do executivo de exercer suas prerrogativas e elevar a cobrança do Imposto de Indústrias e Profissões. Esse imposto era de competência do Estado, que repassava 50% ao município. A Constituição Federal determinou que a partir de 1949 ele fosse integralmente lançado e arrecadado pelos municípios, de forma que em fins de 1948 o prefeito Magalhães sentiu-se encorajado a enviar à Câmara Municipal um projeto de lei fixando maiores valores de cobrança do Imposto de Indústrias e Profissões²⁷.

A atitude do prefeito gerou um período de “tensão e ajustamento”²⁸, devido à posição tomada pela Associação Comercial e Industrial (ACI), que resolveu opor-se frontalmente a majorações que teriam chegado a atingir “a 1.000% e até a 2.000%” sobre os lançamentos efetuados anteriormente pelo Estado. A Câmara introduziu modificações no projeto de Magalhães, e este terminou por vetá-lo integralmente. A Câmara, então, derrubou o veto e sancionou a Lei 125²⁹.

²⁵ WALKER, T. W., *op. cit.*, p. 78.

²⁶ PINTO, L. S. G., *op. cit.*, p. 35. Baseia-se em dados do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto.

²⁷ Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto: *70 Anos Apoiando o Progresso (1904-1974)*, sem numeração.

²⁸ WALKER, T. W., *op. cit.*, p. 93.

²⁹ Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto: *op. cit.*, sem numeração.

Para Walker, o empresariado “controlava a Câmara”, o que bem pode ser verdade³⁰. Mas, a julgar pela opinião da ACI, a Câmara não foi propriamente um parceiro dócil:

“Árdua foi a luta. De um lado, a Câmara Municipal com seus vereadores, alguns a inventar coisas contra o comércio e a indústria e do outro, a Associação com seus diretores e advogados, debatendo com aqueles os absurdos da Lei 125”³¹.

Em fins de 1950, chegou-se a um acordo pelo qual “os aumentos não seriam, em caso algum, superiores a 30% sobre os lançamentos anteriores”³². Concretamente, porém, Magalhães atingiu seu objetivo, como prova a evolução do Imposto de Indústrias e Profissões no decorrer do mandato. A arrecadação, que decrescera 18% em 1947, cresceu 82% e 149% nos dois anos seguintes, caiu ligeiramente em 1950 (-4%) e voltou a subir em 1951: 9%³³.

Compreende-se que, nesse quadro de pujança local do populismo e em meio a tantas mudanças, os vereadores do PCB tivessem dificuldade de situar-se. Ao rememorar a época, o getulista cristão Rubem Cione procura enquadrar Aparecido Araújo e Engracia Garcia nesse ambiente idealizado como de entusiasmo, harmonia e trabalho, dizendo não lembrar “de qualquer participação dos dois em movimentos comunistas ou que revelassem no plenário da Câmara as tendências ideológicas comunistas deles”:

“Portavam-se, a meu ver, muito bem. Souberam acompanhar o sentido de trabalho, de evolução, de progresso de Ribeirão

³⁰ WALKER, T. W., *op. cit.*, p. 93.

³¹ Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto: *70 Anos Apoiando o Progresso (1904-1974)*, sem numeração.

³² Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto: *op. cit.*, sem numeração.

Preto. A meu ver foram bons vereadores. Contribuíram como todos procuraram contribuir, pelo que a mim me parece”³⁴.

Na sessão em que a Câmara negou-se a permitir que Aparecido Araújo fosse levado a julgamento, ficou patente que os representantes das classes proprietárias entenderam, com a devida clareza, o que estava em jogo naquele momento: era a própria legitimidade e independência do legislativo local diante dos outros poderes do Estado.

Perceberam com descortínio que, ao dar à Justiça a possibilidade de processar e pôr na cadeia um vereador representativo do meio operário, mal se iniciavam os trabalhos da legislatura, colocariam em risco o projeto que se delineava, de conciliação de classes. Sem contar que, do ponto de vista de cada um dos vereadores, seria abrir um precedente perigoso em matéria de quebra da imunidade então garantida pela LOM.

Na noite de 3 de março de 1948, uma vez reiniciada em caráter secreto a sessão ordinária da Câmara, e lidos os documentos necessários (o parecer da Comissão de Justiça, inconclusivo, o auto de prisão e os depoimentos das testemunhas, entre outros) as principais lideranças manifestaram-se em defesa de Aparecido. Primeiro a falar, Domingos Cêntola, do PSD, alegou a “inexistência de desacato”. Orestes Lopes de Camargo, líder da bancada da UDN, a maior da casa, solicitou à presidência que ficasse registrada sua posição sobre o caso:

“A bancada da UDN, se não houver incidentes que possam, durante esta sessão, modificar seu ponto de vista, vai votar pela negativa da autorização pedida e fazendo votos para que nunca mais tenha que se pronunciar sobre assuntos semelhantes,

³³ PINTO, L. S. G., *op. cit.*, p. 53.

³⁴ Depoimento de Rubem Cione ao autor, 2000.

sequer; entretanto, fique consignado na ata dos trabalhos de hoje que se reserva julgar melhor consoante os interesses coletivos, caso por caso que lhe for presente futuramente, embora também sejam idênticos ao que está sendo objeto de deliberação desta casa”³⁵.

O único vereador a destoar foi o suplente udenista Leite Lopes, “dizendo que confia no Judiciário de Ribeirão Preto, deixando a ele pronunciar-se sobre o caso”. Lopes foi aparteado por diversos colegas, entre os quais o sindicalista Guilherme Giro, pertencente à bancada do PTB. O empresário Moura Lacerda, o mais influente vereador do PTB, fala

“sobre a defesa da Democracia e apela aos seus pares em defesa do vereador Aparecido Araújo, justificando a sua inculpabilidade visto o mesmo, como representante do Povo, ter o direito livre da palavra e locomoção dentro do município e não ficar devidamente provado o desacato à autoridade”³⁶.

Decidiu-se que a votação seria nominal e chegou-se ao resultado de 20 votos contrários à autorização para “formação de culpa” e somente 1 voto favorável, que a ata não identifica. Deixaram de comparecer à sessão dois vereadores, que também não são identificados³⁷.

Esse episódio evidenciou, por outro lado, a fragilidade parlamentar dos vereadores comunistas. Aparecido, em manobra defensiva, havia solicitado licença por três meses no dia 7 de fevereiro, “por motivo de

³⁵ Ata manuscrita da sessão secreta de 3.3.48 da Câmara Municipal de Ribeirão Preto.

³⁶ *Ibidem*.

³⁷ *Ibidem*.

moléstia”³⁸. Quanto a Engracia Garcia, seu nome não aparece na ata: se ele compareceu, não se manifestou oficialmente.

A sessão que impediu a humilhação de Aparecido foi a primeira de cinco sessões secretas de que se tem notícia nessa legislatura. Na sessão secreta seguinte, realizada em 22 de março de 1948, aparecerão pela primeira vez referências a denúncias de corrupção. Sua convocação devera-se “a uma verdadeira onda de injúrias a vereadores desta Câmara sobre o Serviço Telefônico”, como explicou na abertura dos trabalhos o vereador e ex-prefeito nomeado Rubem Aloisio Moreira, do PSP³⁹.

Rubem Aloisio fez uma longa exposição, denunciando, de início, uma tentativa de suborno que recebera, “verdadeira bandalheira, que era a de se permitir a continuação de um jogo de roleta no subsolo do Teatro Pedro II mediante o pagamento de 50 mil cruzeiros”. Ele referiu-se a “uma imensa trama de intrigas contra a sua pessoa” e queixou-se amargamente de que integrantes do seu próprio partido, para justificar a derrota eleitoral sofrida em Ribeirão Preto, “lançaram-lhe a culpa e a intriga do contrato telefônico junto ao sr. Governador”, sendo então “deposto” por Adhemar⁴⁰.

No centro das denúncias estava a empresa sueca Ericsson, fornecedora dos equipamentos telefônicos. Um certo Wilson Maranhão, acusado pelo vereador de ser o mentor das calúnias, dizia ter em mãos um documento da Ericsson “que provava que ele, Rubem Moreira, e outras pessoas daqui iam receber bonificações no contrato do Serviço Telefônico”. O vereador explicou que a empresa “apresentou queixa-

³⁸ Câmara Municipal, Departamento de Administração. Requerimento de Aparecido Araújo.

³⁹ Ata manuscrita da sessão secreta de 22.3.48 da Câmara Municipal de Ribeirão Preto.

⁴⁰ *Ibidem*.

crime” contra Maranhão. Por sugestão de Moura Lacerda, foi aprovado um voto de louvor a Rubem Aloisio⁴¹.

Décio Fernandes manifestou-se ao final da sessão (e este é um dos raros registros de participação da bancada comunista nos trabalhos de plenário). Informou “que fôra procurado por A. Vinhas, que lhe perguntou quanto ele estava ganhando e que os 21 vereadores estavam ganhando o seu quinhão que era 1.080.000,00 [um milhão e oitenta mil cruzeiros] para serem divididos. E que ele, Vinhas, provava a bandalheira”⁴².

IV.2. Luta de classes, colaboração de classes

Há quem, como Brandão, veja na prática eleitoral do PCB uma demonstração de absoluta autoconfiança: “Até certo ponto, é pouco importante qual seja o candidato. Longe de buscar construir alianças permanentes com este ou aquele setor social, esta ou aquela força política”, o PCB considerava a todos “farinha do mesmo saco”, todos reacionários.

Desse modo, sua “extração leninista” terminou por arrastá-lo “a todo tipo de alianças, na certeza de que nada disso o afetava” em sua condição de partido operário. Se todos os outros partidos e candidatos eram burgueses, ou instrumentos da burguesia, “tanto fazia aliar-se momentaneamente com esse ou aquele, desde que pudesse tirar vantagem”⁴³.

⁴¹ Ata manuscrita da sessão secreta de 22.3.48 da Câmara Municipal de Ribeirão Preto.

⁴² *Ibidem*. Esse episódio foi inicialmente relatado por Rubem Aloisio, e Décio o confirmou. Vinhas teria sido autor de diversas propostas escusas ao ex-prefeito, entre elas a do Teatro Pedro II. Haveria uma relação entre Vinhas e Maranhão envolvendo tráfico de influência e manipulação de verbas.

⁴³ BRANDÃO, G. M., *A Esquerda Positiva: as Duas Almas do Partido Comunista, 1920-1964*, p. 189-190.

Na outra ponta das alianças, também aos partidos, liberais ou populistas, só interessava *tirar vantagem*. Em Ribeirão Preto, por exemplo, o PCB inscreveu seus candidatos na chapa do PSD, e coincidentemente apoiou, de início, o candidato a prefeito desse partido, Nelson Nóbrega, porque, como afirmou Engracia Garcia, ele era “muito bom”⁴⁴.

Qual foi o critério utilizado pela direção local para optar, afinal, pelo candidato pessedista? “Foi de que era o melhor. O outro candidato, José de Magalhães, era do Getúlio”. Embora amplamente divulgada na época, a existência de um acordo que resultasse em contrapartida eleitoral para o PSD foi negada por Engracia Garcia no seu depoimento.

“Era uma espécie de um aliado... falso, né? Uma espécie de um aliado falso. Chegava lá, a gente tomava a posição do partido [PCB]. Aliás, até nosso nome nem precisava dizer que era comunista. A nossa campanha [em 1947] foi ‘o vereador de Prestes’. (...) Eles faziam a campanha deles, e a gente fazia a nossa”⁴⁵.

Nas eleições de 1951 e 1955, os comunistas de Ribeirão Preto viriam a apoiar candidatos a prefeito de perfil conservador: Alfredo Condeixa Filho, major da Força Pública, e Costábile Romano, político integralista, dono do jornal *Diário da Manhã*. No entender de Engracia Garcia, membro da direção local do PCB, não havia como fugir de apoiar candidatos de outros partidos, porque “nós não tínhamos condições de

⁴⁴ Depoimento de Engracia Garcia ao autor, 1998.

⁴⁵ *Ibidem*.

botar o nosso”, ou seja, não poderiam apresentar candidato próprio, em função da ilegalidade⁴⁶.

A direção estadual do PCB não se opunha a essas escolhas, que não deixavam de beirar a colaboração de classes. Já em 1947, os comunistas participaram da gestão de Rubem Aloisio na Prefeitura. Tal participação, segundo Engracia Garcia, não se dava na forma de cargos, mas no exercício de influência (“A gente entrava lá, pedia o que queria”⁴⁷) e na execução de determinadas tarefas do poder público.

Tratava-se, portanto, de uma integração ao sistema de clientela do PSP, e de modo assaz curioso, como sugerem os depoimentos disponíveis sobre a questão da escassez da carne de porco. Rubem Aloisio tabelara o preço do toucinho e baixara uma portaria proibindo a saída de porco gordo para outros municípios. Militantes comunistas foram envolvidos nas tarefas práticas da fiscalização da medida: “Eu saía, uma vez aí faltou porco, eu era o chefe que saía aí para ver, fazer um levantamento da porcada”, explica Engracia Garcia⁴⁸.

Mais detalhado é o depoimento de João Guerreiro Fº, um ativo membro da célula rural do PCB em Dumont, distrito que fazia parte de Ribeirão Preto e posteriormente tornou-se município:

“Então o Dr. Aloisio, que era o prefeito, mandou uma carta para mim, para mim autorizar a saída do município de Ribeirão Preto, pôr uma pessoa para não sair porco gordo para outro município. Aí foi o pelotão da Força Pública de Ribeirão Preto lá, eu estava na sede da Dumont, eles me procuraram, eu me

⁴⁶ *Ibidem*. Na definição de Engracia Garcia, o perrepista Costábile era “um homem do povo”, e devia-se relativizar sua orientação político-ideológica. “No interior não tem essas coisas não. Às vezes o sujeito era amigo da gente e é do Partido da Representação Popular ...”.

⁴⁷ *Ibidem*.

apresentei. Então indiquei o policial, da minha confiança, para ninguém comer bola. Se morria um porco tinha que dar baixa, se vendia tinha que autorizar”⁴⁹.

Desde os tempos da Segunda Guerra Mundial a cidade enfrentava sérios problemas de abastecimento de alimentos, e os comunistas tinham interesse direto nessa medida de valor óbvio para a população. Seu programa eleitoral para o município, aceito pelo candidato Nelson Nóbrega, do PSD, tinha como um dos itens “fomentar a criação de suínos”, para aumentar a oferta e baixar os preços. Em consequência, o PCB forneceu funcionários *ad hoc* para que a Prefeitura fizesse os levantamentos “da porcada”.

Em 1947, os comunistas começaram na campanha de um candidato a prefeito e terminaram na campanha de outro. O pessedista Nóbrega foi abandonado em favor do petebista José de Magalhães, não obstante já estivesse convocado um “comício monstro” de encerramento da campanha, no dia 6 de novembro, com a presença dos deputados Jorge Amado (PCB) e Luiz Augusto de Matos (PSD)⁵⁰. A chave para a troca residia no comício realizado na cidade por Getúlio Vargas, em que este anunciou seu apoio a Magalhães. A explicação consta de relatórios do DOPS:

“conforme já é público o referido dr. Nóbrega contava com o apoio dos comunistas, os quais, na última hora, depois da vinda

⁴⁸ *Ibidem*.

⁴⁹ Depoimento de João Guerreiro Filho a Sebastião Geraldo, 1989.

⁵⁰ Processo 6.377/209 do TRE, documento 13.

de Getúlio Vargas, resolveram dar votação no dr. José de Magalhães para prefeito municipal, sendo por isso eleito”⁵¹.

Rubem Cione, que à época era secretário do PTB local, acredita que a reviravolta do PCB foi espontânea e que de fato carregou votos para o candidato petebista. “Mas eu tenho a impressão de que a vitória do Magalhães nunca dependeu do apoio dos comunistas. Muito menos depois da vinda do Getúlio”⁵². Até então, o favorito era o ex-prefeito Antonio Rodrigues da Silva, candidato da coligação UDN-PR-PSP. O quarto candidato era Costábile Romano, pelo PTN.

“Não tivesse vindo o Getúlio, o Magalhães nem com o apoio dos comunistas talvez não se elegeisse. Ele estava na rabeira, como se costuma dizer. Depois disso, aí foi aquela convulsão. Valeu a palavra do Getúlio”⁵³.

Magalhães elegeu-se com 4.849 votos. Rodrigues da Silva recebeu 3.480 votos, Costábile 2.527 e Nóbrega, abandonado pelos comunistas, 2.310. Os resultados na eleição de vereadores não foram diretamente proporcionais aos da eleição majoritária. A coligação UDN-PR elegeu a maior bancada, com dez vereadores, ao passo que ao PTB coube a segunda bancada, com sete. PSP e PSD fizeram cinco vereadores cada. O PTN de Hugo Borghi ficou com quatro vagas.

A influência dos petebistas e dos comunistas foi sentida igualmente na eleição para vice-governador, que se realizou no mesmo dia: o candidato Cirilo Jr. (PSD, mas apoiado por Vargas e pelo PCB) obteve

⁵¹ Ofício 1269/47 reservado, de 18.11.47. Ver também Radiotelegrama 1104, de 13.11.47, ambos do delegado regional José Aristheu de Castro. Prontuário DOPS 548 (Ribeirão Preto), v. 2.

⁵² Depoimento de Rubem Cione ao autor, 2000.

⁵³ Depoimento de Rubem Cione ao autor, 2000.

5.635 votos na cidade, superando Novelli Jr. (PSD, apoiado por Dutra e Adhemar), que recebeu 5.099 votos.

IV.2.1. Reação externa à aliança com o PSD. A eleição dos vereadores comunistas não foi aceita com tranqüilidade. PSP, PR e PTN entraram com recurso na justiça eleitoral, requerendo nada menos do que a cassação dos diplomas e a redistribuição dos “votos anulados aos demais partidos, na forma da lei”⁵⁴.

Alegaram esses partidos que houve burla à decisão do TSE que baniu o PCB, “coligação clandestina” entre este e o PSD, “fraude premeditada”, e que os “candidatos verdadeiramente pessedistas obtiveram apenas 720 votos, elegendo dois vereadores”, mas “os restantes 1.134 votos alcançados na legenda do PSD foram conseguidos pelos comunistas, que elegeram três vereadores, ajudando os pessedistas a fazerem o seu segundo candidato”⁵⁵. O recurso informa, em tom patético, que na cidade

“o casamento do PSD com o Partido Comunista foi consumado solenemente, em comício público, na praça fronteira ao Teatro Pedro II, ao qual compareceu todo o diretório daquele partido e os representantes máximos dos comunistas paulistas, chefiados pelo dr. Milton Caires de Brito”⁵⁶.

Os recorrentes procuraram explorar o fato de o deputado Milton Caires, líder da bancada comunista na Assembléia Legislativa, ter assumido no comício a participação de “elementos próprios” do PCB na legenda do PSD. No entanto, uma das razões do relativo êxito dessa estranha aliança, desse “conúbio ilegal” como o chamaram seus

⁵⁴ Processo 6.377/209 do TRE, p. 8.

⁵⁵ Processo 6.377/209 do TRE, p. 7.

inimigos, foi exatamente seu caráter público. O TRE rejeitou o recurso, mas fez questão de avisar que enviaria ao TSE os autos do processo com as provas da “burla” anexadas pelos três partidos: recortes de jornais, panfletos, fotografias de faixas de campanha⁵⁷.

Como demonstram alguns documentos anexados ao processo, durante a campanha eleitoral houve reações iradas à aliança entre comunistas e pessedistas em Ribeirão Preto. A seção local da Liga de Defesa Paulista, por exemplo, fez circular um panfleto dirigido ao eleitorado católico, cujo texto ataca duramente os dois agrupamentos políticos:

“Está-se processando nessa cidade, tradicionalmente católica, paulista e conservadora, o mais nojento conchavo político de todos a que a ambição e o imediatismo de certos profissionais da politiquice vêm dando causa em diversas cidades do interior. Partidos políticos que se dizem democratas e conservadores, numa vergonhosa cata de votos, não se pejaram em entrar em entendimentos com a canalha comunista de Ribeirão Preto”⁵⁸.

A Liga denuncia um “repulsivo mercadejar de votos” comandado pelo deputado pessedista Luiz Augusto de Matos. Pelo acordo, o PSD daria “trinta mil cruzeiros de mão beijada aos chefes comunistas locais”, pagaria “uma diária de 30 cruzeiros e mais as refeições, a todos os comunistas que trabalharem na propaganda eleitoral” e ainda realizaria “reformas na sede da UGT”. O panfleto pergunta ao eleitor se ele votará

⁵⁶ Processo 6.377/209 do TRE, p. 4.

⁵⁷ Processo 6.377/209 do TRE, acórdão, 4.12.47.

⁵⁸ *Ao Eleitorado Católico de Ribeirão Preto! Ao Povo, às Mães de Família e aos Que Sobrepõem a Pátria Brasileira à Pátria Bolchevista! A Todos os Que Ainda Crêem na Democracia! Ribero-Pretanos! Alerta!* Processo 6.377/209 do TRE, documento 5.

no “candidato comunista Nelson Nóbrega e seus sequazes da chapa de vereadores”⁵⁹.

A histeria anticomunista não se justificava: o programa submetido pelo PCB a Nóbrega, e aparentemente aceito por este, nada tinha de radical, adequando-se sem dúvida às diretrizes de conciliação de classes ainda predominantes entre os comunistas, na época. O único ponto a tratar de política nacional, o primeiro, determinava a “defesa intransigente” das constituições (federal e estadual) e a luta “contra a cassação dos mandatos dos legítimos representantes do povo, contra a proibição de comícios e reuniões públicas” etc⁶⁰.

Os pontos principais do programa preconizavam: 1) revisão do contrato de concessão com a empresa de águas e esgotos, para baratear os serviços e melhorar a distribuição da água; 2) a celebração de contrato com a Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL), de modo a reduzir as tarifas elétricas, “principalmente com relação aos estabelecimentos industriais”, melhorar a iluminação pública e particular, aumentar o fornecimento de energia; e 3) o combate à carestia, “fixando preços nos gêneros de primeira necessidade e instituindo feiras livres com isenção de impostos, localizando-as, de preferência, em bairros operários”.

O compromisso com a burguesia industrial, visível no segundo item, explicita-se também, ainda na questão da energia, na recomendação de que seja facilitada “a instalação de novas indústrias”. Certa vez, Engracia Garcia submeteu ao Comitê Municipal, na condição de vereador, a idéia de homenagear os Matarazzo, dando a uma rua da

⁵⁹ *Ibidem.*

⁶⁰ *Tudo Pela Vitória nas Eleições de 9 de Novembro de 1947!* Panfleto de campanha do PPP, anexado aos autos do Processo 6.377/209 do TRE.

cidade o nome de Conde Matarazzo, por considerar que ele prestou um relevante serviço à cidade ao instalar uma fábrica.

No entender de Engracia Garcia, a Tecelagem Matarazzo “progrediu aqui Ribeirão Preto”, por ser “uma fábrica famosa” e por ajudar “quantos trabalhadores!” Mas, nesta como em algumas outras ocasiões, o sentimento de classe dos dirigentes comunistas falou mais alto: “O partido cortou”⁶¹.

IV.3. Estruturas do PCB em Ribeirão Preto: direção, células, finanças

O PCB surgiu em Ribeirão Preto já nos anos 20, sempre bastante ligado aos operários da indústria cervejeira e, mais tarde, à existência da União Geral dos Trabalhadores (UGT), fundada com a participação dos comunistas. Durante o Estado Novo, os “primeiros sinais de aglutinação e reorganização” do partido “ocorreram com a retomada do controle da UGT”, em 1941, e, posteriormente, com a chegada a Ribeirão Preto de Irineu de Moraes, em 1942⁶².

O êxodo dos colonos para a área urbana, gerado pela decadência do setor cafeeiro, teria tornado a cidade “centro das tensões sociais relacionadas com o problema do desemprego, da alta do custo de vida e da falta de moradias”. Em 1944, as dificuldades de abastecimento provocadas pela Segunda Guerra Mundial teriam levado a UGT e os sindicatos oficiais a uma articulação comum, para pedir soluções à

⁶¹ Depoimento de Engracia Garcia ao autor, 1999. De toda maneira, a cidade tem hoje a Rua Conde Francisco Matarazzo, nos Campos Elíseos, por proposta de outro vereador.

⁶² ROSA, L. R., “Comunistas em Ribeirão Preto (1922-1947)”, p. 117.

Prefeitura, momento em que “o núcleo comunista ribeiropretano ampliou seu contato com a massa trabalhadora”⁶³.

Dois acontecimentos locais, impulsionados por militantes comunistas, tiveram importância no crescimento do PCB em Ribeirão Preto após o final do Estado Novo, e se constituíram em marco histórico do movimento operário na região e no Estado. O primeiro deles foi “a maior manifestação da classe trabalhadora local vista até então”, no dia 12 de junho de 1945: uma imensa passeata de protesto, onde se destacaram os cerca de 2.000 trabalhadores das indústrias de cerveja e cujo desdobramento imediato foi o saque da Casa Robin, que especulava com víveres⁶⁴.

O movimento foi vitorioso em todos os aspectos: sob os auspícios da Associação Comercial e Industrial, as reivindicações salariais das várias categorias envolvidas foram atendidas já no dia 14 de junho. A última majoração das tarifas de água e luz foi cancelada, e houve a proibição de novos aumentos de preços dos alimentos⁶⁵.

O outro acontecimento afetou diretamente todo o Estado: foi a greve dos trabalhadores da CPFL, realizada no dia 15 de junho. A greve surpreendeu pela originalidade: paralisou todas as usinas geradoras de energia, foi coordenada a partir de Ribeirão Preto por meio de um sistema de senhas telefônicas e não se dobrou à presença de uma tropa do Exército, enviada à cidade em razão da rebelião popular do dia 12 e

⁶³ ROSA, L. R., *op. cit.*, 119-120.

⁶⁴ GERALDO, S., “O Resgate da Memória Proletária em Ribeirão Preto”, p. 82-88. Em 26 e 27 de novembro de 1946, Ituverava viveria turbulência semelhante, causada pela falta de luz e água. Vinte soldados do III Batalhão de Caçadores foram enviados à cidade, a pedido do prefeito e do delegado de Polícia. O tenente Milton de Carvalho “viu-se obrigado a disparar um tiro para o ar com o fito de amedrontar a multidão”, que ameaçava invadir o Cine Rosário, “com o fito de abaixar o preço das entradas”. A população “interpretou mal a presença da força e vários elementos se manifestaram contra a atitude do prefeito e do delegado”. Radiotelegrama 1059, de 30.11.46, enviado pelo delegado regional de Polícia de Ribeirão Preto, José Carlos Franco. Prontuário DOPS 548, v. 1.

⁶⁵ GERALDO, S., *op. cit.*, p. 82-88.

acantonada nas dependências da CPFL. Irineu de Moraes teve papel central como articulador da greve e como negociador dos termos do acordo vitorioso para a volta ao trabalho, o que lhe deu grande prestígio⁶⁶.

No mesmo ano, o aumento no preço das entradas do Cine São Paulo provocou grandes protestos dos estudantes nos dias 9 e 10 de outubro. A polícia, sob o comando do então delegado regional Adolpho Normanha, recebeu à bala uma passeata com centenas de estudantes, em frente ao cinema. Saíram feridos dois estudantes e um investigador de polícia⁶⁷. Nesse episódio, porém, não há evidências de participação dos comunistas.

Ainda em 1945, deve-se citar a criação da Liga Camponesa de Dumont, mencionada por Irineu de Moraes como a primeira a surgir no país⁶⁸. O PCB terá células rurais nos distritos de Dumont, possivelmente como sucessoras da Liga Camponesa⁶⁹, e Guatapará. Ao mesmo tempo, Ribeirão Preto será o pólo da atividade regional dos comunistas, voltada para a propaganda dos direitos dos trabalhadores rurais inscritos na Constituição de 1946 e a criação de ligas e sindicatos⁷⁰.

Nesse esforço irão destacar-se, entre outros, o próprio Irineu, Antonio Giroto e Gabriel Tondella. Tais iniciativas eram incentivadas por Candido Portinari, que promovia reuniões clandestinas em sua casa em

⁶⁶ GERALDO, S., *op. cit.*, p. 89 e ss.

⁶⁷ Portaria s/n, de 11.10.45, do diretor do DOPS, Venancio Ayres, e respectivo inquérito. Prontuário 548, v. 1.

⁶⁸ Depoimento de Irineu de Moraes a Sebastião Geraldo, 1989. O embrião da liga teria sido um Comitê Democrático Popular na vila de Dumont, formado totalmente por pequenos proprietários rurais. A Liga fez sua primeira aparição pública no comício realizado por Prestes em Ribeirão Preto, também em 1945 e ao qual compareceram milhares de pessoas.

⁶⁹ João Guerreiro Filho, no depoimento citado, afirma que a Liga entrou em declínio em 1947.

⁷⁰ Conforme depoimentos de Antonio Giroto a Sebastião Geraldo (1988) e os citados de João Guerreiro Filho e Engracia Garcia. Nos documentos apreendidos pela Polícia por ocasião do II Congresso das Municipalidades há diversas referências a esses direitos e à situação de vida dos pequenos camponeses e dos trabalhadores rurais.

Brodowski⁷¹. Alguns militantes chegaram a participar de reuniões preparatórias do Congresso Rural que Borghi e Adhemar começaram a organizar e que foi abortado por pressão dos proprietários rurais⁷².

No seu estudo sobre o PCB em Ribeirão Preto entre 1922 e 1947, Rosa defende a hipótese de que

“como resultado da orientação de Prestes, e diferentemente do que ocorria com o próprio Partido em âmbito nacional — que se isolava dos trabalhadores por causa de sua política cautelosa em relação às greves — o Comitê Municipal de Ribeirão Preto instigou e organizou greves e movimentos populares durante todo o ano de 1946”⁷³.

Trata-se de um equívoco, na medida em que a “política cautelosa” do PCB no período do pós-guerra tinha precisamente em Prestes o seu maior arquiteto. Ademais, a relação entre os ativistas do partido e o movimento real dos trabalhadores era bastante complexa, de modo que os comunistas, *em todo o país*, continuaram a envolver-se nas greves e protestos apesar da orientação de ordem e tranquilidade. Por fim, o próprio PCB redefiniu claramente essa linha na sua III Conferência Nacional, em julho de 1946, passando desde então a estimular as greves.

No âmbito urbano, durante o governo Dutra o PCB terá força e células organizadas nas indústrias de cerveja, na Cia. Mogiana, na Tecelagem Matarazzo, entre os médicos e, possivelmente, entre os operários gráficos. O partido terá algum tipo de atuação em todo movimento reivindicatório importante realizado na cidade: em 1946, a greve vitoriosa na Antártica, a greve nacional dos bancários (à qual dará

⁷¹ Depoimento de Antonio Giroto a Sebastião Geraldo, 1988.

⁷² Depoimento de João Guerreiro Filho, citado.

apoio), e a assembléia geral da UGT realizada em março; em 1947, a greve na Matarazzo; em 1948, as greves da Cia. Mogiana, em fevereiro e junho.

O ferroviário Clemente José da Silva, veterano militante comunista que ingressou no PCB em 1935, em Campinas, transferindo-se depois para Ribeirão Preto, menciona a existência de células nos bairros residenciais:

“Nos Campos Elíseos tinha uma célula, Vila Virgínia tinha outra célula, Vila Lobato tinha outra célula, todo lugar tinha organização. As células eram formadas com 8, 10, 15, 20 elementos. (...) Se um bairro como os Campos Elíseos fizesse uma célula da avenida para cima, a gente formava outra da avenida para baixo, para não estar misturando muito e para não dar número muito alto de companheiros, porque a polícia andava no piso dos comunistas”⁷⁴.

Do Comitê Municipal de Ribeirão Preto eleito em 27 de abril de 1947 — poucos dias antes, portanto, de o TSE declarar ilegal o partido — faziam parte Irineu de Moraes, Jovino Neves, Engracia Garcia, Aparecido Araújo, Décio Fernandes, Odilon Lino Machado, Claudemiro Alves Pereira, Joaquim Marques dos Reis F^o, Joaquim Teixeira de Andrade, Ricardo Pinatti, Antonio Pontim⁷⁵.

Neste ano, deixaram de integrar o Comitê alguns membros da “velha guarda” eleitos para essa instância em 1946, como Abdêo Chaguri (que teria recrutado Engracia Garcia), Albino Tremeschim e Gustavo Wierman. Antonio Alagão, que fôra secretário “de campo” em 1946,

⁷³ ROSA, L. R., *op. cit.*, p. 131.

⁷⁴ Depoimento de Clemente José da Silva a Sebastião Geraldo, prov. 1988 ou 1989.

provavelmente deixou o partido, para candidatar-se a vereador pelo PSP. Os nomes de Gensen Martins e do alfaiate José Damasceno Neto, que foram suplentes, também não aparecem entre os dirigentes de 1947⁷⁶.

A chapa de candidatos a vereador cujo lançamento foi negociado com o PSD em 1947 é representativa dos estratos profissionais e populares nos quais o PCB tinha bases. Nela estão os nomes de Ophelio Russomano e Antonio Pontim, ambos alfaiates; Albino Tremeschim, sapateiro; Clemente José da Silva, ferroviário, e José Engracia Garcia, que atuava como dentista na Cia. Mogiana; Salvador Trovatto, pequeno comerciante; João Guerreiro F^o, pequeno proprietário rural. Dos eleitos, Henrique Crosio era médico, Décio Fernandes comerciário e Aparecido Araújo operário têxtil.

Na clandestinidade posterior a maio de 1947, a importância de Ribeirão Preto para o Comitê Estadual do PCB pode ser estimada pela figura do “assistente” encarregado de acompanhar a situação do partido na cidade. O assistente tinha de ser necessariamente um quadro experimentado, e o Comitê Estadual designou para essa tarefa militantes bastante qualificados.

Como primeiro-secretário, Irineu de Moraes liderou o partido na cidade, ao que tudo indica, desde a sua chegada até 1947 (ou 1948), quando deixou Ribeirão Preto. Admirado por sua coragem pessoal, respeitado pelos muitos êxitos organizativos alcançados no movimento, Irineu fez no entanto vários desafetos no partido, por divergências políticas e por atitudes supostamente grosseiras no trato com os

⁷⁵ ROSA, L. R., “Comunistas em Ribeirão Preto (1922-1947)”, p. 138-139.

⁷⁶ ROSA, L. R., *op. cit.*, p. 138-139.

demais⁷⁷. Provavelmente depois de sua saída, o PCB local passou a ser acompanhado por Frederico Bonimani⁷⁸ e Abílio Fernandes.

Bonimani, que não sabemos se chegou a ter residência fixa em Ribeirão Preto, fôra membro do antigo Comitê Regional, que procurava reorganizar o partido em 1941, quando *caiu* vítima da repressão política. Preso e condenado a oito anos de prisão pelo Tribunal de Segurança Nacional, Bonimani foi anistiado em 1945⁷⁹.

Fernandes, deputado federal gaúcho cassado em 1948, dirigente nacional do PCB desde a Conferência da Mantiqueira, vivia clandestino em uma chácara da rua Pernambuco, na periferia, operando um mimeógrafo. Seu nome de guerra era “Carlos”⁸⁰. Antigo militante do partido, no qual ingressara em 1933, ele fizera parte da direção da Aliança Nacional Libertadora no Rio Grande do Sul⁸¹.

Uma preocupação, nos tempos difíceis da clandestinidade, era o sustento dos militantes “liberados”, isto é, afastados da produção ou por perseguição política (caso de Abílio Fernandes, que estaria ameaçado de prisão) ou pela necessidade que o partido tinha de profissionalizar alguns quadros. Garantir a sobrevivência dos liberados e de suas famílias era o problema central dos responsáveis pelas finanças partidárias, como o jornalista Luciano Lepera.

Por seu trânsito fácil junto a pessoas bem postas, por viver no centro da cidade, e por dispor de certa liberdade de movimentos, podendo

⁷⁷ Conforme depoimentos de Luciano Lepera e Engracia Garcia ao autor. Na opinião de Lepera, Irineu era “um cavalo”. Irineu teria tido divergências, também, com Natal Grachia (ROSA, L. R., *op. cit.*, p. 127).

⁷⁸ Bonimani e sua condição de dirigente surgem no depoimento de José Antonio Neves, 1999.

⁷⁹ DULLES, J. F., *O Comunismo no Brasil*, p. 215-218.

⁸⁰ Conforme depoimentos de Luciano Lepera (1998) e Engracia Garcia (1999) ao autor.

⁸¹ MARTINS, E., *Um Depoimento Político (55 anos de PCB)*, p. 78.

“adiantar uma matéria” e sair mais cedo da redação, Lepera foi encarregado de arrecadar dinheiro para o partido⁸².

Todas as evidências são de que em Ribeirão Preto as receitas partidárias provinham exclusivamente desse tipo de contribuição, dos chamados profissionais liberais e até de indivíduos de extração burguesa. Entre os empresários que colaboravam financeiramente com o PCB estavam Paulo e Osvaldo Scatena, donos do Banco Scatena e amigos de Engracia Garcia. Outro contribuinte era o dono da emissora de rádio PRA-7, José da Silva Bueno.

No dizer de Engracia Garcia, os Scatena contribuíam porque “gostavam da nossa luta”, e diversos empresários, “gente boa”, davam dinheiro. “Tinha uns [*sic*] que não, tiravam o corpo, mas outros, maioria, dava. Sei lá se eles tinham medo do partido...”⁸³. Depreende-se que o PCB de Ribeirão Preto sequer cogitava de envolver trabalhadores manuais na arrecadação das receitas partidárias. Conforme Lepera, “na campanha de finanças, quem podia fazer lá era eu. Não pode vir um camponês ou... [alguém] que ninguém conhece. Eu tinha então contatos com médico, advogado”⁸⁴.

Os desligados da produção, nem sempre dirigentes, e com frequência militantes que vinham para o interior fugindo de processos e ordens de prisão, pesavam como um pesadelo na rotina desse jornalista, que nos anos 60 Prestes citaria, em suas conhecidas cadernetas, como *anarquista e indisciplinado*⁸⁵. Diziam-lhe, “de repente”, para buscar mais dinheiro,

⁸² Depoimento de Luciano Lepera ao autor, 1998.

⁸³ Depoimento de Engracia Garcia ao autor, 1999.

⁸⁴ Depoimento de Luciano Lepera ao autor, 1998.

⁸⁵ CHILCOTE, R., *Partido Comunista Brasileiro: Conflito e Integração*, p. 260.

porque a soma levantada não fôra suficiente para as necessidades. “E sem fundos não há partido. Nem partido, nem religião, nem nada”⁸⁶.

Uma passeata contra a carestia, que ocorreu provavelmente nos anos 1950, iria complicar em demasia as tarefas de Lepera:

“Bem, aí, aquela confusão, prenderam nove. Nove ficaram foragidos. Mas todos casados. Então ficaram 18 mulheres, cada uma com dois, três, quatro filhos. E toca a fazer finanças. É um negócio gravíssimo, né. Por mais que... o dinheiro não dá”⁸⁷.

Lepera foi um dos mais controvertidos militantes comunistas de Ribeirão Preto, e talvez o mais conhecido. Apesar de considerar-se marxista, ele também diz ter recebido influências anarquistas. Seu espírito crítico e independente levava-o a entrar em conflito com certas orientações de viés “stalinista” (note-se, contudo, que ele não usa esse conceito). Nos seus depoimentos, nunca admite claramente ter militado no PCB, apesar de todas as evidências em contrário, incluídas suas próprias declarações sobre a organização em Ribeirão Preto⁸⁸.

O ex-militante Almiro Paula Dias, um trabalhador gráfico, joga luz sobre a questão, revelando ainda um dos métodos de recrutamento usados pelo PCB:

“Como depoimento eu posso afirmar que a minha adesão ao partido deu-se através de Luciano Lepera, na época eu era paginador do jornal *Diário da Manhã* e fomos convidados para

⁸⁶ Depoimento de Luciano Lepera ao autor, 1998.

⁸⁷ Depoimento de Luciano Lepera ao autor, 1998.

⁸⁸ Em 1988, o pesquisador Sebastião Geraldo perguntou: “O sr. teve realmente uma militância no Partido Comunista?”, ao que Lepera respondeu: “Não! Esse modo de tachar é normal”. Na entrevista concedida ao autor do presente trabalho, Lepera atribuiu sua fama de militante à participação na Campanha da Paz: “Eu, de temperamento anárquico, não tenho organização nenhuma, né, até hoje. Mas de qualquer maneira fui tachado de comunista”. Em 1955 elegeu-se vereador e em 1958 deputado estadual pelo PTB.

fundar um núcleo, o organismo de base no *Diário da Manhã*, e houve uma reunião, e o incumbido disso era o Luciano Lepera, que era o redator. E tinha um revisor do jornal, já falecido, o Felício de Assis Moraes, um elemento muito liberal, simpatizante do partido, e fomos convidados para a reunião. O Lepera me procurou para uma reunião, podia ser na minha casa, e o Felício que estava em minha companhia me disse: ‘Não, então vamos fazer lá em casa’. Era um papo político, seríamos quatro pessoas, eu, o Felício, o Luciano e uma quarta pessoa que era um dirigente que vinha de São Paulo”⁸⁹.

O revisor não se dispôs a entrar no partido, “disse que era simpatizante e tal mas não tinha cabeça para a militância, ele não queria”, mas Almiro aceitou o convite e começou a atuar na célula da Vila Virgínia, ao lado de outros operários. Em outra ocasião, quando o físico Mário Schenberg esteve em Ribeirão Preto, provavelmente em 1950, “como elemento do PCB na Capital foi procurar o Lepera no jornal e eu ocasionalmente estava no balcão e o Lepera me apresentou”⁹⁰.

Outra controvérsia que envolve os comunistas locais diz respeito à perda do mandato de Décio Fernandes, em razão do súbito abandono do cargo. Ele havia sido o vereador mais votado da bancada do PSD, com 222 votos, à frente de Henrique Crosio, com 209, Domingos Centola, com 197, José Elias de Almeida, com 174, e Aparecido Araújo, com 129. Os suplentes eram Francisco Oranges, com 116, Engracia Garcia, com 108, Salvador Trovatto, com 106, Antonio Pontim, com 103 etc⁹¹. A inesperada renúncia de Crosio, antes mesmo da posse, aparentemente

⁸⁹ Depoimento de Almiro Paula Dias a Sebastião Geraldo, 1988.

⁹⁰ Depoimento de Almiro Paula Dias a Sebastião Geraldo, 1988.

guindou Oranges à bancada e fez de Engracia Garcia o primeiro suplente.

“Quem foi eleito foi o Décio Fernandes. Mas não sei o que aconteceu, aí o Décio precisou fugir. O partido achou que ele deveria renunciar”, é a explicação de Engracia Garcia. Na realidade, teria ocorrido uma trama para convencer Décio Fernandes a afastar-se, permitindo sua substituição definitiva pelo primeiro suplente da bancada. De acordo com José Antonio Neves,

“levaram, parece que o Frederico Bonimani levou ao conhecimento dele de que ele estava com prisão preventiva decretada, ou que estava para ser decretada a prisão contra ele, e não tinha nada de positivo contra ele, porque ele nada fez. Então o partido... disseram que ele tinha que ir embora daqui, teria que fugir daqui, porque ele corria o risco de ser preso. Ele então sumiu daqui, foi trabalhar numa olaria, ele não estava acostumado a pegar no batente, pegar no duro. Foi lá, ficou com calo na mão, trabalhou. O que eles queriam, segundo eu soube, era que passasse o tempo de afastamento dele e ele perdesse o mandato, José Engracia Garcia assumia. E realmente aconteceu isso”⁹².

Ao perceber-se enganado por uma manobra, Décio, furioso, abandonou o partido. O incidente, sempre denunciado por ele nos anos posteriores, seria citado pelo DOPS, em tintas carregadas, no relatório sobre o II Congresso das Municipalidades. De acordo com os agentes da Ordem Social, o então vereador,

⁹¹ Cartório da 108ª Zona Eleitoral.

⁹² Depoimento de José Antonio Neves ao autor, 1999.

“porque não satisfizesse mais aos interesses da linha justa, foi seqüestrado pelos dirigentes de São Paulo e mandado, sob ameaças, para uma fazenda do norte do Paraná. Lá permaneceu, assustado com supostas ordens de prisão e espancamento que procederiam da polícia, durante o espaço de três ou quatro meses, tendo perdido o mandato. Está hoje afastado das atividades e segundo diz do Partido Comunista, que o traiu”⁹³.

IV.3.1. A questão da participação feminina. Se, a exemplo do ocorrido em diferentes pontos do país, o fechamento do partido em maio de 1947 provocou uma perda nos contingentes do Comitê Municipal de Ribeirão Preto, é provável que essa perda tenha atingido mais fortemente as mulheres. Mais do que em outras cidades, nesta o PCB aparentava, em 1949, ser predominantemente masculino, quando não misógino.

No entanto, na assembléia do Comitê Municipal realizada nos tempos da legalidade, em 20 de junho de 1946, dos 240 “militantes e simpatizantes” a exercerem o direito do voto, nada menos de 100 eram mulheres, as quais teriam mantido importante atuação nos movimentos sociais locais, e “davam assistência aos militantes fora de ação, cuidando de sua roupa e comida, além de cuidarem das finanças e da organização do partido”⁹⁴.

Parece prudente, todavia, relativizar a participação atribuída ao “núcleo feminino” do PCB de Ribeirão Preto. Em primeiro lugar, porque a inclusão dos simpatizantes no rol da assembléia de 1946 torna impreciso o grau mesmo de adesão dessas mulheres ao partido, às tarefas partidárias e sobretudo sua influência nas decisões tomadas.

⁹³ Relatório 448 da Ordem Social, 20.6.49, autos do processo 28.622-49, 1ª Vara Criminal de Ribeirão Preto.

⁹⁴ ROSA, L. R., *op. cit.*, p. 136.

Mais significativo do que o fato de “as mulheres representarem 40% do número de eleitores” (da assembléia) é o fato de que no Comitê Municipal eleito na mesma ocasião, bem como no que o sucedeu, não figure nenhuma mulher, o mesmo ocorrendo no rol de candidatos comunistas lançados na chapa do PSD. O mais provável é que, ao ser decretado o fechamento da União das Mulheres Democráticas na cidade, em 1947, tenha desaparecido o espaço por excelência da atuação política feminina.

Em segundo lugar, porque dar “assistência aos militantes fora de ação, cuidando de sua roupa e comida” não é mais do que a continuação da relação desigual entre gêneros existente então nos lares brasileiros, nada representando de propriamente político. Finalmente, se de fato havia mulheres cuidando “das finanças e da organização do partido” em 1946, é difícil compreender-se como não tenham deixado nenhum sinal de sua presença nessas atividades nos anos imediatamente posteriores.

V. O II “CONGRESSO DAS MUNICIPALIDADES”

V.1. Encontro de vereadores em Ribeirão Preto, 1949

Em junho de 1949, Ribeirão Preto sediou o II Congresso das Câmaras Municipais do Estado de São Paulo, também chamado de “Congresso Municipalista”, por ser um fórum do movimento do mesmo nome, ou “Congresso das Municipalidades”, pelo entendimento de que se tratava de uma reunião de municípios, representados por seus vereadores. Sistema tributário, serviços públicos, a previdência e assistência social constavam dos temas em discussão¹. O I Congresso fôra realizado em 1948, em Campinas.

O II Congresso foi um evento semi-oficial, ou paraoficial, pois a Câmara Municipal de Ribeirão Preto, que o organizou, recebeu verba de 50 mil cruzeiros da Assembléia Legislativa, a título de auxílio para as despesas². Os participantes do II Congresso eram, em sua maioria, vereadores ligados aos maiores partidos. Estava prevista a gravação da solenidade de abertura, no dia 12 de junho, pela famosa emissora de rádio da cidade, a PRA-7, e sua irradiação “para todo o Brasil” pela Rádio Tupi. A abertura seria também filmada³.

Os jornais divulgaram que 86 delegações inscreveram-se no II Congresso, num total de 1.500 participantes, entre vereadores e prefeitos. O único orador inscrito na sessão inaugural foi o representante dos Diários Associados, João Scantinburgo, que falou da posição da

¹ II Congresso das Câmaras Municipais do Estado de S. Paulo. A eleição da mesa diretora dos trabalhos e das comissões. **O Estado de S. Paulo**, 14.6.49, p. 4.

² Por 40 Votos a Zero, Rejeita o Plenário da Assembléia um Veto Governamental — Mantido o Projeto que concede auxílio ao Sanatório de Cascata. **Correio Paulistano**, 18.5.49, p. 16 e p. 2 (cont). O projeto 142 dispunha sobre a concessão e foi aprovado em segunda discussão.

imprensa na Campanha Municipalista. Também compareceram os deputados Luis Augusto de Matos e Cunha Bueno.

Após uma disputa entre delegações, em torno de quem ocuparia a Mesa do encontro, a presidência coube à cidade de Ribeirão Preto⁴. São Paulo perdeu a disputa por 31 votos a 23. A delegação da Capital teria então abandonado o recinto em sinal de protesto, mas a situação foi contornada. Um representante de Campinas sugeriu que coubesse à Capital a presidência honorífica, o que foi aprovado por aclamação⁵.

O II Congresso debateu algumas teses bastante polêmicas, como a que estendia o Imposto de Indústrias e Profissões aos proprietários rurais. Mas a repercussão que provocou não estava relacionada com tais assuntos internos e sim com uma operação desencadeada pelo DOPS e a Polícia local contra os vereadores do PCB que participavam do encontro.

O quadro foi descrito assim pelo correspondente da *Folha da Manhã*:

“Desde o início dos trabalhos do II Congresso das Câmaras Municipais, ora em realização nesta cidade, mantém-se cerrado policiamento em Ribeirão Preto. Grande número de investigadores do DOPS, auxiliados por tropas do III Batalhão de Caçadores da Força Pública e por elementos da polícia local, guarnecem, policiam e vasculham, dia e noite, o perímetro

³ II Congresso das Câmaras Municipais. **Diário de Notícias**, Ribeirão Preto, 12.6.1949.

⁴ Ribeirão Preto — Sede do 2º Congresso das Câmaras Municipais **Diário de Notícias**, Ribeirão Preto, 12.6.1949.

⁵ Instalado Anteontem em Ribeirão Preto o II Congresso das Câmaras Municipais do Estado. **Folha da Manhã**, 14.6.49, p. 11. Tb. **Diário de Notícias** e **Diário da Manhã**, mesmas datas. Na sequência, o vereador paulistano Cantídio Sampaio propôs que São Caetano do Sul dividisse a distinção com São Paulo, o que também foi aceito por aclamação.

urbano, em missão preventiva. A cidade, entretanto, tem estado em absoluta calma”⁶.

Nesse mesmo dia, reportagem de *O Estado de S. Paulo* chegava a uma conclusão semelhante: “A situação na cidade é de absoluta calma e tudo indica que o movimento não tinha propósitos subversivos, pois o seu escopo era apenas o apoio a uma tese”⁷.

Treze vereadores e outros três ativistas foram, não obstante, indiciados, denunciados à Justiça e processados, sob a alegação de que conspiravam para “sabotar” o II Congresso, organizando um levante de operários e camponeses em Ribeirão Preto. Posteriormente, o juiz Francis Selwin Davis decretou a prisão preventiva de todos, e seis vereadores chegaram a ser presos⁸. O sindicalista Natal Gracchia, preso já no decorrer do II Congresso, em 14 de junho, só seria libertado em dezembro.

Foram submetidos a processo pela 1ª Vara Criminal de Ribeirão Preto os vereadores Aparecido Araújo, José Engracia Garcia e Salvador Trovato, de Ribeirão Preto, eleitos pelo PSD; José Maria do Nascimento, de Lins, Luiz Gonzaga da Silva, de Cubatão, e Valentina Loyola, de Getulina, eleitos pelo PTB; Mário Longo, de Votuporanga, e Reinaldo Machado, de Marília, ambos eleitos pela UDN; Antonio Vieira, de Franca, e Paulo Sampaio, de Amparo, eleitos pelo PSB; Waldemar Bernardes da Fonseca, de Jaboticabal, e Sérgio Francisco Barguil, de Pompéia, eleitos pelo PSP; Manoel de Assunção Ribeiro, de São João da Boa Vista, eleito na legenda do PTN. Também foram processados o

⁶ Em Calma a Cidade de Ribeirão Preto. Decorrem Normalmente os Trabalhos do II Congresso das Câmaras Municipais. Apenas Duas Prisões Efetuadas pelo Policiamento Preventivo do DOPS. **Folha da Manhã**, 16.6.49, seg. cad., p. 4.

⁷ Apreensão de material de propaganda comunista em Ribeirão Preto. **O Estado de S. Paulo**, 16.6.49, Notícias do Interior.

estudante José Antonio Neves e os operários José Damasceno Neto e Natal Gracchia.

V.1.1. Ribeirão Preto e a alta de preços. Devemos indagar se o ambiente de insatisfação popular crescente no país e a situação da própria cidade teve alguma relação *direta* com as ações da Polícia política em Ribeirão Preto. Nos dias que antecederam o encontro de vereadores, a imprensa assinalava, a propósito da “projetada alta do preço do açúcar”:

“De há muito nessa cidade, os salários se encontram congelados, com exceção dos vencimentos dos funcionários municipais, os quais praticamente não tiveram aumento nestes últimos cinco anos. Assim, pelo menos em relação a esta cidade, não existem motivos para novas altas do custo de vida, as quais somente poderão ter, como conseqüência, nova corrida de salários e preços”⁹.

Um sinal de irritação latente da massa operária pôde ser visto na atitude tomada por oito sindicatos de trabalhadores que, na véspera da abertura do II Congresso, enviaram telegrama ao presidente da República e ao ministro do Trabalho, protestando contra a majoração do preço do açúcar¹⁰.

Os sindicatos eram os dos trabalhadores gráficos, metalúrgicos, alfaiates e os dos setores de bebidas, massas alimentícias, construção civil, marcenaria e calçados. Os sindicalistas diziam-se “alarmados com a notícia do aumento do preço do açúcar”, colocando seus interesses

⁸ Autos do processo 28.622-49, 1ª Vara.

⁹ Protesto Contra a Alta do Açúcar em Ribeirão Preto. **O Estado de S. Paulo**, 11.6.49, p. 8.

¹⁰ *Ibidem*.

“sob a proteção do presidente de todos os brasileiros, certos de que impedirá essa nova sangria da economia popular, já tão sangrada”¹¹.

Para que se tenha uma idéia da devastação provocada nos salários pela inflação conjugada ao arrocho prolongado, é útil conhecer os valores de reajustes concedidos pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT) a duas dessas categorias, nos julgamentos de dissídios que viriam a ocorrer no final desse mês de junho.

Alfaiates, costureiros e demais trabalhadores da indústria de roupas e chapéus de senhoras, por exemplo, conquistaram reajuste de 25% sobre os salários vigentes em julho de 1946, embora condicionado “à assiduidade total”. Já os marceneiros de São Bernardo do Campo obtiveram reajuste de 60% sobre os salários percebidos em julho de 1945, o que dá bem a medida da longa duração do congelamento de vencimentos¹².

Por outro lado, Ribeirão Preto sempre enfrentou sérios problemas de abastecimento, como já exposto antes neste trabalho, e numa conjuntura marcada pela inoperância do Comitê Estadual de Preços¹³ seria de esperar-se por novas ocorrências do tipo. O racionamento, na cidade, de víveres como o óleo comestível e a farinha de trigo prosseguiu durante vários anos após o fim da guerra.

Até 1948, pelo menos, a Prefeitura tinha funcionários encarregados do racionamento e do “Serviço de Distribuição de Óleo”. Para exemplificar, pouco antes do Natal desse ano o prefeito autorizou a

¹¹ Ibidem.

¹² Concedido Aumento de 25% aos Trabalhadores na Indústria de Roupas e Chapéus de Senhora — Decisão Proferida Ontem pelo TRT. **Folha da Manhã**, 24.6.49, seg. cad., p. 8. Concedido Aumento de 60% aos Marceneiros de São Bernardo. **Folha da Manhã**, 28.6.49, seg. cad., p. 8.

¹³ Crise no Comitê Estadual de Preços. Sobe a Cinco o Número de Membros Demissionários. **Folha da Manhã**, 12.7.49.

entrega de uma quota de óleo a Felix Montebelo, chefe de uma família de doze pessoas: “O mesmo transferiu sua residência para esta cidade, necessitando por isso o referido cartão de racionamento”¹⁴.

Apesar de todas as evidências de fermentação social e dificuldades, não havia efetivamente na cidade nenhum surto de mobilização popular contra o governo, que pudesse explicar, por si só, a mobilização do aparato repressivo comandada pelo DOPS.

V.2. Planejamento, ação e discurso das equipes do DOPS

O jornalista Luciano Lepera, que era o correspondente da *Folha da Manhã* em Ribeirão Preto, diz lembrar-se dos termos do telegrama que recebeu da redação do jornal, em São Paulo, por ocasião do II Congresso: “Para a Polícia, Ribeirão Preto é o centro do comunismo. Esteja atento”¹⁵. Em razão de informações obtidas por espiões, o DOPS estava decidido a agir contra os comunistas no decorrer do II Congresso, e por isso despachou uma equipe de cinco investigadores para a cidade no dia 9 de junho, bem antes que o encontro começasse.

Três desses investigadores pertenciam à Delegacia de Ordem Política e os outros dois à Delegacia de Ordem Social. Estes últimos, José Antonio Leitão e Guaraci Cerri, produziram mais tarde extenso relatório sobre as atividades do grupo. Pelo que se depreende dessa peça policial minuciosa, embora pontuada por distorções deliberadas, os investigadores chegaram a Ribeirão Preto de posse de informações sobre os supostos planos de ação do PCB:

¹⁴ Comunicação do Chefe do Expediente ao Encarregado do Racionamento. Ribeirão Preto, 13.12.48. Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, subsérie Correspondência Recebida (diversos) 1948.

¹⁵ Depoimento de Luciano Lepera (1998).

“a nós competiam especialmente os serviços do setor social, isto é, observação, vigilância e investigação em torno de atividades que o Partido Comunista havia programado para serem desenvolvidas durante o Congresso. Já era de nosso conhecimento que (...) grande número dos chamados ‘vereadores de Prestes’ ali se reuniram e tentariam realizar um plano de envolvimento dos congressistas, de tal forma que pudessem levar para o plenário os temas de agitação comunista que se traduziriam por diversas moções e teses. Caso não conseguissem (...) poriam em execução uma variante, que consistiria em obstruir os trabalhos, tanto no plenário como nas comissões, e criar um ambiente de tumulto”¹⁶.

Diante das dificuldades de executar o plano principal, o PCB local logo teria tratado de preparar “ambiente para a agitação”, junto a estudantes, trabalhadores fabris e camponeses.

O plano alternativo consistiria em deflagrar uma greve na indústria local (especialmente na Tecelagem Matarazzo) e na ferrovia Mogiana, “para levar 2.000 trabalhadores, no dia 16, perante a última sessão do Congresso, para aí forçar a aceitação das teses de Engracia Garcia e da moção pelo aumento de 100% de salários e melhores condições de vida”¹⁷.

Um dos poucos indícios de semelhante “plano” aparece no primeiro número de *A Batalha dos Trilhos*, modesto informativo “dos ferroviários da Mogiana”, lançado precisamente em junho de 1949, imediatamente antes do II Congresso.

¹⁶ Relatório 448 da Ordem Social, 20.6.1949. Ver também o relatório de mesma data da Ordem Política, escrito por Estevam Novazzi “e outros”. Autos do processo, f. 408.

¹⁷ Idem.

O artigo principal abordava o drama dos ferroviários presos em razão da greve do ano anterior, dizia ser impossível permanecer indiferente à sorte desses trabalhadores diante da situação de miséria em que se encontravam suas famílias, conclamava que se aproveitasse a realização do II Congresso (cujas sessões transcorriam no elegante clube Recreativa) para obter dele um pronunciamento favorável aos ferroviários afastados e presos. No entanto, não cogitava de uma greve, mas de rápida paralisação parcial:

“Devemos ir todos em massa, dia 15 às 14 horas no estádio da Recreativa para levantar esse problema junto ao Congresso. Tenhamos que parar uma hora para realizar essa obrigação de solidariedade, devemos todos fazer”.

De ambos os lados, a sorte estava lançada. Os vereadores comunistas de outras cidades também chegaram a Ribeirão Preto com antecedência: Reinaldo Machado, considerado o líder do grupo, teria aparecido já no dia 6 (ou 8). Os investigadores do DOPS apresentaram-se no dia 10 (ou 11) ao delegado regional, que conduziu a operação até que chegasse de São Paulo o delegado da Ordem Social, Louzada da Rocha, no dia 15.

O procedimento adotado pela Polícia, em suma: bloquear e criminalizar as atividades de agitação do PCB, que procurava convocar trabalhadores e populares para comparecerem ao II Congresso. Bolívar Barbanti incumbiu os investigadores do DOPS de

“não só acompanhar as atividades comunistas junto ao II Congresso, como ainda identificar a fonte de distribuição de boletins subversivos que vinham há dias sendo espalhados na cidade, visando agitar estudantes, trabalhadores da I.R.F.

Matarazzo e ‘camponeses’, trazendo ainda sob observação os trabalhadores da Cia. Mogiana, também visados pela agitação comunista”¹⁸.

O primeiro militante comunista a ser preso nessa operação, pouco antes da meia-noite do dia 14 de junho, antevéspera do encerramento do encontro de vereadores, foi o operário Natal Gracchia, ex-secretário sindical do Comitê Municipal do PCB. Não está claro se na época Gracchia ainda integrava o partido, pois ele havia-se envolvido em uma disputa interna¹⁹.

De todo modo, a Polícia acusou Gracchia de distribuir panfletos que pediam o cumprimento da decisão da Justiça do Trabalho, que mandou reajustar em 40% os salários dos trabalhadores da Tecelagem Matarazzo. Ele foi usado como pivô da operação contra os vereadores.

Depois de prender Gracchia, a Polícia decidiu capturar o estudante José Antonio Neves, porque os homens do DOPS haviam identificado o porão de sua casa — na verdade, pertencente a seu pai — como o “escritório dos vereadores de Prestes” presentes ao II Congresso, e onde estariam sendo produzidos materiais subversivos. Além disso, estavam hospedados na residência os vereadores Antonio Vieira, Mário Longo e Valentina Loyola.

Neves era um ativo líder estudantil, colaborava com as publicações clandestinas rudimentares do PCB (como *A Batalha dos Trilhos* e *O Marmiteiro*, ambos mimeografados) e tinha o seu próprio jornal legal, *O Defensor*, um tablóide impresso de boa apresentação gráfica, que ele editava com a ajuda de Luciano Lepera. Na noite do dia 14, Neves havia

¹⁸ Idem.

¹⁹ ROSA, L. R., “Comunistas em Ribeirão Preto (1922-1947)”, p. 127.

acompanhado os trabalhos do II Congresso, interessado no andamento de uma “tese” de sua autoria, que conseguira inscrever no encontro, certamente por intermédio de algum vereador.

Quando a sessão terminou, por volta de meia-noite, os vereadores comunistas deixaram o local, situado na parte alta do centro de Ribeirão Preto, em direção à Praça XV de Novembro, para tomar café (era hábito, na época, beber café à noite no centro da cidade), e Neves os acompanhou, sem saber que tinha a Polícia no encalço:

“Em nossa companhia e informado de que descia ele com vereadores de Prestes em direção ao centro da cidade, saiu o sr. Regional, de automóvel (...) fomos alcançar Neves na Praça XV de Novembro, formando num grupo com cerca de 30 pessoas. Dada a ordem de prisão, pelo sr. Regional, o grupo protestou e pretendeu resistir. Foi preciso que tanto o sr. Delegado Regional como os três outros membros da diligência, dentre os quais os signatários destes, tomassem atitude enérgica e de arma em punho tirassem o preso do grupo, para que os comunistas fossem contidos”²⁰.

Exceto pelo número de pessoas, que teriam sido menos de quinze, Neves confirmou a descrição feita pelos agentes do DOPS. Ele recorda-se de que os vereadores Reinaldo Machado, Antonio Vieira e Mário Longo protestaram com veemência contra sua captura. Foi jogado em um carro, conseguiu fugir saindo pela outra porta, ali mesmo na praça, e depois, recapturado, foi agredido a caminho da delegacia.

²⁰ Idem.

No seu entender, a operação resultou das ambições pessoais do delegado regional. Para Neves, todo o aparato repressivo utilizado estava relacionado com “promoções pessoais, promoções profissionais dessa gente”, por isso Barbanti “mobilizou toda a Polícia”. Recentemente nomeado delegado regional, ele seria um “adhemarista” disposto a fazer carreira²¹.

Decididos a libertar Neves, os vereadores comunistas procuraram o advogado Onezio Mota Cortez, foram até a casa do juiz Cavalcanti Pinto, e solicitaram um *habeas-corpus* para o estudante e para Levi Martins, militante detido na mesma ocasião. Provavelmente não tinham ainda a notícia da prisão de Gracchia, pois não pediram a mesma medida em seu favor. Não há certeza sobre a decisão do juiz, mas de qualquer forma Neves acabou passando a noite em casa e não na prisão. As versões são contraditórias.

O relatório do DOPS afirma que ele foi liberado por ser menor de 21 anos, após “acordo” com Barbanti para que permitisse a vistoria do porão que servia de escritório aos vereadores. Neves nega: ele sustenta que enganou os policiais, dispondo-se a ir até em casa para mostrar o escritório, e depois trancando-se a salvo até o dia seguinte, quando foi convidado a depor. O fato é que a Polícia teve acesso ao porão e lá apreendeu documentos que seriam utilizados como prova no processo contra os vereadores.

Barbanti montou então seu inquérito, com tudo que estava ao alcance: os panfletos de Gracchia, o original de um manifesto que em má hora os vereadores inculcados deixaram cair em um corredor da casa do juiz Cavalcanti Pinto quando lá estiveram para pedir o *habeas-corpus* para

²¹ Depoimento de José Antonio Neves (1999).

Neves, documentos encontrados no porão da casa deste, e naturalmente as teses apresentadas ao II Congresso — tudo, enfim, que o delegado Louzada, em telegrama ao diretor do DOPS, chamou de “ótimo material apreendido”²².

O promotor Marcelo Ribeiro dos Santos acatou as razões do inquérito, e, no dia 11 de julho, denunciou os dezesseis indiciados (além dos vereadores, Gracchia, Neves e José Damasceno Neto) e deu o seu aval ao pedido de prisão preventiva feito por Barbanti. No dia 12, o jovem juiz substituto da 1ª Vara, Francis Selwin Davis, recebeu a denúncia e decretou a prisão preventiva de todos os acusados. Davis recebeu o repórter Lepera para uma entrevista:

“Então me lembro que fui visitar o juiz. Eu fui no quarto dele aqui no Grande Hotel, e ele estava com o processo lá na mesa. Aí eu li, ele decretando a prisão preventiva de vários vereadores. Eu mandei a notícia para a *Folha da Manhã*, e eles publicaram na primeira página. Isso foi bom, porque muitos fugiram”²³.

Lepera conseguiu publicar a informação na *Folha da Manhã* já no dia 14 (embora na segunda página e não na capa), no mesmo dia que o *Correio Paulistano*, enquanto *O Estado de São Paulo* só faria o mesmo no dia 15²⁴.

²² Plano Para Sabotar o II Congresso das Municipalidades. *Diário da Manhã*, 16.6.49, p. 1. Anexados aos autos como provas de delito figuravam exemplares da revista *Fundamentos*, fundada por Monteiro Lobato, e em cujo corpo editorial brilhava uma constelação de intelectuais e cientistas que marcaram a história do pensamento brasileiro: Caio Prado Jr., Astrojildo Pereira, Graciliano Ramos, Vilanova Artigas, Mário Schenberg, Sérgio Buarque de Holanda, entre outros.

²³ Depoimento de Luciano Lepera (1998).

²⁴ Decretada a Prisão Preventiva de Treze Vereadores Comunistas. *Folha da Manhã*, 14.7.49, p. 2. Decretada a Prisão Preventiva de Treze Vereadores Comunistas de Ribeirão Preto. *Correio Paulistano*, 14.7.49, p. 8. Atividades Comunistas em Ribeirão Preto. Decretada a Prisão Preventiva de Treze Vereadores de Prestes que Promoveram Agitação Durante o Congresso Municipalista Realizado Naquela Cidade. *O Estado de S. Paulo*, 15.7.49, p. 7.

V.2.1. Caçada aos réus. A 16 de julho, quatro dias após a ordem de Davis, a Cadeia Pública de Ribeirão Preto já recebia cinco novos prisioneiros, escoltados por investigadores do DOPS: os vereadores Luiz Gonzaga, de Cubatão; Reinaldo Machado, de Marília; Sérgio Barguil, de Pompéia; Manoel Ribeiro, de São João da Boa Vista; e José Maria do Nascimento, de Lins²⁵.

Esses vereadores encontravam-se em São Paulo, presos no DOPS, desde 13 ou 14 de julho²⁶. Na Cadeia Pública de Ribeirão Preto eles se juntaram a Natal Gracchia, encarcerado, como vimos, havia mais de um mês.

Mais tarde, chegaria José Engracia Garcia, capturado em Belo Horizonte depois de passar algum tempo foragido em Uberlândia. A Polícia mineira tomou-o por um criminoso comum que se preparava para assaltar um banco, e ele disse chamar-se “Olavo Reis”. Os policiais só descobriram sua condição de ativista do PCB e *preso do juiz* quando telefonaram para Ribeirão Preto²⁷. A captura de Engracia Garcia foi noticiada pelos jornais, em mais uma demonstração do interesse suscitado pelo caso:

“Foi preso ontem o dentista Garcia, vereador bolchevista de Ribeirão Preto, São Paulo, que estava foragido da polícia bandeirante por ter tomado parte nas agitações promovidas no II Congresso das Municipalidades. Foi ele preso pelo investigador Nilo, que achou suspeita a sua posição defronte a um banco e andando de um lado para outro e procurando ocultar o rosto”²⁸.

²⁵ Ofício 860/49 do delegado regional de Polícia ao juiz da 1ª Vara, 16.7.49. Autos do processo, f. 253.

²⁶ Decretada a Prisão Preventiva de Treze Vereadores Comunistas. **Folha da Manhã**, 14.7.49, p. 2.

²⁷ Depoimentos de Luciano Lepera e Engracia Garcia (1998).

²⁸ Preso em Belo Horizonte Ex-Vereador Comunista (sic). **Correio Paulistano**, 24.7.49, p. 3.

Para alguns, como José Antonio Neves, a fuga deixaria marcas para sempre, representando, de certa forma, uma ruptura com o passado. Neves estava ao lado de Engracia Garcia quando encontraram um advogado que os conhecia e avisou da ordem de prisão. A primeira orientação que Neves recebeu do partido foi a de refugiar-se na casa de um operário, nas proximidades do Cemitério da Saudade. Para esse secundarista filho da *classe média*, essa experiência foi chocante:

“Essa casa que era de gente muito simples, muito pobre, paupérrima mesmo, com criança, chorava noite e dia de fome, e (...) se apertava o feijão assim ele pulava, entendeu? Não tinha nem como comer aquele feijão. (...) Alimentação da prisão acho que era melhor que a alimentação que tinha ali. Horrível, horrível, horrível, horrível. Mas passei ali não sei precisar quanto tempo (...). Foram mais de dez dias”²⁹.

A fuga pelas rodovias da região seria desaconselhável, por haver a possibilidade de bloqueios da Polícia. Neves permaneceu naquela casa humilde da periferia até o dia em que apareceu Frederico Bonimani, e disse a ele que fosse a pé até a cidade vizinha de Serrana, pela ferrovia. Um militante do partido, operário da Matarazzo, “muito boa pessoa, grande companheiro”, serviria de acompanhante e guia ao estudante nesse trajeto árduo, quase um calvário: “Sofri muito”. A sede fez Neves consumir água contaminada, e mais tarde ele veio a saber que contraiu uma solitária.

Em Serrana, ele embarcou num trem com destino a São Simão, onde ficou na casa de um tio. Em São Simão, o líder estudantil foragido teria ficado isolado, sem receber qualquer assistência do PCB, até que lhe

²⁹ Depoimento de José Antonio Neves (1999).

recomendaram viajar para Limeira, onde se hospedou por algum tempo na casa do médico Cláudio de Luna, “ótimo elemento de esquerda”, com quem Neves colaborou na feitura de “alguns jornais, algumas coisas ilegais, algumas coisas que me traziam lá para fazer”.

Depois, retornou a São Simão, onde atuava o juiz Dácio de Arruda Campos, que se tornaria famoso por seus artigos sob o pseudônimo Matias Arrudão, publicados no jornal *O Estado de S. Paulo*. Eles não tiveram contato pessoal, mas “ele sabia que eu estava lá”, e “mandava às vezes algum recado para mim, dizendo para eu ter muito cuidado para não aparecer, para não comprometê-lo e não me comprometer também”³⁰.

A começar por Neves, o delegado Barbanti não teria a satisfação de pôr as mãos sobre uma dezena de réus do processo das Municipalidades. Eles conseguiram manter-se a salvo da Polícia até que seus advogados obtivessem do juiz titular João Baptista de Freitas Sampaio a revogação da prisão preventiva, no dia 20 de outubro de 1949.

V.2.2. O perfil dos perseguidos. Uma análise do grupo de militantes comunistas envolvidos no caso das Municipalidades fornecerá um esboço, ainda que indubitavelmente precário, da composição social do PCB no interior do Estado, com base na ocupação profissional e em alguns outros dados. Quase todos exerciam profissões assalariadas e urbanas, embora em sua maioria não fabris: médicos, gente ligada ao comércio etc. Três operários ou trabalhadores manuais típicos. A única mulher, guarda-livros. Só um “lavrador e comerciante”, ou fazendeiro³¹.

³⁰ Idem.

³¹ Dados extraídos dos depoimentos prestados no inquérito policial. Autos do processo 28.622-49, 1ª Vara.

Um grupo de trabalhadores, alguns embora de *classe média*, como o médico Reinaldo Machado, proprietário de uma clínica e de um carro Mercury, ou o modesto fotógrafo Manoel Ribeiro, dono de um pequeno estúdio instalado na sua própria casa³².

Mário Longo, o combativo vereador de Votuporanga, era proprietário de uma fazenda de 150 alqueires de “terras incultas”³³: a eventual implantação da cobrança do Imposto de Indústria e Profissões e da taxa de rodagem sobre proprietários rurais, que endossou, faria aumentar suas despesas.

Dado interessante: oito dos vereadores comunistas disseram-se ou ateus, ou materialistas, ou sem religião. Três disseram-se espíritas. E um, Antonio Vieira, sabidamente maçom, declarou-se “livre pensador”³⁴. No campo da religiosidade, portanto, despontam uma coincidência com o marxismo no campo das idéias (“materialismo”), uma relevante presença do espiritismo e a ausência do catolicismo.

Uma questão que escapa aos limites desta pesquisa é a presença da Maçonaria entre os comunistas brasileiros. Em Franca, outro notório militante da esquerda, o vereador Alfredo Henrique Costa, integrava os quadros dessa instituição, e há notícias de influência maçom entre os comunistas de Fernandópolis e Macedônia. (Como se sabe, o debate sobre a Maçonaria foi o pivô do fracasso da primeira tentativa do PCB de filiar-se à Internacional Comunista, em 1923³⁵.)

³² Dados extraídos de diferentes documentos do processo, inclusive cartas de familiares.

³³ Certidão anexada aos autos do processo, f. 577.

³⁴ Conforme depoimentos prestados no inquérito policial. Autos do processo 28.622-49, 1ª Vara.

³⁵ Por este e outros motivos é indispensável a leitura do **Relatório Canellas**, de Antonio Canellas, delegado do PCB à Internacional, em VINHAS, M., *O Partidão — A Luta por um Partido de Massas (1922-1974)*.

Outro dado digno de nota é o perfil etário dos vereadores em questão. Tratava-se de um grupo relativamente jovem. Quatro deles tinham entre 26 e 29 anos, quatro entre 34 e 39 anos, quatro entre 40 e 46 anos. Entre todos os processados do caso das Municipalidades, o decano era o sindicalista Natal Gracchia, que tinha mais de 50 anos³⁶.

Reinaldo Machado seria a liderança proeminente do grupo. O DOPS o descreve como “dirigente comunista da Alta Paulista” e secretário político do Comitê de Zona daquela região, instância intermediária entre os comitês municipais e o Comitê Estadual. O jornalista Elias Chaves Neto, diretor de algumas das publicações do PCB, faz referência a Reinaldo, seu amigo, como quem “durante longos anos orientou, dando-lhe amplo desenvolvimento, o movimento esquerdista em Marília”³⁷.

Dos treze vereadores processados no caso das Municipalidades, somente um, Salvador Trovato, renegou a condição de comunista. Trovato elegera-se suplente na chapa comunista apresentada aos eleitores sob a legenda do PSD. Parece, contudo, que na época do II Congresso ele era somente um simpatizante do PCB³⁸. Os outros confirmaram na Polícia a condição de comunistas.

O DOPS faz carga contra Trovato, acusando-o de ser o intermediário do acordo eleitoral PCB-PSD, por ocasião das eleições municipais de 1947. Nas declarações prestadas à Polícia, o vereador declarou-se amigo do deputado pessedista Luiz Augusto de Matos, o qual teria dado “60 contos para o PCB, a título de custeio para a propaganda eleitoral, pagando mais os aluguéis em atraso da União Geral dos Trabalhadores,

³⁶ Conforme depoimentos prestados no inquérito policial. Autos do processo 28.622-49, 1ª Vara.

³⁷ CHAVES NETO, E., *Minha Vida e as Lutas de Meu Tempo*, p. 108.

³⁸ Depoimento de Salvador Trovato na Polícia, autos do processo.

que nessa ocasião funcionou como a sede central de toda a propaganda eleitoral”³⁹.

Outros vereadores comunistas certamente participaram do II Congresso e escaparam à perseguição policial. Foram citados os nomes de Nestor Vera, de Santo Anastácio, e Adamastor Fernandes, de Jundiá (o delegado Louzada da Rocha incluiu este último em suas declarações à imprensa)⁴⁰. Além disso, João Marçal Vieira, de Igarapava, aparece como um dos signatários do manifesto que os vereadores pretendiam distribuir para a população de Ribeirão Preto.

³⁹ Relatório 448 da Ordem Social, 20.6.1949.

⁴⁰ A presença de Vera foi mencionada por Engracia Garcia, depoimento citado. Adamastor, em Rápida Ação Policial, **A Noite**, 18.6.49, p. 1.

V.3. Os debates no I e no II Congressos das Municipalidades

O DOPS insinua, em um de seus relatórios sobre a operação desfechada em Ribeirão Preto, que no II Congresso das Municipalidades os vereadores comunistas pretenderiam fazer o que “já haviam feito em Campinas, por ocasião do I Congresso”, isto é, “realizar um plano de envolvimento dos congressistas”⁴¹. A alegação é falsa. O que acirrou os debates no I Congresso, realizado em setembro de 1948, foi a questão da fixação de subsídios para vereadores e prefeitos, que nunca foi prioridade para os comunistas.

Na sessão inaugural do I Congresso, à qual estiveram presentes cerca de trezentos representantes de oitenta câmaras municipais, ocorreu um “sério tumulto”, que não parece guardar relação com os vereadores comunistas. Ele teve origem na atitude do presidente da Câmara Municipal de Campinas, Arlindo Joaquim, que decidiu indicar os integrantes da mesa diretora dos trabalhos sem consultar o plenário, provocando “veementes protestos formulados por vários vereadores contra o processo nada democrático da constituição da mesa”. Novos protestos deram-se “quando a mesa resolveu dar como aprovado, sem discussão, o Regimento Interno do Congresso”⁴².

O Regimento diz bastante sobre a natureza dos congressos municipalistas, fixando como objetivo, no artigo 2º, o estudo e a “discussão dos assuntos atinentes aos interesses gerais da instituição municipal brasileira”, para “oportuna reivindicação junto aos poderes da Nação”. Estabelecia, no artigo 3º, que os congressistas reúnem-se “acima de qualquer preocupação político-partidária, não sendo por isso aceitas teses e manifestações de críticas e apologias personalizadas ou

⁴¹ Relatório 448 da Ordem Social, 20.6.49. Autos do processo 28.622-49, 1ª Vara.

sectárias”, e atribuía à mesa plenos poderes para manter a obediência a esse artigo, “por meio de advertência, suspensão dos trabalhos e exclusão das teses da pauta de deliberações”⁴³.

É razoável supor que os vereadores comunistas tiveram discreta atuação no I Congresso, pois foram incorporados normalmente aos trabalhos. Waldemar Fonseca apresentou a tese “Orientação Tributária Nacional”⁴⁴. Luiz Gonzaga da Silva integrou a Comissão Tributária, a mais importante do encontro⁴⁵.

Uma das comissões aprovou tese do vereador Osvaldo Alves, de Campos do Jordão, a qual, além de dar apoio às imunidades dos vereadores, afirmava ser atentatória ao princípio da autonomia municipal, assegurado pela Constituição Federal, a nomeação pelo governador dos prefeitos das estâncias hidrominerais. Essa mesma tese, porém, trazia a controvertida proposta do pagamento de vencimentos para os vereadores (“subsídios”)⁴⁶.

Assim, embora a questão tributária reunisse o maior número de teses, dezessete das cinquenta e sete apresentadas, foi a questão dos subsídios que provocou “verdadeiro tumulto” nos debates de encerramento do I Congresso, no dia 9 de setembro.

“Se aprovarmos esse item estaremos aprovando uma imoralidade”, disse um dos vereadores. A primeira votação, por delegações, resultou em empate por 38 votos. Na segunda votação, nominal, a tese foi

⁴² Instalado o I Congresso das Câmaras Municipais. **O Estado de S. Paulo**, 5.9.48, p. 9.

⁴³ *Ibidem*.

⁴⁴ **O Estado de S. Paulo**, 7.9.48, p. 11.

⁴⁵ Encerrou-se, em Campinas, o I Congresso das Câmaras Municipais. **O Estado de S. Paulo**, 9.9.48, p. 7.

⁴⁶ *Ibidem*.

aprovada por 94 votos a 87. Cinquenta vereadores assinaram uma declaração de voto contrária à decisão⁴⁷.

Os comunistas, portanto, não tiveram responsabilidade nos incidentes ocorridos em Campinas, e não há indícios de que o próprio DOPS acreditasse nisso. O delegado adjunto Arthur Guimarães F^o, de Campinas, enviou telegrama ao delegado da Ordem Política, informando que o I Congresso “está ocorrendo dentro da maior ordem possível”⁴⁸.

O I Congresso fixou os parâmetros de funcionamento dos encontros posteriores, criando, além do Regimento, uma “secretaria permanente dos congressos de câmaras municipais”. Moura Lacerda, o empresário petebista de Ribeirão Preto, fazia parte da secretaria permanente, e esta cidade foi a escolhida para sediar o II Congresso⁴⁹.

V.3.1. O II Congresso e a tributação do latifúndio. Se o DOPS, secundado por Barbanti, enxergou no II Congresso perigo comunista, os comunistas por sua vez viram ali apenas uma aliança de integralistas e latifundiários. Miguel Reale, então vereador de Campinas, integralista conhecido, teria comparecido ao encontro⁵⁰.

Talvez *O Marmiteiro*, tosco folheto mimeografado, autoproclamado “a voz das fábricas em defesa dos trabalhadores”, fizesse um julgamento excessivamente esquemático quando dizia que o II Congresso fôra armado por “latifundiários que queriam defender seus próprios interesses”.

⁴⁷ Ibidem. Em 1949, a polêmica em torno da fixação ou não de subsídios tornar-se-ia mais acesa. Em Campinas, p. ex., a medida foi aprovada, apesar da oposição dos vereadores filiados à UDN e ao PSB. Estes últimos deram início a uma campanha popular contra a decisão que fixou os subsídios, e, no início de junho, conseguiram vê-la revogada (**O Estado de S. Paulo**, 1.6.49, p.6 e 5.6.49, p.9). No mesmo mês, foi morto a tiros o presidente da Câmara Municipal de Corumbataí, sendo a causa da morte a “fixação dos subsídios do prefeito municipal” (**O Estado de S. Paulo**, 11.6.49, p. 8).

⁴⁸ Radiotelegrama 610, de 6.9.48. Prontuário DOPS 549 (Campinas), v.2, f. s/n.

⁴⁹ Encerrou-se, em Campinas, o I Congresso das Câmaras Municipais. **O Estado de S. Paulo**, 9.9.48, p. 7.

⁵⁰ Depoimento de Engracia Garcia (1998).

A reação, verificada no encontro, à tentativa de incluir os proprietários rurais entre os pagantes do Imposto de Indústrias e Profissões denota, por certo, a origem ou os laços políticos de muitos dos vereadores. Mas nem todos representavam (ou eram) latifundiários: as teses do PCB pareciam descuidadas quanto a isso.

A tese que propunha Taxa de Conservação de Estradas de Rodagem, por exemplo, isentava de cobrança exclusivamente os proprietários rurais com 20 hectares ou menos⁵¹: assim, não seria difícil aos verdadeiros latifundiários, geralmente influentes, manipular o conjunto dos proprietários rurais contra a proposta, que efetivamente feria os interesses de muitos deles, mesmo os pequenos.

As teses comunistas não foram as únicas a tratar de tributos sobre os proprietários rurais. A Câmara Municipal de Barreiro, por exemplo, apresentou a tese 66, sobre “Reivindicação do Imposto Territorial Rural”, que, por votação em plenário, foi anexada a outra sobre “Reivindicações Municipalistas”, de autoria de um vereador de Araraquara⁵². No entanto, não conhecemos seu teor.

Deve-se notar ainda que, no comentário bastante ferino publicado após o encerramento do II Congresso, *O Marmiteiro* excluía os empresários industriais do rol de interessados na supressão de direitos dos trabalhadores inscritos na Constituição de 1946 (“que na prática já está sendo rasgada por essa canalha de Dutra e seus sequazes”), conquanto fizesse uma exposição razoavelmente precisa e detalhada desses direitos:

⁵¹ Conforme original apreendido, autos do processo.

⁵² Decorreram normalmente os trabalhos do II Congresso das Municipalidades do Estado. **Folha da Manhã**, 18.6.49, seg. cad., p. 3.

“Eles querem acabar com os artigos 141 e 157. Com a anulação desses artigos ficará legalizada a ditadura do Dutra. O artigo 141 fala na liberdade de pensamento, na liberdade de palavra, e de reunião, na liberdade de associação, na liberdade de imprensa etc. (...) O art. 157 é o artigo dos direitos operários. Garante salário igual para trabalho igual, e não pode haver diferença de salário por motivo de sexo e idade, garante o pagamento do descanso remunerado; dá direito de férias, estabilidade no emprego e 8 horas de trabalho; garante o direito de greve, que é um direito sagrado dos trabalhadores. O que querem os fascistas, os latifundiários, Dutra e Ademar é fechar a boca do nosso povo, jogar a classe operária e camponesa na cadeia”.

Novamente, aqui, a burguesia não aparece com fisionomia própria: é substituída pelos “fascistas”. Por outro lado, aparece duas vezes no texto a expressão “classe operária e camponesa”, a sugerir que, pelo menos para o redator, tratava-se de uma coisa só, isto é, uma única classe social.

O debate mais importante do II Congresso envolveu a tese 47, sobre o Imposto de Indústrias e Profissões, levada a plenário no dia 14 de junho. A tese, assinada por José Engracia Garcia, foi defendida por Antonio Vieira, de Franca.

A idéia era estender o imposto “aos criadores, invernistas, fazendeiros e proprietários de latifúndios”. Vieira afirmou, no discurso, que não havia novidade na cobrança proposta: “em Minas Gerais os agricultores

pagam esse imposto”. Em seguida, foi “crivado de apertes”, a começar pelos representantes de Araraquara e Campinas⁵³.

Quando Vieira terminou de falar, foi criticado duramente pelos oradores que o sucederam: João Bete (Cajuru), Moises Elias (Sorocaba), Alberto Andaló (Rio Preto), todos defendendo o general Dutra dos “termos da tese, que injuriam e caluniam o presidente da República”. Ao declarar que Dutra “não é traidor”, o vereador de Cajuru recebeu “aplausos prolongados”. As acusações políticas no corpo da tese acabaram servindo de pretexto para que ela fosse descartada: “Finalmente, de pé, o plenário opta pela não discussão da tese”.

Mas o debate continuou com a intervenção de Paulo Palma (Altinópolis), que desafiou Vieira a provar que “as taxas de rodagem, em sua terra (dele, Palma), não são devidamente aplicadas”. No ambiente “de plena confusão”, um único vereador tentou pronunciar-se a favor da tese: Osvaldo Haezer (São Bernardo do Campo), que “não consegue o seu intento”⁵⁴.

Pelo que se depreende da narrativa, os comunistas portaram-se de acordo com as normas parlamentares. Muito esclarecedor, a esse respeito, foi o depoimento do vereador Antonio Mastrocola, de Catanduva. Mastrocola, que presidiu uma comissão de três vereadores constituída com a finalidade de acompanhar a operação contra os comunistas, os depoimentos etc., sustentou que sua função “foi mais de garantia e defesa dos direitos constitucionais dos vereadores de Prestes, do que propriamente de fiscalização”⁵⁵.

⁵³ Realizada ontem a primeira reunião plenária do Congresso Municipalista. **Diário de Notícias**, 15.6.49.

⁵⁴ *Ibidem*.

⁵⁵ Autos do processo, f. 721-722.

Mesmo porque, ele acrescentou, “o Congresso não se via ameaçado de dissolução”, “o Congresso pretendia fazer prevalecer a sua soberania política”⁵⁶. Esse é o mais cabal desmentido de todas as acusações policiais aos vereadores comunistas, ostentando a vantagem adicional de que foi prestado à própria Polícia.

A convicção de Mastrocola reafirma a atitude do presidente do II Congresso, vereador Jaime Monteiro de Barros, de quem partiu, quando procurado pelo delegado Barbanti, a iniciativa de formar a comissão. “Assim, os ‘vereadores de Prestes’, contando com o amparo, até onde este era admissível, da direção do Congresso, apenas estiveram na Delegacia de Polícia, onde prestaram declarações, retirando-se em seguida”. Dessa forma, evitou-se que ocorressem “excessos ou violências de qualquer espécie”⁵⁷.

V.3.2. Manifesto ao povo da cidade. Os vereadores elaboraram um manifesto dirigido “a todos os democratas e patriotas, alertando-os para o grave momento por que passa o nosso país”. O texto, cuja autoria o DOPS atribui a Reinaldo Machado, dá grande ênfase à situação internacional e sua incidência no Brasil, chamando atenção para o risco de uma nova guerra mundial e a conseqüente utilização de contingentes brasileiros. Denuncia a entrega de riquezas minerais a grandes monopólios, com ênfase para os norte-americanos. Conclama os trabalhadores a lutar por aumento de salários e contra a exigência de assiduidade, e os camponeses contra a exploração dos latifúndios (v. íntegra do Manifesto no Anexo A).

⁵⁶ Ibidem.

⁵⁷ O Segundo Congresso das Municipalidades Reunido em Ribeirão Preto. **O Estado de S. Paulo**, 19.6.49, p. 11.

De acordo com o manifesto, a ameaça de uma nova guerra, já preparada pelos EUA, “contra a União Soviética, as Repúblicas Populares e todos os povos que lutam por sua independência e soberania, é o maior perigo contra o qual se devem unir todos aqueles que amam a vida, a liberdade e o progresso”. Os governos de Dutra e Adhemar “pretendem arrastar o nosso povo, como carne de canhão, numa guerra que só interessa aos grandes banqueiros e fabricantes de armas”.

Segundo o documento, toda a política de Dutra e Adhemar é “de preparação para a guerra e de incentivo ao fascismo”. Dutra teria ido aos EUA combinar “a entrega total do país aos capitalistas americanos” e “os planos finais para subordinar todo o nosso povo às aventuras guerreiras de Truman”.

Para isso é que “nossas riquezas estão sendo entregues aos monopólios norte-americanos”: petróleo, ferro, manganês, areias monazíticas, bem como produtos agropecuários. Cita as empresas que controlam a produção e comercialização destes últimos: American Coffee, Clayton, Samba, frigoríficos Armour, Swift, Anglo e Wilson. Também aponta as empresas elétricas Light e Bond & Share.

A vida nas cidades, diz o manifesto, “vai-se tornando cada dia mais insuportável, com o encarecimento vertiginoso do custo de vida”. Num raro ataque ao empresariado industrial patricio, o documento afirma:

“Os salários são absolutamente insuficientes, aumenta o desemprego e os industriais, aliados à ‘justiça do trabalho’, anulam, na prática, os direitos e as conquistas da classe operária,

lançando mão dos mais diversos recursos, como esse da exigência da ‘assiduidade’ ”.

Seja pela complexidade do setor, seja pela maior atenção dedicada ao combate aos grandes proprietários rurais, o manifesto trata com maior detalhe da situação do campo, onde “a exploração dos camponeses chega ao extremo”, enquanto crescem os lucros de usineiros de açúcar, fazendeiros de café e latifundiários de arrendamento. Todos estes são protegidos por Dutra e Adhemar, “que lançam sua polícia contra os camponeses que lutam contra a fome e a miséria, como aconteceu em Santo Anastácio, Marília, Votuporanga e outros lugares”.

Os camponeses, “pelos quais fomos eleitos, em grande parte”, são chamados à luta:

“Nas usinas de açúcar, nas fazendas de café, nos latifúndios e nas cidades, lutemos pelo aumento de ordenados, pelo pagamento dos domingos e feriados, pelo direito do trabalho de 8 horas, por melhores preços para a colheita e para os contratos de café, pelo direito a férias, pela baixa do arrendamento, por garantia de melhores preços para os produtos agrícolas, pela isenção do pagamento do imposto de vendas e consignações e por crédito barato e de longo prazo”.

O dever dos “vereadores de Prestes”, afirma o documento, é estar à frente das lutas do povo:

“Os exemplos de Nestor Vera, de Valentina Loyola, de Ofélia Botelho, de Mário Longo, de Christovam de Haro e outros vereadores de Prestes que têm estado à frente das lutas dos trabalhadores, vivendo intimamente no seio das massas, são a

afirmação de que jamais deixaremos cair a bandeira desfraldada por Prestes. Unidos ao povo, não descansaremos um minuto na defesa da soberania de nossa pátria, na luta pela paz, pelo pão e pela liberdade!”

Este parágrafo final, ao qual seguem-se palavras de ordem, como “Viva a legalidade do glorioso Partido Comunista!”, elucida o verdadeiro caráter da atuação dos vereadores: eles próprios percebiam-se como *vanguarda da luta social*, abstendo-se de comentários sobre a atuação nos parlamentos locais e nas instituições. O compromisso primeiro é o movimento de massas, não havendo veleidades ou promessas de natureza institucional.

V.4. Solidariedade, censura, julgamento, absolvição

Encarcerados os réus, e iniciados os trâmites propriamente jurídicos do processo criminal, um fenômeno notável ocorreu ao longo de alguns meses: formidável pletora de cartas, requerimentos, telegramas, abaixo-assinados, moções — massa de documentos enviada à 1ª Vara Criminal, a dizer do caráter reto, sentimento patriótico, honestidade dos homens presos na Cadeia Pública de Ribeirão Preto.

A indicar e reafirmar não apenas o enraizamento do PCB em amplas camadas da sociedade, não somente seu esforço organizado na coleta de tantas petições, mas também a existência de expressiva repulsa à ação da Polícia. Essa manifestação maciça de solidariedade social, que envolveu simpatizantes, eleitores, aliados políticos, amigos e familiares, terá desempenhado papel de relevo na absolvição dos réus, os quais

“embora pelas suas idéias hajam sido membros desse extinto partido político, todavia, são atualmente representantes do Povo

eleitos por outras legendas às Câmaras Municipais das localidades já mencionadas, sendo pessoas que gozam de bom conceito, como chefes de família, cidadãos brasileiros. Aliás, é de consignar-se que nesse sentido numerosas foram as representações dirigidas ao Juízo do processo e, mormente, solicitando-lhe a revogação da prisão preventiva dos acusados”⁵⁸.

Irmãos e sobrinhos do vereador Reinaldo Machado endereçaram ao juiz, em setembro de 1949, dois meses após sua prisão, dramática carta, em que traçam o perfil do irmão e tio e, em termos filosóficos e éticos, rebatem o teor das acusações constantes do processo, pedindo que seja libertado. Assinalam, ainda, o fato de ter ele estabilidade financeira e prestígio:

“Não é, não pode ser elemento perigoso à ordem social, não é um aventureiro, pois que tem radicação naquela cidade, onde possuía uma Casa de Saúde, patrimônio pessoal, família e um nome ilustre e respeitado, como também indestrutível renome pessoal”⁵⁹.

Estão aí, por definição, todos os requisitos da honorabilidade na ordem burguesa. Mas a carta não se detém neles, passa a discutir as implicações políticas (e práticas) da prisão. Reinaldo é um idealista, com convicções políticas arraigadas, “dentro aliás do princípio constitucional de que a cada um é lícito o direito de pensamento, de convicção filosófica, política ou religiosa”.

⁵⁸ Sentença do juiz João Baptista de Freitas Sampaio.

⁵⁹ Assinam a carta o cirurgião Eduardo Virmond Lima, diretor da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, Bráulio Virmond Lima, “comerciante e fazendeiro criador”, ambos irmãos de Reinaldo Machado por parte de mãe, e mais os sobrinhos David V. Lima e Reinaldo V. Lima, cirurgiões, e Renato V. Lima, comerciante.

Não é criminoso, mas cidadão responsável que pode e deve defender-se em liberdade. Seu aprisionamento, ademais, resultou de uma “provocação policial tendente a justificar um processo *sui-generis*”, cujas características são “a mesma ausência de fundamentos, a mesma carência de provas, a mesma pobreza de imaginação”. Indagam ao juiz:

“Que transformações pode o caráter de um homem sofrer quando injustiçado dessa maneira, privado do seu trabalho e do convívio com os seus? Como e em que condições ele nos será devolvido pelos homens que agora vão julgá-lo? Se a Cadeia é um meio de atemorização e de vingança pelo crime de não pensar como os demais, é certo que ela não poderá reformar nesse sentido a um homem da têmpera do Dr. Reinaldo, mas poderá matá-lo e não acreditamos que V. Excia. deseje isso”.

Abaixo-assinados e dezenas de telegramas foram enviados em favor da rápida libertação de Machado e de Sérgio Barguil, de Pompéia. A mais significativa demonstração de solidariedade a Barguil partiu da Câmara Municipal de Pompéia, que por unanimidade aprovou, em agosto de 1949, uma “moção de conforto” ao vereador, enviada por seu presidente, Antonio Michelini, ao juiz da 1ª Vara⁶⁰. Na moção, escrita como uma carta endereçada ao próprio Barguil, em estilo algo empolado mas convincente, os vereadores lamentam a detenção do par e

“compartilham de teus sofrimentos morais, pela ausência em que te encontras da convivência de teu lar, afastado de tuas atividades comerciais, inibido de tuas funções neste legislativo, onde tiveste um prolongamento de teu círculo de relações”.

⁶⁰ Anexado aos autos do processo. O texto foi aprovado pelos sete vereadores em 25.8 e dois dias depois uma cópia foi enviada por ofício ao juiz, a quem Michelini solicita “a fineza de ordenar a entrega” a Barguil. Uma manobra elegante.

Os pares do vereador comunista não lhe poupam elogios:

“Operoso, eficiente e produtivo, sempre satisfizeste plenamente em todas as funções que te foram afetas nos trabalhos desta Casa, eis porque não nos quedamos inativos e alheios ao amargor do cálice de fel que te é dado para sofrer no teu revés”.

Não resta dúvida de que o juiz saberá, por esta manifestação, por que razões esse preso político é um homem respeitado: arrimo de “velha mãe viúva e doentia” [*sic*], filho mais velho que dedicadamente sacrifica-se para pagar os estudos de duas irmãs no ginásio particular. Por tudo isso, “só podemos atribuir a situação em que hoje te encontras a um capricho do destino ou à obra da fatalidade, que te reservou essa provação, à qual não poderias escapar. És vítima de teu próprio coração”⁶¹.

Seria temerário classificar como mero “corporativismo” esse gesto. Antes, é a comunidade local como um todo que se levanta, na voz de seus representantes, reconhecendo como seu aquele filho um tanto rebelde, mas atento aos deveres e valores familiares. Nesse sentido, guarda semelhanças com a moção de Pompéia um requerimento da Câmara Municipal de Franca, igualmente aprovado por unanimidade, e que pede a revogação da prisão preventiva de Antonio Vieira, então foragido.

Os dezoito vereadores assinaram o documento, que retrata Vieira como “largamente estimado pelos seus próprios adversários políticos”, graças aos seus dotes de coração, espírito de tolerância e dedicação à causa pública. Revogar a prisão preventiva seria decisão profundamente humana e equânime, “independentemente de suas convicções

⁶¹ Idem.

ideológicas”⁶². O requerimento foi apresentado pelo vereador Atílio Derruci, ele próprio um militante comunista.

Prefeitos, como Duilio Poli, de Jaboticabal, juízes de paz, presidentes municipais de partidos e até patrões foram solicitados a corroborar a idoneidade dos réus. O proprietário de uma firma de representações de Jaboticabal⁶³, concessionária de marcas de prestígio (Rhodia, Studebaker), compareceu aos autos para informar que seu ex-funcionário Waldemar Fonseca sempre mereceu a máxima confiança etc.

Mais surpreendente foi a comunicação enviada à 1ª Vara pelas Indústrias Innechi, tradicional pastificio de Ribeirão Preto onde trabalhava, havia 12 anos, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Alimentação, ex-dirigente da UGT e ex-secretário sindical do PCB, Natal Gracchia: “Quanto à sua conduta, durante esse período, nada houve que o desabonasse, sendo cumpridor de suas obrigações”⁶⁴. Abaixo-assinado em favor da soltura de Gracchia recolheu centenas de assinaturas de operários⁶⁵.

Houve, em número muito menor, manifestações hostis aos comunistas presos. Manoel Ribeiro foi alvo de “provas” anexadas ao processo graças à colaboração do presidente da Câmara Municipal de São João da Boa Vista, Oscar Pirajá Martins, com a Promotoria.

Esses documentos destacavam o envolvimento do vereador na greve da Cia. Mogiana realizada no ano anterior, sua tentativa de comemorar o aniversário de Prestes por meio do serviço de alto-falantes da cidade (o que foi impedido pelo delegado local de Polícia) e o fato de ter afixado

⁶² Certidão da Câmara Municipal de Franca de 10.10.49. Autos do processo, f. 557.

⁶³ Sociedade de Representações Gerais (Sorege). “A quem interessar possa”, 10.10.1949.

⁶⁴ Autos, f. 528, 1º.10.1949.

⁶⁵ Anexado aos autos.

na fachada de sua residência cartazes do líder comunista e do militante William Dias Gomes, assassinado pela repressão⁶⁶.

O fotógrafo Ribeiro, filho e irmão de ferroviários da Mogiana⁶⁷, não devia contar com muitos apoios em 1949. No dia 3 de setembro, sua esposa, Leonor Andrade Ribeiro, mãe de seus quatro filhos, escreveu uma carta de próprio punho ao juiz, solicitando a libertação do vereador, preso havia mais de quarenta dias:

“Meu esposo tem sido cumpridor de todos seus deveres, como chefe de família, como cidadão e como membro da Câmara desta cidade. Ainda me leva perante V. Excia o motivo de meu marido ser um simples operário, tendo como recurso apenas seu trabalho diário. Encontramo-nos em situação angustiosa, valendo-me do auxílio de pessoas amigas que nos têm socorrido até o momento”⁶⁸.

Na Cadeia Pública, os seis vereadores permaneceram na mesma cela. Reinaldo Machado e Engracia Garcia, que tinham direito a cela especial em razão do curso superior, não aceitaram a regalia. “Quisemos ficar com os companheiros, com os outros, que não tinham direito, né? *Vixe*, aquilo foi uma repercussão danada”⁶⁹.

Gracchia, contudo, deve ter ficado em outra cela. E, ao contrário dos vereadores, beneficiados pela revogação da prisão preventiva (em 29 de setembro, Engracia Garcia, Machado, Ribeiro; em 5 de outubro, Barguil,

⁶⁶ Autos do processo, f. 604 e ss.

⁶⁷ De acordo com corajoso depoimento prestado à Polícia em inquérito de 1948, autos do processo, f. 606 e ss.

⁶⁸ Anexada aos autos do processo.

⁶⁹ Depoimento de Engracia Garcia (1998). Os jornais destacaram essa atitude: p. ex., em Vereadores Recolhidos à Cadeia de Ribeirão Preto, **O Estado de S. Paulo**, 21.7.49, p.4: “Ao dr. Reinaldo Machado, dada a sua condição de médico, foi oferecida prisão especial, em cela separada, oferta essa que, pelo mesmo, foi recusada”.

Gonzaga, Nascimento) e libertados a seguir⁷⁰, o operário teve negado esse mesmo benefício⁷¹.

Ele permaneceria detido até o dia 1º de dezembro de 1949, embora a sentença de absolvição de todos os réus date de 28 de novembro, e o seu alvará de soltura tenha sido assinado a 29. Primeiro a entrar, Gracchia foi o último a sair.

V.4.1. Barbanti em ação. Decorridos alguns dias da sua chegada à Cadeia Pública, os vereadores decidiram enviar cartas a algumas personalidades políticas: os deputados Castro Neves, Flores da Cunha, Sílvio Pereira, Porfírio da Paz e Café Filho e o vereador Cid Franco, de São Paulo. O delegado Bolívar Barbanti, porém, interceptou a correspondência, enviando as cartas ao diretor do DOPS, Elpídio Reali:

“Junto ao presente ofício, tenho a honra de passar às mãos de V. Excia. seis cartas escritas por comunistas recolhidos à Cadeia Pública desta cidade (...). As cartas em apreço foram entregues a esta Regional para serem encaminhadas, porém, são remetidas a V. Excia, para a devida apreciação e remessa aos destinatários, se for o caso”⁷².

O diretor do DOPS, no entanto, não ousou aceitar a sugestão de desvio de correspondência implícita na mensagem de Barbanti: “Para que sejam rubricadas com o ‘visto’ do carcereiro dessa Delegacia e daí,

⁷⁰ Revogada a Prisão Preventiva de Três Vereadores Comunistas. **Diário da Manhã**, 30.9.49, p. 6. Em Liberdade os Vereadores de Prestes. **Diário da Manhã**, 6.10.49, p. 1.

⁷¹ Autos do processo, f. 568 e 568v. 20 de outubro. Decisão do juiz titular João Baptista Sampaio, que na mesma ocasião revogou a prisão dos demais réus, os revéis José Antonio Neves, Mário Longo, Paulo Sampaio, Valentina Loyola, Waldemar Fonseca, Antonio Vieira e Aparecido Araújo.

⁷² Ofício 927/49, Delegacia Regional de Ribeirão Preto, 25.7.49, Pront. 548, v.1, s/n.

enviadas diretamente aos seus competentes destinatários, tenho a satisfação de devolver-lhe as cartas”, respondeu Reali⁷³.

O ódio que Barbanti devotava aos comunistas era retribuído por estes na mesma medida. Na edição de *O Marmiteiro* distribuída após a realização do II Congresso, aparece uma apreciação bastante mordaz da figura desse repressor, de quem se diz que esteve “assanhado” na ocasião, prendendo “operários e estudantes que nada tinham a ver” com os boletins de agitação distribuídos na cidade:

“Ele quer é cartaz. Em uma cidade da Central ele chegou a apanhar na cara por ser um tipo muito sórdido e sem vergonha. De lá veio para Ribeirão para proteger os bicheiros e perseguir os operários que lutam pelos seus direitos. E chega mesmo a dizer que fez carreira como tira porque persegue os operários. Nós não sabemos até quando isso irá...”⁷⁴

A referência ao “palhaço” Barbanti termina com uma ameaça que não deixa de ser divertida, diante da realidade de uma conjuntura desfavorável ao movimento sindical: “A marcha dos acontecimentos está aí e talvez muito mais cedo que ele pensa a carreira do ‘barbante’ poderá ser interrompida com uma corda ou num banquinho de um tribunal popular”.

Barbanti agiu de modo marcante na repressão à greve dos ferroviários da Mogiana, em junho de 1948. No dia 16 de junho, ele provocou um sério confronto, ao fazer sair um trem, tripulado por dois fura-greves, e ordenar a seus policiais que atirassem sobre os grevistas. Os ferroviários enfrentaram a Polícia. O foguista Angélio Pierini deu um murro em

⁷³ Ofício 484-GD, Pront. 548, v.1.

Barbanti, e o maquinista fura-greve teve de abandonar o trem para fugir das pedradas⁷⁵.

Nessa mesma ocasião, Barbanti teria levado uma tijolada na cabeça, graças ao seu excesso de zelo na repressão aos ferroviários. Rubem Cione, o vereador petebista que conheceu pessoalmente o delegado, traça dele um retrato que expressa, certamente, o ponto de vista da *classe média* católica conservadora:

“Enérgico, corajoso, é a impressão que eu tenho dele. Me lembro numa ocasião qualquer de uma manifestação que ele saiu à rua com dois revólveres, um em cada mão, para manter a ordem, desafiada. E manteve, sim. Tenho a impressão de que ele ajudou muito a manter a ordem e evitar acontecimentos muito sérios em Ribeirão Preto. Me lembro de quando ele levou aquela... tijolada na cabeça. Foi numa ocasião de convulsão, e quem estava fazendo greve eram os ferroviários. Tanto que foi lá na sede dos ferroviários. Me lembro que comentaram muito da tijolada que ele tinha levado na cabeça”⁷⁶.

Muitos ferroviários foram presos e depois condenados em razão deste e de outros incidentes da greve, e entre eles os ligados ao PCB, como Clemente José da Silva, que fôra candidato a vereador em 1947. A prisão custou caro a Clemente, que foi demitido e ficou encarcerado no DOPS: “foi quando eu perdi um pedaço do pulmão de tanto apanhar em 1948”⁷⁷.

⁷⁴ O Palhaço Barbante Em Ação. **O Marmiteiro** n. 6, ano I, junho de 1949. Original anexado aos autos do processo 28.622-49, 1ª Vara.

⁷⁵ GERALDO, S., “O Resgate da Memória Proletária em Ribeirão Preto”, p. 106 e ss.

⁷⁶ Depoimento de Rubem Cione ao autor, 2000.

⁷⁷ Depoimento de Clemente José da Silva a Sebastião Geraldo, 1988 ou 1989.

V.4.2. Julgamento e absolvição. O resultado final do processo, favorável aos réus, parece confirmar certo grau de autonomia do Poder Judiciário, entendido como fração do aparelho de Estado. Chamuscadas, as vagas garantias individuais inscritas na democracia liberal foram, afinal, respeitadas a contragosto pelo Estado, encerrando o episódio singular. De todo modo, não é incabível aqui, guardadas as proporções, a polêmica sobre o papel da personalidade na História.

A troca de juízes antes do julgamento, resultante, até onde se enxerga, da simples rotina administrativa, livrou os militantes comunistas — apontam-no todas as evidências — de longa temporada no cárcere. Compare-se a cuidadosa sentença do titular João Baptista de Freitas Sampaio, discutindo um a um os argumentos da promotoria, com o sôfrego aval do substituto Francis Selwin Davis ao pedido de prisão preventiva, antes mesmo de iniciar-se o processo.

Podemos indagar da interferência de fatores externos, por exemplo, o suposto interesse de Adhemar em contemporizar com os comunistas. Nessa hipótese, o juiz teria sido pressionado (ou induzido) a não condenar, sendo esta a verdadeira razão da absolvição, e não suas eventuais convicções democráticas ou rigor jurídico.

Não fôra esse mesmo João Baptista que, ao revogar a prisão preventiva dos sete réus revéis, decidira manter aprisionado o operário Gracchia, capturado em um duvidoso flagrante noturno sob a monstruosa acusação de distribuir panfletos que pediam aumento de salários? Mas é possível, precisamente, que o juiz tenha sacrificado o ex-dirigente da UGT para dar algum tipo de satisfação aos governo, aos apetites da repressão política, ao promotor ou aos pares da magistratura: “Dos males, o menor”.

Servindo-se da prática do governo Dutra em matéria de repressão, o promotor baseou-se na legislação anterior à Constituição Federal de 1946. Enquadrou os acusados no Decreto-Lei 431, de 1938, que nada mais era do que a Lei de Segurança Nacional do Estado Novo. Recorreu, ainda, ao Decreto-Lei 9.070, de 1946 (cujo artigo 14 rezava ser crime incitar à greve, não pertencendo à categoria), o dispositivo antigreve que Dutra, então investido dos poderes excepcionais da Constituição Federal de 1937, editou à revelia da Constituinte em andamento.

As acusações elencadas pelo promotor plasmavam o relatório policial. Os réus se fizeram eleger insidiosamente por legendas “cuja orientação político-partidária, entretanto, não seguem”. E deveriam responder pelos seguintes crimes: pretender, durante o debate das teses no II Congresso, “fazer pressão desmoralizadora sobre os demais congressistas”; a intenção de promover movimento grevista na cidade e no campo, sublevar operários e camponeses de Ribeirão Preto; a tentativa de “infundir nos operários das indústrias a *crença num direito ilimitado de greve*”⁷⁸; a tentativa de colocar em choque empregados e empregadores, e particularmente trabalhadores e proprietários rurais, por meio das teses apresentadas.

Tais delitos estavam devidamente capitulados na Lei de Segurança Nacional: instigar o ódio entre as classes e a desobediência coletiva à lei, induzir empregadores e empregados à cessação ou suspensão do trabalho, injuriar os poderes públicos ou seus agentes.

Mais complicado, porém, seria introduzir a Guerra Fria nos autos, na trilha aberta pelo DOPS, que apontou como ilícito cometido pelos vereadores indiciados a mera redação de um telegrama que seria enviado

⁷⁸ O grifo é nosso.

ao general Lázaro Cárdenas, ex-presidente do México. Tratava-se de uma moção de apoio a Cárdenas, por patrocinar o Congresso Americano pela Paz e Liberdade, que ocorreria naquele país em agosto de 1949:

“que este seu gesto possa contribuir para demonstrar que a causa da paz universal não tem pátria, cor política, filosófica ou religiosa, não constitui, enfim, apanágio de quaisquer correntes de pensamento, pois a paz e a liberdade constituem os supremos bens de toda a humanidade”⁷⁹.

O texto não chegou a ser submetido ao plenário do II Congresso das Municipalidades, e o telegrama, portanto, provavelmente não foi enviado. Habilmente redigido, de modo mais a conquistar apoios do que a suscitar rejeições, ainda assim feriu a sensibilidade dos homens da repressão. A palavra-de-ordem do PCB de *Paz entre as nações*, inspirada por Moscou, colocava em xeque a política armamentista de Washington e, portanto, seus interesses externos, com os quais o governo brasileiro sentia-se plenamente identificado.

O promotor acatou na íntegra, na denúncia, o relatório do DOPS, mas não citou o telegrama para Cárdenas. Ele preferiu abordar a questão da “paz” por outro ângulo. Ao mencionar a distribuição de impressos, condenou a convocação feita aos estudantes

“para comparecerem ao Congresso e ‘lá manifestarem o seu desejo de paz’ — o que, desde que executado, perturbaria o andamento dos trabalhos daquele Congresso e faria pressão sobre os congressistas não comunistas em proveito dos comunistas, que tinham e têm acentuado interesse, no presente

⁷⁹ Original anexado aos autos do processo. Mencionado no Relatório 448 da Ordem Social.

momento da política internacional, na exploração daquilo a que chamam ‘Defesa da Paz e da Cultura’ »⁸⁰.

Desse modo, o promotor mostrou-se informado e deu ao tema tratamento mais politizado que os próprios comunistas, os quais por razões de tática parlamentar emprestaram-lhe um tom cristão e moralizante.

O juiz, por sua vez, não se impressionou com a conspiração descrita em minúcias pelos relatórios policiais. Duvidou de tamanha subversão, ridicularizada aliás pelos advogados dos 16 réus, anotou que não houve greves nem perturbações outras na cidade naquele período e demoliu as pretensões do promotor de criminalizar a polêmica e o ataque político, facetas tão caras à atividade parlamentar. Assim, aos comunistas

“não lhes poderia, na qualidade de vereadores eleitos por outras legendas, exigir que se privassem do direito de comparecer ao congresso, discutindo teses e apresentando moções, sendo de consignar-se, pela assertiva das testemunhas mais idôneas ouvidas no processo, que os trabalhos desses representantes do Povo de nossos Municípios foram, na hipótese, processados normalmente, sem incidentes de maior gravidade, uma vez que é certo por tudo quanto ultimamente se colhe do noticiário da imprensa e da radiodifusão que em assembléias ou reuniões dessa natureza não se poderá exigir uma ordem perfeita”⁸¹.

Muito barulho por nada? As intenções de Bolívar Barbanti e Louzada da Rocha foram reduzidas a pó pela sentença.

⁸⁰ Sublinhado no original.

⁸¹ Sentença do juiz João Baptista de Freitas Sampaio.

V.5. Olhar enviesado sobre os vereadores comunistas

O ano de 1949 estava fadado a ser explosivo. O DOPS lançara um olhar atravessado sobre as atividades dos vereadores comunistas por todo o Estado de São Paulo, pois eles transformaram-se, de certa forma, na ponta de lança do PCB, numa conjuntura em que os sindicatos se encontravam sob intervenção e qualquer protesto popular era recebido a bala. Esse interesse particular do DOPS pode ser uma das razões a explicar a operação montada por ocasião do II Congresso das Municipalidades.

O ferroviário Jorge Herlein Filho, um brasileiro nascido na Sibéria, antigo membro da comissão executiva do Comitê Nacional do PCB, foi submetido a longos interrogatórios na Delegacia de Expulsandos do DOPS, em São Paulo, nos dias 11, 13, 14, 17 e 20 de junho, como parte do processo de sua expulsão do país⁸².

O governo Dutra era reincidente na deportação de imigrantes com militância política. Em maio, ao noticiar a expulsão do “indivíduo Waldislau, responsável pela Sociedade Beneficente Molotov”, a imprensa advertira: “Esta é a primeira expulsão de comunistas, estando outras em curso”⁸³.

Como em poder de Herlein foram apreendidos importantes documentos do partido, o delegado tentou obter dele a confissão de que continuava exercendo funções de direção, ou pelo menos militando, e é divertido e admirável constatar como ele manteve a negativa mesmo diante de tantas evidências.

⁸² Declarações de Jorge Herlein Fº na Delegacia de Expulsandos. Prontuário DOPS 2431, v. 16, f. 228 e ss. Neste documento, seu sobrenome aparece como Herlain.

⁸³ Comunista expulso do Brasil. **Correio Paulistano**, 4.5.49, p. 16.

Nos limites deste estudo, contudo, importa saber que o delegado que conduzia o interrogatório fez a Herlein perguntas atinentes à atuação dos vereadores, a saber: “se os chamados vereadores de Prestes têm exercido seus mandatos à margem e desligados dos partidos sob cujas legendas foram eleitos”, se “existe um traço de união ligando esse grupo de vereadores disseminados por todo o Estado” e se com isso pode-se afirmar que o PCB “conseguiu manter uma linha estrutural partidária em atividade junto aos legislativos municipais” e “trabalho legal em conexão com um trabalho ilegal”⁸⁴.

Pouco antes, um juiz de Campinas condenara à pena de detenção e multa de 2.000 cruzeiros o vereador Américo Brancaglione e outros ferroviários que tiveram papel destacado nas greves da Cia. Mogiana: José da Silva Pinto, Constantino Dovísio, Aníbal Silva. Brancaglione foi preso no dia 2 de maio, “quando se achava no interior do Café Alfredo”, para cumprir oito meses de cadeia⁸⁵.

Assim, a Polícia política dava mostras de interesse particular por esses militantes especiais, quase ao mesmo tempo em que desfechava sua razia contra os congressistas “vermelhos” reunidos em Ribeirão Preto. A preocupação do DOPS certamente estava relacionada não só às diretrizes mais recentes da direção nacional do PCB (como o Informe de maio de 1949) mas também a incidentes como o de Santo Anastácio, na região de Presidente Prudente.

V.5.1. Santo Anastácio e outros incidentes. Em 20 de março, a Polícia invadira uma reunião em Santo Anastácio convocada para reorganizar, sob outro nome, a Liga Camponesa da região (declarada

⁸⁴ Declarações de Jorge Herlein Fº, citadas.

⁸⁵ Vereador Condenado Como um dos Responsáveis pelas Greves da Estrada de Ferro Mogiana. **Correio Paulistano**, 3.5.49, p. 12.

ilegal). Houve luta, tiros e a morte de um cabo da Polícia, José Luiz de França. A Promotoria atribuiu o crime ao militante comunista Pedro Grecco, que ter-se-ia apoderado, durante o confronto, da arma de um sargento.

No processo judicial correspondente foram denunciados como co-réus os vereadores Nestor Vera (este, pelo “crime de resistência e morte”), José da Silva Guerra, Clemente Funari, Érico Magalhães da Silveira e Benedito Bernardes, além de Olindo Bagatelli, presidente da Cooperativa Agrícola Mista de Santo Anastácio, acusado de tentar transformar esta entidade em uma “célula comunista”⁸⁶.

No segundo semestre de 1949 novos e graves incidentes ocorreriam, refletindo a confluência provável de três determinantes: endurecimento da repressão, radicalização das ações dos comunistas e agravamento das condições de vida da população. Em 25 de junho, em Fernandópolis, em episódio ainda pouco conhecido, teria havido conflito armado envolvendo um grupo liderado pelo vereador comunista Antonio Joaquim, com desdobramentos em Guarani do Oeste, Populina e Indianópolis, “onde foram efetuadas algumas prisões”⁸⁷.

O grupo de comunistas teria tentado “tomar a cidade” de Fernandópolis, mas são obscuras as finalidades dessa suposta tentativa. Dois delegados do DOPS e destacamentos da Força Pública foram enviados a Fernandópolis e a Indianópolis. No início de julho, o delegado Louzada da Rocha dá a entender que a repressão fracassou: “Embrenharam-se os comunistas, por fim, nas matas que margeiam o

⁸⁶ Denúncia contra Nestor Vera e outros, 11.4.1949.

⁸⁷ Agitação Comunista em Rio Preto. **Folha da Manhã**, 26.6.49, p. 1.

Rio Grande, impossibilitando-se, desde então, a caça que contra eles movíamos”⁸⁸.

No dia 18 de julho, a Cavalaria dissolveu uma manifestação operária em Sorocaba. Os seis mil tecelões da cidade estavam em greve desde o dia 13, exigindo que os patrões cumprissem o aumento de 40% nos salários, determinado pela Justiça do Trabalho (este, recorde-se, era o pleito dos panfletos em mãos de Natal Gracchia, dirigidos aos operários da Tecelagem Matarazzo, em Ribeirão Preto). A vereadora cassada Salvadora Lopes, do PCB, teve papel central na passeata⁸⁹.

Um comício da Campanha da Paz na Praça do Patriarca, em São Paulo, foi dispersado por uma patrulha mista do Exército e da Polícia, no dia 23 de julho⁹⁰. O manifestante Vicente Maluoni foi assassinado pela repressão, fato denunciado pelos organizadores do comício⁹¹.

Em Santos, uma passeata de donas de casa contra a carestia, no dia 28 de julho, foi atacada pela Polícia após deixar a Câmara Municipal, que se preparava para examinar o aumento dos preços do leite, carne, óleo e banha. Segundo extensa e detalhada reportagem publicada em um jornal paulistano, o incidente ganhou proporções com o envolvimento de populares em defesa das mulheres:

“A cena estava sendo assistida passivamente pelos vereadores postados nas janelas da Câmara, situada próximo do local. O mesmo porém não se deu relativamente ao povo que se aglomerara em redor, massa calculada em cerca de centenas de

⁸⁸ Grupos de Comunistas Armados Estão Homiziados à Margem do Rio Grande. **Jornal de Notícias**, 2.7.49, p. 12. Posteriormente, foi noticiada a localização “de um dos implicados”. **Folha da Manhã**, 12.7.49.

⁸⁹ MARANHÃO, R., *Sindicatos e Democratização*, p. 106.

⁹⁰ Sério Incidente na Praça do Patriarca. **O Estado de S. Paulo**, 24.7.49, p. 11.

⁹¹ Seção Livre. Comunicado do Comitê Paulista de Convocação do Congresso Continental Americano pela Paz e pela Democracia. **Folha da Noite**, 27.7.49. Assinado por Elias Chaves Neto.

peças. Indignados ao ver as mulheres espancadas, atiradas ao chão e até pisadas, e estimulados pela coragem das próprias donas de casa que, em grandes grupos, estavam libertando as companheiras presas, entraram em bloco na rua, transformando-se a agressão policial num verdadeiro ‘corpo a corpo’ com a polícia. A essa altura os vereadores desceram, tentando apaziguar, tendo a polícia efetuado a prisão de cinco mulheres (...). Durante o choque, a polícia puxava para si os cartazes e as mulheres resistiam. A massa popular protegeu as mulheres até a redação do *Diário*, enquanto chegava um reforço militar com metralhadoras e bombas de gás”⁹².

Também em julho, em Tupã, teria havido “violentos incidentes durante uma manifestação comunista”⁹³, no dia 11. Militantes foram detidos, entre eles o vereador João Camilo Sobrinho⁹⁴. No dia 25 de setembro, em novo conflito na cidade, registrou-se o ápice da repressão quando a Polícia de Adhemar simplesmente fuzilou três camponeses, militantes do PCB: Miguel Rossi, Afonso Marma e Pedro Godoi⁹⁵.

⁹² **Frente Democrática**, 30.7.1949, p. 1.

⁹³ Desencadeia-se em São Paulo Agitação Subversiva. Onda de Greves Comunistas. Santos Seria o Próximo Foco. **A Noite**, 19.7.49, p. 1.

⁹⁴ Toda a Polícia Civil Mantém-se Vigilante Contra os Comunistas. **Jornal de Notícias**, 21.7.49, p. 4.

⁹⁵ Ver, a propósito, manifesto “Ao Povo de São Paulo”, de protesto contra “os bárbaros e desumanos acontecimentos de 25 de setembro p. p. em Tupã, onde ultrapassando todos os limites do arbítrio e da legalidade a polícia atirou mortalmente em três honrados chefes de família”. O manifesto é assinado pelos deputados federais Euzébio Rocha e Pedro Pomar, deputados estaduais Porfírio da Paz e Manoel Nóbrega, vereadores Cid Franco e Jânio Quadros (São Paulo), Djalma Moscoso (Campinas), Sílvio Ferreira (Cruzeiro), Maria Valentina (Taubaté), Reinaldo Machado (Marília), Luiz Gonzaga da Silva (Cubatão), Nestor Vera (Santo Anastácio) e por vários ex-deputados estaduais do PCB, como Caio Prado Jr., João Taibo Cadórniga, Roque Trevisan, Armando Mazza etc. **Folha da Manhã**, 3.12.1949, Seção Livre.

Conclusão

A pesquisa confirmou a existência de uma *camisa-de-força* a sujeitar a “redemocratização” iniciada em 1945, qual seja, um controle extremado sobre a atividade organizativa e política das classes trabalhadoras urbana e rural e do PCB em particular. Nesse sentido, o fechamento do PCB em maio de 1947 aparece não como uma ruptura no processo, mas como o *aprofundamento de sua tendência principal*, de reorientação do Estado com vistas a desnacionalizar a economia, suprimir direitos trabalhistas e aumentar a exploração da força de trabalho para acelerar a taxa de acumulação.

O regime decidiu manter a estrutura sindical corporativa, seu esqueleto legal, sua tutela vertical sobre os setores mais ou menos organizados da força de trabalho, destituindo-a porém de qualquer poder de barganha, anulando os ganhos materiais e simbólicos, mesmo que pequenos, conferidos ao operariado urbano pelo pacto corporativo ao tempo de Vargas.

Parece, assim, confirmada a hipótese de um *rearranjo de caráter policial-terrorista*, que as forças liberais teriam imprimido ao poder após eleger Dutra, sujeitando o instituto do voto à interdição de candidaturas e cassação de mandatos, e truncando as salvaguardas do “estado de direito” pela ação dos efetivos policiais e militares. O PCB, expressão organizada ou braço político da classe trabalhadora urbana, viria a ser o alvo por excelência desse regime, em razão da dupla natureza do partido, nacionalista e classista.

O populismo do governador Adhemar de Barros e sua relação com o PCB foram mediatizados pela ação do governo Dutra, da burguesia paulista e dos grandes proprietários rurais. Aos poucos, Adhemar, cuja eleição fora determinada em grande medida pelo apoio dos comunistas, redireciona essa relação, evoluindo para total antagonismo, de tal modo que em 1949 já quase não é possível distinguir, em matéria de ações do aparato repressivo, a instância de poder estatal estadual da federal.

Naquele ano, os comunistas praticaram uma linha política bastante ofensiva, que tensionava ao limite o cerco imposto pelo regime: se a luta operária e ou sindical enfrentava obstáculos quase intransponíveis, as campanhas da Paz e do Petróleo conseguiam êxitos práticos no campo das alianças e da propaganda nacionalista, e também na área rural registravam-se iniciativas ousadas do PCB. Ao mesmo tempo, as massas populares sofriam a alta dos preços e a redução do seu poder aquisitivo, pela via da política de confisco salarial.

O conflito entre a Polícia paulista e os comunistas, por ocasião do II Congresso das Municipalidades, em Ribeirão Preto, é produto e reflexo dessas múltiplas determinações. Confirma a hipótese da disseminação, presença organizada e expressiva do PCB no interior paulista. A pesquisa fez despontar a evidência de que os “vereadores de Prestes” desempenhavam importante papel nas atividades do partido. O DOPS mostrou-se disposto a acompanhar *pari passu* a atuação desses parlamentares locais e, quando possível, retirá-los de circulação.

Neste período, o DOPS procurou constituir-se como autêntica agência de informações e realizou intensa atividade anticomunista. Era o mais poderoso órgão policial da época.

Os réus de Ribeirão Preto foram finalmente absolvidos, o que representou uma derrota para o DOPS e por extensão para o governo Adhemar, e confirmou a possível autonomia relativa de um setor do Estado, o poder judiciário. A solidariedade recebida por esses réus, proveniente até mesmo de empregadores, evidenciou a existência de laços entre o PCB e diversos setores da sociedade.

Naquele momento, as câmaras municipais reorganizavam-se após o “recesso branco” imposto pelo Estado Novo. Os vereadores eleitos haviam tomado posse havia pouco mais de um ano, e tanto a Constituição Federal (1946) como a Lei Orgânica dos Municípios (1947) conferiam às municipalidades em geral novos poderes. Portanto, o II Congresso das Municipalidades, que expressava as preocupações do chamado “movimento municipalista”, tinha considerável relevância política no ordenamento populista no nível local, como o provam os debates sobre a questão tributária.

Obras consultadas

ALMEIDA JR., Antonio Mendes: “Do Declínio do Estado Novo ao Suicídio de Getúlio Vargas”, in FAUSTO, Boris (dir.): *O Brasil Republicano*, tomo III, v. 3 (cap. IV) da *História Geral da Civilização Brasileira*, São Paulo, Difel, 1983.

AZEVEDO, Ricardo & MAUÉS, Flamarion (org.): *Rememória — Entrevistas sobre o Brasil do Século XX*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1997.

BASBAUM, Hersch: *Cartas ao Comitê Central: História Sincera de um Sonhador*. São Paulo, Discurso Editorial, 1999.

BASBAUM, Leoncio: *História Sincera da República*. São Paulo, Alfa Ômega, 1991 (6ª edição). 1ª edição: Edaglit, 1962.

BENEVIDES, Maria Victoria: *O PTB e o Trabalhismo: Partido e Sindicato em São Paulo: 1945-1964*. São Paulo, Brasiliense, 1989.

BENJAMIN, César & MAYER, Jorge M.: verbete Adhemar de Barros, in BELOCH, Israel & ABREU, Alzira Alves de (org.): *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro 1930-1983*, CPDOC-FGV. Rio de Janeiro, Forense, 1984.

BENI, Mário: *Adhemar*. São Paulo, Grafikor, sem data.

BETHELL, Leslie: “Brasil”, in BETHELL, Leslie & ROXBOROUGH, Ian (org.): *América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.

BICALHO, Luiz de Carvalho (org.): *PCB-Processo de Cassação do Registro (1947)*. Belo Horizonte, Aldeia Global, 1980.

BRANDÃO, Gildo Marçal: *A Esquerda Positiva: as Duas Almas do Partido Comunista, 1920-1964*. São Paulo, Hucitec, 1997.

BUONICORE, Augusto Cesar: “Os Comunistas e a Estrutura Sindical Corporativa (1948-1952): entre a Reforma e a Ruptura”. Dissertação de Mestrado em Ciências Políticas, Unicamp, 1996.

CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda: “Tempos de Viver: Dissidentes Comunistas em São Paulo”. Tese de Livre-Docência, Franca, Unesp, 1998.

CARONE, Edgard: *O PCB (1943-64)*. São Paulo, Difel, 1982.

CARONE, Edgard: *A República Liberal (I- Instituições e Classes Sociais 1945-64)*. São Paulo, Difel, 1983.

CARVALHO, Getúlio: *Petrobrás: do Monopólio aos Contratos de Risco*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1977.

CAVALCANTE, Berenice: *Certezas e Ilusões: os Comunistas e a Redemocratização da Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro-UFF, 1986.

CHAVES NETO, Elias: *Minha Vida e as Lutas de Meu Tempo*. São Paulo, Alfa-Omega, 1977.

CHILCOTE, Ronald H.: *Partido Comunista Brasileiro: Conflito e Integração*. Rio de Janeiro, Graal, 1982.

COSTA, Hélio da: *Em Busca da Memória — Comissão de Fábrica, Partido e Sindicato no Pós-Guerra*. São Paulo, Scritta, 1995.

DULLES, John Foster: *O Comunismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.

FALCÃO, João: *O Partido Comunista Que Eu Conheci (20 Anos de Clandestinidade)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1988.

FONSECA, Arlindo: *Memória de Fatos Sentidos e Vividos*. Petrópolis, Machado Horta Editora e Publicidade, edição sem data.

FRENCH, John David: *O ABC dos Operários (1900-1950)*. São Caetano do Sul, Prefeitura de São Caetano do Sul e Hucitec, 1995.

GERALDO, Sebastião: “O Resgate da Memória Proletária em Ribeirão Preto”. Dissertação de Mestrado, ECA-USP, 1990.

GOMES, Angela de Castro: *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro, Vértice e Iuperj, 1988.

GOMES, Angela de Castro (org.): *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.

GONÇALVES, Alcindo: *Lutas e Sonhos. Cultura política e hegemonia progressista em Santos, 1945-1962*. São Paulo, Editora Unesp e Prefeitura de Santos, 1995.

IANNI, Otávio: *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971.

IANNI, Otávio: *O Colapso do Populismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971 (2ª edição, revista).

KONDER, Leandro: *A Democracia e os Comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal, 1980.

LEITE, Mauro Renault & NOVELLI JR., Luis: *Marechal Eurico Gaspar Dutra: o Dever da Verdade*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1983.

LESSER, Jeffrey: *O Brasil e a Questão Judaica — Imigração, Diplomacia e Preconceito*. Rio de Janeiro, Imago, 1995.

LÖWY, Michel: *As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: Marxismo e Positivismo na Sociologia do Conhecimento*. São Paulo, Busca Vida, 1987.

MAKLOUF, Luis *et alli*: *Pedro Pomar*. São Paulo, Brasil Debates, 1980.

MARANHÃO, Ricardo: *Sindicatos e Democratização, Brasil 1945-1950*. São Paulo, Brasiliense, 1979.

MARTINS, Eloy: *Um Depoimento Político (55 anos de PCB)*. Porto Alegre, s/e, 1989.

MEDICI, Ademir: *9 de Novembro de 1947: A Vitória dos Candidatos de Prestes*. Santo André, Fundo de Cultura do Município de Santo André, 1999.

MORAES, João Quartim de: *A Esquerda Militar no Brasil*. São Paulo, Siciliano, 1994.

OLIVEIRA, José Teixeira (sel.): *O Governo Dutra*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1956.

PANDOLFI, Dulce: *Camaradas e Companheiros: Memória e História do PCB*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995.

PINTO, Luciana Suarez Galvão: “Crise e Ajustamento da Economia de Ribeirão Preto: 1930-1956”. Ribeirão Preto, FEA-USP (monografia), 1997.

POULANTZAS, Nicos: *Fascismo e Ditadura*. São Paulo, Martins Fontes, 1978.

RODRIGUES, Leôncio Martins: “O PCB: os Dirigentes e a Organização”, in FAUSTO, Boris (dir.): *O Brasil Republicano*, tomo III, v. 3 (cap. VIII) da *História Geral da Civilização Brasileira*, São Paulo, Difel, 1983.

RODRIGUES, Lopes: *Adhemar de Barros Perante a Nação*. São Paulo, Editora Piratininga, 1954.

ROSA, Lilian Rodrigues de Oliveira: “Comunistas em Ribeirão Preto (1922-1947)”. Dissertação de Mestrado, Unesp de Franca, 1997.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis: *A Política Armada. Fundamentos da Guerra Revolucionária*. São Paulo, Editora Unesp, 2000.

SAMPAIO, Regina: *Adhemar de Barros e o PSP*. São Paulo, Global Editora, 1982.

SARTI, Ingrid: *Porto Vermelho*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

SKIDMORE, Thomas: *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

SODRÉ, Nelson Werneck: *Do Tenentismo ao Estado Novo — Memórias de um Soldado*. Petrópolis, Vozes, 1986.

VALE, Osvaldo Trigueiro do: *O General Dutra e a Redemocratização de 45*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

VEIGA, Hecilda Mary: *A Redemocratização em Belém, 1945-1947: os Comitês Democráticos e a Campanha Contra a Fome*. Belém, FASE, 1984.

VIANNA, Luiz Werneck: *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, 2ª edição.

VINHAS, Moisés: *O Partidão — A Luta por um Partido de Massas (1922-1974)*. São Paulo, Hucitec, 1982.

WALKER, Thomas W.: “O Surgimento do Populismo no Brasil: um Estudo do Município de Ribeirão Preto”. *Revista de Ciência Política* (FGV), nº 21, outubro-dezembro, 1978.

Metodologia

ECO, Umberto: *Como se Faz uma Tese*. São Paulo, Perspectiva, 1999 (15ª edição, reimpressão).

FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.): *Entre-vistas: Abordagens e Usos da História Oral*. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1994.

FERREIRA, Marieta de Moraes & **AMADO**, Janaína (org.): *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1996.

HOBBSBAWM, Eric: *Sobre História*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

MARX, Karl: *O Capital: Crítica da Economia Política*. Volume I, Livro Primeiro, Tomo 1. São Paulo, Abril Cultural, 1983.

SILVA, Marcos A. da (coord.). *A República em Migalhas*. São Paulo, ANPUH-Marco Zero, 1990.

Documento oficial

SÃO PAULO (ESTADO): Resumo Histórico do DOPS. Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública. Departamento de Ordem Política e Social, 1953.

Revistas e periódicos

A Noite

Correio Paulistano

Diário do Congresso Nacional

Diário da Manhã (Ribeirão Preto)

Diário de Notícias (Ribeirão Preto)

Diário de São Paulo

Divulgação Marxista

Folha da Manhã

Frente Democrática

Jornal de Notícias

O Estado de S. Paulo

Problemas

Arquivos

Arquivo Geral do Fórum de Justiça de Ribeirão Preto

(Processo 28.622-49, 1ª Vara Criminal)

Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto

Arquivo da Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Arquivo do Estado de São Paulo

(Acervo do DOPS-SP)

Arquivo do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo

Arquivo pessoal do pesquisador Sebastião Geraldo

Dossiê Pedro Pomar (resultante de *Habeas-Data*)

Entrevistas

Realizadas pelo autor da dissertação:

José Antonio Neves, 1999

José Engracia Garcia, 1999

Luciano Lepera, 1998

Rubem Cione, 2000

Realizadas por Sebastião Geraldo:

Almiro Paula Dias, 1988

Antonio Giroto, 1988

Clemente José da Silva, 1988

Irineu de Moraes, 1989

João Guerreiro Filho, 1989

Luciano Lepera, 1988

Anexo A

OS VEREADORES DE PRESTES, DO II CONGRESSO DE CÂMARAS MUNICIPAIS REUNIDO EM RIBEIRÃO PRETO, DIRIGEM-SE AO POVO

Os Vereadores de Prestes, aproveitando a oportunidade de realização do II Congresso das Câmaras Municipais do Estado de São Paulo, em Ribeirão Preto, onde estão representados, dirigem-se a todos os democratas e patriotas, alertando-os para o grave momento por que passa o nosso país.

A ameaça de desencadeamento de uma nova guerra, já preparada pelo imperialismo norte-americano, contra a União Soviética, as Repúblicas Populares e todos os povos que lutam por sua independência e soberania, é o maior perigo contra o qual devem se unir todos aqueles que amam a vida, a liberdade e o progresso. Esse perigo é ainda maior para o nosso povo, diante da política de traição nacional que vem sendo realizada pelos governos de Dutra e Ademar, governantes que vendem o país ao explorador estrangeiro e que pretendem arrastar o nosso povo, como carne de canhão, numa guerra que só interessa aos grandes banqueiros e fabricantes de armas, americanos e seus lacaios em cada país.

Toda a política desenvolvida pelos governos de Dutra e Ademar é uma política de preparação para a guerra e de incentivo ao fascismo. Para isso é que o tirano Dutra foi chamado aos Estados Unidos. Foi combinar com o amo imperialista a entrega total do país aos capitalistas americanos e combinar os planos finais para subordinar todo o nosso povo às aventuras guerreiras de Truman. É para isso que as nossas riquezas estão sendo

entregues aos trustes e monopólios norte-americanos. Desde o petróleo, o ferro, o manganês, as areias monazíticas, até os produtos da nossa agropecuária. A American Coffee domina o mercado externo de café; a produção de algodão é açambarcada pela Clayton, Sombra e Mac Fadden; a produção de milho e arroz está caindo nas mãos do truste de Rockefeller; e a indústria da carne é totalmente dominada pelos frigoríficos Armour, Swift, Anglo e Wilson. A Light e as companhias subsidiárias da Bond & Share apoderaram-se das nossas maiores fontes de energia elétrica e ainda recebem vultosos empréstimos do governo, explorando o nosso povo e impedindo o progresso da indústria nos grandes centros e nas principais zonas do interior.

Além disso tudo, aí estão os “técnicos” norte-americanos instalados nos postos chaves da administração e das forças armadas, controlando toda a vida do país de acordo com os interesses ianques. Voltam a ser ocupadas as nossas bases militares que o nosso povo reconquistou através de uma memorável campanha contra os gringos. Em consequência do domínio imperialista e do regime semi-feudal que impera no campo, cresce, dia a dia, a exploração dos trabalhadores das cidades e aumenta a miséria da nossa massa camponesa. Agrava-se, enfim, a situação econômica e financeira do país, que vai se afundando nos contornos de uma séria crise.

A essa situação é que está conduzindo a ditadura do sr. Dutra — governo antinacional e antipopular — governo de latifundiários, de submissão ao imperialismo, de escandalosas negociatas, de terror policial e de demagogia de tipo fascista.

Nas cidades a vida vai-se tornando cada vez mais insuportável com o encarecimento vertiginoso do custo de vida. Os salários são absolutamente insuficientes, aumenta o desemprego e os industriais, aliados à “justiça do

trabalho”, anulam, na prática, os direitos e as conquistas da classe operária, lançando mão dos mais diversos recursos, como esse da exigência da “assiduidade”.

No campo, a exploração dos camponeses chega ao extremo. Nas usinas de açúcar, nas fazendas de café e nos latifúndios de arrendamento, a miséria dos trabalhadores é cada vez maior, enquanto crescem os lucros dos seus exploradores, protegidos pelo governo de Dutra e Ademar, que lançam sua polícia contra os camponeses que lutam contra a fome e a miséria, como aconteceu em Santo Anastácio, Marília, Votuporanga e outros lugares.

A guerra que está sendo preparada pelos trustes e monopólios americanos será o agravamento total dessa situação para o nosso país e para o nosso povo, especialmente para a classe operária e a massa camponesa. Entretanto, se a atual situação do país e do nosso povo é esta, nós constatamos com orgulho que cresce a combatividade das massas, que não estão dispostas a servir de carne para canhão, nem se deixar matar de fome, nem permitir que lhe roubem a liberdade.

O povo brasileiro compreende já que a guerra que os imperialistas tentam desencadear visa o domínio total do mundo pela força e a escravização dos trabalhadores das cidades e do campo, em benefício de uma minoria de exploradores. Por isso, jamais farão guerra contra a União Soviética, pátria do socialismo, baluarte da luta contra o nazifascismo, fortaleza da democracia, da liberdade e do princípio de autodeterminação dos povos.

Eis porque nos dirigimos a todos os patriotas e democratas, homens e mulheres e jovens, sem distinções, para que nos unamos em defesa da paz.

Conclamamos os trabalhadores e o povo para a luta pelo aumento de salários, contra a exigência da “assiduidade” e contra a carestia, como essa absurda elevação do preço do açúcar.

Aos camponeses, pelos quais fomos eleitos, em grande parte, conclamamos à luta por suas reivindicações e contra a exploração dos latifúndios. A época da colheita é a grande oportunidade para que os trabalhadores façam prevalecer os seus direitos. Nas usinas de açúcar, nas fazendas de café, nos latifúndios e nas cidades, lutemos pelo aumento de ordenados, pelo pagamento dos domingos e feriados, pelo direito do trabalho de 8 horas, por melhores preços para a colheita e para os contratos de café, pelo direito de férias, pela baixa do arrendamento, por garantia de melhores preços para os produtos agrícolas, pela isenção do pagamento do imposto de vendas e consignações e por crédito barato e a longo prazo.

Cumprindo o nosso dever de Vereadores de Prestes, eleitos pelos trabalhadores das cidades e do campo, nosso dever é estar à frente das lutas do nosso povo. Os exemplos de Nestor Vera, de Valentina Loyola, de Ofélia Botelho, de Mário Longo, de Christovam de Haro e outros vereadores de Prestes que têm estado à frente das lutas dos trabalhadores, vivendo intimamente no seio das massas, são a afirmação de que jamais deixaremos cair a bandeira desfraldada por Prestes.

Unidos ao povo, não descansaremos um minuto na defesa da soberania de nossa pátria, na luta pela Paz, pelo Pão e pela liberdade!

CONTRA OS PACTOS GUERREIROS DO ATLÂNTICO E DO
RIO DE JANEIRO!

TUDO PELA LIBERDADE SINDICAL, POR IMEDIATAS
ELEIÇÕES LIVRES NOS SINDICATOS E POR AMPLO DIREITO
DE GREVE!

ABAIXO O ESTATUTO DO PETRÓLEO!

ABAIXO A LEI DE SEGURANÇA E O TERROR POLICIAL!

VIVA A LEGALIDADE DO GLORIOSO PARTIDO COMUNISTA
E A VOLTA DOS PARLAMENTARES COMUNISTAS!

PELO REATAMENTO DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS E
COMERCIAIS COM A UNIÃO SOVIÉTICA!

POR UM GOVERNO POPULAR E DEMOCRÁTICO!

VIVA PRESTES!

Ribeirão Preto, 12 de Junho de 1949

Seguem as assinaturas de Mário Longo, Valentina Loyola, Reinaldo Machado, Aparecido Araújo, Sérgio Barguil, Paulo Sampaio, Antonio Vieira, José Maria do Nascimento, Manoel Ribeiro, José Engracia Garcia, Waldemar Fonseca e João Marçal Vieira.

POMAR, P. E. da R. *Dutra, Adhemar e a Repressão ao PCB: o Incidente de Ribeirão Preto (1949)*. Franca, 2000, 247 pp. Dissertação (Mestrado em História) — Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Campus de Franca, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

RESUMO

O presente trabalho examina conflito de natureza política ocorrido em 1949 em Ribeirão Preto, por ocasião do II Congresso das Câmaras Municipais do Estado de São Paulo (também chamado Congresso das Municipalidades ou Congresso Municipalista). Operação policial resultou em processo criminal contra treze vereadores de onze municípios, seis dos quais chegaram a ser presos. Todos, exceto um, eram militantes do Partido Comunista do Brasil (PCB), eleitos em novembro de 1947 por diferentes legendas: PSD, PTB, UDN, PSP, PSB, PTN. Pretende-se demonstrar que o caso expressa a lógica repressiva liberal-conservadora, anticomunista, antinacionalista vigente no governo Dutra, à qual aderiu o governador de São Paulo, Adhemar de Barros, embora tenha sido eleito para o cargo com apoio decisivo do PCB. Procura-se descrever as atividades dos órgãos de repressão política, neste caso, destacadamente o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS-SP); bem como analisar a ação do PCB, em particular em Ribeirão Preto, nas suas características organizativas, ideológicas e políticas.

Palavras-chave: repressão política, DOPS-SP, governo Dutra, governo Adhemar de Barros, Partido Comunista do Brasil (PCB), Congresso das Municipalidades.

POMAR, P. E. da R. *Dutra, Adhemar and the repression against PCB at Ribeirão Preto City, 1949*. Franca, 2000, 247 pp. Dissertação (Mestrado em História) — Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Campus de Franca, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

ABSTRACT

This work examines politic nature conflict occurred in 1949 at Ribeirão Preto City, during the São Paulo State Second Congress of City Halls (also called Congress of Municipalities). The police operation resulted in a criminal process against thirteen concillors of eleven cities, six of wich were arrested. All of them, but one, were militants of Communist Party of Brazil (PCB), elected in November 1947 by different legends, including PSD, PTB, UDN, PSP, PSB, PTN. The author wants to demonstrate that this episode express the repressive logic liberal-conservative, anticommunist and antinacionalist valid in Dutra's government, used by São Paulo's governor, Adhemar de Barros, although he has been supported by PCB. The research describes the organ's activities engaged in political repression during the refered period, mainly the “Departamento de Ordem Política e Social”, DOPS. Also, it analyzes the organization, ideologies and political characteristics of PCB, particulary in Ribeirão Preto City.

Keywords: political repression (DOPS-SP), Dutra's government, Barros' government, Communist Party of Brazil (PCB), Congress of Municipalities.

Autorizo a reprodução deste trabalho.

Franca, 1º de novembro de 2000.

PEDRO ESTEVAM DA ROCHA POMAR